



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

LAÇOS LUSO-PARAENSES NA IMPRENSA OITENTISTA

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares



BELÉM – PA
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MARIA LUCILENA GONZAGA COSTA TAVARES

LAÇOS LUSO-PARAENSES NA IMPRENSA OITOCENTISTA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales e coorientação da Profa. Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.

**Belém-Pará
2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

G6421 Gonzaga Costa Tavares, Maria Lucilena.
Laços Luso-Paraenses na Imprensa Oitocentista / Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares. — 2017.
300 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Germana Maria Araújo Sales
Coorientação: Prof^a. Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

1. Jornais Paraenses. 2. Literatura Luso-Brasileira. 3. Século XIX. I. Título.

CDD 809.9332

Às “**instituições**” que me fizeram chegar aqui:
Belém pela receptividade;
Imprensa paraense, essencial para a consolidação
desta tese;
UFPA, pela oportunidade de estudo e trabalho;
Germana Sales, pela parceria de década.

AGRADECIMENTOS

Não há dever mais necessário que o de agradecer.
(Cícero)

Ao meu marido **Mateus Tavares**, meu Sancho que me ajuda lutar contra moinhos de vento.

À minha filha **Catarina**, meu-pedaço-melhor, que me concedeu anos de compreensão em minhas ausências.

Ao meu-pai **Luiz Costa**, o ser humano mais sábio que conheço.

À **Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales**, indescritível amizade, companheirismo e fonte de inesgotável inspiração.

À **Profa. Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa** (UEPB), pela generosidade e contribuição com que me acompanha desde o período do mestrado.

Aos professores das disciplinas cursadas **Germana Sales, Marli Furtado, Valéria Augusti e João Cezar de Castro Rocha** (UERJ).

Aos professores **Eduardo da Cruz** (UERJ) e **Verônica Prudente Costa** (UEA) pela contribuição nas bancas de qualificação e de defesa.

Aos meus colegas do **Grupo de Estudo**: Adauto, Alan, Alinnie, Almir, Amanda, Denise, Gisely, Jeniffer, Juliana, Márcia, Maria Luísa, Pedro, Sara, Valdiney.

Aos meus **irmãos**: Cornélio, Antônio, Evandro, Luís Antônio, Madalena, Helena, Paulino e Domingos e a toda família “Gonzagada”.

Aos meus sogros **Benedito Santo Cristo e Zeranildes Tavares**, que doaram seu tempo a cuidar da minha filha nas minhas ausências para estudo.

À **Universidade Federal do Pará**, especialmente, ao reitor Emmanuel Zagury Tourinho e ao vice-reitor Gilmar Pereira da Silva.

Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL, coordenado pela Profa. Dra. Tânia Sarmento-Pantoja, a quem também agradeço.

Ao **Campus Universitário do Tocantins/Cametá**, meu segundo lar, especialmente ao coordenador, Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues.

Aos meus colegas professores da **Faculdade de Letras/FAL** do CUNTINS.

Aos meus **alunos dos cursos de Letras**, pela motivação.

Aos funcionários da **Fundação Cultural do Pará**, mormente a Luísa, sempre disposta a me ajudar.

E a todos que contribuíram para a realização deste sonho.

Os periódicos accomodão-se aos usos sociaes, e he justo mesmo que eles mostrem um reflexo de nacionalidade (...). O Litterato alimentanos com os fructos de sua intelligência; e nós... nós continuaremos também, quanto couber em nossas forças, a concorrer com alguma parcela do grande contingente, que a Imprensa tem prestado à civilização, e por conseguinte à moralização, e à instrucção. Para isso, he indispensável o concurso de todos aquelles que nos podem guiar nesse caminho diffícil que fazemos. Pedimos a todos os homens de lettras, a todas as pessoas em geral, que nos honrem com artigos que alguma ideia tragam de melhoramento em beneficio do público (...). Pedimos-lhes, e a todos, a sua valiosa proteçõ para o Decano da Imprensa Paraense.

(Jornal Treze de Maio, nº. 626, p. 1, 02/01/1856)

RESUMO

Há quase dois séculos da Independência do Brasil, ainda perduram no Pará alguns laços, além do idioma e da história política e cultural deixados pelos colonizadores portugueses. Destarte, coube ao jornal arquivar parte dessa importante história que, em algumas províncias brasileiras, testemunhou também perspectivas adversas do que pretendiam os brasileiros, como aconteceu na Província do Grão-Pará, cuja peculiaridade incide antes mesmo de sua “adesão” à independência, em 1823. Assim sendo, investigamos alguns jornais paraenses do século XIX, em específico, os das décadas de 1840 – respectivamente o final da Cabanagem – ao ano de 1880, declínio do Romantismo, a fim de demonstrar sob a perspectiva da historiografia literária, como a Província do Grão-Pará testemunhou, em sentido adverso das demais, a lusofilia e a permanência da cultura portuguesa. Propomos como fonte os periódicos paraenses, catalogados no setor de microfilmagem da biblioteca Arthur Viana, localizada na Fundação Cultural do Pará, nos quais encontramos registros de manutenção dos laços literários existentes entre Brasil e Portugal no século XIX. Essa pesquisa servirá como fonte bibliográfica aos interessados na relação histórico-cultural entre o Pará e Portugal, haja vista que a maior parte dos jornais investigados está localizada exclusivamente na referida biblioteca do Estado do Pará, o que, certamente, favorece a pouca divulgação acerca desse conteúdo historiográfico, além de posicionar o Pará entre as importantes províncias brasileiras do Oitocentos.

Palavras-chave: Jornais Paraenses; Literatura Luso-Brasileira; Século XIX.

ABSTRACT

Almost two centuries of the independence of Brazil, some ties still linger in Pará, beyond the language and the political and cultural history left by the Portuguese colonizers. Thus, it was up to the newspaper to archive part of this important story that, in some Brazilian provinces, also witnessed harsh prospects of what intended Brazilians, as happened in Grand Pará Province, whose peculiarity focuses even before his "adherence" to independence in 1823. Therefore, we investigated some newspapers of Pará from the nineteenth century, in particular, those of the 1840s - respectively the end of Cabanagem - the 1880, the decline of Romanticism, in order to show from the perspective of literary history, such as the Grand Province - witnessed in adverse direction of the other, the lusophilia and permanence of Portuguese culture. We propose as the source the journals from Pará cataloged in the microfilm sector from Arthur Viana library, located in the Cultural Foundation of Pará, in which we find record keeping existing literary ties between Brazil and Portugal in the nineteenth century. This research will serve as a bibliographic source to those interested in historical and cultural relationship between Pará and Portugal, given that most of the newspapers investigated is located solely in the said Para state library, which certainly favors the little publicity about this historiographical content, besides placing Pará among the important Brazilian provinces of the nineteenth century.

Keywords: Parnense Newspapers; Luso-Brazilian literature; XIX century.

Lista de Figuras

Figura 1 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 653, 14/11/1846, p. 4)	26
Figura 2 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 679, 24/02/1847, p. 3)	45
Figura 3 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 626, 05/08/1846, p. 3)	53
Figura 4 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 621, 18/07/1846, p. 3)	54
Figura 5 – Anúncio (<i>Diário de Belém</i> , nº. 60, 17/03/1869, p.2)	57
Figura 6 – Anúncio (<i>Diário de Belém</i> , nº. 127, 05/06/1880, p. 1)	57
Figura 7 – Anúncio (<i>Diário de Belém</i> , nº. 199, 30/08/1974, p.4)	58
Figura 8 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 427, 26/12/1854, p. 3)	76
Figura 9 – Frontispício do jornal <i>Treze de Maio</i> . Fonte: Biblioteca Arthur Viana	78
Figura 10 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 655, 21/11/1846, p. 1)	79
Figura 11 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 524, 19/07/1845, p. 3)	79
Figura 12 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 700, 09/05/1847, p. 6)	80
Figura 13 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 827, 19/08/1848, p. 2)	80
Figura 14 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 827, 19/08/1848, p.2)	80
Figura 15 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 247, 26/10/1853, p. 1)	81
Figura 16 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 550, 01/10/1855, p. 1)	82
Figura 17 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 480, 28/04/1855, p.4)	82
Figura 18 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 489, 12/03/1845, p. 4)	84
Figura 19 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 257, 24/11/1853, p.4)	86
Figura 20 – Anúncio (<i>Treze de Maio</i> , nº. 642, 03/10/1846, p. 4)	89
Figura 21 – Frontispício do <i>Diário do Gram-Pará</i> . Fonte: Biblioteca Arthur Viana	91
Figura 22 – Imagem de Francisco Gomes de Amorim	97
Figura 23 – Frontispício do <i>Diário de Belém</i> . Fonte: Biblioteca Arthur Viana	104
Figura 24 – Imagem de Maria da Trindade	110
Figura 25 – Livro: Verdadeira História da Mulher-Homem	112
Figura 26 – Imagem de Antonio Feliciano de Castilho	114
Figura 27 – Frontispício do jornal <i>O Liberal do Pará</i>	117
Figura 28 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 1, 10/01/1869, p.2)	118
Figura 29 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 51, 05/03/1870, p.3)	119
Figura 30 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 93, 26/04/1877, p.4)	121
Figura 31 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 1, 03/01/1877, p. 3)	124
Figura 32 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 239, 20/10/1876, p. 2)	126

Figura 33 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 185, 20/08/1871, p. 3)	129
Figura 34 – Anúncio (<i>O Liberal do Pará</i> , nº. 171, 01/08/1875, p. 3)	131
Figura 35 – Imagem de Maria Peregrina de Souza	142
Figura 36 – Imagem de Antonio Feliciano Marques Pereira	148
Figura 37 – Imagem de Francisco Gomes de Amorim	152
Figura 38 – Imagem de Teixeira de Vasconcelos	156
Figura 39 – Imagem de Alexandre Herculano	157
Figura 40 – Imagem de Luís Augusto Palmeirim	160
Figura 41 – Imagem de Antonio da Costa	161
Figura 42 – Imagem de Lopo Vaz	165
Figura 43 – Imagem de Madame Rattazzi	166
Figura 44 – Livro <i>Le Portugal A Vol D’oiseau</i>	168
Figura 45 – Imagem de Maria Amália Vaz de Carvalho	171
Figura 46 – Imagem de Guiomar Torrezão	173
Figura 47 – <i>Cartas Lisbonenses</i> (<i>O Liberal do Pará</i> , nº.169, 27/07/1879, p. 1)	174
Figura 48 – Imagem de mulheres usando merinaque ou crinol	181
Figura 49 – Imagem de Emília Adelaide	191
Figura 50 – Anúncio (<i>Diário de Belém</i> , nº. 130, 09/06/1880, p. 1)	202

SUMÁRIO

Introdução	10
1 PERMANÊNCIA PORTUGUESA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ	17
1.1 Colonizadores portugueses em terras paraoaras	41
2 LAÇOS FRATERNOS EM PERIÓDICOS LUSO-PARAENSES	67
2.1 Os Periódicos Oitocentistas	70
2.2 <i>TREZE DE MAIO</i> (1840 a 1862).....	79
2.3 <i>DIÁRIO DO GRAM-PARÁ</i> (1853 A 1892).....	92
2.4 <i>DIÁRIO DE BELÉM</i> (1868 a 1892)	105
2.5 <i>O LIBERAL DO PARÁ</i> (1869 a 1889)	118
3 ENTRELAÇOS LITERÁRIOS NA IMPRENSA OITOCENTISTA	133
3.1 Publicações “Extraídas” de Periódicos Portugueses.....	133
3.1.1 As duas cruzes	134
3.1.2 Em toda parte cabe a virtude	135
3.1.3 Há males que vem por bem	137
3.1.4 Uma cena de nossos dias	139
3.1.5 Ricardo e Margarida	141
3.1.6 Um marido afrontado	146
3.2 Publicações Portuguesas nas Seções: Variedades, Literatura e Folhetim	147
3.2.1 O ciúme de uma mulher do fim do mundo	147
3.2.2 Proezas de Mr. Hume	150
3.2.3 Os Cantos Matutinos	151
3.2.4 Os brasileiros avaliados pelos portugueses	153
3.2.5 Monumento a Camões	155
3.2.6 O Beijo	156
3.2.7 O Amor Feminil	157
3.2.8 O que são as mulheres	159
3.2.9 O Amor livre	160
3.2.10 A Mulher do Minho	161
3.2.11 Na Aldeia	163
3.2.12 Emilia Adelaide	165
3.2.13 Aos Críticos do Portugal vol d’oiseau	166
3.2.14 Promessa feita a um morto	170
3.2.15 As Mulheres de Balzac	171
3.2.16 Cartas Lisbonenses	173
3.2.17 Hermínia	194
3.3 Terceiro Centenário da morte de Camões	196
4 Considerações Finais	206
5. Referências Bibliográficas	210
Apêndices	214

INTRODUÇÃO

No Brasil, após 1822, ao longo do século XIX e do XX, a lusofilia, em matéria tanto cultural quanto política, sempre integrou, por paradoxal que possa parecer à primeira vista, o nacionalismo brasileiro, tendo sido pelo menos tão comum quanto atitudes antilusitanas, se é que não prevaleceu sobre estas.

(Souza, 2007)

1 O início de um trajeto

A epígrafe deste capítulo que inaugura a presente tese intitulada “Laços Luso-Paraenses na Imprensa Oitocentista”, tem muito a nos dizer, pois se no contexto nacional pode ser refutada a ideia geral de que prevaleceu no Brasil, após a Independência, a vontade antilusitana, no regional, especificamente no Pará, valeu o anseio tanto dos portugueses quanto dos aqui nascidos, de manutenção da cultura lusa, aliás, fortemente demarcada nesta região. Neste sentido, esse trabalho foi pensado a partir da releitura de minha dissertação de mestrado (2008), também orientada pela professora Germana Sales.

Nas pesquisas realizadas para a produção da dissertação encontramos – em jornais paraenses do século XIX, disponibilizados no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana, localizada na Fundação Cultural do Pará (Belém) – inúmeras informações acerca da presença e/ou persistência da manutenção da cultura portuguesa na Província do Grão-Pará, mesmo depois da Independência do Brasil e do Movimento da Cabanagem, cuja tentativa era de separatismo da elite portuguesa nesta província, o que nos instigou a perquirição em número total de quatro jornais e justifica o recorte temporal dado à tese de 1840 a 1880, ou seja, quatro décadas filtradas a fim de constatarmos a hipótese desse trabalho.

A temporalidade de nossa pesquisa é marcada pelo início em 1840, década de desenvolvimento do Romantismo no Brasil, quando haverá maior preocupação com o debate separatismo x unionismo na “literatura nacional”, a polêmica da *Minerva Brasiliense* (cf. Coutinho, 1968, p. 24) além de ser o ano em que é declarada a maioridade de Dom Pedro II, na época com catorze anos, quando inicia o segundo período regencial, bem como o final da Cabanagem na província paraense – 1835/1840 –, e estende-se até o ano de 1880, nessa data, especificamente em 10 de junho, era celebrado o Tricentenário de Luiz Vaz de Camões, o maior representante da Literatura Portuguesa até então, vale também apontar como referência o final do período romântico e da época de maior incidência da persistência lusa nos jornais paraenses.

A escolha desse tema deu-se pelo fato de que a Província do Pará é, vez ou outra, reportada por acontecimentos e situações singulares, que a tornam rica fonte no aspecto historiográfico, que aqui procuramos aproximar do literário ao buscar problematizar transdisciplinarmente (cf. Souza, 2006, p. 46) a investigação.

Contudo, é simplória a presença da imprensa paraense referida nas renomadas bibliografias que discorrem acerca da Imprensa no Brasil, tais como: SODRÉ (1983), BARBOSA (2010), MARTINS & LUCA (2012) e MOLINA (2015); também carece de atenção os manuais de historiografia literária que sequer fazem referência ao Pará, em termos de influência sócio cultural. Ressaltamos que Belém chegou a ser, depois do Rio de Janeiro, a cidade mais importante do Brasil, merecendo, portanto, a devida atenção nos compêndios de literatura, imprensa e periodismo.

Assim sendo, a fim de consubstanciar os assuntos abordados em nosso trabalho – a **imprensa, lusofilia** e a **Província do Grão-Pará** – valemo-nos dos estudos realizados por Roberto Acízelo de Souza (2006; 2007), Socorro Barbosa (2007; 2014), Roger Chartier (2011; 2003), Isabel Lustosa (2003), Carlos Roque (2001) entre outros.

Justificamos o ineditismo do tema ao abordar, sob a visão de centro, a perspectiva da província paraense que, em todos os compêndios e manuais literários e de imprensa, tem sido eclipsada injustamente, uma vez que a imprensa e seus derivativos chegaram ao Norte bem antes de muitas províncias influentes atualmente. Citamos, como exemplo, a província de São Paulo que teve o seu primeiro jornal impresso somente em 1827 (MOLINA, 2015, p.21) e que, na segunda metade de 1850, disponibilizava de apenas duas livrarias (MACHADO, 2010, p. 80). Ao passo que Belém recebia livros vindos diretamente da Europa por meio dos vapores que chegavam constantemente nos portos paraenses e eram anunciados nos jornais, o que denota sua relevância perante as demais regiões do Brasil, ainda que distante territorialmente da capital do país tinha uma economia quase que independente das demais regiões, mormente no período da borracha, que inicia a partir da década de 1870.

De acordo com Luca (2011, p. 125) “O estudo de publicações literárias e culturais tem rendido frutos significativos, que colaboram, inclusive, para relativizar outras periodizações e fissuras consagradas na produção historiográfica”, isto posto, surgem algumas indagações de pesquisa que coadunam com as nossas hipóteses acerca dessas preferências: I) Por que em alguns jornais paraenses do século XIX encontramos textos literários com um forte apelo português frente a tentativa de apartar a literatura do Brasil da de Portugal? II) Quais jornais paraenses dessa época divulgavam esses textos e com que intenção? III) De que maneira esses textos influenciaram a preferência e/ou a expansão do conteúdo literário no Grão-Pará?

As respostas para tais questionamentos certamente servirão de fontes bibliográficas para os que também se interessarem pela história da província paraense, em especial, no que diz respeito à presença portuguesa nesta região.

Há muito a ser investigado na imprensa paraense do século XIX, pois como bem disse, acerca dos periódicos, o jornal *Treze de Maio*, de 1856: “que brilham e dominam n’um dia para no outro serem condenados, e depois escarnecidos, e afinal deslembrados”, implica ressaltar que nosso trabalho, enquanto pesquisadores, é restaurar ou mesmo remodelar as páginas de nossa história que ficaram com lacunas por quase dois séculos, por negligência, talvez, daqueles que desconsideraram as importantes informações que esses veículos sempre tiveram.

Felizmente, historiadores, letrados, pesquisadores em geral, atualmente têm tentado apagar a descrença e/ou incredulidade que havia sobre os jornais e tem recorrido a eles a fim recuperar as informações que ficaram esquecidas. Podemos até arriscar mencionar que nunca houve tanta valorização do “jornal de ontem”, principalmente, com a expectativa hoje de melhor conhecer o passado nas “marginalidades” desses periódicos.

Fontes e Objetos de Pesquisa

O trabalho do pesquisador de fontes primárias está sempre relacionado com a identidade cultural assumida por este, pois, dependendo do tempo e do espaço, a maneira como os objetos de pesquisa são investigados modifica-se de acordo com o interesse e a sensibilidade do pesquisador. Assim, na investigação do jornal como fonte primária, por exemplo, é importante atentar não apenas para as informações nele contidas, mas, principalmente, para as circunstâncias em que este jornal foi publicado.

Desta maneira, propomos, como fonte de pesquisa, publicações encontradas em seções de alguns jornais paraenses do período oitocentista. Interessa-nos não somente o que dizem, mas, principalmente, a maneira como são ditas as notícias publicadas por esses veículos.

Para tanto, utilizamos o Jornal como protagonista dessas histórias, de alguma maneira, interditadas, pois vale indagar acerca do papel reservado à imprensa na Historiografia Nacional, mormente a Literária.

Sabemos o quanto História e Literatura caminham juntas e o tributo que devem ao jornal por ter sido veículo difusor de ambas, mormente no século XIX. Afinal, jornal era sinônimo de “enciclopédia” onde tudo se lia, desde os “editaes” do governo até o “apedido” no qual, muitas vezes, desaforos eram publicados.

Franklin Jorge (2002, p.111) justifica que “Os jornais relatam com avidez degradante os pecados de segunda ordem e fornecem-nos com a consciência dos iletrados, detalhes precisos e prosaicos sobre sujeitos completamente despidos de interesse”, e completamos, talvez, não tão desinteressados assim. Essa forma aparentemente “despretensiosa” dos jornais publicarem determinadas notícias é o que mais nos interessa nessa pesquisa.

Vale atentar para a maneira como as informações foram veiculadas: quem as publicava? Com que intenção? Para quem? Ao investigar quem publicava, o que publicava e para quem publicava podemos compreender com mais acuidade não só o contexto em que as eram noticiadas como também a perspectiva que visavam. Assim sendo, “Interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem”, Tania de Luca (2011, p. 114).

Contudo, advertimos para a importância que demos a todas as seções investigadas, haja vista que, em muitas pesquisas, determinadas dessas seções são preteridas.

Neste sentido, convém enfatizar que, para melhor consubstanciar esta tese, não foram selecionadas somente algumas seções dos jornais pesquisados, mas lidas todas as páginas dos jornais em questão, haja vista que muitas informações aqui demonstradas, encontramos em seções que, *a priori*, nada tinham a ver com o objeto pesquisado.

Assim sendo, referimo-nos não apenas àquelas seções prioritárias como: “variedades”, “miscelânea”, “literatura”, mas também às “a pedido”, “vendas”, “oficial”, “exterior”, “interior”, entre outras; o que implica dizer que em nossas pesquisas os jornais foram investigados em sua totalidade, isto porque em muitos casos, informações importantes foram localizadas em seções aparentemente sem importância.

Por isso, é pertinente atentarmos para as ponderações de Tânia de Luca acerca de tais considerações:

As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções autoatribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos próprios periódicos no momento de sua circulação. (LUCA, 2011, pp. 131/132)

Importa ressaltar que todas as informações investigadas foram analisadas no contexto de suas publicações, porém, sempre com um olhar voltado para as perspectivas que pretendiam alcançar aqueles que as faziam.

Isto posto, reunimos o *corpus* dos periódicos publicados no período de 1840 a 1880, quais sejam: *13 de Maio* (1840 a 1861), *Diário do Gram-Pará* (1853 a 1893), *Diário de Belém* (1868 a 1892) e *O Liberal do Pará* (1869 a 1889). Informamos que a escolha desses periódicos foi feita a partir da importância que cada um tinha, bem como pelas publicações, ainda, foram escolhidos de maneira a cada um ser inaugurado nas respectivas décadas apontadas na pesquisa.

As informações encontradas nos jornais pesquisados atestam a relevância destes para a (re) construção historiográfica acerca da permanência portuguesa na província do Pará, bem como ocorreu esse processo tendo os jornais como um dos principais colaboradores.

Objetivos do Trabalho e Considerações teórico-metodológicas

Em termos gerais, nosso objetivo é contribuir com a Historiografia Literária no Pará, a fim de que se possam preencher lacunas referentes aos laços literários e culturais existentes entre esta Província e Portugal no século XIX, bem como a recepção de autores e escritos desconhecidos e/ou à margem da historiografia, o que torna este trabalho objeto reflexivo acerca da permanência lusitana ao longo das décadas de 1840 ao ano de 1880 pesquisadas nos jornais.

Em termos específicos, investigamos, nos jornais selecionados, de que maneira a cultura portuguesa se manteve imbricada à cultura paraense nas publicações desses periódicos, com intuito também de averiguar se o fato de o Grão-Pará se manter atrelado culturalmente a Portugal contribuiu ou não para a aceitação da produção literária local pelas demais províncias brasileiras.

Assim sendo, objetivamos investigar a permanência e mesmo a manutenção da cultura portuguesa por meio dos jornais paraenses mais atuantes do século XIX, a começar pela década de 1840, ano de publicação do jornal *Treze de Maio* (1840-1861); da década de 1850 escolhemos o *Diário do Gram-Pará* (1853-1893) por ser o primeiro periódico com publicação diária e um dos mais importantes e influentes da época; da década de 1860, escolhemos o *Diário de Belém* (1868-1892) e o *Liberal do Pará* (1869-1889), todos de influência política e cultural na capital da Província.

Propusemo-nos, também, identificar as relações de manutenção da cultura lusa em textos literários nacionais considerando-se os contextos luso-brasileiros, bem como, discutir questões de apelo português a essa manutenção presente nos textos literários nacionais.

Ainda, observamos a natureza constitutiva dos jornais produzidos na época, no tocante à ênfase oficiosa e contestatória coexistentes, bem como o processo de influência na formação política e social do público leitor. A esse respeito, Tania de Luca (2011, p. 125) assevera que

“O estudo de publicações literárias e culturais tem rendido frutos significativos, que colaboram, inclusive, para relativizar outras periodizações e fissuras consagradas na produção historiográfica”, especificamente reportamo-nos à província paraense.

Por fim, objetivamos reconstruir, ainda que de forma incipiente, uma historiografia literária paraense através da qual possamos melhor compreender como a permanência da cultura portuguesa no Pará contribuiu para a formação de uma nova cultura, tão peculiar e local, como é a paraense.

A fim de melhor consubstanciar esta tese, buscamos embasamentos em teóricos ligados à História Cultural e Social e à Historiografia Literária, pois “história e literatura se imbricam” (LUCA, 2011). Assim sendo, valemo-nos dos jornais como documento importante para a reconstrução de nossa historiografia, pois acreditamos que as especificidades da cultura paraense resultam, em muito, das práticas culturais dos portugueses aqui residentes, não vislumbradas aqui como a cultura do dominador, mas contemplada a partir da identificação de uma pertença territorial, haja vista que havia paraense que se considerava mais português do que brasileiro.

Acerca disso, o historiador Roger Chartier argumenta que :

Durante muito tempo, a história social aceitou uma definição redutora do social, confundindo com a simples hierarquia das fortunas e das condições, esquecendo que outras diferenças, baseadas nas pertenças sexuais, territoriais ou religiosas, eram também plenamente sociais e suscetíveis de explicar a pluralidade das práticas culturais, igual ou melhor que a oposição dominantes/dominados.
(CHARTIER, 2004, p. 10)

Nesse sentido, demos preferência a todo o corpo dos periódicos pesquisados, pois acreditamos que as mais diversas publicações explicam as mais variadas práticas sociais e culturais, por exemplo: as seções “a pedido”, as notícias fúnebres, as compras e vendas, os “editaes”, entre outras que referendam esta tese.

A Composição do Trabalho

Para a efetivação deste trabalho, a tese foi dividida em três capítulos, cuja abordagem é feita da seguinte maneira: primeiro capítulo: **Permanência Portuguesa na Província do Grão-Pará**, momento em que propomos um panorama, no qual tratamos, de maneira geral, da influência do comportamento e da cultura lusa na província paraense, o *Locus* luso-paraense – mais de quarenta lugarejos paraenses cujos nomes se assemelham a locais de Portugal –, a

literatura, a economia, a imigração, a religião, a política, a culinária, e como esses fatores contribuíram para com a cultura do Pará.

No segundo capítulo, intitulado **Laços Fraternos em periódicos Luso-Paraenses**, fizemos uma cartografia desses jornais: *13 de Maio* (1840 a 1861), *Diário do Gram-Pará* (1853 a 1893), *Diário de Belém* (1868 a 1892) e *O Liberal do Pará* (1869 a 1889), selecionados segundo o critério de atuação, bem como de publicação diária para os três últimos, cuja pretensão é mostrar a atuação da imprensa desde o início do Segundo Reinado (1840), época em que a imprensa começa a se consolidar na província, até o final do ano de 1880, quando, a região vivencia o auge da *Belle Époque* e o país prepara-se para a mudança de regime governamental, ou seja o fim da Monarquia e o começo da República.

No terceiro capítulo nomeado **Entrelaços Literários na Imprensa Oitocentista**, capítulo buscamos comprovar, por meio dos textos de jornais paraenses do século XIX, o esforço empreendido por alguns paraenses e portugueses para a manutenção dos laços entre esta província e aquele país. Com as análises de textos previamente selecionados conforme o objeto da tese, no caso a “lusofilia” paraense, em contrapartida a lusofobia na maior parte das demais províncias brasileiras, apresentamos provas de ratificam a nossa tese.

Os anexos possibilitarão o acesso, na íntegra, às informações pesquisadas nos jornais microfilmados – todos disponíveis no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana, na Fundação Cultural do Pará/Centur/Belém-PA, e alguns no sítio da Biblioteca Nacional – o que também promove a divulgação de informações histórico-literárias, por muitos, desconhecidas.

1 PERMANÊNCIA PORTUGUESA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

O Pará, pela sua posição geográfica, pelo clima e pelo intercâmbio com a Europa, sofreu muito dessa influência quanto aos hábitos, a língua e o modo de viver do outro lado do Atlântico. Para os paraenses de outros tempos era bem mais fácil ir à Europa do que ao sul do país.

(MEIRA, 1990. p. 19)

Neste capítulo, pretendemos fazer um panorama acerca da presença da cultura lusitana na província paraense bem como das particularidades da região sob a perspectiva luso-paraense. De início, há que abordarmos o panorama político da Província, haja vista que não podemos dissociar a situação pela qual o país se encontrava, mormente o Grão-Pará perante a Adesão à Independência do Brasil, o Movimento da Cabanagem, e as circunstâncias pelas quais a imprensa foi instaurada por aqui.

A província do Grão-Pará, por ser uma colônia portuguesa à parte na América, pouco usufruiu dos benefícios trazidos para o Brasil após a transferência da Família Real portuguesa, em 1808. Melhorias no âmbito econômico, social e cultural ocorreram em algumas Capitâneas do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, com a instalação da Corte por lá. Sob esse aspecto, convém citar o progresso econômico-cultural desenvolvido com as construções: do Banco do Brasil, da Biblioteca Real, da Academia de Belas Artes, do Museu Nacional, do Teatro São João (atual João Caetano), da Imprensa Régia, entre outras. Boris Fausto (2015) assegura o desenvolvimento do Rio de Janeiro e a rápida expansão urbana e populacional da cidade, segundo ele:

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de ideias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando a cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

(FAUSTO, 2015, p.109)

De fato, a Capitania do Rio de Janeiro foi muito bem ambientada para adaptar a Corte portuguesa na sua, então, Colônia. Contudo, é pertinente afirmar que em meio às transformações ocasionadas pela recepção da realeza de Portugal, foi difícil preparar o território brasileiro de modo a favorecer todas as Capitâneas, haja vista que a extensão territorial do Brasil – por ser tão grande – era dividida em um número significativo delas, vinte no total.

A partir de 1821, as vinte capitâneas que a Colônia possuía tornaram-se províncias e, com a Independência do Brasil, um ano depois, as províncias vizinhas ao Rio de Janeiro – capital do país – foram as mais beneficiadas, uma vez que as melhorias estavam mais próximas destas, talvez por isso foram as que aderiram mais passivamente à decisão do príncipe regente em favor da independência do território brasileiro, diferentemente das províncias mais distantes da capital, como a do Grão-Pará, do Maranhão e da Bahia. Estas só se tornaram independentes de Portugal depois de muitas lutas e quase um ano após o sete de setembro de 1822.

Acerca da tão discutida Independência do Brasil, tanto o historiador Boris Fausto (2015), quanto o jornalista Matias Molina (2015), são unânimes em afirmar que:

Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos nas províncias os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu com o Pará. As objeções o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil, não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre as repúblicas.
(FAUSTO, 2015, P. 126)

Se a Independência parece hoje um processo natural, é oportuno lembrar que, durante um período, a maioria dos representantes do Norte e do Nordeste do Brasil nas Cortes de Lisboa apoiou a Constituição portuguesa e a união com Portugal, não com o resto do Brasil.
(MOLINA, 2015, p. 180)

Foi o caso do Grão-Pará que, durante muitos anos, mantinha os laços mais estreitos com Portugal do que com boa parte das províncias brasileiras, chegando, inclusive, a aderir à Constituição Portuguesa, em 1.º de janeiro de 1821, e tornar-se a primeira província a se pronunciar em favor da Revolução do Porto, considerada, por isso, uma província de Portugal, precisamente por sua adesão ao sistema constitucional português. (COELHO: 2012)

Não obstante a adesão, a província do Grão-Pará sempre se manteve distante das demais regiões do Brasil, principalmente da corte carioca, em virtude de ter sido uma colônia portuguesa à parte na América, o que ocasionava reclamações constantes dos representantes locais e empenho por sua autonomia. Contudo, com a Independência do Brasil, o desejo de emancipação do Grão-Pará foi cerceado em favor de sua anexação ao império brasileiro. (COELHO: 2012)

Convém assinalar que algumas das aqui citadas províncias integraram-se à nova nação à *revelia*, visto que elas tinham interesses distintos entre si, e não viam vantagem em submeter-se ao trono brasileiro, como exemplo, citamos o Grão-Pará que, sob ameaças e mortes, foi forçado a assinar sua “adesão” ao novo país.

Desta feita, em 15 de agosto de 1823, ou seja, quase um ano após a Independência do Brasil e muitos conflitos entre os adeptos da independência da região e os fiéis à Coroa Portuguesa, o império brasileiro forçou a anexação da região, não restando alternativa ao Grão-Pará a não ser fazer parte da nova nação que se constituía.

Pasquale Di Paolo (1985) descreve um dos momentos mais tristes vividos pela província paraense no contexto da Independência, o trágico episódio do “Brigue Palhaço”:

Na província do Norte, no Grão-Pará foi enviado o capitão John Pascoe Greenfell, por ordem do almirante Cochrane; e, em 15 de agosto de 1823, foi proclamada a Adesão do Pará à Independência do Brasil. Dois dias depois, 17 de agosto, foi eleita uma Junta Governativa, formada, em sua maioria, por elementos conservadores. Em outubro, organizou-se um movimento de levante popular contra a Junta, exigindo uma participação mais ampla. Greenfell foi convocado a pôr ordem em Belém; em 16 de outubro, ele derrotou os amotinados e, quatro dias depois, a pedido da Junta, mandou encerrar nos porões do brigue “São José Diligente”, depois chamado “Palhaço”, 256 paraenses, presos sem distinção. A água disponível, previamente envenenada, provocou uma morte atroz de quase todos os prisioneiros; somente quatro escaparam. Greenfell, responsabilizado pelo crime, defendeu-se alegando que não ordenou aquela carnificina; todavia ele nunca puniu os responsáveis. A chacina de 22 de outubro de 1823 constituiu um triste marco histórico no Pará, cuja bandeira de adesão formal à independência foi manchada de sangue patriótico por aqueles mesmos que a proclamaram. Era esta a independência aspirada no ideal e esperada na luta? O Pará não engoliu o crime: nesta histórica frustração de independência, simbolizada na chacina de 22 de outubro, é preciso ver as raízes da Cabanagem. (DI PAOLO, 1985, p. 49-50)

A tragédia do “Brigue Palhaço” testemunhada pelo Grão-Pará é um dos retratos que podemos observar acerca da luta pela/contra Independência em todo o país. Nesta província denota-se as profundas insatisfações geradas a partir do estado de abandono pelo qual a região estava passando. Segundo o historiador paraense Geraldo Mártires Coelho (2012):

É preciso ver também que, nas várias regiões do Brasil, como no nordeste e mesmo sudeste, interesses econômicos e políticos locais eram fortes o bastante para fazer com que a independência do Brasil fosse recusada e combatida. Vejamos o caso do Pará: por força da reação do poder militar português, somente em 1823 é que a independência do Brasil e a autoridade do Imperador D. Pedro I seriam reconhecidas. (COELHO, 2012, p. 13)

Assim sendo, no que diz respeito às províncias mais vinculadas a Portugal, damos menção à do Grão-Pará, escolhida como objeto de nossa tese, em virtude de muito se apontar os laços mais estreitos com o país colonizador, mas que poucas bibliografias são encontradas

referentes a esse assunto. Nesse sentido, convém a justificativa dada também nas palavras de COELHO (2012), que ressalta a necessidade de dar atenção aos parâmetros que levaram determinadas províncias a se comportarem em favor do Rio de Janeiro ou de Portugal:

Dessa forma, articula-se um tipo de espaço, o da região – para usar um conceito mais contemporâneo – cujos elementos constitutivos são mais densamente configurados do que uma simples delimitação espacial, geográfica, administrativa ou política. A região será, antes, uma realidade mediada socialmente pelos sujeitos da colonização, de tal forma que só pode ser considerada segundo um parâmetro sustentado por relações sociais.

(COELHO, 2012, p. 21)

É fato que boa parte da História do Brasil é contada a partir de uma visão/posição da região sudeste do país, ou, mais precisamente, de quem viveu na capital do Império (Rio de Janeiro) ou em São Paulo, as duas principais províncias brasileiras. Nesse sentido, temos uma perspectiva diferente que aqui propomos – apontar a outra margem da História cultural daquela época a partir da perspectiva do Norte, haja vista que a padronização de ideias no tocante ao contexto de Independência não caracteriza a mentalidade da época, conforme pondera COELHO (2012):

Esse conjunto de diferenças vai apresentar-se, com o seu cortejo de singularidades e de mútuos estranhamentos, no cenário da Independência, sobretudo porque o sentimento nacional, nessas condições, era muito difuso, despojado de emblemáticas mais trabalhadas, haja vista a falta de coesão social e política em torno de algo apenas vagamente percebido como sendo a pátria brasileira. Assim, as formas múltiplas como a ideia da Independência e a Independência propriamente dita foram percebidas, pensadas, aceitas, ou recusadas no Brasil; foram diretamente proporcionais ao *corpus* das singularidades materiais e mentais brasileiras, de tal modo que não se pode trabalhar com qualquer modalidade de padronização no tocante aos processos políticos e às suas correspondentes representações nos quadros de 1822.

(COELHO, 2012, p. 20)

Ou seja, é necessário compreender as circunstâncias pelas quais as diversas regiões brasileiras se posicionavam no que diz respeito aos seus interesses. O Grão-Pará, no contexto da Independência brasileira, era contrário às perspectivas adotadas pelo Rio de Janeiro, visto que a província paraense não se sentia contemplada pela situação de Independência do Brasil: “Dessa forma, o estudo da Independência do Brasil, é rico e complexo, porque diz respeito a um mundo amplo, diferente e diferenciado, que nos explica, por exemplo, que havia diferenças na ideia da independência entre homens do Rio de Janeiro e homens de Belém do Pará” (COELHO, 2012, p. 14). Ainda sobre esse assunto, o historiador paraense adverte que:

É preciso retomar a questão anterior: que relações mantinha o Pará com o Rio de Janeiro entre 1821 e 1822? A resposta a essa indagação pode ser construída, de forma

simplificada, com base em três ordens de consideração: econômica, geográfica e política. No primeiro caso, todo o fluxo comercial do Grão-Pará era fundamentalmente com Lisboa, salvo um reduzido comércio movimentado pelos ingleses na capitania depois da abertura dos portos. Em 1822, a balança comercial entre o Grão-Pará e Portugal era favorável às exportações paraenses, o que constituía um patamar seguro para uma argumentação que defendesse a continuidade das relações com a metrópole aquando dos ventos soprados pela Independência. Em termos geográficos, a posição do Grão-Pará relativamente às correntes marítimas tornava as viagens para Lisboa regulares e mais rápidas do que para o Rio de Janeiro, o que, politicamente observado, acentuava o isolamento da província em relação ao governo de D. Pedro.
(COELHO, 2012, p. 19)

Tal assertiva coaduna com a perspectiva que ressaltamos em favor da lusofilia no Grão-Pará, ou seja, a manutenção da aliança com Portugal era oportuna, já que econômica, geográfica e politicamente os laços eram mais viáveis com os lusitanos, como também culturalmente a província tinha maior representatividade, haja vista que muitos paraenses cruzavam o oceano para estudar em Coimbra ou Lisboa e retornavam de lá com novas perspectivas para a região. Conforme verificamos nas publicações do jornal *Treze de Maio*:

Correspondencia.

SENR. REDACTOR

Em carta que vi de Portugal de 4 de julho, soube que o nosso compatriota o Senr. José Coelho da Gama e Abreu, fizera um brilhante acto em Mathematicas, na Universidade de Coimbra, tomou o grau de Bacharel e se lhe passarão as suas cartas muito honrozias. Sabemos mais que foi sempre considerado n'aquella Universidade, um Estudante distincto, não só na frequência das Mathematicas, como também na faculdade de Philosophia, naqual elle também se acha já também Bacharel formado, desde o anno passado; tendo durante os annos que esteve nos estudos adequirido os maiores prêmios das duas faculdades, a que se dedicou.

Queira Senr. Redactor ter a bondade de publicar no seu jornal Treze de Maio, o que levo dicto, a fim de que a mocidade estudiosa Paraense, sigão com animo os seus estudos, pois que os seus patrícios nas diversas nações donde se achão estudando, dão provas de que os Brasileiros, são talentozos e muito estudiosos.

Sou Senr. Redactor.

S. C. 6 de setembro de 1854

L. Y. D. J. A

(*Treze de Maio*, nº. 381, 09/09/1845, p.4)

Notamos que, embora a província do Grão-Pará também tivesse proximidade com a de Pernambuco, onde havia universidade, as relações com o antigo reino prevaleciam, pois, em boa parte delas, os estudantes paraenses estavam ligados a Portugal, muitas vezes, por laços de parentesco. Contudo, ressaltamos que localizamos saídas de paraenses tanto para Portugal quanto para Recife, conforme constatamos:

Segue viagem para Pernambuco no primeiro Vapor para matricular-se na Universidade de Olinda, José de Araújo Danin; e para Portugal no primeiro Navio para continuar os seus estudos João Paulo de Araújo Danin.

(*Treze de Maio*, nº. 493, 29/03/1845, p.4)

Convém mencionarmos que as idas do Grão-Pará para Portugal, em boa parte, eram feitas por necessidades de estudos, essas mais demoradas ou para resolução de negócios, passeios, e também para tratamentos de saúde. Vejamos o anúncio no qual esse motivo foi justificado:

O abaixo assignado pretende retirar-se para Portugal, afim de tractar de sua saúde, o que faz publico em cumprimento da Lei: Outro sim faz saber, que fica sendo seu procurador, seu filho João Antonio Cypriano de Faria. Pará 4 de maio de 1847. – Manuel Cypriano de Faria.
(*Treze de Maio*, nº. 699, 05/05/1847, p.4)

Na ausência do pai, era comum o filho mais velho assumir a responsabilidade pela família, e este dava prosseguimentos nos negócios deixados pelo pai. Nesse sentido, os laços permaneciam atados entre o Pará e Portugal. Diferentemente de outras regiões e/ou províncias do país que testemunhavam um momento de lusofobia, isto é, aversão ao português, conforme assevera Mendes (2011):

A condição peculiar dos portugueses no Brasil teve também outra face não menos relevante, em que predominaram a inimizade e a intolerância contra aqueles nacionais. Compreensível num contexto de tensão pós-colonial, o antilusitanismo brasileiro se estendeu para o futuro. E acirrou em momentos críticos, chegando à violência física ao término do Primeiro Reinado (1822-1831) e durante a Primeira República (1889-1930). A lusofobia se fez assim presente por mais de um século, em estado manifesto ou de latência, veiculada em preconceitos, galhofa e atos de hostilidade cotidiana. Consequência provável do processo atípico de emancipação, em que o herdeiro dinástico do Reino metropolitano assumiu a liderança da ruptura, possivelmente nenhum outro grupo estrangeiro no Brasil vivenciou tantos ataques por motivações nacionais como os portugueses.
(MENDES, 2011, p. 20-30)

Convém enfatizar que parte dos paraenses não se isentou dessa aversão, contudo, é preciso mencionar que o país inteiro vivia sob o cenário das “revoluções” contra o governo e/ou contra os colonizadores, sendo que algumas dessas revoluções entraram para a historiografia brasileira, tais como: a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco (1832-1835), a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Sabinada, na Bahia (1837-1838), a Balaiada, no Maranhão (1838-1840), e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1836-1845). Observamos que, nessa perspectiva, o Pará teve uma das primeiras e mais longas revoluções populares da História do Brasil no final do Primeiro Reinado: A Cabanagem.

Em 1835, dez anos após Portugal ter reconhecido a independência política do Brasil, aconteceu na província paraense a maior revolta popular do país, a Cabanagem, que se estendeu até 1840. Destarte, é preciso sublinhar que o ano de 1840, data escolhida para iniciar nossas pesquisas, é um ano significativo para a província paraense, pois assinala o fim do único

movimento de cunho político nacional liderado pelo povo, que forçou a transferência da capital (Belém) para o interior da região (Cametá), haja vista que o cametaense Ângelo Custódio Corrêa fora eleito Presidente da Província, mas foi impedido pelos cabanos de assumir o cargo em Belém. Outro ponto também importante nesse período foi a aclamação da maioria de Dom Pedro II, o que ocasionou reviravoltas no cenário político local. (DI PAOLO: 1985)

Em linhas gerais,

A Cabanagem foi movimento de massa liderado, em grande parte, por representantes típicos da pequena burguesia citadina. Não vejo conotações nacionalistas ou patrióticas, senão como aspectos secundários, manifestados em circunstâncias especiais, como na reação dos cabanos aos acenos separatistas – episódio aliás muito pessoal e limitado na confabulação de emissários estrangeiros com Angelim¹. Digo realmente secundários porque o verdadeiro conteúdo do movimento repousa nas profundas contradições existentes neste contexto. O Pará se integrara ao Brasil pela adesão à Independência, mas conservava inalterado o *status quo* colonial. (SALLES, 1992, p. 129-130)

Vimos que o Pará, não obstante ter aderido à independência do país, ficara excluído das decisões mais importantes da nova nação. Nas palavras de Vicente Salles, a província permaneceu na condição de colônia, porém, daí em diante, explorada por Portugal e excluída pela capital do Brasil, o que gerou a revolução popular nomeada de Cabanagem. Importa mencionar que nesse período a Cabanagem chegou a receber apoio da Inglaterra para proclamar a independência política da Amazônia, contudo, os ideais do movimento eram outros, Di Paolo (1985), acerca da postura do presidente Eduardo Angelim, afirma que:

O presidente recebeu a oficialidade inglesa em Palácio e ofereceu um “modesto almoço”. Angelim mandou saudar a bandeira inglesa, içada conjuntamente com a brasileira; e a esquadilha inglesa correspondeu à saudação. O próprio Angelim declarou, posteriormente, que “durante o almoço... houve quem aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo ele que não trairia nunca sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido”. (DI PAOLO, 1985, p. 301).

Nesse sentido, vimos que as perspectivas da Cabanagem não eram exatamente desvincular-se do império brasileiro, visto que se mantivera fiel ao Brasil, mas reivindicava direitos. Assim sendo, “lutava-se contra governos despóticos com o objetivo de ver reconhecida a “cidadania brasileira” para todos os filhos da terra, também para os que morassem em pobres

¹ Eduardo Nogueira Angelim, jovem cearense que com apenas dezenove anos foi um dos mentores do Movimento da Cabanagem em Belém chegando a assumir a Presidência da Província.

cabanas” (DI PAOLO, 1985, p. 281), ou seja, a elite paraense, formada boa parte dela por comerciantes portugueses, que não reconhecia o direito aos trabalhadores da terra.

Vale mencionar que a lusofobia – momento em que os portugueses foram alvejados por perseguições de nacionalistas – aconteceu no Grão-Pará pelo fato de que, durante muito tempo, o poder ficou centralizado nas mãos dos portugueses, contudo, os laços “lusos-paraenses” continuavam atados.

Sobre a aversão que alguns portugueses, que residiam na província, diziam ser vítimas, citamos, primeiramente, como exemplo, um anúncio da peça teatral intitulada “A Revolução do Minho por Maria da Fonte” publicado no jornal *Treze de Maio*, nº. 811, de 24 de junho de 1848. Vejamos:

THEATRO.

Para Domingo 25 do corrente mês, a Companhia Dramatica do Theatro Providencia há de pôr em scena o Drama devidido em três actos intitulado, A REVOLUÇÃO DO MINHO POR MARIA DA FONTE; no intervallo do segundo acto os Professores da Orquesta tocarão pela primeira vez, o hymno no Conde das Antas, e no fim do drama se cantará o hymno da Maria da Fonte e findará o divertimento com hum Waudevilhe novo em dois actos chamado o Galucho.

(*Treze de Maio*, nº. 811, 24/06/1848, p. 2)

O anúncio da peça chama a atenção para a temática a respeito da política portuguesa, especialmente sobre o período da Revolução. Observe que é dito que ao término da apresentação serão executados hinos também relacionados com aquele assunto. Dez dias depois, foi noticiado, na “Parte Official” do mesmo jornal, um episódio ocorrido no dia seguinte àquela encenação da peça, sobre o qual o consulado de Portugal, representado pelo vice-cônsul Félix José Pereira Serzedelo, pedia providências ao presidente da província Jerônimo Francisco Coelho:

PARTE OFFICIAL.

Consulado de Portugal no Pará – Illm.º e Exm.º Snr. – não é meu desejo incommodar e tirar o tempo a V. Ex.^a., mas o facto acontecido no Theatro Providencia desta Cidade na noite de 25 do corrente exige de mim como Consul de Sua Magestade Fidelissima alguma demonstração, e que V. Ex.^a o não passe em silencio.

Por occasião d’ali se apresentar a Peça – Maria da Fonte – em algum dos actos d’ella aparecia uma Comica representando a dita Maria da Fonte e trazendo na mão uma bandeira Portugueza; não sei se de proposito ou por acazo começou-se a gritar da Platea – fóra a bandeira – e forão tão instantaneamente repetidos os gritos, que não houve remédio se não retirar a bandeira para dentro da Scena. O que depois se passou com as pateadas e apoupadas à peça e aos Comicos não nos importa. Entretanto tem havido entre os Portuguezes muitos que se escandilizarão, com razão, com a gritaria fóra a bandeira, como significativo de desprezo por este emblema de Nacionalidade. O Consul de Sua Magestade Fidelissima não exige algum inquérito pessoas que assim obrarão, pede com tudo que V. Ex.^a indagando do caso dê um testemunho publico de sua desaprovção, e para que se não torne a repetir semelhante facto, que se foi obrado com animo mau e acintozo, está muito longe da cordialidade e harmonia que deve reinar entre os dous Estados em perfeita paz, e não conforme do direito das gentes,

sem fallar da politica conciliadora dos dous Povos Irmãos, conducente à mutua felicidade e prosperidade d'ambos elles.
 Tenho a honra de ser com a maior consideração V. Ex.^a.
 Deos Guarde a V. Ex.^a. Consulado da Nação Portugueza no Pará 26 de junho de 1848
 – Illm.^o e Exm.^o Snr. – *Jeronimo Francisco Coelho*, Presidente desta Provincia – Pelo
 Consul – Felix José Pereira Serzedelo, Vice Consul.
 (*Treze de Maio*, n.º. 813, 814, 05/07/1848, p. 3)

Nessa publicação notamos que o consulado de Portugal manifestou-se publicamente na imprensa, solicitando esclarecimentos por parte do governo provincial, argumentando que “tem havido entre os Portuguezes muitos que se escandilizarão, com razão, com a gritaria fóra a bandeira, como significativo de desprezo por este emblema de Nacionalidade”, ou seja, os portugueses espantaram-se com a falta de cordialidade de alguns paraenses, para a qual reivindicavam soluções e “pede com tudo que V. Ex.^a indagando do caso dê um testemunho publico de sua desaprovação, e para que se não torne a repetir semelhante facto, que se foi obrado com animo mau e acintozo, está muito longe da cordialidade e harmonia que deve reinar entre os dous Estados em perfeita paz”. O officio expedido pelo consulado teve resposta do presidente da província. No mesmo dia 05 de julho, foi publicado o seguinte:

Neste momento recebo o seo officio da data de hontem relativamente ao facto occorrido na noite de 25 do corrente no Theatro Providencia, por occasião de representar-se a Comedia intitulada – Maria da Fonte – e cumpre-me declarar Vmc, que segundo as participações officiaes, que recebi, a circunstancia referida de se fazer sahir da Scena a Bandeira Portugueza, foi antes um signal de deferência a dita Bandeira, do que um desacato a ella, por quanto os expectadores exaltados, e decididos a patearem os Comicos, não o quizerão por decência fazer em prezença da Bandeira, o que logo fizerão, e estrondozamente apenas retirada da Scena.
 Fique Vmc. certo que esta Presidencia nunca consentirá a mais ligeira desatencão à Bandeira de qualquer Nação alliada e amiga, e muito menos a Portugueza, cuja Nação por tantos laços, e antigas recordações se liga estreitamente à Familia Brasileira.
 Deos Guarde a Vmc. Palacio do Governo da Provincia do Pará 27 de junho de 1848.
 – *Jeronimo Francisco Coelho*. – Snr. Felix José Pereira Serzedelo, Vice Consul da Nação Portugueza.
 (*Treze de Maio*, n.º. 813, 814, 05/07/1848, p. 3)

Em resposta ao consulado de Portugal, Jerônimo Coelho, presidente da província, respondera que “segundo as participações officiaes, que recebi, a circunstancia referida de se fazer sahir da Scena a Bandeira Portugueza, foi antes um signal de deferência a dita Bandeira, do que um desacato a ella”. Ainda que não saibamos o contexto dessas publicações, o presidente justifica-se junto ao consulado dizendo que “por quanto os expectadores exaltados, e decididos a patearem os Comicos, não o quizerão por decência fazer em prezença da Bandeira, o que logo fizerão, e estrondozamente apenas retirada da Scena”, o que significa dizer que as relações de amizade entre as duas nações eram inspecionadas pelas autoridades. Jerônimo Coelho conclui o officio garantindo as autoridades portuguesas: “Fique Vmc. certo que esta Presidencia nunca

consentirá a mais ligeira desatenção à Bandeira de qualquer Nação aliada e amiga, e muito menos a Portuguesa, cuja Nação por tantos laços, e antigas recordações se liga estreitamente à Família Brasileira”, ou seja, os laços deviam ser constantemente preservados.

O que nos permite investigar acerca da lusofilia principalmente pelos jornais, visto que havia um número significativo de portugueses sendo editores e proprietários de periódicos, além da disponibilidade de assinaturas de vários jornais vindos de Portugal com intuito de manter bem informados não só os lusitanos que aqui viviam, bem como o restante do povo paraense. Isso porque “os portugueses exerciam uma enorme influência na política, na sociedade, na economia e na imprensa do Brasil” (Molina, 2015, p.181/182), especialmente na província do Grão-Pará – acrescentamos.

O mesmo historiador afirma que “somente com a morte do antigo imperador [Dom Pedro I], em 1834, é que o interesse dos jornais do Brasil por Portugal e vice-versa esmoreceu. O cordão umbilical tinha sido completamente cortado”, contudo, não foi o que aconteceu na província paraense, tendo em conta que muitos redatores dessa província mantinham publicadas, quase diariamente, informações daquele país, além de divulgarem aos leitores a disponibilidade de assinaturas para jornais portugueses, como constatamos nos anúncios dos jornais *Treze de Maio* e *Diário de Belém*:

Quem quiser ser assignante² do novo Periodico de Lisboa, intitulado – Universo Pitoresco – muito bem acreditado no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, queirão dirigir-se a Luiz Francisco Colares para lhe mandar vir de Lisboa as coleções.
(*Jornal Treze de Maio*, nº. 64, 30/12/1840)

Figura 1

— Subscree-se para o Jornal Portuguez — O Panorama — em a loja de Ignacio Pereira da Motta, na Rua da Cudêa n.º, pelo preço annual de 3600 réis cada assignatura de 52 N.ºs
(*Treze de Maio*, nº. 653, 14/11/1846, p. 4)

Os Snrs. assignantes do Jornal – O Panorama – podem mandar receber os números ultimamente vindos de Lisboa.
(*Treze de Maio*, nº. 667, 03/01/1847, p.4)

O BRAZIL

Redactores: M. Pinheiro Chagas (director politico) e Antonio de Castilho
Pelo Jerome vieram os nº. 60 e 61 d’este jornal
SEMMANARIO. “Os imigrantes portuguezes no Brazil”. “Uma theoria ultramontana de philosophia da historia portuguesa”. “Ao Cearense”. “Guilherme Braga”. Artigos do sr. Pinheiro Chagas. Festejos em Lisboa nos dias 23 e 24 de julho. Actos officiaes. Revista de Lisboa, Porto, Provincias, Estrangeiras e Commerciaes. Folhetim. “A Guerra do Paraguay”. Pelo sr. Pinheiro Chagas.
(*Diário de Belém*, nº. 201, 30/08/1874)

² Mantivemos a ortografia, as abreviações e a pontuação conforme constavam nos jornais a fim de preservar o valor histórico e linguístico das publicações.

Observe que ainda que o periódico intitulado “Universo Pitoresco” tenha correspondentes no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o anúncio faz referência a Luiz Francisco Colares, o responsável pelas edições vindas de Lisboa e pelas assinaturas no Pará, o que denota a relação direta desta província com Portugal. Ainda no que diz respeito a essa relação, os dois anúncios do jornal *O Panorama* reiteram a assertiva visto que, o primeiro, divulgado no final de novembro de 1846, oferece as subscrições para as assinaturas do jornal português, já o segundo, publicado no início do ano seguinte, comunica aos assinantes a chegada das edições do referido periódico vindo de Lisboa. Sobre o semanário *O Brazil*, de responsabilidade dos escritores portugueses Pinheiro Chagas e Antonio de Castilho, chama a atenção pelo título, pois ainda que o nome do periódico sugerisse o país para o qual se destinava, esse tinha uma referência quase exclusiva às informações de/para um público de Portugal.

Vejamos, ainda, que há uma distância de mais de três décadas entre o primeiro e o último anúncio, o que implica dizer que os laços entre os países, sobretudo, entre a província do Pará e Portugal, permaneciam atados, principalmente por meio dos jornais de proprietários portugueses. Eram os jornais também que, muitas vezes, anunciavam empregos aos recém-chegados que aportavam na região. O anúncio publicado pelo *Treze de Maio* ratifica:

Precisão-se de dois Caixeiros para o interior da Província dos ultimamente chegados de Portugal, e podem dirigir-se a Caza de Simão Pereira d’Almeida, Rua dos Mercadores.

(*Treze de Maio*, nº. 493, 29/03/1845, p.4)

Para garantir uma boa renda, os jornais publicavam de tudo um pouco, tanto notícias do Brasil quanto do exterior, particularmente as de Portugal, uma vez que existia um público-leitor que aguardava quase que diariamente as informações divulgadas, como a notícia do falecimento da Rainha de Portugal, dada pelo *Treze de Maio*, nº. 276, de 07 de janeiro de 1854. Vejamos:

TREZE DE MAIO

– *Os súbditos portugueses, rezidentes nesta capital, quasi todos tem manifestado não equivocas demonstrações de sentimento pela prematura, e inesperada morte da SENHORA D. MARIA 2.ª, AUGUSTA RAINHA DE PORTUGAL. O luto trajado espontaneamente em geral por quasi todos os cidadãos daquela nação, e em tão remotas regiões, he a prova mais decidida, e sincera da affeição, respeito, e gratidão, que estes consagramão à sua Adorada Soberana.*

Consta-nos, que alguns dos mais proeminentes, e abastados negociantes desta praça, súbditos portugueses, se preparão para solemnizar com a maior pompa possível as Exequias da Illustre Finada em a Sé Cathedral. O mesmo nos dizem, que também pretende fazer o Consul Portuguez, o Senr. Fernando José da Silva.

O jornalismo desta capital tem dado aquella infausta noticia com vizíveis signaes de profunda magoa, o que certamente he devido não só a ser aquella Augusta Soberana publicamente reconhecida como huma VIRTUOSA SENHORA, MODELO DAS MÃES

CARINHOZAS, E DAS PRINCEZAS ESCLARECIDAS, como por que em fim extraordinário, e vaidoso orgulho corre arquejante em os peitos dos Paraenses ao recordarem-se, que de tão ANGELICA CREATURA era outr'ora a PRINCEZA DO GRAM-PARÁ, magico e primeiro symbolo de GLORIA desta Província, logo ao assomar a radiante aurora da Independencia deste gigantesco Imperio de Santa-Cruz! Orgulho, que mais recresce pela doce contemplação das Altas Qualidades Civicas, e Sociaes que ornvão aquella MAGNANIMA, E CLEMENTE PRINCEZA, que por espaço de quasi vinte annos tão sabiamente deffendeo a Liberdade dos Portuguezes, e dignamente soube sustentar com animo varonil a Coroa, e o Sceptro de seus illustres avós.

Também nos informão, que S. Ex^a. o Senr. Presidente da Provincia não poupará para iguaes demonstrações de sentimento publico, ornando todas as honras funeraes com a maior grandeza, e solemnidade possível, próprias de tão elevada personagem, logo que receba as necessárias participações officiaes.

(Treze de Maio, nº. 276, 07/01/1854, p. 4)

Os portugueses residentes no Pará, mesmo distante de sua terra natal, prestaram suas homenagens à Rainha: “alguns dos mais proeminentes, e abastados negociantes desta praça, súbditos portuguezes, se preparão para solemnizar com a maior pompa possível as Exequias da Illustre Finada em a Sé Cathedral”, mesmo fez o “Consul Portuguez, o Senr. Fernando José da Silva” e também o “O jornalismo desta capital tem dado aquella infausta noticia com vizíveis signaes de profunda magoa”. Obviamente que o presidente da província faria sua parte “para iguaes demonstrações de sentimento publico, ornando todas as honras funeraes com a maior grandeza, e solemnidade possível, próprias de tão elevada personagem, logo que receba as necessárias participações officiaes”, ou seja, ainda que o ocorrido fosse no antigo reino, as manifestações do paraenses e residentes portuguezes da província eram de igual sentimento nesse lado do Atlântico.

Essas publicidades dadas pelos jornais paraenses fazem-nos inferir acerca do público-leitor que adquiria tais periódicos com as mais variadas intenções, além de ratificar acerca das navegações que lhes eram favoráveis, como observa COELHO (2012, p. 12) “para se ter uma ideia, em 1828, vinte anos depois da Abertura dos Portos, das muitas dezenas de embarcações chegadas a Belém, pouquíssimas vinham de cidades brasileiras, enquanto a maioria era procedente da Europa e Estados Unidos”.

Quanto aos meios de transporte entre a província e a antiga metrópole, o Grão-Pará, por desfrutar de privilegiada localização para a navegação via-oceano, recebia com frequência embarcações de diversas nacionalidades, isso porque muitas dessas aportavam por aqui, que era canal de entrada e saída de muitas navegações. Assim, era mais fácil viajar para o exterior do país do que para as demais províncias brasileiras. Acerca disso, Molina afirma que:

A navegação pelo litoral brasileiro foi difícil e ocasionalmente perigosa nos tempos dos navios a vela. Os ventos e as correntes marítimas eram um obstáculo à comunicação do Norte com o Sul do País. Com frequência era mais fácil a

comunicação do Pará e do Maranhão com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. (MOLINA, 2015, p. 371)

É possível observar em anúncios de jornais da época que, na maioria das vezes, eram portuguesas as embarcações que mais aportavam na capital paraense. Na publicação a seguir, vemos que em um total de onze (11) embarcações aportadas em Belém, mais da metade delas, seis (6) eram portuguesas e das demais, apenas uma (1) era embarcação brasileira, o que denota a assertiva de Molina e dos demais teóricos utilizados nessa tese:

Embarcações Surtas no Porto:
 Pataxos Portuguezes: Julio, Jovem Matilde, Nova Olinda.
 Brigues Portuguezes: Carlota & Amelia, Nova Diana, S. João Baptista.
 Brigue Francez: Emilio
 Pataxo Austriaco: Anna
 Pataxo Brasileiro: 28 de Julho
 Pataxo Americano: Washington Barge
 Brigue Amburguez: Triton.
 (Jornal *Treze de Maio*, n.º. 73, sábado, 30/01/1841)

De fato, a região sul do país era desconhecida por boa parte dos nortistas, estes até mesmo quando precisavam de tratamento de saúde preferiam buscar a cura para suas doenças em Portugal do que em outras regiões brasileiras. Talvez pela oferta de navegação ser mais constante para Portugal – como já nos referimos, além dos parentescos serem mais constantes com aquele país, os portugueses representavam a maior colônia de estrangeiros que vivia na província.

Nesse sentido, “a importância dos portos como locais de encontro cultural é notável” (Burke, 2010, p. 71), além de acentuar a manutenção da cultura lusitana na região. Observemos o anúncio do jornal *Diário do Gram-Pará*, n.º. 28, de 04/02/1860, no que diz respeito ao movimento de entrada e saída dos navios no porto de Belém:

MOVIMENTO DO PORTO. – Navios entrados e sahidos do porto desta província no mez de janeiro.

	Entrados.	Sahidos.
Brasileiros	18	11
Inglezes	2	0
Francezes	1	0
Hamburguezes	2	1
Portuguezes	1	2
Americanos	1	3
Dinamarquezes	1	0
Oldemburguezes	1	1
Belgas	1	0
	28	18

Estrangeiros entrados e sahidos desta província no mesmo mez.

Entrados.

Sahidos.

Portuguezes	4	25
Allemlães	14	1
Belgas	7	0
Francezes	5	2
Marroquinos	2	0
Hollandezes	3	0
Americanos	1	0
	<hr/>	<hr/>
	36	28

CURRO PUBLICO, – Dia 3 – Mataram-se – 8 – Existem – 0 –
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 28, 04/02/1860, p. 3)

Pelo anúncio, houve uma diferença significativa nas entradas e saídas de navios entre os meses de janeiro e fevereiro, pois em janeiro entraram vinte e oito navios e saíram dezoito, ou seja, saíram dez navios a menos, o que significa dizer que havia um fluxo maior na entrada do que na saída de viajantes para a província paraenses; desses navios, entrou apenas um português e saíram dois. No mês de fevereiro, houve aumento tanto na entrada de mais oito navios, quanto na saída de dez navios a mais do que no mês anterior, desses, entraram quatro e saíram cinco e cinco navios portugueses, o que nos permite dizer que era grande o número de passageiros rumo a Portugal.

Sobre o tratamento dispensado pelos tripulantes dos navios aos viajantes que aportavam na província do Grão-Pará, vejamos o que foi encontrado no jornal *Diário do Gram-Pará*:

Nós abaixo assignados passageiros que regressamos da Cidade do Porto a esta na barca Paraense, damos hum testemunho de eterna gratidão aos Illmos. Srs. capitão e piloto da mesma pelas affaveis e ingênuas maneiras com que nos tratarão pelas quaes se tornão acredores da nossa estima. Pará 17 de Agosto de 1857.

Manoel Soares Apolinario.

Luiz Antonio d'Oliveira.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 183, 18/08/1857, p. 2)

Importa mencionar que esse tipo de publicação “abaixo-assinado” foi encontrado com frequência em jornais do Pará, considerando-se as condições de precariedade pelas quais passavam os passageiros dos navios à vela até meados de 1850. Nesse sentido, alguns passageiros faziam questão de agradecer o tratamento dispensado a eles ao longo das viagens: “Nessas viagens não apenas pessoas circulavam de um local para outro. Circulava também dinheiro, cultura, hábitos, costumes, tradições que essas pessoas vivenciavam no Pará e em Portugal”. (CANCELA, 2012, p. 27).

Ainda sobre as viagens referentes ao percurso Pará-Portugal, a historiadora Cristina Donza Cancela (2012) descreve que:

A viagem não era nada fácil. Os portugueses saíam de Portugal em navios a vela. Isso mesmo! A vela! Eles podiam demorar até 62 dias para chegar ao Brasil. Já imaginou, cerca de dois meses viajando? Tudo dependia do movimento dos ventos que sopravam no oceano. Além da longa viagem, as condições do navio eram bem precárias. Eram cerca de 100 a 200 pessoas dormindo no chão, em porões escuros e pequenos. Comendo arroz, peixe salgado, biscoito duro e carne. Você pode imaginar como era difícil para o imigrante viajar nessas condições!
(CANCELA, 2012, p. 12)

É possível imaginarmos as dificuldades que passavam aqueles que se dispunham a viajar sob tais condições, mais ainda, aqueles que rumavam para o Pará em busca de melhorias de vida, sob o sonho de fazer fortuna por aqui e depois retornar a Portugal, ou mesmo estabelecer-se na província. Contudo, eram poucos os que realizavam o sonho de fazer fortuna nessa região.

Nesse sentido, para lembrar a cronologia adotada para essa tese, lembramos a aclamação da maioria de Dom Pedro II, no ano de 1840, momento importante para a historiografia nacional, afinal, o novo regente do país tomava posse com apenas 14 anos de idade e assumia o trono em um momento delicado para o Brasil, a julgar pelas várias revoluções pelas quais o país passava.

Acerca da aclamação da maioria de Pedro II, encontramos jornais que publicaram a notícia com estardalhaço, exemplo do jornal *Treze de Maio*, que dedicou um suplemento exclusivo para noticiar o fato, ao que apontamos a seguir:

SUPLEMENTO

AO PERIODICO TREZE DE MAIO N.º. 23

Chegando o Paquete de Vapor no dia 23 á noite confirmou a FAUSTISSIMA NOTICIA DA MAIORIDADE DE S. M. I. a qual foi aplaudida com exuberantes provas de entusiasmo e patriotismo. Continuou a Cidade a apresentar uma linda perspectiva iluminada, soltando-se uma Cópia prodigiosa de fogos. (...) Finda a acção de Graças, entrou o Cortejo á S. M. I. na Salla do Docel, que pela primeira vez se apresentou nesta Provincia riquíssima. Começou a Parada e depois das descargas o Exm.º Snr. Presidente deu energicos Vivas á MAIORIDADE DE S. M. I. que forão correspondidos universalmente, acompanhados de todos os caracteres que distinguem os actos espontâneos do coração. (...) Logo que subiu o pano viu-se a effigie de S. M. I. e o Exm.º Snr. Presidente na companhia do Corpo Consular, deu Vivas a MAIORIDADE DO NOSSO AUGUSTO IMPERADOR; (...) e em um dos intervalos da Peça o Povo prorrompeu em Vivas a S. M. I. e ao Presidente e Commandante das Armas, e deu então largas a todo o seu jubilo e entusiasmo, reinando sempre até ao fim, ordem e harmonia, dignas do bom Povo Paraense.

A MAIORIDADE DE S. M. I. O SENHOR D. PEDRO SEGUNDO é a aurora dos bens que o Brasil aguardava; só ella podia dar golpe profundo a todos os maléficos elementos que a Discórdia aticara e espalhara sobre a terra de Santa Cruz; é e será o ponto para o qual convergirão os ânimos de todas as capacidades patrióticas. (...) Os monumentos públicos apparecem, a indústria vai crescendo e até na choupana é bemdito o nome de S. Exm.ª; a mocidade é protegida, os Educandos e Educandas prosperão, tudo aumenta-se.

(...)

A Providencia é Grande, S. M. I. e o seu Governo são illustrados, e o Grão Pará com seu digno actual Presidente e Commandante das Armas subira ao ponto a que o destinou a Natureza.

(Jornal *Treze de Maio*, n.º. 28, 26/08/1840 – suplemento)

As primeiras linhas da publicação apontam de imediato a ideia de “entusiasmo e patriotismo”, cuja tentativa é de demonstrar a aceitação e passividade do paraense perante a nova perspectiva política. O termo “patriotismo” sugere o entendimento de que o sentimento dominante é de amor e apego à pátria recém instaurada. Isso se faz valer em toda a publicação, pois, obviamente, o *Treze* era um jornal de situação, ou seja, um órgão a serviço do governo provincial, incumbido de instigar esse entusiasmo por aqui, como notamos no fragmento: “e em um dos intervalos da Peça o Povo prorrompeu em Vivas a S. M. I. e ao Presidente e Commandante das Armas, e deu então largas a todo o seu jubilo e entusiasmo, reinando sempre até ao fim, ordem e harmonia, dignas do bom Povo Paraense”. Atentemos para os vocábulos “ordem e harmonia”, consideradas “dignas do bom Povo Paraense”, se não fossem publicadas no ano em que findara a Cabanagem nessa província, talvez até pudéssemos crer que, de fato, era verdadeiro esse panorama por aqui.

Porém, é contraditório ler na sequência que só a maioria de Pedro II “podia dar golpe profundo a todos os maléficis elementos que a Discórdia atizara e espalhara sobre a terra de Santa Cruz; é e será o ponto para o qual convergirão os ânimos de todas as capacidades patrióticas”. Vimos que o cenário brasileiro era, de fato, de revoluções, maior ainda nesta província, enquanto que o publicado diz contrariamente: “Os monumentos públicos apparecem, a indústria vai crescendo e até na choupana é bemdito o nome de S. Exm.^a; a mocidade é protegida, os Educandos e Educandas prosperão, tudo aumenta-se”, sabemos que parte da cidade de Belém foi destruída nesse período, mais controverso é dizer que “até na choupana é bemdito o nome de S. Exm.^a”, haja vista que o movimento revolucionário iniciou principalmente com as classes populares, moradores de choupanas (cabanas), daí o termo Cabanagem.

O jornal apresenta um ar de contentamento que, posteriormente – em exemplo a seguir – veremos por meio do discurso de Bernardo de Souza Franco³, parece ser, no mínimo controverso em termos de desenvolvimento regional.

Com a maioria do Dom Pedro II, iniciamos, então, o Segundo Reinado, ao qual assinalamos a maior parte de nosso trabalho. Para tanto, investigamos alguns discursos políticos a fim de constatar a real situação em que o Grão-Pará estava passando e reconhecer os aspectos característicos da província pesquisada.

³ Bernardo de Souza Franco nasceu no Pará (1805) e faleceu no Rio de Janeiro (1875) exerceu diversos cargos políticos, entre eles, Presidente da Província do Pará, de Alagoas, do Rio de Janeiro, foi ministro da Fazenda e das Relações Exteriores.

Com a abertura da Assembleia Legislativa Provincial no Pará, no ano em que se “comemorava” aniversário da Adesão do Pará à Independência do Brasil (17 anos em 15/08/1840), o quadro político foi invertido, assim, foi possível perceber, nas divulgações do *Jornal 13 de Maio* (nº. 25, de 15/08/1840), o esforço empenhado para abrandar o ressentimento daqueles que tiveram o ideal de nação frustrado e teriam que se subjugar aos desmandos do novo império.

DIA 15 DE AGOSTO

Aniversário na Provincia da Independencia Politica do Imperio, e dia da abertura da Assembleia Legislativa Provincial

O dia d’hoje deve ser grato aos corações Paraenses, ele deve encher de patriótico jubilo aquelles, que sinceramente palpitaõ pela prosperidade da Patria! Elle recorda a grande época nacional, em que a Provincia, levada pela magica voz da natureza, e trilhando altiva os soberbos passos de sua co-irmãs, soltou o brado heroico = INDEPENDÊNCIA OU MORTE!!! =

(...) Que majestosa coincidência! que turbilhão de patrióticas ideas não ocupou em tal momento o pensamento arrebatado desse Povo pacífico, obediente, e leal!

(...) S. Ex^a. com alegria, que o caracteriza, tomando o assento próprio, recitou o seo luminoso Relatorio, no qual tocou, a nosso ver, em todas as necessidades da Provincia, apontando os melhoramentos, e os meios que lhe parecerão mais convenientes para satisfazê-los. Não nos sendo possível publicar neste número as mais interessantes peças em outros, não nos podemos todavia dispensar de dar a nossos subscriptores a leitura do proemio, e da conclusão do Relatorio do Exm.º Presidente. Delles ver-se-ha com evidencia o credo politico de S. Ex^a., e bem assim o ardente interesse, com que se dedica as cousas publicas da nossa Provincia.

(...) Ponho termo, Senhores, ao presente Relatorio, não como desejava, mas como foi possível: a vos incumbe preencher as lacunas que encontrardes, não filhas da liberação, sim das circunstancias. A Secretaria do Governo vos ministrará todos os esclarecimentos, de que necessitardes, e o Presidente será franco, e solícito em vos coadjuvar quanto as suas forças caiba, na grande obra da prosperidade da Provincia.

(...) Conta-nos, que à noite haverá uma representação no Theatro União, e deste modo se concluirá um dos maiores dias da Provincia, um dia consagrado todo a satisfação, ao contentamento, ao gosto de uma tranquilidade sem par, e a esperança de anhelados benefícios. Queira a providencia Divina conservar inalterável a harmonia das primeiras Authoridades, e Poderes Provinciaes, e nutrir-lhes a ambição, que os anima pelo bem estar da nossa Provincia!

(*Jornal Treze de Maio*, nº. 25, 15/08/1840)

Pela notícia do evento podemos compreender as circunstâncias pelas quais o Pará estava sujeito, como podemos notar no excerto: “O dia d’hoje deve ser grato aos corações Paraenses, ele deve encher de patriótico jubilo aquelles, que sinceramente palpitaõ pela prosperidade da Patria!”, isto é, pelo imperativo explicitado na divulgação, compreendemos o patriotismo cobrado pelo periódico, o qual incita a província paraense a trilhar os passos de suas “co-irmãs” que saltaram o “brado heroico = INDEPENDENCIA OU MORTE!!!” e aderiram a independência do Brasil.

Pela publicação, é possível aventar que a data escolhida para abertura da Assembleia Legislativa Provincial não foi fruto de coincidência, como sugere o redator: “Que majestosa coincidência!”, haja vista que para os deputados, bem como para o presidente da província, era imperativo – como o verbo sugeria – que aquele dia permanecesse na memória dos paraenses, aqui caracterizados como “Povo pacífico, obediente, e leal”, contudo, o movimento da Cabanagem mostrava exatamente o contrário.

A divulgação denota a defesa do redator em favor da Assembleia Legislativa Provincial quando ele, acerca do “luminoso Relatório” do presidente, assegura que o presidente foi solícito para com as necessidades da província, ao dizer “a nosso ver, em todas as necessidades da Província, apontando os melhoramentos, e os meios que lhe parecerão mais convenientes para satisfazê-los”. Além de imprimir, no discurso do presidente, o otimismo e a confiança de que a província precisava: “Presidente será franco, e solícito em vos coadjuvar quanto as suas forças caiba, na grande obra da prosperidade da Província”, era mister ratificar a boa impressão no paraense, pois como as demais províncias brasileiras, a do Pará iniciava “trilhando altiva os soberbos passos de sua co-irmãs”, e alguns jornais eram veículos favoráveis para essa constituição, conforme afirma MOLINA:

Desde seu nascimento, a imprensa brasileira foi eminentemente política e, por um longo período, mais doutrinária do que informativa. Os jornais participaram e talvez tenham sido o elemento decisivo nos debates que se travaram nas décadas de 1820 e 1830 para definir o rumo que o país, saindo da condição de colônia, deveria tomar, e para a formação da nação.
(MOLINA, 2015, p. 362)

Essa manifestação de apreço e aprovação da Assembleia pelo jornal denota o empenho do governo local em demarcar o “15 de Agosto” como uma data de “Adesão” e não de rebelião como de fato aconteceu. Nessa publicação, é possível contemplar uma realidade díspar do que ocorreu na região após a Cabanagem. Ao assegurar aquele dia como “um dos maiores dias da Província, um dia consagrado todo a satisfação, ao contentamento, ao gosto de uma tranquilidade sem par, e a esperança de anhelados benefícios”, percebemos a tentativa de abrandar uma realidade ainda ressentida, ao dizer “Queira a providencia Divina conservar inalterável a harmonia das primeiras Authoridades, e Poderes Provinciaes, e nutrir-lhes a ambição, que os anima pelo bem estar da nossa Província!”.

Assim, podemos perceber a importância dessas publicações, cujo propósito era convencer os leitores acerca da “tranquilidade” que assolava a província. O jornalista Matías Molina admite que:

A imprensa foi fundamental para que o país encontrasse um caminho nesse caos de tendências. Algumas províncias demoraram vários anos para aceitar o Brasil como país independente, o Rio de Janeiro como capital e d. Pedro I como monarca constitucional. Preferiam depender de Lisboa.
(MOLINA, 2015, p. 181)

No que diz respeito à imprensa paraense, há que se atentar para uma perspectiva de contraste perante outras províncias, tendo em conta que percebermos nos discursos publicados uma constante insatisfação do político local. O que denota o papel dúbio e duplo da imprensa, ou seja, alguns jornais paraenses, dependendo da circunstância política em que viviam acabavam assumindo posturas “a favor ou contra” o governo, exercendo dessa maneira dois papéis sociais: o de informar e, ao mesmo tempo, influenciar a população acerca dos fatos ocorridos na província.

Ainda sob o ressentimento da “Adesão” é possível notar no discurso do deputado Bernardo de Souza Franco, publicado pelo *13 de Maio*, em 18/08/1840, a insatisfação perante o governo brasileiro, no que diz respeito a má distribuição de vagas para deputados bem como o descaso e o abandono em que a população paraense se encontrava: “a província tem cerca de 300.000 habitantes, dos quaes cerca de 160.000 são livres e civilizados, 40.000 escravos, e 100.000 Indios selvagens”, apesar disso “e no entretanto o Pará dá só 3 deputados!”.

DISCURSO pronunciado pelo Exm.º Sr. Deputado Bernardo de Souza Franco na Sessão da Camara Geral Legislativa dia 4 de junho deste anno.

(...) Senhores, eu tratarei particularmente da provincia do Pará, cujos interesses advogo. O nobre deputado disse que se não tem tratado de estatística: mas eu devo fazer ao meu antecessor na presidência desta provincia a justiça de declarar que quando eu cheguei ao Pará tinham-se expedido ordens para se tratar de verificar o censo da população, que já estava adiantado e continuando eu nessa importante diligencia, alguma cousa conclui, e pude conseguir mappas da população de quasi toda a provincia.

(...) Diminuindo, pois, em uns districtos, e augmentando em outros, correção de que eu julguei precisarem os mappas, vim à conclusão de que a provincia tem cerca de 300.000 habitantes, dos quaes cerca de 160.000 são livres e civilizados, 40.000 escravos, e 100.000 Indios selvagens, as quaes em verdade só se avalião por estimativa, e este he o calculo mais baixo que tenho visto e posso fazer dos Indios bravios do Pará, os quaes muita gente entendida na matéria eleva a 200.000.

(...) Considerando, pois, o Pará com 300.000 habitantes, devia ele ter 7 deputados, em relação ao Rio de Janeiro, que tem 441 mil habitantes, e dá 10 deputados; deveria dar 12 deputados, em relação ao Ceará, a quem se contão 200 mil habitantes e dá 8 deputados; devia dar 15 deputados, em relação á Parahyba e Alagoas, cujos habitantes se orção por 100 mil cada uma, e dão 5 deputados; e no entretanto o Pará dá só 3 deputados!

(...) Mas dir-se-ha talvez que essas provincias tem progredido, ao passo que a do pará tem estado estacionaria; este argumento, porem, não prova nada; porque se falla do presente, e supposto o augmento dellas, e nunca a diminuição do Pará, que a não tem tido; e conceda-se mesmo que a população das outras a que me refiro tem augmentado, ainda assim não pode o accrescimo passar de um quarto ou de um terço; e não destroe

a desigualdade que notei, desigualdade em que também estão as províncias de Maranhão, Sergipe e Santa Catarina, as quaes, à vista de seus mappas de população, tem direito a algum augmento de representação.

A província do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, tão importantes e tão numerosas as suas necessidades, que he mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa, para que mais penetrantes vistas possam atender às suas precisoens. Pelo lado das rendas também não he o Pará de pouca consideração, e no ultimo anno financeiro, não obstante as desordens por que passou, não obstante, algum extravio de rendas que eu descobri e demostrei e procurei prevenir, e não obstante virem-lhe as fazendas estrangeiras pela mor parte despachadas em Maranhão, ainda assim foi a sua renda provincial de 230.799\$524 reis arrecadados, ficando 24.570\$579 rs. Lançados, e por cobrar, e de renda geral 255.043\$681 rs. e se, como devera, fosse ella toda arrecadada, chegaria a 600.000\$ rs., o que já não he pouco para província que faz negocio só com seu interior.

(...) A sorte factura mesmo da província depende do melhoramento de sua representação, e eu ousou dizer que se a província tivesse sido bem representada sempre no numero de deputados, ella não teria talvez soffrido uma revolução que lhe fez passar por todos quantos horrores se podem imaginar, que a privou de creca de 10 à 12 mil habitantes, que só em perda positiva de propriedade, e sem contar cessação de ganhos, de interesses, de trabalho, não desce de 8 ou 10.000 contos de reis, e que ao thesouro gastou improductivamente além de 4 ou 5.000 contos de rs.

Ter-se-ão tomado medidas a tempo, a desordem não teria apparecido, ou teria sido soffocada em tempo, e o Pará não teria de chorar por largos anos lagrimas de sangue sobre tantos horrores. Eu peço pois a câmara que tome em considerações minhas razões, que veja e attenda a que o exemplo já está dado anteriormente com o augmento das deputação de algumas províncias, e que qualquer medida tomada para o Pará e mais províncias de que fallei não pode servir de regra às outras (...).

[J. do Com. N.º. 152]

(Jornal *Treze de Maio* n.º. 25, 18/08/1840, pp 117-118)

Segundo o discurso, a província paraense encontrava-se prejudicada pelo menor número de deputados “em relação ao Rio de Janeiro, que tem 441 mil habitantes, e dá 10 deputados; deveria dar 12 deputados, em relação ao Ceará, a quem se contão 200 mil habitantes e dá 8 deputados; devia dar 15 deputados, em relação á Parahyba e Alagoas, cujos habitantes se orção por 100 mil cada uma, e dão 5 deputados”, o que causava menor desenvolvimento na região, como é assegurado no discurso: “Mas dir-se-ha talvez que essas províncias tem progredido, ao passo que a do Pará tem estado estacionaria”.

Ainda no discurso é enfatizado o distanciamento da região em relação à capital do Império e as demais províncias: “A província do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, tão importantes e tão numerosas as suas necessidades, que he mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa”, e também “para que mais penetrantes vistas possam atender às suas precisoens”. Obviamente, esse é um discurso cujo o apelo político para aumentar o número de deputados é latente, não obstante, por meio dele, podemos ter um panorama da situação política e econômica pela qual passava o Grão-Pará.

No que diz respeito às finanças, o parlamentar afirma que “Pelo lado das rendas também não he o Pará de pouca consideração”, apesar da província ter sofrido com a Cabanagem e ter perdido espaço comercial para o Maranhão, mesmo assim no “ultimo anno financeiro, não obstante as desordens por que passou, não obstante, algum extravio de rendas que eu descobri e demostrei e procurei prevenir, e não obstante virem-lhe as fazendas estrangeiras pela mor parte despachadas em Maranhão”, ainda assim “foi a sua renda provincial de 230.799\$524 reis arrecadados, ficando 24.570\$579 rs. Lançados, e por cobrar, e de renda geral 255.043\$681 rs. e se, como devera, fosse ella toda arrecadada, chegaria a 600.000\$ rs., o que já não he pouco para província que faz negocio só com seu interior”.

Com efeito, as reivindicações do deputado fazem notar que mesmo a província tendo um papel relevante na economia brasileira – considerando-se o início do período de extração do látex, que compreendeu à fase áurea da borracha –, ela era preterida perante outras regiões, o que fazia com que o parlamentar paraense predissesse que “A sorte fuctura mesmo da província depende do melhoramento de sua representação, e eu ousou dizer que se a província tivesse sido bem representada sempre no numero de deputados, ella não teria talvez sofrido uma revolução que lhe fez passar por todos quantos horrores se podem imaginar”, além de lembrar aos governantes o fatídico movimento cabano, que se fosse “reprimido” a tempo o “Pará não teria de chorar por largos anos lagrimas de sangue sobre tantos horrores”.

É perceptível a influência do parlamentar nesse jornal pelo fato de este não ser o único discurso que o referido veículo noticia, mas vários do mesmo deputado. Em outros discursos, do dia 10/10/1840 (*Treze de Maio*, n.º 41) ele ainda reivindica: “Eu queria mesmo fallar do desleixo, do abandono em que tem estado a província do Pará quanto à força militar” e mais “Eu olho para o futuro, em que o Pará pode ser governado de outra maneira, isto he, quando se principiar a colonisação, quando se estabelecer a navegação por vapor do Amazonas, quando a população toda se for entregando ao trabalho”, vemos a preocupação do parlamentar a respeito do desenvolvimento da região.

RIO DE JANEIRO.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS.

Na sessão do dia 27 de Maio, discutindo-se a Lei da fixação das forças de terra, o Snr. Deputado Bernardo de Souza Franco em uma interessante discussão, disse:

Eu queria mesmo fallar do desleixo, do abandono em que tem estado a província do Pará quanto à força militar. À minha sahida da presidência em fevereiro de 1840, bem como à minha entrada em abril de 1839, estava o 4.º batalhão de caçadores em operações no Amazonas, isto he, na parte principal e mais importante da província, onde havia guerra, e não pequena, e se combatia como inimigos.

(...) Sobre as promoções na província do Pará, devo dizer que attribuo o se não ter com facilidade suffocado as desordens occorridas no Pará principalmente ao abandono em que o governo tem deixado ali a classe militar: quando rebentou revolução no Pará

não havia 16 annos, não podendo continuar na carreira, que não lhes offerencia prospecto algum de adiantamento, pedirão baixa: outros forão para destacamentos longínquos, onde perderão até os últimos vestígios de brio, pundonor militar, e propensão para a guerra.

(...) He preciso que cesse o abandono, em que a classe militar tem estado na província do Pará, porque he preciso que o Pará tenha força militar. Eu olho para o futuro, em que o Pará pode ser governado de outra maneira, isto he, quando se principiar a colonisação, quando se estabelecer a navegação por vapor do Amazonas, quando a população toda se for entregando ao trabalho; então será tempo de dispensar a província a grande força militar que tem; mas emquanto o Amazonas não for navegado por vapor, emquanto a população se não tornar laboriosa, indispensável he que conservemos força para as nossas fronteiras, onde por mais de um ponto já o estrangeiro visinho ousou estabelecer-se para povoar esses imensos desertos.

(...) O Pará a este respeito tem estado em perfeito abandono: as promoções se limitarão a meia dúzia de officiaes; e em quanto official houve que chegando em alferes voltou em major, muitos ficarão no Pará que são alferes há 16 annos, como vi de sua relação de conducta (...).

(Do Jornal do Commercio N.º. 145)
(Jornal *Treze de Maio*, n.º. 41, 10/10/1840)

Pela queixa de Bernardo de Souza Franco, podemos aventar que não era interessante para a capital do país – Rio de Janeiro, no caso – enviar reforços militares para uma província que representava uma ameaça à nação, visto que, como sabemos, essa região vivia em uma constante insatisfação com o contexto político do país. O que nos faz acreditar que esse abandono em relação ao Pará poderia ser uma certa cautela brasileira para se evitar a rebelião contra o governo.

No dia 21/11/1840, o jornal (*Treze de Maio*, n.º. 53) publicou que “O Sr. Souza Franco entende que a economia he muito justa e a proposito; mas que economias e relações há que, levadas a excesso, trazem mui graves inconvenientes”, como aconteceu com a província paraense que “tal he a economia que faz a commissão, reduzindo a consignação de 83.812\$ reis, para o arsenal da província do Pará a 40 contos de reis”. Ou seja, uma redução de cinquenta por cento nos recursos.

Por fim, o *Treze de Maio*, (n.º. 56, 08/12/1840) ainda publica “eu já tenho dito nesta casa, e he sabido que o Pará perdeu cerca de 12.000 almas com as ultimas desordens⁴, sendo grande numero da classe tapuia, que, como homens simples, poderão ser mais facilmente seduzidos, e depois pagarão por seus mestres e seductores” e com esta gente “he a que principalmente tripula as canoas e barcos do negocio do interior, onde tudo he conduzido por agua e nada por terra e a cavallo, já a província sente delles falta, e não pode soffrer que um grande numero lhe seja tirado”. Ou seja, a grande dificuldade, ressaltada pelo parlamentar, decorre das perdas humanas ocasionadas pela revolta cabana e pela falta de estradas na província.

⁴ O parlamentar refere-se à Cabanagem.

DISCURSO pronunciado pelo Exm.º Sr. Deputado Bernardo de Souza Franco na sessão da Camara Geral Legislativa: dia 7 de Julho deste anno.

(...) Falla-se por ventura dos Indios civilizados ou dos bravios? Qualquer destas espécies de Indios he em verdade muito própria para marujos; porque o Pará he todo cortado de rios, e qualquer Indio he ou se torna facilmenete bom marinheiro; porém eu já tenho dito neste casa, e he sabido que o Pará perdeu cerca de 12.000 almas com as ultimas desordens, sendo grande numero da classe tapuia, que, como homens simples, poderão ser mais facilmente seduzidos, e depois pagarão por seus mestres e seductores; e com esta gente he a que principalmente tripula as canoas e barcos do negocio do interior, onde tudo he conduzido por agua e nada por terra e a cavallo, já a província sente delles falta, e não pode soffrer que um grande numero lhe seja tirado. (...) Se porem se falla dos Indios bravios, ainda maior he a difficuldade, senão o damno, para a província; e como as malocas e tribos fogem e dispersão-se e se entranhão quando se lhes tirão indivíduos maiores, ou mesmo seus filhos, o rezultado de recrutar nellas será difficultar cada vez mais a catequese e civilização dos innumerados Indios que habitão a província, e que tão útil seriam se aldeados e applicados a trabalhos certos e productivos. (...) Recrutem-se embora no Pará os 500 marujos que são ali precisos; porque por algum tempo precisa conservar na província 10 ou 12 pequenas escunas; troque-se mesmo parte desta gente por outra do Sul, porque os recrutas não servem taõbem em sua própria província onde tem muitos incentivos, e meios de desertar; mas não se nutra nunca a idea de encher a marinha com grande numero de Indios do Pará, como se disse nesta casa, e era opinião de um ministro anterior ao actual Sr. Ministro da marinha. (Periódico *Treze de Maio*, nº. 56, 08/12/1840)

Outrossim observamos que o parlamentar reclama do recrutamento dos índios bravios da região, argumentando a dificuldade de “civiliza-los” e sugere investimentos na área para que os índios possam trabalhar e produzir riquezas para a região e “não se nutra nunca a idea de encher a marinha com grande numero de Indios do Pará”. Melhor dizendo, a mão de obra indígena seria muito mais útil e produtiva para o país se fosse empregada no trabalho certo, ou seja, tornar o indígena escravo, e não o desperdiçar pelas forças da marinha.

Mais de uma década depois da polêmica com os indígenas e com a carência de mão-de-obra, o mesmo jornal *Treze de Maio* publicou o seguinte documento, expedido pelo governo provincial:

N.º. 263.

13 de outubro de 1854.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS, DO CONSELHO DE SUA Magestade o Imperador, VEADOR DE SUA Magestade a Imperatriz, BACHAREL EM MATHEMATICAS, COMMENDADOR DA ORDEM DE SÃO BENTO DE AVIZ, TENENTE CORONEL REFORMADO, DEPUTADO A ASSEMBLEA GERAL LEGISLATIVA PELA PROVINCIA DE PERNAMBUCO, E PRESIDENTE DA DO GRAM-PARÁ.

Faço saber a todos os habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte:

Art. 1.º He autorizado o Presidente da Provincia a despende annualmente pelo Thesouro Publico Provincial quarenta e oito contos de réis com os meios precisos para promover a emigração de pessoas livres da Europa para esta Provincia, devendo preferir entre outras as que forem nascidas em Portugal, e na Galliza.

Art. 2.º O Governo contratará aqui, ou nos portos de Portugal, e Galliza, por si, ou por intermédio de seus agentes, a vinda dos emigrados sob as seguintes bases:

1.º Passagens, e comedorias gratuitas, e sem retribuição alguma, para todos os que quizerem emigrar.

2.º Cada uma passagem com as competentes comedorias não excederá de quarenta e oito mil réis em moeda do Império, sendo dos portos de Portugal, ou Galliza; d'outros lugares, porém, fica ao arbítrio do Governo estipular o preço.

3.º O pagamento das passagens será realizado nesta capital pelo Thesouro publico Provincial oito dias depois do desembarque dos emigrados.

4.º Na escolha dos emigrados não se attenderá se não a idade, moralidade, e ao estado de saúde, devendo-se por isso procurar somente os moços, os morigerados, e os sadios.

Art. 3.º Ao chegarem os emigrados a esta Capital o Governo lhes prestará toda a possível hospitalidade por espaço de oito dias, findos os quaes ficará desobrigado da continuação desse favor.

Art. 4.º O Governo sollicitará dos agentes consulares Brasileiros, residentes nos lugares da emigração todo o auxilio, e coadjuvação para os emigrados, e expedirá os necessarios regulamentos, e instruccões para a execução da presente Lei particularmente para a obtenção do bom tratamento dos emigrados durante a viagem.

Art. 5.º Fica em seu inteiro vigor a Resolução nº. 226 de 15 de Dezembro de 1853, e revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo da Província do Gram-Pará aos treze dias do mez de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigésimo terceiro da Independencia e do Imperio.

L. S.

Sebastião do rego Barros

Francisco Carlos Marianno, a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo a 13 de Outubro de 1854.

O Secretario João Silveira de Souza.

Registrada a fl – do Livro de Leis e Resoluções Provinciaes. Secretaria de Governo da Província do Pará 13 de Outubro de 1854.

João José Pereira.

(*Treze de Maio* nº. 398, 20/10/1854, pp. 1 e 2)

Era grande o interesse do governo paraense em receber mão-de-obra europeia, mormente a portuguesa, uma vez que pela língua falada ser a mesma, havia maior facilidade de comunicação e, conseqüentemente adaptação do imigrante, para os quais foram disponibilizados “quarenta e oito contos de réis com os meios precisos para promover a emigração de pessoas livres da Europa para esta Província, devendo preferir entre outras as que forem nascidas em Portugal, e na Galliza”. As propostas eram tentadoras, especialmente para os povos que viviam em meio às crises político-econômicas, como era o caso de Portugal.

Aos portugueses que desejassem imigrar para a região eram a ofertadas “Passagens, e comedorias gratuitas, e sem retribuição alguma”, além disso, “Ao chegarem os emigrados a esta Capital o Governo lhes prestará toda a possível hospitalidade por espaço de oito dias, findos os quaes ficará desobrigado da continuação desse favor”, sob condições de permanecerem na província.

Com esses excertos vimos informações possíveis de consubstanciar questões relacionadas à resistência enfrentada pelo Grão-Pará, no que diz respeito a sua Adesão ao

Estado brasileiro, além das situações adversas vividas por paraenses e portugueses que aportavam na região, o que ratifica que a província do Grão-Pará carecia de assistência da corte justamente por estar deslocada da capital do novo império e continuar atrelada a Portugal.

Como podemos notar pelas investigações feitas principalmente nos fragmentos dos discursos citados, a primeira metade do século XIX, na província do Pará, depois da Independência do Brasil, foi marcada por revoltas e reivindicações junto a capital do Império, tendo em conta que depois da Cabanagem o Pará ficou à mingua de recursos e assistência do Rio de Janeiro, então capital do país.

Sob a perspectiva de desarticulação da ideia de nação, convém assinalarmos o pensamento de Ianni (2004) que assegura que desde o período imperial até os dias atuais:

Os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, vistos em conjunto e em suas relações mútuas reais, apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado. O que tem sido um dilema brasileiro fundamental, ao longo do Império e da República, continua a ser um dilema do presente: o Brasil se revela uma vasta desarticulação. O todo parece uma expressão diversa, estranha, alheia às partes. E estas permanecem fragmentadas, dissociadas, reiterando-se aqui ou lá, ontem ou hoje, como que extraviadas, em busca de seu lugar. (IANNI, 2004, p. 177)

Nesse sentido, não foi tranquila a “Adesão” dessa província à Independência brasileira, basta ver que os laços existentes com Portugal permaneceram atados por longa data, os quais podem ser lembrados nos traços arquitetônicos, políticos e culturais deixados pelos lusitanos.

1.1 COLONIZADORES PORTUGUESES EM TERRAS PARAOARAS

O que faz as pessoas de uma cultura sentirem-se atraídas por outra é, muitas vezes, a ideia de uma prática análoga à sua própria e, assim, familiar e estranha ao mesmo tempo. Seguindo essa atração, as ideias ou práticas das duas culturas passam a se parecer mais umas com as outras.
(Burke, 2008, p.56)

O Grão-Pará, certamente, está entre as províncias brasileiras que mais receberam imigrantes portugueses, de cada dez estrangeiros que residiam na região, oito eram portugueses. A localização desta província, bem como os costumes cultivados por aqui, servia de incentivo para aqueles que se deslocavam, prova disso são os variados anúncios que disponibilizavam mão-de-obra branca. Sobre esse fato, o escritor português Francisco Gomes de Amorim, que migrou para o Brasil com menos de dez anos, reportou em seu livro *Cantos Matutinos* :

Foi então que os engajadores, espalhando notícias exageradas, ou falsas, acerca das enormes riquezas do Brasil, e da facilidade com que ellas se obtinham, conseguiram desvairar um grande numero de rapazes da minha aldeia. Meu irmão Manuel foi uma das victimas, se não engajada, enganada pelos alliciadores. Para o acompanharmos ao *bota-fora*, eu e a minha família fizemos a jornada do Porto. Alli nos demoramos até quasi a saída do navio que devia conduzir-o, e como eu ia a bordo todos os dias, os agentes procuravam seduzir-me para que fosse também para o Brasil, promettendo levar-me quase de graça. Incintaram-me tanto, e tão saudoso eu me sentia do irmão, que era o meu braço direito nas brigas escolares, que por fim pedi a minha mãe que me deixasse seguir o meu destino.
(AMORIM, 1858, p. v-vi)

Assim como os irmãos Manuel e Francisco Gomes de Amorim, outros jovens portugueses viajavam para o Brasil antes mesmo de completar quatorze anos, idade em que eram recrutados pelo serviço militar português. Para evitar o recrutamento e tentar melhorar a vida, embarcavam no sonho da fortuna fácil nas terras paraenses. Cancela (2012) afirma que esses jovens:

Viajavam sozinhos, sem a família nuclear, ou seja, o pai, a mãe e os irmãos. Eles aportavam no cais do Ver-o-Peso, muitas vezes com uma foto antiga, entregue pela mãe, de um tio ou conhecido que aguardava no cais, para dar abrigo nas novas terras. A foto era para que ele reconhecesse a pessoa que o pegaria no cais. Às vezes, também levavam uma carta identificando-o ao amigo ou parente da família que vivia em Belém.
(CANCELA, 2012, p.20)

Obviamente, isso não agradava o governo português, mas muitos colonos não resistiam à ideia de fazer fortuna no Brasil para depois retornarem endinheirados para seu país. Porém, não era o que acontecia, na maioria das vezes, com os que por aqui chegavam. Às vezes, passavam dificuldade para encontrar bons empregos ou adaptarem-se ao clima e costumes da região.

Importa ressaltar que foi a partir da década de 1840 que a província paraense passou a receber um crescente número de imigrantes portugueses, para melhor explicitar a informação, velemo-nos da tese de doutorado de Luiz Antonio Valente Guimarães (2016), na qual ele aponta que no ano de 1842 foram solicitados 152 passaportes para o Pará, sem contarmos com os portugueses que entraram ilegalmente por aqui e mesmo depois da abertura dos portos às nações estrangeiras os portugueses eram a maioria de imigrantes na província.

Os jornais estampavam com frequência em “Avisos Diversos” portugueses a procura de emprego. Inclusive mulheres dispostas ao trabalho doméstico, pois as criadas advindas da Europa davam um certo *status* aos patrões, considerando-se que, muitas delas, sabiam cozinhar novas receitas culinárias ou mesmo aquelas bem apreciadas em seu país de origem. Acerca da imigração da mulher portuguesa no Grão-Pará, Cancela (2012), adverte que:

Embora em menor número que os homens, as mulheres portuguesas se fizeram presentes na imigração para o Pará, realizando as longas viagens pelo Atlântico sozinhas, ou acompanhadas de seus filhos, algumas casadas, outras viúvas ou solteiras. Algumas proprietárias, outras trabalhadoras. Mulheres que vinham ao Pará em busca de trabalho, meios de sustentar a família, acompanhar o marido ou resolver questões familiares.

(CANCELA, 2012, p.22)

Algumas portuguesas que aportaram na província buscavam emprego como criadas, engomadeiras, costureiras, amas-de-leite, entre outras ocupações. O jornal *Diário do Gram-Pará* divulgou, por várias vezes, anúncios do tipo:

AVISOS DIVERSOS

Nesta typ. se diz quem inculca uma moça portugueza para servir de criada n'uma caza de família.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 148, 05/07/1858, p. 3 – avisos diversos)

Mas entre essa mão-de-obra feminina que desbravava oceano em busca de emprego na província, vinham também muitos menores, às vezes, recomendados a algum parente ou conhecido português estabilizado economicamente na província. Tais informações, muitas vezes, são encontradas em anúncios inusitados, como este:

NOTICIA FUNEBRE

No domingo 9 do corrente falleceu da febre amarella um rapazinho portuguez, que ha pouco tempo havia chegado a esta capital, vindo recommendado ao sr. Antonio Rabelo Guimarães; fôra creado em Portugal pelo pai deste sr., o qual para cá o mandára, visto que com razão contava com a proteção de seu filho para arrimo de seu pupillo. Contava apenas 13 annos de idade e nesta terra só viveu 40 dias!

Tam fortemente o accommeteu, a febre que, dentro em 3 dias, succumbio, apezar dos grandes esforços empregados pelo hábil facultativo, o sr. Dr. Lobato de Castro!

Seu corpo foi depositado no domingo 9 do corrente no cemiterio da Soledade pelas 7 horas da noite, e no dia seguinte pelas 8 da manhã foi sepultado, sendo este acto precedido de uma missa de corpo presente, que lhe mandou resar o sr. Guimarães e a que assistiram alguns amigos deste sr.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 106, 14/03/1858, p. 3)

Essa notícia fúnebre, certamente, não foi a única encontrada nos jornais pesquisados, mas o que nos chama atenção é a informação nela contida acerca da emigração portuguesa – da qual mencionamos neste item –, pois trata-se de um jovem de apenas treze anos, vindo de Portugal para tentar construir a vida por aqui e acabou falecendo de febre amarela, problema grave enfrentado no país no final da década de 1850.

O jovem veio recomendado aos cuidados do senhor Antonio Rabelo Guimaraes⁵, influente português residente em Belém e fundador de vários jornais paraenses, entre eles o primeiro de publicação diária da região, intitulado *Diário do Gram-Pará*. Presumimos que o jovem rapaz teria vindo à província para trabalhar em um dos empreendimentos tipográficos de Rabelo, como aprendiz de tipógrafo, entregador de jornais ou caixeiro, empregos comuns por aqui.

Alguns portugueses, ainda meninos, embarcavam para o Brasil em busca de um futuro promissor e para fugir da pobreza em seu país. Contudo, ao chegarem aqui deparavam-se como uma realidade bem diferente da idealizada. Foi o que relatou Francisco Gomes de Amorim:

Depois de uma viagem, a que não faltaram a fome, a sede, as calmas e as tormentas, chegamos a essa formosa terra de Santa Maria de Belém do Pará, que tinha de ser testemunha de meus altos feitos, e de me deixar um dia eterna saudade.

Apenas desembarcamos, formaram-nos em turma no caes da alfandega, para que os negociantes da cidade viessem escolher d'entre nós os que mais lhes agradassem.

Eu estava ali sem saber para quê, no meio de uma multidão de gente de todas as cores, que se ria de mim e dos meus compatriotas, ao mesmo tempo que vários homens brancos, e vestidos quasi todos também de branco, giravam em torno de nós. Os meus companheiros iam desaparecendo, mas a mim ninguém me queria. Um d'aquelles homens vestidos de branco andou muito tempo a mirar-me por todos os lados, chegou-se a mim duas vezes, levantou-me a cabeça, mandou-me fallar, e murmurou varias palavras das quaes eu percebi as ultimas, que foram as seguintes: "Isto não presta!" Outros olhavam-me com commiserção, e diziam: "É uma consciência trazer creanças como aquela!".

(AMORIM, 1866, p. 21-22)

Pelo relato do escritor, percebemos o funcionamento das viagens percorridas pelos imigrantes, especialmente pelas crianças, que passavam as mesmas dificuldades e transtornos até a chegada ao Brasil. Muitas delas, como assevera Amorim, não imaginavam as condições a que seriam submetidas em terras paraenses, arriscavam-se a migrar para a região com a expectativa de um futuro promissor e, também, com a incerteza do tratamento que teriam:

Achava-me quasi só, e sem perceber que estava num mercado de escravos brancos, e que era considerado *refugo* pelos entendedores! Por fim, do meio dos poucos homens de branco que ali se achavam ainda, saiu um, vestido de pardo, e acariciou-me, pondo-me a mão no rosto, e convidando-me a segui-o. Então rebentaram-me as lagrimas com violência; até ali encarara friamente a desgraça que não via, mas que sentia. Tanto, porém, que me chegou a vez de partir, como os outros, sem saber para onde, chorei! – Mas o meu patrão era um excellent e honrado homem. Chamava-se o sr. José Maria Fernandes, e inscrevo aqui o seu nome para sua satisfação. O digno commerciante vive ainda, apesar do rheumatismo que o maltrata. Se estas linhas lhe chagarem à mão, peço-lhe que me perdoe a muita marmelada que lhe devorei, porque eu também lhe perdoe a prodigalidade com que elle me servia de palmatoadas, cada

⁵ Antonio José Rabelo Guimarães foi proprietário da Tipografia e Livraria Commercial, do Diário do Gram-Pará (1853-1892), do jornal *Adejo Literário* (1855-1858), da Gazeta Official (1858-1866). Teve grande importância no cenário da imprensa e das Letras na província do Pará.

vez que meu pundonor nacional me fazia quebrar a cabeça do preto, ou da preta que insultava o meu paiz ou a minha pessoa. Comecei de tal modo a minha aprendizagem de caixeiro, que no fim de um anno podia, com razão, lisongear-me de ser o terror da maior parte da gente que frequentava o estabelecimento.
(AMORIM, 1866, p. 23-24)

Várias eram as lojas que empregavam essas crianças, pelo motivo de muitas serem de Portugal e algumas já virem alfabetizadas, às vezes, com prática de comércio. Essa mão-de-obra branca e infantil, além de ser mais barata, era difícil na província já que o estudo era privilégio de poucos. Observemos o seguinte anúncio do *Diário do Gram-Pará*:

Preciza-se d'um moço portuguez de 10 a 11 annos que tenha pratica de commercio, tratar em casa de Manoel Pinheiro & C.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 27, 03/02/1860, p. 3)

Vejamos que o anúncio não solicita um jovem qualquer, mas “um moço portuguez de 10 a 11 annos que tenha pratica de commercio”, o que nos permite aventar que o proprietário também fosse português e quisesse dar oportunidade ao seu conterrâneo, ou considerasse essa mão-de-obra com maior confiabilidade para trabalhar no comércio. Comuns eram os anúncios restringindo a nacionalidade portuguesa na província para tal ofício comercial.

Avizos Diversos.

Offerece-se um rapaz português para caixeiro, com soffrível letra, dá fiança por si, e prefere ir para fora da cidade, quem delle precisar dirija-se a loja de miudesas do sr. Placido Caetano Borges e Silva na rua da Cadea.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 100, 05/05/1858, p. 3)

Pela notícia do jornal *Treze de Maio*, nº. 679, notamos também que muitos desses meninos, às vezes ficavam órfãos de pais e, por isso, precisavam trabalhar para garantir ajuda e sustento às suas famílias. Poderia ser o caso dessa reportagem detalhada do suicídio do português José de Souza Peixoto:

Figura 2

— Temos a lamentar mais um suicidio. José de Souza Peixoto, natural de Portugal, de 48 a 50 annos de idade, casado e com tres filhos menores, proprietario e morador no largo da Lapa, esquina das Mangueiras, suicidou-se ante-hontem pelas 6 horas da tarde, dando com uma navalha de barba um talho no pescoço com tal força e precisão, que cortou a arteria carotida e a veia jugular.
Dizendo a sua mulher que ia dormir a sêsta, subio para o seu quarto. Como se demorasse muito, foram acorda-lo e acharam-no morto estendido no chão.
Naõ se pôle attribuir este suicidio senão á hypocondria habitual, porquanto as circunstancias do Sr. Peixoto eram favoraveis.

(*Treze de Maio*, nº. 679, 24/02/1847, p. 3)

A publicação permite-nos inferir que era corriqueiro o caso de suicídios na região, uma vez que é dito “Temos que lamentar mais um suicídio”, contudo, no final da notícia há uma justificativa dizendo que “Não se póde attribuir este suicidio senão á hypocondria habitual, porquanto as circunstancias do Sr. Peixoto eram favoraveis”. Vale ressaltar que houve época em que os casos de suicídios eram noticiados com tamanha frequência que chegou a ser proibido noticiá-lo.

O jornal *Treze de Maio*, nº. 832, de 06/09/1848, publicou na seção “Communicado”, um artigo “sobre a Emigração e Colonização, com especialidade pelo que diz respeito a esta Provincia”, do qual extraímos parte em que o redator argumenta acerca de “Quem he que tem mais direito à hospitalidade do Paiz do que aquelles que por todos os laços da mesma Religião, lingoagem, costumes, e parentesco são na verdade Irmãos?”. A indagação era feita porque estava havendo resistência de parte da população belenense em relação a presença dos portugueses na região. O autor do artigo dissertou em favor dos imigrantes e questionou “A quem he que o próprio Paiz deve sua civilisação se não aquelles mesmos Portuguezes que pelo seu indomável espirito aventureiro, coragem, pericia, e bom comportamento primeiro descobrirão e se estabelecerão no Paiz?”. Ele prosseguia a defesa ao comparar o imenso progresso na riqueza, grandeza e poder da America do Norte” – que apoiava os imigrantes chegados à região –, com as dificuldades do Brasil, que hostilizava os recém-chegados: “Nas Gazetas dos Estados-Unidos lemos a chegada ali de milhares de Emigrados de todas as classes vindos de todas as partes da Europa civilizada, trazendo comsigo seus capitaes e seus trabalhos, os seus talentos e a sua energia, para seu beneficio, e em retorno para beneficiarem o paiz que tão alegremente os recebe”. Essa, segundo o redator, seria a fórmula do progresso alcançado pelos Estados Unidos, que o Brasil, e em especial o Pará, não soube por em prática.

Ainda no referido artigo (conferir a íntegra no anexo), foi justificado que se:

Os Portuguezes, a única Nação mais apta por laços sociaes, inclinação, e costumes para servirem de Colonos aqui, abandonarão tais ideias quando souberem dos sentimentos hostis que outra vez se manifestão contra elles – ainda mais – muitos aqui estabelecidos podem retirar-se.e quem perderá mais com isto? Allega-se que os Estrangeiros se dedicão inteiramente ao Comercio. Quem tem direito de os censurar por isto? Cada um tem o direito de escolher o seu meio de subsistência. E quais são os outros meios que se offerecem aos Estrangeiros para a sua manutenção? Ainda mesmo que se offerecessem outros canaes na Agricultura e Manufacturas quem pode asseverar que não se allegue a mesma queixa contra os estrangeiros? Quem deixara o seu Paiz natal para ir para outro onde não pode gozar do privilegio de ganhar o seu pão como lhe parecer ou segundo se acha melhor adaptado? He indispensável uma liberdade perfeita na escolha da occupação em um paiz novo como este. Seguramente se por outros meios lhes fosse possível obter emprego mais lucrativo, serião por alguns promptamente adoptados. Não se entregariam todos ao Commercio.
(*Treze de Maio*, nº. 832, 06/09/1848, p.6)

É explícita a manifestação do redator em favor dos portugueses, justificando, inclusive, a expansão do comércio local, principal ocupação desses imigrantes na região, graças a eles. E reiterando a necessidade de “gozar do privilegio de ganhar o seu pão como lhe parecer ou segundo se acha melhor adaptado”, além da liberdade de escolher a ocupação que lhes convier.

Importa notar que a frequência das emigrações portuguesas para o Brasil ocasionou estado de alerta em Portugal, pois com a crescente saída dos “mancebos” para as terras brasileiras, Portugal ficava sem mão-de-obra para as produções agrícolas. A seção “Exterior” do *Diário do Gram-Pará* do dia 16 de junho de 1857, trouxe à baila, em suas duas primeiras páginas, uma publicação portuguesa que denunciava esse tipo de “tráfico”, denominado “escravatura branca”:

EXTERIOR

Lisboa, 08 de abril

Escravatura Branca

Na imprensa, na Tribuna, e na Cadeira Evangelica levantou-se brado uníssonos contra a escravatura branca. Vamos também ocupar-nos hoje d'este facto, que não pode deixar de ser do maior alcance social, visto que tanto n'elle se interessam os principaes órgãos da opinião publica.

A universalidade do gemido attesta a intensidade da dôr que a todos dilacera os corações; calam-se os interesses individuaes, abalam-se as aspirações politicas dos bandos, que mutuamente se guerreiam, é porque um sentimento nobre e grandioso a todos preoccupa é porque uma grande calamidade contrista a sociedade portugueza. Milhares de mancebos abandonam por uma espécie de frenesi as risonhas praias lusitanas e vão lançar-se aos montões nas inhospitas costas d'America.

O sentimento de família, o instinto que nos prende à terra que nos viu nascer, a voz da pátria que tanto reclama os nossos serviços, o innato amor da conservação, nada obsta ao progresso d'esta mania da emigração: d'este andaço, ou espécie de cholera que invadira especialmente as províncias do norte do reino. Diariamente largam dos nossos portos navios carregados de imberbes aventureiros em demanda do velocio nos sertões do Brasil. Os conselhos paternaes, a vigilância das authoridades, as declarações da imprensa e finalmente as pregações evangélicas, nada d'isto tem podido conjurar o terrível flagello da tendência emigradora. As plagas de Santa Cruz continuam a ser o cemitério de tantos irmãos nossos!!!

(...) Enquanto porem não apparecer uma lei que regule esta matéria, usaremos do mesmo direito, que authorisa a discussão ampla que tem havido acerca de tão transcendente assumpto.

(...) Entre nós, porém, todas essas providencias tem sido illudidas; os armadores levam sempre maior numero do que comporta a tonelagem dos seus navios; illude-se por todos os meios a vigilância das authoridades; e a experiência tem mostrado a impossibilidade de pôr termo a tão infame tráfico. Os navios saem dos portos do reino com os seus papeis em forma, o numero dos passageiros é proporcionado à arqueação dos navios, etc; mas depois que saem as barras; voltam de noite às mesmas, e ali pairam até que acabam de receber a bordo o resto dos passageiros contratados d'antemão e que furtivamente lhes são levados em canoas, lanchas, ou outros barcos costeiros, que se escapam à fiscalização da alfandega. Os poucos exemplos das grandes fortunas adquiridas em poucos annos fazem maior impressão no povo, do que as narrações das muitas desgraças, e misérias a que se acham expostos nove dízimos dos mancebos que deixam a pátria.

(...) Nas nossas aldeias do norte andam sempre angariados, pagos e assalariados pelos armadores dos portos marítimos, em demanda de mancebos para o Brazil.

A eloquência d'estes Conéis pode mais do que a dos padres, porque se apoia nos exemplos de um ou outro brasileiro, que se acha estabelecido nas províncias, e cuja

fortuna adquiriu em poucos annos. Brasileiro e rico homem são synonymos, muito familiares ao nosso povo das províncias do norte; a imaginação dos mancebos escalda-se com estes exemplos vivos; e não há força que possam conjurar a sua inabalável dicisão de seguirem o mesmo caminho; os riscos da viagem, e todos os azares da fortuna, em nada se podem comparar com o brilho que despregam os recém-chegados do Brasil, hontem pobres, filhos de jornalheiros, aprendizes de alfaiate, e hoje senhores de muitos contos e deslumbrando tudo com o seu aparato de ricos-homens.(...)

A alta aristocracia das cortes curvava-se igualmente na presença d'estes Monte Christos improvisados; assiste aos seus jantares, e abrilhanta os seus saraos. As honras e distincções sociaes tem sido quasi um apanagio exclusivo dos brasileiros, porque ellas já não são o que antigamente eram; n'outro tempo ganhavam-se, hoje compram-se; e como ninguém pode figurar no ramo de commercio senão os homens de dinheiro, desde que elles se tornaram objectos de trocas, é da rasão que os parentes tenham a melhor parte.

(...) Nós não admiramos que a tendência emigradora tenha tomado dimensões collossaes, porque o estado da nossa sociedade é um grande incentivo para se desenvolver. A imprensa pode declamar em sentido contrário, a tribuna pode legislar segundo os bons princípios, mas os factos fallam mais alto; e quando elles se desenvolvem n'uma escala tão elevada, não há leis que possam ter vigor.

(...) A economia chora tantos braços que se ausentam, podendo accumular entre nós os fructos dos esforços que vão empregar-se n'outra parte.

A religião lamenta a triste sorte de tantas victimas inocentes sacrificadas ao bezerro do oiro.

(...) Na presença da lei ninguém pode emancipar-se sem completar vinte e cinco annos, isto é, não está *sui juris* ou não pode dispor dos bens. Se pois esta idade é precisa para dispor com acerto e madureza da sua propriedade porque se não há de applicar a mesma disposição à segurança da liberdade que é o primeiro dos bens. Disponha de si qualquer cidadão, ausente-se com a sua fortuna para onde quizer, mas seja primeiro *sui juris*, espere pela idade madura para o fazer com vantagem e segurança.

Estabelecido isto, a emigração diminue nove décimos. É sabido que a maior parte dos emigrados são mancebos, inexperientes, filhos famílias, que os mesmos pais muitas vezes empurram para o Brazil, por motivos pouco Moraes, outros, orphãos ou abandonados, e que se entregam sem reflexão ao primeiro impulso que se lhes imprime, se pois não derem passaportes senão a for maior, se os paes, tutores, e mais pessoas encarregadas dos menores forem obrigados a dar contas dos mancebos, que lhes são subordinados, nem poderão embarcar livremente sem passaporte; nem furtivamente, porque se podem illudir as alfandegas, não as autoridades locais, que vigiam a existência dos menores nas suas respectivas jurisdicções. Lembramos esta idea, e folgaremos de a ver discutida e aceita nas medidas que se esperam.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 132, 16/06/1857, pp. 1 e 2)

Antes de analisarmos o assunto do texto questionamos, inicialmente, o fato desse jornal utilizar as duas primeiras páginas com uma notícia tão, aparentemente, desinteressante para o público local, a menos que pertença a esse público uma colônia significativa de portugueses a quem essa informação muito interessava.

A nota aponta três importantes pilares da sociedade portuguesa da época: a imprensa, a política (representada pela tribuna) e a igreja (nomeada por cadeira evangélica) que se juntam em combate a “escravatura branca”, haja vista que “Milhares de mancebos abandonam por uma espécie de frenesi as risonhas praias lusitanas e vão lançar-se aos montões nas inhospitas costas d’America”.

A publicação chama a atenção pelo fato de alertar os portugueses que trocam sua pátria por um local “inóspito”, desconhecido, que pode não ser exatamente aquilo que desejam e, mesmo assim, ter sido publicada em Belém, obviamente para um público seletivo: o português.

Importante papel assume a imprensa portuguesa que se propõe denunciar tal situação “Enquanto porem não apparecer uma lei que regule esta matéria, usaremos do mesmo direito, que authorisa a discussão ampla que tem havido acerca de tão transcendente assumpto”, o que denota sua influência além-mar, haja vista que essa discussão percorre o Atlântico e chega até o Grão-Pará, uma das províncias que mais recebia esses “imberbes aventureiros”.

Relevante também observar a situação em que os navios se deslocavam de Portugal, pois a publicação denuncia que tais embarcações burlavam as leis alfandegárias e acabavam viajando com excesso de passageiros, o que, em muitas ocasiões, provocava naufrágios, além favorecer a entrada de pessoas clandestinas para cá, ou seja, sem o conhecimento do Estado.

Outra informação pertinente diz respeito à fortuna desejada, mormente, quando “A eloquência d’estes Conéis pode mais do que a dos padres, porque se apoia nos exemplos de um ou outro brasileiro, que se acha estabelecido nas províncias, e cuja fortuna adquiriu em poucos annos”. Assim, vemos que nem a família, nem o governo, tampouco a igreja conseguia dissuadir os jovens portugueses de tentarem a sorte no Brasil.

Tudo porque “Brazileiro e rico homem são synonymos, muito familiares ao nosso povo das províncias do norte; a imaginação dos mancebos escalda-se com estes exemplos vivos”, a ânsia de enriquecer de uma hora para outra, como nos romances românticos – de Alexandre Dumas por exemplo, muito em voga naquela época – de se tornar “Monte Christos improvisados” fez com que muitos portugueses se atirassem ao Brasil e deixassem Portugal à mingua de mão-de-obra e “A economia chora tantos braços que se ausentam, podendo accumular entre nós os fructos dos esforços que vão empregar-se n’outra parte”, só restando lamentar pelos mancebos ou tomar medidas cabíveis para o impedimento da emigração.

Destarte, com essa publicação vem também o apelo às autoridades portuguesas para que “Na presença da lei ninguém pode(r) emancipar-se sem completar vinte e cinco annos, isto é, não está *sui juris* ou não pode dispor dos bens”, a fim de conter essa “espécie de cholera que invadira especialmente as províncias do norte do reino”. Acerca dessas questões em Portugal, Cristina Donza Cancela afirma que:

Os homens deveriam provar que tinham cumprido o serviço militar para viajar, e aqueles entre 14 e 21 anos de idade deveriam pagar fiança caso não tivessem cumprido a obrigação militar. Em Portugal, o serviço militar para os homens era obrigatório. Muitas vezes, as famílias mandavam seus filhos ao Brasil antes dos 14 anos de idade

para evitar pagar essa fiança. Mas, sem o conhecimento do Estado. Por isso, nem chegavam a tirar o passaporte ou mesmo pagar fiança.
(CANCELA, 2012, p. 13)

Atentemos, então, para a gama de informações que podem ser levantadas de apenas uma publicação localizada no *Diário do Gram-Pará* e mais atenção ainda há de ser dada pelo fato de essa notícia não ter sido encontrada nas famosas seções sempre escolhidas para pesquisa de historiografia, mas naquela que dificilmente o pesquisador observa: as notícias do exterior (BARBOSA, 2007). Daí a importância da leitura no jornal como um todo.

Quase um ano depois, ou seja, em vinte de maio de 1858, o mesmo *Diário do Gram-Pará*, publicou uma informação extraída, sem data, do *Jornal do Commercio* de Lisboa, dois meses antes, acerca de problemas enfrentados pelos imigrantes portugueses, agora com características de violência cometida pelos brasileiros, talvez seja a lusofobia tão propalada por algumas províncias brasileiras.

Lisboa.

14 de março.

O nosso correspondente no Brazil refere novos casos de violencias exercidas pelas alteridades brasileiras contra subditos portuguezes residentes n'aquelle império.

A repetição de factos desta natureza é injustificável da parte de uma nação que vive comnosco tão intimamente ligada; mas pouca energia com que os nossos representantes protestam e reclamam contra tão flagrante obra do direito internacional, é um documento revoltante de inépcia ou de fraqueza.

E para que consente o governo portuguez que negócios tão graves fiquem em breve esquecidos, e como que corram a revelia? Pois será tal a nossa inercia, que nem ofendidos e insultados despertaremos deste vergonhoso lethargo? Pois consentirá o governo portuguez que assim se desconsiderem os seus subditos, e que se nos neguem os foros e direitos de nação livre e independente?

Já há tempos levantamos a nossa voz contando despotismo com que dois portuguezes haviam sido expulsos do império, sem sentença nem processo que ao menos pudesse explicar tão insólito procedimento: os nossos clamores foram então o ecco do que dissera a imprensa do Brazil; mas o acto consumou-se, e nem n'aquelle império nem em Portugal se deo oficialmente a este assumpto a grande importância que realmente elle merecia.

Esta indiferença avilta-nos como nação, desconceitua-nos aos olhos de todos os governos, que nos haverão por incapazes de manter a própria dignidade. E não é desamparando assim os direitos e interesses mais sagrados dos seus concidadãos que os governos cumprem os deveres do seu alto encargo.

Não é somente pelo lado politico ou diplomático que este procedimento das autoridades do Brazil, e esta indiferença do governo de Portugal, são dignos de censura e de lastima; é também pelos interesses commerciaes, comprimettidos e sacrificados, que estes escandalosos actos merecem reprovação geral.

Se os portuguezes residentes no Brazil se virem desamparados, e entregues à prepotência de autoridades indiscretas e incapazes, qual é a segurança com que pode contar o nosso commercio n'aquelle império? Como podem fixar-se ali os nossos negociantes? Como hão de estender-se ali as nossas relações commerciaes?

O governo portuguez tem, em todos os termos, mostrado menos interesse e menos amor do que devêra pelos subditos Portugal estabelecidos no território brasileiro. A ... (ilegível) dos últimos tempos é, principalmente ... (ilegível) em factos mais ou menos tristes, mais ou menos vergonhosos, que attestam esta verdade; e isto, ao passo que esses subditos portuguezes, esquecidos e desamparados, dão em conta as

ocasiões provas relevantes e incontestáveis de seu sincero amor e constante dedicação pela pátria a que pertencem.

Por amor da nossa dignidade como nação, por amor dos nossos interesses commerciaes tão extensos e importantes no Brazil, pedimos ao governo que attenda a estas queixas, e que se mostre zeloso, enérgico e diligente em cumprir a sua missão, e em velar pela segurança e liberdade dos subditos portuguezes residentes fora de Portugal.

S.

(Jornal do Commercio de Lisboa)

(Diário do Gram-Pará, nº. 112, 20/05/1858, pp. 1 e 2)

Observamos que o tempo de publicação da notícia vinda de Lisboa é quase que somente o tempo de a embarcação aportar em Belém, em aproximadamente dois meses as informações chegavam por aqui e eram imediatamente publicadas, o que denota um interesse particular, talvez, desse jornal em divulgar as novidades recém-chegadas de Portugal, ou melhor, encaminhadas daqui por um correspondente e publicadas naquele reino para depois serem divulgadas na província.

Vale a ressaltar que tais publicações sempre ocupavam as duas primeiras páginas, o que quer dizer que o *Diário* destinava a metade do seu espaço – o mais privilegiado, obviamente – para as notícias relacionadas aos portugueses.

Ainda no que se refere aos portugueses, observamos que eles se sentiam ultrajados pela maneira como são tratados no Brasil, pois não se dão conta de que na maior parte do país a perspectiva que o brasileiro tem do português é de repulsa, a lusofobia. Assim sendo, protestam em favor dos laços que, na visão deles, talvez, ainda estejam atados, quando dizem: “A repetição de factos desta natureza é injustificável da parte de uma nação que vive comnosco tão intimamente ligada”. Talvez não exatamente a nação esteja intimamente ligada a eles, mas somente algumas regiões das quais tomamos o Pará como exemplo.

Mas vejamos que o texto assinala interesses de ambos os países, ao dizer que “Não é somente pelo lado político ou diplomático que este procedimento das autoridades do Brazil, e esta indiferença do governo de Portugal, são dignos de censura e de lastima”, isto é, o silenciamento entre esses países, a falta de providências na resolução dos problemas relatados ocorre “também pelos interesses commerciaes, compromettidos e sacrificados, que estes escandalosos actos merecem reprovação geral”, ou seja, “Se os portuguezes residentes no Brazil se virem desamparados, e entregues à prepotência de autoridades indiscretas e incapazes, qual é a segurança com que pode contar o nosso commercio n’aquelle império?”. Tal preocupação se dá, principalmente, pela preservação do patrimônio material dos portugueses: “Como podem fixar-se ali os nossos negociantes? Como hão de estender-se ali as nossas relações commerciaes?”, a maior reivindicação é em relação ao comércio local, pois os patrícios foram os grandes responsáveis pela expansão do comércio na província paraense.

Ainda que esses textos abordem um contexto nacional, há publicação que, pelo menos das viagens de Portugal para Belém, dizem o contrário, pois encontramos informações “A pedido” que ressaltam a cordialidade dos capitães das embarcações dada aos viajantes, o que denota que, no que diz respeito ao trajeto Portugal-Belém existia boa receptividade no tratamento dado. Vejamos:

A Pedido

Os passageiros da barca Paraense abaixo assignados não podem deixar de agradecer Illm. Sr. capitão da mesma o bom tratamento que lhes deu, durante a viagem do Porto a esta cidade do Gram-Pará, pelo seu modo de tractar affavel e generoso, sem orgulho nem egoísmo, possuindo todas as boas qualidades, que deve ter hum homem cavalheiro de que elle torna credor, e que pela delicadeza com que nos tratou, servio de exemplo aos mais officiaes e resto da tripolação que não abuzando da bondade do digno capitão igoalmente nos tractarão; praza o Ceo que todos os capitães de navios assim fossem – José de Sant’Anna Coutinho, Silverio de Jesus Gomes, João Francisco Vieira, Manoel Pinto de Andrade, Ignacio Antonio de Faria, Antonio Joaquim Villaça, Manoel de Carvalho, Francisco Domingues Vaz, Antonio Joaquim de Souza, Domingos Francisco Marques, João Ferreira, Domingos Soares Ferreira, Joaquim Coelho, Hermenegildo de Souza Barboza, Bernardino José Ferreira, Martinho Alves Ferreira, Joaquim Martins, José de Castro, Antonio Marques Ribeiro, Antonio Ribeiro.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 184, quarta, 19/08/1857, p. 3)

A publicação revela, ainda, pelo nome da embarcação “Paraense”, que a viagem ocorria em percurso direto de Portugal para o Grão-Pará, o que nos leva a inferir que o “modo de tractar affavel e generoso, sem orgulho nem egoísmo, possuindo todas as boas qualidades” era quase característico do capitão e/ou da barca a qual se refere. Nesse sentido, acreditamos que a imigração portuguesa na província do Pará foi também favorecida pelo tratamento cordial com o qual os portugueses eram recebidos, o que reafirma mais ainda a nossa tese de lusofilia paraense.

O jornal *Treze de Maio*, nº. 626, 05/08/1846, p. 3, publicou a pedido o inventário de viagem da senhora Felicidade Perpétua de Araújo. Pela descrição dos bens feita por esse periódico verificamos que a passageira era uma mulher de posses e iria viajar de mudança ou levar parte sua fortuna para Lisboa, visto que não era comum viajar com grande quantidade de dinheiro e objetos valiosos, entre os quais joias e moedas de ouro, louças de prata, entre outros pertences:

Figura 3

Publicação a pedido.

—Inventario dos objectos que a Sr.^a D. Felicidade Perpetua de Araújo, leva em sua companhia para Lisboa em a Barca Felicidade, Capitão José Miguel Ribeiro, fido em o dia 27 de Julho de 1846, em presença das testemunhas abaixo assignadas.

Dois Bahus com roupa de seu uzo, 1 Dito com dita, e huma caxeira com o seguinte: 3 onças de ouro Hespanholas, 7 peças de ouro Portuguezas de 7500, 13 moedas de ouro Brasileiras de 4\$000 réis, 6 moedas de ouro Brasileira de 2\$000 réis, 3 moedas de ouro de dous pezos cada uma, 2 moedas de ouro de hum pezo cada huma, 1 Pezo Brasileiro, 1 Pezo Mexicano, 1 moeda de duas patacas, 1 Relojo de ouro, 1 Relojo de prata, 1 Adereço de filagrana, 1 Par de pulseira de ouro e pedras, 1 Par de pulseiras de coralina, 2 Colares de ouro, 1 Colar de coralina branca, 1 Adereço de filagrana de prata, 1 Par de brincos de filagrana, 1 Par de brincos de ouro pequeno, 1 Par de brincos de pedras, 1 Par de argolas de ouro com pedras, 1 Par de brincos de prata, 12 Aneis que se julgarem de ouro, 1 Par de paliteiros de prata, 1 Pente de prata, 1 Dito de tartaruga, 1

Bacia de prata, 12 Garfos de prata, 4 Castiças de prata, 1 Salva de prata, para copo d'agoa, 2 Esporas de prata, 1 Corôa de prata, 1 Dita de dita mui pequena, 1 Resplandor e 1 cruzinha de prata, 1 Caixinha com estojo para costura de Sr.^a, 1 Crucificado com resplandor de prata, 1 St.^o Antonio de madeira, 1 Menino Jezus de madeira, 6 Paineis grandes, 1 Caixinha com dous chapeus, 1 Confeça e hum sacco com roupa de seu uzo. Bordo da Barca Felicidade 27 de Julho de 1846.

José Miguel Ribeiro.
 Fortunato José Martins, Pratico.
 Francisco Ignacio da Costa, Passag.
 Manoel Gonçalves Pereira, Dito.

(Treze de Maio, nº. 626, 05/08/1846, p. 3)

Ressaltamos a importância dos imigrantes portugueses no comércio da região, pois o Grão-Pará testemunhou um período de grande expansão comercial, uma das principais atividades dos portugueses que vinham para a província não apenas para vender mercadorias, mas também para financiar empréstimos, através de transações comerciais mais acessíveis, pois nesse período esse tipo de negociação proporcionava uma atividade bastante lucrativa. Citamos o anúncio do *Diário do Grão-Pará*:

Banco Mercantil Portuense

– Henrique de La Roque & C. agentes do – Banco Mercantil Portuense – sacção continuamente sobre aquelle estabelecimento a pagar no Porto ou em Lisboa ao cambio da praça e a sessenta dias conforme o uso por convenção farão seus saques pagáveis a menor prazo ou a vista.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 171, p. 4, segunda, 03/08/1857)

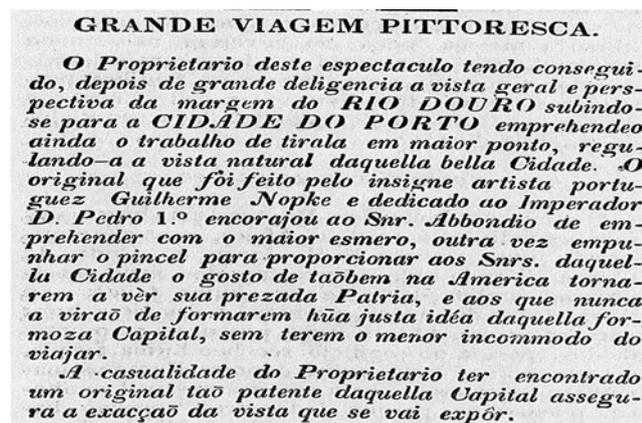
Além dos serviços bancários, é frequente encontrarmos inúmeros anúncios de jornais locais divulgando os objetos trazidos da Europa, principalmente de Portugal para atender aos desejos de seus consumidores, o que denota a tentativa de ambientação do imigrante português nesta província, mormente em relação à arquitetura. Como podemos constatar a seguir:

Obras d'Escultura e Cantaria

Na loja de Luiz Antonio Henriques, rua da Cadeia, canto da travessa de S. Matheus, existem doze riscos, ou desenhos chegados ultimamente de Lisboa no Patacho – Alfredo –, de diversos túmulos ou mausoleos de diferentes feitios e gostos, e de diversos preços, os quaes se offerecem para amostra, por ser obra de um dos Artistas Portuguezes mais primorosos; além disto se garante ser obra mais bem feita que se tem visto neste gênero. Na mesma loja se encarregão de mandar vir qualquer mausoleo que aqui se escolha, exigindo-se somente a paga logo que chegue a obra a esta Provincia. O mesmo Artista não só se incumbe de apromptar mausoleos, como tambem umbraes, portaes, frontarias, pórticos, ladrilho, pedras para Igrejas, e outras quaesquer obras que diga respeito a sua arte o mais bem acabado e commodo possível. (*Treze de Maio*, nº. 357, 15/07/1854, p. 4)

O fato de a região testemunhar um momento de expansão comercial e econômica, certamente, trazia para a província artistas que se dispunham a confeccionar obras e objetos por encomendas, como é o caso do exemplo acima. Além disso, havia possibilidades, por meio da arte trazida para o Pará, de rever ou, melhor dizendo, contemplar as paisagens portuguesas, como uma tentativa de amenizar a saudade da terra natal, ou até mesmo conhecê-la, conforme constatamos no anúncio:

Figura 4



(*Treze de Maio*, nº. 621, 18/07/1846, p. 3)

As propagandas eram as mais variadas para despertar desejos daqueles que podiam pagar por objetos de luxo importados da Europa, especialmente de Portugal. No anúncio a seguir, é dito que a loja era recém-inaugurada, o que denota os investimentos feitos na região por ricos comerciantes portugueses que traziam as novidades para satisfazer o luxo dos abastados locais. Vejamos:

NOVA LOJA

De Miudezas de Coimbra & C

Nº. 8 – Rua dos Mercadores. – Nº. 8

Ricos sortimentos de enfeites tanto para homens como para Sras., chegados ultimamente a saber: lindos enfeites de flores, rendas de blonde e plumas, grinaldas brancas para casamento, lenços de retroz bordados para toucados, luvas bordadas e enfeitadas, pulseira de fraque encarnado e outras cores, para braceletes, rendas de seda branca e preta, requifes de seda, meias de ditas brancas e pretas, chapéos de dita e de

palha para sras., ramos de flores, fitas largas e estreita lavradas, próprias para enfeites de vestidos e toucados e outros objetos despachados ultimamente, os quaes se vendem o mais barato possível por ser loja nova.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 138, p. 4, 33/06/1857)

Como constatamos pelo anúncio, já nos anos de 1850, Belém vivia em período de muita pompa e ostentação, principalmente no que diz respeito aos objetos de luxo trazidos constantemente da Europa, em especial de Portugal, para satisfazer os requintes da clientela. Observamos que a loja é recém-inaugurada e não poupa detalhes em descrever os objetos comercializados.

Anos mais tarde, ocorreu a fase áurea denominada *belle époque* paraense que se estendeu até o início do século XX, graças a exportação do látex, extraído da borracha, principal fonte econômica da região. Belém foi denominada a “Capital da Borracha”, isso porque a borracha tornou-se, a partir de 1850, o segundo maior produto de exportação do país, perdendo, apenas, para o café de São Paulo.

No final da década de 1850, crescia significativamente o número de estabelecimentos comerciais na capital da província, chegando a 744 pontos de comércio e aumentando para 1055 até o ano de 1871. Graças ao lucro advindo do látex, Belém ganhou ares europeus com investimentos na arquitetura e urbanização a fim de promover o embelezamento da cidade, tais como a fundação do Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), a inauguração do Teatro da Paz (1878), arte e ciência contemplavam uma elite endinheirada e, em parte, letrada na metrópole da Amazônia, além desses, convém citar a fundação do Grêmio Literário e Comercial Português em 29 de setembro de 1867, mais tarde intitulado Grêmio Literário e Recreativo Português, cuja importância foi primordial para a divulgação e expansão da leitura na província.

O Grêmio Literário foi o quinto gabinete de leitura fundado por portugueses no Brasil, figurando em primeiro o do Rio de Janeiro, datado de 1837. A atuação dessa entidade foi primordial para o estudo e aprendizado dos comerciantes locais, mormente os que trabalhavam durante o dia, sensível a esse detalhe o Grêmio Literário Português funcionava no período da manhã (das 9h às 11h), da tarde (das 13h às 16h) e da noite (das 19h às 22h), abrindo as portas, inclusive aos domingos (das 9h às 11h), o que facilitava a frequência dos que tinham interesse no estudo e na leitura já que sua biblioteca tinha uma vasta coleção de obras. Sobre essa perspectiva adotada pelo Grêmio, encontramos a seguinte publicação na seção “A Pedido” do *Diário de Belém*:

Grêmio litterario portuguez

A instrucção dada aos povos, é a maior alavanca para o desenvolvimento progressivo de qualquer nação que tenha os foros de civilisada; mas para que essa instrucção seja completa, é necessário aprender-se a variedade das línguas; as aulas de differentes idiomas, habilitam-nos a leitura dos bons livros, bebendo n'eles essas lições da intelligencia de que tanto carecemos; toda a associação pois, que o seu fim seja distribuir estudo quasi gratuito àquelles que o procuram com a fan, é uma instituição civilizadora, e humanitária.

Esta reconhecido que nesta província as associações litterárias com especialidades, custam bastante a medrar, não é por que seus filhos sejam faltos de illustração, não, mas há certa indiferença que não é possível explicar, em vista das outras províncias do vasto império de Santa Cruz; às causas que dão lugar a tal descrença, é trabalho superior a nossas forças e outros mais habilitados que nós o farão.

O grêmio litterario portuguez à um anno que foi instalado, e a pesar de grandes difficuldades, tem progredido consideravelmente, e vae satisfazendo aquillo para que foi creado: – illustração aos seus associados –. As prelecções nocturnas para sócios assignantes e subscriptores, (pois todos gozam do mesmo direito,) continuam a funcionar debaixo da direcção do intelligente sr. dr. Elyzeo de Mello, que explica as línguas franceza e ingleza com bastante distincção.

A biblioteca possui talvez mais de mil e quinhentos volumes, todas obras dos melhores authores conhecidos, pois foram mandados ultimamente de Lisboa e escolhidos pelo sr. Francisco Antonio Cardoso, o primeiro presidente desta nascente associação, a quem prestou relevantes serviços.

A actual directoria está composta de cavalheiros de quem o grêmio litterario tem muito a esperar, pois tem a sua frente o illustrado sr. dr. Henrique Roberto Rodrigues, que tem mostrado não desanimar na senda trilhada pelo seu antecessor; atrahindo com as suas maneiras affaveis e com os dotes de sua vasta intelligencia, a concurrencia para este útil estabelecimento.

Que o grêmio litterario portuguez continue na louvavel tarefa de derramar instrucção e amor pelas letras aos seus associados, é este o voto que fazemos, e que todos unidos tenham o único pensamento, – Procurar a luz e debellar as trevas, – feito isso, os zoilos serão suplantados.

M.

(*Diário de Belém*, nº. 46, 28/02/1869)

Essa importante agremiação contribuiu consideravelmente para a formação dos portugueses que vieram para o Pará e que, por trabalharem diuturnamente não tinham acesso às escolas, assim sendo “O grêmio litterario portuguez à um anno que foi instalado, e a pesar de grandes difficuldades, tem progredido consideravelmente, e vae satisfazendo aquillo para que foi creado: – illustração aos seus associados –”. Nesse sentido, a essa agremiação foi incumbida a “tarefa de derramar instrucção e amor pelas letras aos seus associados, é este o voto que fazemos, e que todos unidos tenham o único pensamento, – Procurar a luz e debellar as trevas, – feito isso, os zoilos serão suplantados”. Frequentemente eram publicadas informações relacionadas à atuação dessa entidade, o *Diário de Belém*, nº. 60, de 17 de março de 1869, noticiou que:

Figura 5

Grémio Litterario Portuguez

O gosto pela litteratura vai felizmente desenvolvendo-se entre nós. O grémio litterario portuguez sustentado pelos esforços d'alguns socios, vai chamando a attenção dos mancebos estudiosos, e em suas salas quasi todas as noites se reúnem para mais de vinte pessoas, que cultivam o espirito, ora em innocente palestra, outros praticando o francez ou inglez nas aulas respectivas e muitos lendo até às 10 horas. São dignos de louvores alguns socios que tem offerecido bellas obras, e não declinamos nomes para não offender a sua reconhecida modestia. Hoje á noite consta-nos que o intelligente dr. Elysio fará uma bella preleção sobre os descobrimentos de Portugal.

Esperamos a concurrencia de todos os socios, assignantes e subscriptores, pois todos lucrarão com estas lides de intelligencia, o mesmo desenvolverá o gosto para outros socios tambem habilitados (que os temas) mostrarem seus conhecimentos sobre qualquer assumpto.

Continua o grémio litterario portuguez no seu progressivo augmento, e um dia virá que o nome de seus inatuidores será lembrado com reconhecimento.

17 de março de 1869.

(*Diário de Belém*, nº. 60, 17/03/1869, p.2)

Como podemos verificar no anúncio eram recebidos mais de vinte “mancebos estudiosos”, que assiduamente iam ter aulas de inglês, francês, assistir palestrar ou mesmo ler as obras portuguesas, entre outras, e lá ficavam até às 10 horas da noite, fato importante, uma vez que boa parte desses jovens trabalhavam o dia todo e ainda encontravam disposição para os estudos noturnos.

O mesmo *Diário de Belém*, publicou anos mais tarde, em sua primeira página um anúncio no qual eram oferecidas, “numa das salas do Grêmio Português à rua dos Mercadores”, aulas particulares de “ensino pratico e theorico da língua franceza, allemã, ingleza e de contabilidade” para os “Srs. do commercio”, dessa maneira a “Escola nocturna”, ainda que voltada a um público específico oportunizava o aprimoramento daqueles que tencionavam seguir carreira em uma das áreas mais rentáveis da província: a comercial.

Figura 6

ANNUNCIOS.

**Escola nocturna
PARA O COMMERCIO**

O Director do Collegio Paraense F. M. de Pannagarten abrirá no dia 7 do corrente mez uma escola nocturna para os Srs. do commercio.

O curso constará do ensino pratico e theorico da lingua franceza, allemã, ingleza e de contabilidade. O curso principiará sempre em ponto ás 8 horas da noite. Os preços são modicos e ao alcance de todos.

Os Srs. que quizerem frequentar tres vezes por semana a sala pagarão 10500, e aquellos que frequentarem diariamente para praticar duas e mais linguas ou outras materias pagarão 15000 mensalmente. Estes honorarios serão pagos a fiados. Os Srs. que pretenderem utilizar-se deste curso serão recebidos numa das salas do Grémio Portuguez á rua dos Mercadores, no dia 7 de junho do corrente, ás 5 horas da noite. Belém, 4 de junho de 1880. — Sigismundo F. M. Pannagarten. 1-8

(*Diário de Belém*, nº. 127, 05/06/1880, p. 1)

Importa mencionar o funcionamento de instituições e colégios à disposição daqueles que podiam pagar pelo estudo, entre eles podemos citar o “Collegio Lisbonense”, cujo nome permite-nos aventar a hipótese de ter sido de proprietária portuguesa (Josephina Stellpflus) ou um espaço voltado para esse público em particular. O jornal *Diário de Belém*, nº. 199 de 30/08/1974, p.4, na seção “anúncios” divulgou a oferta de vagas para alunas, ou seja, para mulheres que, tendo dinheiro suficiente, teriam, então, oportunidades de estudos como: “Meninas internas (35\$000), Semi-internas (25\$000) e Externas (10\$000)”. Pela localização do “Collegio Lisbonense” e pelo prédio que passa a ocupar “casa n.8, sita ao largo do Carmo, onde funcionou a câmara municipal” notamos tratar-se de um endereço privilegiado, pois é a proximidade da Igreja do Carmo, onde também funcionou um convento. A propaganda ainda afirma que “esta casa acaba de ser renovada, tem magnificas accomodações, espaçosas salas, dormitórios vastos e arejados: reúne todas as commodidades para um estabelecimento deste genero”. Vejamos o anúncio:

Figura 7

COLLEGIO LISBONENSE.

A directora deste collegio, declara ao respeitavel publico que mudou o seu estabelecimento para a casa n. 8, sita ao largo do Carmo, onde funcionou a camara municipal.

No mesmo se leccionão as seguintes materia: primeiras letras, comprehendendo leitura, arithmetica, grammatica da lingua nacional e arithmetica até o systema metrico; e as pertencentes a ensino secundario (dado pelo estudo de) geographia, arithmetica, geometria, grammatica philosophica, francez, inglez e allemão, acrescendo os ensinos de musica, desenho, pinturas, piano, canto e dança, e o de diferentes prendas proprias do sexo, comprehendendo bordados de todas as qualidades, trabalhos sobre espelho, flores, etc.

Esta casa, que acaba de ser renovada, tem magnificas accomodações, espaçosas salas, dormitorios vastos e arejados: reúne todas as commodidades para um estabelecimento deste genero.

Este collegio, aberto apenas ha, um anno, mostra no adiantamento das alumnas que frequentão as suas aulas, quanto é ollhado com attenção nesta casa o ensino.

PREÇOS.

Meninas internas.....	35\$000
Semi-internas.....	25\$000
Externas.....	10\$000

Ne-tas preços comprehendese todos os estudos, excepto piano, desenho, dança, canto e pintura, que é pago á parte pela mensalidade de 10\$000.

A directora, JOSEPHINA STELLPFLUS

Diário de Belém, nº. 199, 30/08/1974, p.4

No que diz respeito à educação de moças, vemos que eram oferecidas diversas matérias, desde as “primeiras letras” até o estudo de línguas como “francez, inglez e allemão, acrescendo os ensinos de musica, desenho, pinturas, piano, canto e dança e o de differentes prendas próprias do sexo, comprehendendo bordados de todas as qualidades, trabalho sobre espelho, flores etc”. Notamos que a mulher recebia uma “educação” à parte, pois ela deveria ser “prendada” para

alcançar um bom casamento e ser uma boa mãe e dona de casa, seguindo o *status* que o seu padrão social determinava.

Nesse sentido, crescia uma nova classe social com a produção da borracha, pessoas que desejavam e podiam ostentar o luxo e a sofisticação advindos da Europa, assim, para satisfazer as exigências das famílias abastadas, os comerciantes importavam grande quantidade e sortimentos de objetos de desejos dos novos ricos da província.

Quanto aos bens de consumo, mencionamos que percebemos por meio das publicações que os produtos advindos de Portugal tinham melhor aceitação do que vinham de outros locais, do Rio de Janeiro, por exemplo. O rapé tão apreciado por aqui, tinha que vir e ser anunciado como de Portugal, do contrário, havia pouca aceitação, talvez pelo fato de ser importado do reino, ganhasse maior *status* de mercadoria, assim como o queijo do reino, o azeite português, o vinagre e o vinho do Porto, a manteiga, entre outros produtos. Até mesmo os refrescos de Lisboa não passavam despercebidos pelas propagandas anunciadas. Vejamos:

VENDAS

Refrescos.

Refrescos vindos ultimamente de Lisboa, se vende na taberna da rua da Paixão, canto do largo de Palacio, sendo nozes, castanhas piladas, figos, passas, e outros objectos que se venderão em conta.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 117, quarta, 26/05/1858, p. 4)

Vale ressaltar que esses produtos eram adquiridos por uma minoria economicamente privilegiada, que garantia a vinda e a venda das mercadorias por aqui, assim como empregava as raparigas portuguesas que vinham trabalhar como domésticas e já conheciam os produtos importados, diferentemente das moças paraenses. Importante atentar para a quantidade de produtos importados de Portugal:

SAL DE LISBOA

Vende-se sal português de Lisboa a 1600 rs o alqueire e fasse abatimento sendo de 100 alqueires para cima, no armazém de Antonio Monteiro dos Santos Nogueira & C.^a na rua da Boa Vista n. 27 AA.

SAL PORTUGUÊS

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 226, quinta, 08/10/1857, p. 4)

Importante era a forma de divulgação dos produtos anunciados, a maioria deles era apresentada “em caixa alta” destacando em negrito “**SAL DE LISBOA**”. Acreditamos que ou a procedência portuguesa tinha uma maior procura ou visava especificamente o consumidor português, a província tinha produção própria, mas a importação era corriqueira. Importavam,

inclusive, cozinheiros para trabalharem em restaurantes dos hotéis de Belém, como vemos no anúncio do Hotel União:

Hotel União

Travessa da Misericórdia n.º. 14 AA

Tendo chegado para esse estabelecimento, um bom cozinheiro de Lisboa, os proprietários do mesmo tem a honra de convidar aos apreciadores dos bellos petiscos para virem experimentar seu trabalho. Achar-se-há a toda a hora do dia e da noite excellente café simples e com leite, bom chocolate com leite e ovos, assim como em todos os domingos, boa mão de vacca sendo tudo preparado com o maior aceio possível. No mesmo estabelecimento se apromtão jantares, assim como outro qualquer petisco como sejam frigideiras e empadas de diversas qualidades, pastelões de carne, peixes, frango, gallinha, e frutas como bananas &, pasteis de picado, ditos de massas, e outras muitas iguarias tudo com muita promptidão e aceio.

(*Diário do Gram-Pará*, n.º. 56, 11/03/1858, p. 4)

Acerca desse anúncio, podemos observar a preferência pelo cozinheiro português, o que nos sugere um público mais exigente em relação à diversidade de pratos e às novidades trazidas do antigo reino. Na mesma seção do referido jornal o hotel Europa inova no anúncio, divulgando seu cardápio por meio de versos rimados, tudo para atrair a clientela e ofuscar os concorrentes.

O hotel chamado Europa
Pertencente ao D. João,
Os amigos dos petiscos
Couzas boas acharão.

A mão de vacca, aos domingos,
Mui bem feita e temperada
Podem encontrar os freguezes
Por quantia limitada.

Peixe frito, bom presunto,
Bifes com sebollada,
Aseitonas bem pretinhas
Folhuda e fresca salada.

Fofa pão, queijinho fresco,
Panquecas quentes e boas,
Sobremeza em quantidade
Para todas as pessoas.

Se nada d'isto encontrarem
Os freguezes compradores
É porque já nada existe
Dentro dos vidros de cores.

Não, não é dentro dos vidros
Que o anunciado se topa
Se querem achar bons petiscos
Vão ao hotel da Europa.

(*Diário do Gram-Pará*, n.º. 56, 11/03/1858, p. 4)

Atentamos para o número significativo de propaganda de hotéis encontrado nos jornais paraenses, em especial no *Diário do Gram-Pará*. No anunciado acima, vemos que o nome do hotel podia caracterizar a predileção ou mesmo a referência aos produtos e serviços europeus, o afamado prato “mão de vaca”, bem divulgado por aqui, assim como o ar de nobreza do estabelecimento – “O hotel chamado Europa/ Pertencente ao D. João” – advindos do velho continente. No que se refere ao antigo reino, os anúncios traziam sempre a informação de que tal cozinheiro ou determinado cardápio ou prato cuja a origem ou procedência era portuguesa, como podemos conferir na divulgação da Confeitaria do Anjo:

CONFEITARIA DO ANJO

Nº. 18 – Rua Nova de Sant’Anna. – Nº. 18

Sendo este estabelecimento propriedade de Antonio Joaquim Ferreira, o que oferece ao respeitável publico um grande e variado sortimento de caixinhas e vidros de com amêndoas, as quaes se achão expostas em um throno magnifico e sobre o mesmo throno achar-se-ha collocado um ANJO, pelo qual o estabelecimento adquirio o mesmo nome, sendo o sortimento o seguinte: – amêndoas lisas de diversas cores, ditas de castanha de caju, canclim de cidra, estrellinha de laranja, canclim de camela, dita de chocolate, dita de limão, dita de laranja, dita de pívide de melancia, dita de embicadas, confeitos de diversas cores e pastilhas de ditas; este completo e variado sortimento de amêndoas e confeitos, é fabricado, com todo o aceio e perfeição, em consequência do official de confeitoiro ter dado cinco annos na cidade de LISBOA para aprender este precioso officio, affiançando ao mesmo respeitável publico que por falta de officiaes para este fim, e o mesmo proprietário oferece a sua pequena casa para as famílias que quizerem apreciar o bello ANJO em o seo throno, assim como uma POMBA que movendo as azas annuncia a venda das preciosas amêndoas.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 79, 07/04/1860, p. 3)

Atentemos para o anúncio que informa aos clientes da “Confeitaria do Anjo” que “este completo e variado sortimento de amêndoas e confeitos, é fabricado, com todo o aceio e perfeição, em consequência do official de confeitoiro ter dado cinco annos na cidade de LISBOA para aprender este precioso officio”. Ou seja, quando não eram contratados profissionais portugueses, eram enviados os da província paraense para fazerem cursos ou aprenderem determinados ofícios em Portugal, a fim de satisfazer a exigência do público local.

Vemos que a economia na província do Grão-Pará tinha sua expansão e rentabilidade, pois além de banco e de comércio, o ramo da hotelaria também começava sua expansão, pois muitos eram os viajantes que aqui chegavam e precisavam de lugar para hospedagem. Nesse período, encontramos muitas divulgações de serviços de hotel.

O HOTEL LUSO BRASILEIRO

Faz publico que vai abrir dia 5 do corrente mez, uma sala de bilhar, a qual se acha no estado de offerecer todas as commodidades a aquelles Senhores, que se dignarem frequentar este estabelecimento – Faz publico igualmente, que no mesmo hotel há diariamente uma grande variedade de comidas, assim como o bello mocotó todos os domingos. Ao mesmo tempo annuncia a todos os Srs. Que quizerem honrar este

estabelecimento, que se promptifica a fazer qualquer comida por encomenda, assim como dá jantares para fora por assignatura, tanto a semana, como a mezes, ficando todos os Srs. Na certeza de que serão servidos com todo o asseio e promptidão, e por preços muito commodos.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 146, 04/07/1857, p. 4)

Na propaganda do hotel percebemos uma certa familiaridade, pois o próprio nome “Luso Brasileiro” já nos sugere a ideia de acolhimento ao português que aqui chagava. Além de disponibilizar encomendas de “jantares para fora por assignatura, tanto a semana, como a mezes, ficando todos os Srs. Na certeza de que serão servidos com todo o asseio e promptidão, e por preços muito commodos”. Tal facilidade tanto na forma de pagamento quanto na prontidão e no preço, insinua que havia concorrência entre os estabelecimentos.

E ao falar em concorrência, é importante enfatizar que a presença portuguesa foi assinalada na província paraense bem antes desta apartar-se do Amazonas, por aqui ficaram marcados os rastros deixados não apenas pelo uso dos azulejos nas faixadas dos antigos casarões, mas, principalmente, nos vários lugarejos paraenses nomeados à semelhança de alguns locais de Portugal, tais como: Alenquer, Almerim, Aveiro, Alter-do-Chão, Baião, Barcarena, Barcellos (lugarejo paraense até 1850, quando o Amazonas tornou-se província e teve Barcelos como capital, antes de Manaus), Belém (atual Lisboa), Beja, Belmonte/Belo Monte, Borba (Amazonas), Bragança, Breves, Chaves, Colares (atual Sintra em Portugal), Ega (atual Tefé, no Amazonas), Faro, Limoeiro, Mazagão, Melgaço, Monsarás, Monte Alegre, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Portel, Porto de Moz/Mós, Salvaterra, Santa Cruz, Santa Maria, Santana, Santarém, São João, Serpa (Amazonas), Silves (Amazonas), Sintra, Soure, Souzel (atual Senador José Porfírio), Villa de Moura (Amazonas), Villa Nova da Rainha (atual Parintins/Amazonas), Villa Nova de El Rei (atual Curuçá), Vila do Conde, Vila Franca (distrito de Juruti), Vila Viçosa (atual Cametá), Viseu, entre outros, que denotam as muitas influências da colonização portuguesa nessa região, acentuadas, principalmente, pela demarcação de espaço e cultura que a caracteriza.

Assim sendo, observamos que não são poucas ou comuns essas tentativas de manutenção da cultura e mesmo da presença portuguesa no Pará, vemos que não foi por acaso que quase cinquenta lugarejos paraenses foram, a princípio, “batizados” sob a inspiração lusitana, tudo foi planejado com intuito de estabelecer por aqui um novo reino, ou menos, de preservar nessa região o que os portugueses tinham de mais importantes na época: a sua cultura.

Tudo isso nos faz acreditar que houve na Província do Grão-Pará um apelo por parte da elite paraense, bem como da portuguesa, à manutenção dos laços lusos mesmo após a Independência e a Cabanagem, o que significa dizer que, ao contrário do que aconteceu com a

maior parte das províncias brasileiras, o Pará vivenciou um posicionamento de maior lusofilia perante as demais províncias, quando boa parte destas foram adeptas da lusofobia, ou seja, após a Independência do Brasil, houve um certo repúdio ao que se relacionava com o antigo reino.

Talvez pelo fato de que essa região, nos anos oitocentos, tinha maior contato e proximidade com as terras portuguesas do que com as demais regiões do Brasil.

Tal assertiva coaduna com a investigação acerca da permanência da cultura lusa, principalmente do literário em jornais paraenses da segunda metade do século XIX, e ainda o crescente número de jornais e assinaturas de Portugal enviadas para esta província.

Assim sendo, Tania Regina de Luca (2011) enfatiza que:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.
(LUCA, 2011, p. 140)

É importante atentar para a intenção de publicação desses textos, considerando-se a hipótese de um projeto de manutenção da cultura lusa nessa região, até mesmo pelo fato de que os jovens paraenses ao retornarem de Portugal – para sermos mais específicos – ou da Europa traziam consigo uma abastada bagagem que aqui as faziam difundir: cultura, ideologia, política, literatura, muitas vezes, mais valorizadas do que se tinha nesta província, a julgar pelos modismos europeus que prevalecerem em detrimento ao “nacional”, algumas vezes eclipsados.

Dessa forma, expande-se na província do Pará um movimento cultural formado, principalmente, por uma classe abastada e ilustrada, composta por imigrantes europeus e estudantes que de lá retornavam com hábitos, digamos, mais sofisticados.

Esse grupo seletivo organizou associações culturais, contribuiu com jornais locais intitulados “litterários” onde escrevia poemas, traduzia hinos – como bem fez Felipe Patroni – , falava sobre crítica teatral, artes e músicas em geral. Frequentes eram as representações de peças vindas de Portugal ou que faziam referência sobre o antigo reino, como mostramos a seguir:

THEATRO.

Para Domingo 25 do corrente mês, a Companhia Dramatica do Theatro Providencia há de pôr em scena o Drama devidido em três actos intitulado, A REVOLUÇÃO DO MINHO POR MARIA DA FONTE; no intervallo do segundo acto os Professores da Orquesta tocarão pela primeira vez, o hymno no Conde das Antas, e no fim do drama se cantará o hymno da Maria da Fonte e findará o divertimento com hum Waudevilhe novo em dois actos chamado o Galucho.

(*Treze de Maio*, nº. 811, 24/06/1848, p. 2)

THEATRO PROVIDENCIA.

Recita livre d'assignatura em beneficio do actor

Jose Da Silva Reis

Domingo 4 de Outubro de 1857.

Depois da orchestra executar uma brilhante symphonia, dará começo à representação do drama original portuguez em 4 actos e um epilogo, composição do Sr. F. M. Rapozo de Almeida, redactor do Correio da Tarde no Rio de Janeiro, o qual se intitula

—

Martins de Freitas, Alcaide-mor de Coimbra

OU O JURAMENTO DE UM PORTUGUEZ

A scena passa-se em Lisboa, Coimbra, e Toledo, entre os annos de 1245 a 1248.

Denominação dos actos: — acto primeiro, a ingratição d'um Monarcha. — acto segundo, o mais fiel dos vassallos. — acto terceiro, a excomunhão do Papa. — acto quarto, a fome e a sede, ou o cerco de Coimbra. — acto quinto, o tumulto de D. Sancho 2.º

Este drama offerecido ao beneficiado, quando este se achava no Rio de Janeiro, he um typo do character portuguez, e merece ser visto e considerado como modelo de honra e lealdade à presentes e futuras gerações.

Terminará o expectaculo com o drama coxo em um acto.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 222, 03/10/1857, pp. 3/4)

Importante atentar que a peça intitulada “O JURAMENTO DE UM PORTUGUEZ”, não por acaso, fala do carácter lusitano, a qual se reporta a “um typo do character portuguez, e merece ser visto e considerado como modelo de honra e lealdade à presentes e futuras gerações”, assim podemos aventar que existe um público que aprecia tal peça e é merecedor de tal “modelo”.

Acerca da Literatura, a circulação da prosa de ficção na província foi intensa, variados anúncios de vendas de livros eram publicados com frequência em boa parte dos jornais do período, mais principalmente em jornais de proprietários portugueses. Como vemos no fragmento a seguir:

Livros muito Baratos.

— Na loja de Godinho Tavares & C. no Ver-o-pezo, achão-se a venda, chegados ultimamente de Lisboa os seguintes livros: Misterios de Lisboa, por Camillo C. Branco, ditos de Pariz por E. Sue, Eugenio romance marítimo por F. M. Bordalo, Tres mosqueteiros por A. Dumas, vinte annos depois com lindas estampas lithographadas, pelo dito, Maria espanhola, Marqueza de Bella-Flor com estampas, Ascanio ou o reinado de Francisco 1º por A. Dumas, Constantino e Joaniha ou os Jacobinos Polacos romance histórico, Cabana do Tio Tomaz, Escravo Branco, Rainha Margot por A. Dumas, Os quarente e cinco pelo dito, Filho do diabo por Feval, Guerra das mulheres por Dumas, Miss Mary por E. Sue, Nodoa de sangue pelo visconde de Arlincourt, Alfageme de Santarem por Garret, Albina por A. Dumas, A Pomba pelo dito, Pedreiro por Lamartine, Cortezão de Paris, Filhos de minha mulher por Roch, Eulalia ou o amor filhial, Recordações d'uma viagem, Marqueza de Camba, Rainha aventureira, Irmãos da Costa, Roza de Castro, Roda da Fortuna, A voz da verdade, Funeral de Napoleão, Lusiadas de Camões edição riquíssima augmentada com a vida do poeta, uma noticia acerca de Vasco da Gama, Discripção histórica do Brazil, Arte poética de Horacio Flacco, Diccionario francez-portuguez e portuguez-francez, dito portuguez portátil, Secretario universal ou methodo de escrever toda a espécie de cartas, Codigo do bom tom, Poesias de Campello, Fables de la Fontaine, além de destas obras há outras muitas que se vendem por preços muito baratos.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 173, 05/08/1857, p. 4)

Atentemos para a variedade dos livros vindos de Lisboa, ou seja, atravessaram o continente para serem comercializados em Belém, prova de que havia um público leitor que formava uma cultura letrada no Pará e o mais interessante: os livros chegavam diretamente de Portugal, sem passar por qualquer outro porto brasileiro, uma vez que nessa província residiam livreiros portugueses que facilitavam o trânsito das obras – como era o caso dos irmãos Gomes de Amorim –, o que denota a forte relação com o reino e a grande consumidora que a província demonstrava ser.

Outro fator pertinente é que os livros são todos listados na divulgação, onde se vê que não há livros nacionais, mesmo em época de já haver publicação de poesias e romances de autores brasileiros, como a famosa “A Morenhinha”, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em folhetim em 1843, e lida em quase todo o país, mas não faz parte desse anúncio porque os romances divulgados vinham diretamente de Portugal para essa província.

Marcia Abreu (2012, p.137) enfatiza a necessidade de atentarmos para a influência de obras estrangeiras que constitui não só a formação de nossos escritores, mas também a preferência dos leitores. Segundo ela, isso “traz indícios de que parece necessário repensar o corpus de textos com o qual críticos e historiadores literários têm trabalhado, no sentido de alargar o conjunto de obras consideradas e o campo de interrogações”.

Assim sendo, restringimo-nos à província do Pará, que nos faz novamente dar atenção para a hipótese da formação do “gosto” do leitor paraense a partir do que lhe era oferecido pelo português e de suas produções pouco conhecidas em outras províncias, ou seja, as publicações nacionais eram pouco frequentes por aqui, haja vista que a maior parte dos livros comercializados vinham do antigo reino.

Sobre os aspectos das publicações, o surgimento e parte da História da Imprensa na província do Grão-Pará, mormente envolvendo a participação de portugueses, vamos nos ocupar a seguir, no segundo capítulo desta tese.

Vimos, neste capítulo, que o fortalecimento dos laços luso-paraenses se tornou mais forte a partir da década de 1840, quando encerrou a Cabanagem e os portugueses sentiram-se motivados a virem ou mesmo voltarem para a província do Grão-Pará, seja por meios lícitos seja por meios ilícitos de viagem. Foi nesse período que eles expandiram o comércio na capital da província, bem como fundaram as primeiras agremiações e instituições que perduram até hoje. Mesmo com a tentativa de transformar Belém na “Paris na América” por meio do dinheiro advindo da exportação da borracha na fase da Belle Époque paraense, vimos também que o número de imigrantes estrangeiros era bem menor do que o número de portugueses que vieram para cá e estes, ao dedicarem-se ao comércio, contribuiriam significativamente não apenas com

a economia local, mas principalmente com o enriquecimento da cultura paraense, notadamente um amálgama de costumes e tradições lusitanas.

Assim sendo, é possível afirmarmos que, pelo menos, até a década de 1880, perduraram os laços luso-paraenses mais do que com qualquer outro país, e se muitos autores atestam o contrário, talvez seja pela tentativa de tornar o Pará de fato uma província brasileira, afinal, vimos que esta região era política e culturalmente independente das demais regiões do Brasil.

2 LAÇOS FRATERNOS EM PERIÓDICOS LUSO-PARAENSES

As vantagens da publicação de um jornal, que abranja tudo, que de mais útil e interessante seja publicado quer nos jornaes do Brasil, quer nos mais acreditados das diversas partes do Globo, e mais ainda o que de mais vital interesse, de mais utilidade para o nosso paiz se houver publicado, e for aparecendo nessa multidão de livros, que continuamente sahem dos prelos, são tão visíveis, e palpáveis, que desnecessário, e ocioso seria o dar-mo-nos ao trabalho de enumeral-as; e bem que conheçamos nossa fraqueza para empreza tão grande, com tudo não duvidamos toma-la sobre nós, certo como estamos de que assim faremos hum serviço a nosso bello paiz; e o faremos tanto de melhor grado, quanto conhecendo a índole, e o espirito dos nossos patrícios, esperamos ser ajudados por elles já com sua proteção, já com seus conselhos.

(Treze de Maio, nº. 827, 19/08/1848, p.4)

Ainda na primeira metade do século XIX, a imprensa periódica da província do Grão-Pará já tinha consciência de seu serviço e utilidade pública, bem como de sua importância para a posteridade e, por isso, contava com a coadjuvação de seus leitores. Neste capítulo, trataremos acerca da imprensa na província do Grão-Pará e de como a área da Literatura: Interpretação, Circulação e Recepção tem se beneficiado desse suporte enquanto possibilidade de desvelar o passado e melhor compreender a participação e contribuição dos portugueses nessa província no que diz respeito à produção e circulação de jornais.

Por meio dessas fontes buscamos investigar nos periódicos paraenses das décadas de 1840 à 1880, em uma ordem semântica e cronológica intencionada, um conjunto de discursos, comentários, críticas, denúncias e anúncios estampados nos periódicos que adentravam os lares de boa parte das famílias paraenses e, de certa maneira, influenciavam o comportamento de alguns leitores, tendo em consta que o jornal é um veículo privilegiado para se compreender o cotidiano de determinada sociedade, sobretudo no que diz respeito à leitura, o leitor e os espaços de sociabilidade presentes nas linhas e nas entrelinhas das suas páginas.

Convém lembrar que a imprensa tem sido objeto de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento e tida como uma fonte documental na qual as informações registradas possibilitam aos pesquisadores usá-las nas mais diversas perspectivas. Nesta investigação, apoiamo-nos nos discursos (fragmentados ou não) relacionados aos laços existentes entre a província do Grão-Pará e Portugal, tentando compreender a variedade dos assuntos e os múltiplos sentidos da escrita, bem como, captar a intencionalidade da própria localização das notícias na topografia do jornal, as quais podem sugerir permanências, rupturas, importância, destino e significação, dependendo da temática tratada, do seu destinatário, do remetente e da própria natureza do texto.

Assim sendo, a imprensa pode auxiliar-nos na compreensão das diversas fisionomias do processo sócio-cultural dessa província no Oitocentos e, ainda, explicitar os diferentes assuntos e preferências publicados por paraenses e portugueses, bem como as configurações que foram tomando seus discursos registrados, divulgados e contestados neste suporte. Nosso trabalho parte de um amplo leque interpretativo, representado pelos estudos de Roger Chartier (2002; 2003; 2011), Robert Danton (2010), Michael de Certeau (2014), Peter Burke (2003; 2008), dentre outros.

Destarte, a investigação, a coleta de dados e a interpretação dos escritos registrados pela imprensa paraense nas décadas de 1840 a 1880, trouxeram inúmeras possibilidades para a concretização desta pesquisa, a destacar: a) as formas de regulação e de modelação dos discursos publicados na imprensa; b) as disputas pelo poder econômico, político e intelectual entre diferentes atores; c) a organização e sistematização do campo social e cultural, tendo a imprensa como protagonista das ações; d) e, por último, a atuação e representação dos jornais e de suas publicações em temporalidades diversas e espaços circunscritos no Grão-Pará imperial.

Isto posto, importa mencionar que a imprensa abordada neste trabalho se refere aos jornais que se intitulavam “litterários” ou não e, de certa maneira, publicavam em suas páginas escritos relacionados ao que de mais próximo nomeamos atualmente como literatura, além de tratar de questões políticas e intelectuais, instância de poder, lugar de aculturação e de sociabilidade.

Nesse sentido, considerando a literatura brasileira “galho secundário da portuguesa” (Candido, 2009, p. 11), tendo em conta o desdobrar da história literária nacional (cf. Souza, 2007, p.10) cuja antinomia é constante – pois ao longo dos séculos perdurou no espírito do brasileiro atitudes e ideologias tanto antilusitanas quanto lusófilas, como podemos constatar nas muitas publicações encontradas em jornais de todo o país, principalmente na província do Pará – focalizamos nossas pesquisas nessa província com o propósito de demonstrar que, mais do que em qualquer outra região do Brasil, no século XIX, a lusofilia foi bastante acentuada, em virtudes de peculiaridades políticas e culturais dessa região.

Desta feita, há que remontarmos o contexto político-social em que foi inaugurada a imprensa paraense, pois conjuntamente a ela inseriram-se, também, os ideais revolucionários advindos da metrópole, pois era comum os aqui “bem-nascidos” irem estudar em Portugal. Assim, juntamente com a bagagem intelectual traziam também o ideário jornalístico.

Matias Molina (2015) ratifica a importância da imprensa para a consolidação da pátria brasileira ao dizer que:

Os jornais do período da Independência e da Regência são provavelmente os mais estudados da imprensa brasileira. Se nenhum outro período atraiu tanto a atenção dos historiadores foi, talvez, porque nunca os jornais foram tão decisivos para definir o futuro do país. Confrontavam-se projetos diversos para o Brasil, revelando concepções conflitantes do que deveria ser a nação. As escolhas feitas, os caminhos seguidos e a conformação política do país foram, em grande parte, resultado direto das polêmicas travadas pela imprensa, que contribuía decisivamente para a formação da nacionalidade e a preservação da integridade territorial.
(MOLINA, 2015, p. 177)

Em meio às polêmicas ocasionadas no Pará, a implementação da imprensa nessa província foi feita por Felipe Patroni Martins Maciel Parente (1794 - 1866), paraense, estudante em Coimbra e partidário da revolução liberal do Porto. Patroni fundou, em 22 de maio de 1822, o primeiro jornal do Norte do país, intitulado *O Paraense*, cujo objetivo era a divulgação de constitucionalização, liberdade, e autonomia diante do domínio português.

Com a implantação da imprensa, Felipe Patroni assumiu forte influência na sociedade paraense, chegando a escrever e publicar a “Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II, nas suas primeiras lições de Literatura e Sciencias Positivas” (Jornal *Treze de Maio*, 12/08/1840, nº. 24), além de traduzir para a igreja local poemas e hinos em louvor a São João Batista. Como se confere nos excertos:

Sahio á luz a obra seguinte: – Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II nas suas primeiras lições de Literatura e Sciencias Positivas, = Composta por Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Vende-se, á duas patacas, na Botica do Sñr Roza, calçada do Collegio; e loja do Sñr Coelho, rua da Praia, Canto da Travessa do Passinho. (Jornal *Treze de Maio*, 12/08/1840, nº. 24)

Segue-se a leitura pelo Sr. 2.º Secretário Magalhães da Costa em Offício do Sr. Patroni, felicitando a Camara pela boa escolha dos seus membros, pela fausta notícia da Maioridade se S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro 2.º; e oferecendo trinta exemplares da sua Cartilha Imperial: a Camara deliberou que se respondesse, foi aceita com especial agrado. (Jornal *Treze de Maio*, 05/09/1840, nº. 31, p. 152)

Os três hinnos, que a Igreja canta em louvor de S. João Baptista, para a língua portugueza, pelo doutor Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, natural da Província do Pará, em memoria do muito que se tem dedicado aos interesses e gloria da mesma Provincia o seu actual Presidente de nome João, o Illm.º e Exm.º Sñr. Doutor JOÃO ANTONIO DE MIRANDA, Bacharel Formado em Sciencias Juridicas e Sociaes na Academia de S. Paulo, natural da Provincia do Rio de Janeiro e nella Juiz de Direito da Commarca da Ilha Grande e Parati. (Jornal *Treze de Maio*, 15/08/1840, nº. 19 – Suplemento)

Obviamente, o fato de Felipe Patroni nomear o livro como “Cartilha Imperial para uso do Senhor D. Pedro II nas suas primeiras lições de Literatura e Sciencias Positivas” autentica a propagação de estudos na cartilha, uma vez que poderia ser necessária até mesmo para o próprio Imperador Pedro II, mais ainda para os demais estudantes. Patroni agiu magistralmente

ao ofertar à Câmara trinta exemplares de sua Cartilha, pois esta seria muito mais divulgada à medida que se tornasse conhecida e dela se fizesse uso. E bem nos parece que o que ele pretendia mesmo era se tornar conhecido, pois atuou também em benefício da igreja ao traduzir do latim hinos em devoção a São João Batista, não mera coincidência o mesmo nome do presidente da Província⁶.

As ações de Felipe Patroni renderam-lhe bons resultados, pois sua influência foi notada na política. Ao candidatar-se a deputado por essa província, obteve mais votos que o veterano Bernardo de Souza Franco, ocupando o primeiro lugar na lista dos eleitos, tendo em vista que o primeiro colocado, Tristão Pio dos Santos, falecera antes de tomar posse do cargo.

Nesse sentido, vimos que o introdutor da imprensa no Pará, objetivando ascensão política, como outros atores que inauguraram a imprensa nas demais províncias e regiões do Brasil, concretizou por meio do jornal, o seu intento.

2.1 Os Periódicos Oitocentistas

A primeira explosão da palavra impressa em território brasileiro, com o aparecimento de numerosos títulos de 1820 a 1840, nas principais províncias, possibilitou, portanto, a construção de uma rede de comunicação que fazia circular as informações, não só aquelas que vinham da Corte, mas também de outras localidades do país. Pelas letras impressas dava-se a ver um vasto território, que aparecia fixado naquelas publicações, sobretudo quando era necessário esclarecer rumores.
(BARBOSA, 2013, p. 73)

É importante sublinhar a associação da imprensa com a política local, afinal não foram poucos os periódicos que assumiram o papel de veicular notícias sobre a situação política da província do Grão-Pará, bem como de informar e entreter o público paraense.

Em nossa investigação, constatamos um número significativo de jornais catalogados em uma divulgação encontrada no *Treze de Maio* (08/05/1841, nº. 100), a qual informa pelo menos trinta e sete jornais, e ainda justifica que “alguns periódicos que não mencionamos seus primeiros números, é pela razão de não haver quem informe das datas com certeza”, enquanto que os outros “temos visto suas primeiras folhas, e das mais temos a certeza por informações de pessoas que ainda as conservão”. Dado bastante relevante e maior do que o disponibilizado pelo catálogo da Biblioteca Arthur Viana da Fundação Cultural do Pará, que é de cinco, aproximadamente, até essa data.

⁶ João Antônio de Miranda (23/12/1805 – 01/11/1861) foi presidente da província do Pará no período de 19 de fevereiro de 1840 à 05 de novembro do mesmo ano.

Os periódicos citados pelo *Treze de Maio* são os seguintes, com suas respectivas datas: *O Paraense* (1822), *O Luzo Paraense* (1823), *O Independente* (1824), *O amigo da Virtude* (1825), *O Verdadeiro Independente* e *A Voz do Amazonas* (1827), *O Brasileiro Fiel a Nação e ao Imperador e Telegrapho* (1829), *O Sagitario*, *Correio do Amazonas*, *Orpheo Paraense*, *O Hemmedall*, *Opinião*, *Bellero-Phonte* e *Echo Paraense* (1831), *O Liberal*, *O Soldado Liberal*, *A Luz da Verdade*, *O amigo da Ordem*, *O Despertador*, *Paraguassú*, *O Publicador Amazoniense* (1832), *O Federalista Paraense* (1833), *O Vigilante*, *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*, *O Desmascarador*, *O Correio Official*, *Diario do Conselho Provincial*, *O Mercantil* (1834), *O Pacote do Governo* e *Sabatina* (1835), *Folha Commercial do Pará*, *Recompilador das Anedoctas* (1837), *Treze de Maio*, *Paquete Imperial* (1840), *Publicador Paraense* e *Correio d'Assemblea provincial do Pará* (1841).

Notamos que além desses periódicos dispersos pelo tempo e esquecidos nas páginas do passado, era comum os paraenses assinarem jornais de outras províncias do país e do exterior, principalmente os de Portugal, que vinham nos pacotes exclusivamente para seus assinantes, o que faz aumentar ainda mais o número dos que circularam nesta região no século XIX. A divulgação abaixo menciona a assinatura do “Universo Pitoresco”, periódico de Lisboa:

Quem quiser ser assinante do novo Periodico de Lisboa, intitulado – Universo Pitoresco – muito bem acreditado no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, queirão dirigir-se a Luiz Francisco Colares para lhe mandar vir de Lisboa as coleções.
(Jornal *Treze de Maio*, nº. 64, 30/12/1840)

Atentemos para o fato de que o anúncio acima trata de um periódico português de circulação em outras províncias do Brasil, mas que tinha no Pará um correspondente para aqueles que tivessem interesse em adquirir, inclusive, a coleção. Segundo Carlos Roque (2001), não é de se espantar o grande número de publicações ocorridas no período imperial em Belém, pois a época era favorável à circulação de jornais de momentos ou em defesa de alguma causa.

Se dermos o número de 250 para a média dos jornais, revistas e outras publicações que circularam em Belém no período imperial, muita gente vai ficar surpresa. É não sem motivo: afinal, a imprensa ter tanta vida, tanta influência em uma cidade pequena como a nossa, pobre, isolada dos grandes centros, quase sem escolas, com uma população iletrada, reduzidíssima, é, sem dúvida, motivo de surpresa. Embora dessas duas centenas e meia de publicações, a grande maioria se constituísse de jornais de momento, ou seja, de comemorações a um fato, a uma data, ou ainda para circular duas ou três vezes, em defesa de uma causa política ou religiosa.
(ROQUE, 2001. p. 63)

Conforme já mencionamos, a imprensa paraense nasceu sob o influxo ideológico e constituiu-se a partir de posicionamentos políticos. Nesse sentido, entre o número considerável de jornais que veicularam naquele período é importante citar o jornal *Treze de Maio*, como o mais importante da primeira metade do século XIX, tanto por sua atuação política quanto por sua importância histórico-cultural; além de trazer notícias dos principais acontecimentos do Brasil e de Portugal – com quem o Pará permanecia atrelado, jornalística e historicamente – e para quem interessavam as notícias trazidas pelos paquetes, conforme compreendemos pela publicação abaixo:

PORTUGAL

Pelo Brigue Paquete do Pará procedente do Porto, vieram Jornaes d'aquella Cidade até 23 de Março, dos quaes se vê que o Quartel General do *Saldanha* continuava em Oliveira de Azemeies; o Casal sendo perseguido pelo *Almargem* entrou em Galiza donde se passou para Tras-os montes; Viana do Minho era occupada por forças populares que citiavam o Castello d'aquella Villa defendido por 200 *saldanhistas*; Caminha tinha-se pronunciado; O General *Povoas* tinha de baixo do seu commando uma Divizão que dividio em três columnas e hia estabelecer o seu Quartel General em Penafiel; tinham sahido do Porto 3 Vapores com uma força de 2500 homens Commandados por *Sá da Bandeira* ignorando se o seu destino, avista do que não se pode ajuizar quando terminará tão desastroza guerra civil, que está aniquilando aquelle malfadado paiz.

(*Treze de Maio*, nº. 699, 05/05/1847, p. 3)

PORTUGAL.

A rápida primeira viagem do bellissimo brigue portugez *Sentinella*, pois que em 28 dias percorreu o longínquo espaço de mais de duas mil léguas marítimas, fez-nos receber gazetas do Porto até o dia 5 de maio.

O reino de Portugal gosava da mais completa tranquillidade, não obstante a boa vontade que os *regeneradores* portuguezes tem mostrado de *civilisar* à francesa aquella parte da península.

As côrtes continuavão a trabalhar com calma e dignidade, e o governo a dar as mais evidentes provas de verdadeiro patriotismo, a fim de reedificar o que destruiu a colligação de 1846. (...)

(*Treze de Maio*, nº. 816, 814, 12/07/1848, p. 3)

Pela rubrica “Portugal” o *Treze* trazia informação daquele país aos portugueses que residiam na província paraense, e por essa notícia vemos que a situação de Portugal era crítica, no que diz respeito à guerra civil. Fora enviada do Porto uma força de 2.500 homens, um número significativo para uma nação que se encontrava com baixa de mão de obra, haja vista que muitos emigravam para o Pará.

Como constatamos, essa folha publicava informações do reino para que o público tomasse conhecimento dos fatos que ocorriam por lá. O que nos faz compreender a existência de um público expectador dessas notícias, daí a pertinência de investigação não apenas nesse, mas em outros jornais coetâneos, como sugere a pesquisadora Socorro Barbosa:

Estabelecer relações entre o que circulou nos jornais da Corte e nos das províncias é outra possibilidade bastante significativa proporcionada pela pesquisa nos jornais e periódicos. Aliás, elas são inúmeras e podem fornecer ao historiador da leitura aproximações mais verdadeiras das práticas de leitura e do gosto desses leitores, além de tornar mais convincentes as generalizações.
(BARBOSA, 2007. p. 80)

Reiterando a afirmação da autora, há que se estabelecer relação/comparação entre os jornais publicados na província do Grão-Pará, a fim de verificar se tais publicações compartilhavam a mesma ideologia de manter o império literário e cultural advindos da nação portuguesa. Em meio aos impressos do século XIX, o jornal foi o meio mais acessível para a expansão e divulgação da produção literária, por isso esteve presente em muitos lares paraenses, principalmente dos imigrantes portugueses que buscavam nas publicações de e sobre seu país uma forma de amenizar a saudade da terra natal.

A contribuição dos jornais, no século XIX, para com a Literatura foi imensurável, não porque destinavam seções especiais para ela, mas pelo intercâmbio que havia entre os leitores, os editores e mesmo os diários. Os jornalistas valiam-se de publicações de outras províncias e até da Europa a fim de proporcionar ao público o contato com as novidades de fora e vender jornais fossem avulsos ou por assinaturas.

Socorro Barbosa (2007, p. 71) ratifica que “Pode-se dizer que a crítica literária nasceu nos periódicos brasileiros, primeiramente, a partir das notícias bibliográficas, do lançamento de livros, muitas vezes retirada de outros jornais, alguns estrangeiros”. Pela assertiva da autora, podemos inferir que os textos literários estrangeiros, tiveram uma importância fundamental para o surgimento da crítica nacional, contudo, é necessário observar que na província paraense as publicações portuguesas não foram involuntárias, a julgar pela tentativa de preservação dos moldes portugueses ainda vistos como “autoridade”.

Neste sentido, com a análise dos textos de jornais paraenses do século XIX, buscaremos perceber a insistência na permanência da cultura portuguesa, bem como os processos que contribuíram para a consolidação de uma cultura literária paraense de feições próprias.

Destarte, analisamos os textos literários, nos jornais paraenses da época, que veiculavam aspectos referentes à cultura lusa e como se dava essa circulação no contexto de aliança entre as literaturas do Brasil e de Portugal. É importante notar que a temática contemplada é caracterizada pela ausência de pesquisas e estudos relacionados aos processos de persistência e permanência do conteúdo literário luso em textos de jornais paraenses do século XIX.

Para melhor entendimento, fizemos um levantamento de informação acerca dos rastros lusitanos em jornais paraenses, tais como: *Treze de Maio* (1840 a 1861), *Diário do Gram-Pará*

(1853 a 1892), *Diário de Belém* (1868 a 1892) e *Liberal do Pará* (1869 a 1889), cujas investigações reforçam a hipótese de que esses periódicos foram instrumentos de circulação e de manutenção da cultura portuguesa na província do Grão-Pará após a independência do Brasil. É importante enfatizar que a equivalência dos jornais às décadas de 1840 à 1880 compreende, também, o período em que inicia um considerável desenvolvimento na capital da província, conforme assinala Nazaré Sarges (2010):

Toda a atividade econômica da região passou a girar em torno da Borracha a partir de 1840. Em decorrência dessa nova ordem econômica, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera, canalizando parte do excedente que se originou dessa economia para os cofres públicos, os quais direcionaram o investimento para a área do urbano, com calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc.
(SARGES, 2010, p.20)

Esse período de extenso desenvolvimento urbano, favorecido também pela abertura da navegação do Amazonas, a partir de 1850, e navegação internacional em 1867, contribuiu para o fortalecimento econômico e intelectual na província do Pará. É inegável a contribuição dos portugueses, principalmente por meio do comércio e do jornal, pois eles estão entre os primeiros a inaugurarem estabelecimentos comerciais e tipográficos na região.

As tipografias protagonizaram um cenário cultural que se expandiu pela província por meio dos jornais diários, que estreitavam o tempo e o espaço em que as notícias eram publicadas, Clóvis Meira (1990) assevera que:

A efervescência cultural e literária no final do século era grande, os jornais tomando parte importante nesse desenvolvimento, não somente por se constituírem em órgãos de divulgação, como pela feita imprimida, o que os tornava dos mais bem elaborados do país: *A Província do Pará*; *O Diário do Gram-Pará*; *O Diário de Notícias*; *A Folha do Norte*, participavam diretamente dos movimentos políticos, sociais e literários. Não há como negar a importância do peso econômico da borracha, o papel que desempenhava na balança comercial do Brasil, a navegação marítima feita diretamente com a Europa e a América do Norte, de onde chegavam companhias teatrais, livros recentemente editados, revistas e jornais, tudo com regular frequência.
(MEIRA, 1990. p. 118)

Destarte, por meio desses jornais selecionados podemos melhor compreender de que maneira esses periódicos atuaram como veículos de informação e interação para com a província, mormente o que diz respeito à relação luso-paraense, pois sabemos o quanto as publicações de jornais interferiam na vida dos leitores e vice-versa. A seguir, apresentamos o exemplo disso em que um leitor se manifesta no *Treze de Maio* contra uma notícia publicada por outro jornal:

COMMUNICADO

Senhor Edictor.

Não lendo eu Periódicos (porque mal me ensinarão a soletra o bi, á, bá e me não chaga o tempo para socar foguetes, d'onde me vem o Pão Nosso de cada dia) só na véspera de hoje (dia de S. Bento Abbade!) à noite he que sube por acaso de huma vizinha, que no intitulado – *Jornal do Commercio* deste *Grão Pará* de 13 do cadente, e debaixo do Rotulo – *Noticias e factos diversos* se vendera ao Respeitavel Publico a *importantíssima noticia Commrcial*, – que “o meu amigo e companheiro de viagem” o Snr. Antonio de tal (que por sobrenome não perca) *tentava atirar com uma arma, que trasia carregada, na Chica mulata, por ella não querer annuir aos seus desejos*, vindo (com este seu escravo) *da estrada Nova para a Cidade*: Quando, meu Snr. o pobre homem nessa má ocasião não trasia outras armas mais do que *as legitimas e naturaes*, que Deos lhe deu, e que nunca forão armas de feixo!!!... Se o tal Noticiador for tão verdadeiro nas outras noticias *Commerciaes*, como foi na Policial por engano, então não passará de mero recoveiro de Petas, ou contrabandista de Maranhões. S. C. 20 de Março de 1854.

O Fogueteiro esfogueteador do Peteiro Mauryndo Rouincèco.

(*Treze de Maio* nº. 312, 01/04/1854, p. 4)

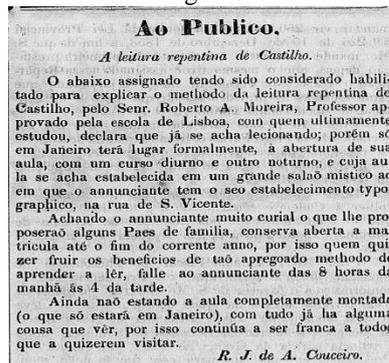
Atentemos para esse importante “Comunicado”, pelo qual, parece-nos, a manifestação de um criado que se vale do jornal para defender seu senhor que fora acusado de tentar “atirar com uma arma” em uma mulher que não aceitou “annuir aos seus desejos”. Segundo o assinante da carta, ele não lê periódicos porque sabe ler pouco e não tem tempo disponível para isso, assim sendo, ficou sabendo da publicação do *Jornal do Commercio* por meio de uma vizinha que lhe contou o fato, dessa maneira, resolveu escrever ao *Treze de Maio* em favor de seu “amigo e companheiro de viagem”.

Pelo comunicado percebemos a dificuldade de escrita de seu autor, assim como aventamos as seguintes hipóteses: a) poderia ser realmente um escravo manifestando-se em defesa de seu senhor, o que teria uma significação importante acerca da relação estabelecida entre o jornal e o leitor; b) poderia ser o próprio acusado a forjar um escrito em causa própria, o que também merece atenção como forma de burlar as informações publicadas pelos periódicos da época, fato comum em dias atuais; e c) poderia ser um claro exemplo de um leitor de ouvidos, uma vez que o caso foi reportado a ele por uma vizinha que leu o referido jornal.

O assinante do comunicado acusa o “noticiador” de publicar inverdades e desdenha do jornal argumentando que “Se o tal Noticiador for tão verdadeiro nas outras noticias *Commerciaes*, como foi na Policial por engano, então não passará de mero recoveiro de Petas, ou contrabandista de Maranhões”, o que nos parece uma afronta ao *Jornal do Commercio*, que de certa maneira, privilegia o *Treze de Maio* ao desmascarar seu concorrente. Importante notar que parte da publicação é feita em itálico, que, conforme explicitaremos mais adiante, encarecia ainda mais o preço da publicação, além do número de linhas que ultrapassa as dez que eram gratuitas ao assinante de periódico naquele período.

Esse tipo de publicação merece atenção pelo fato de nos possibilitar melhor compreensão da maneira como se comportavam os jornais e seus leitores no século XIX, quem e o que publicavam, como se comportavam diante das notícias. Vimos que havia interação entre os “noticiadores” e leitores, o que nos permite afirmar que esse tipo de veículo de informação provocava uma leitura minuciosa e propagada pelos leitores paraenses. Vejamos outras publicações em que isso se constata:

Figura8



(*Treze de Maio*, nº. 427, 26/12/1854, p. 3)

No anúncio, o senhor Raimundo José de Almeida Couceiro diz ter “sido considerado habilitado para explicar o methodo de leitura repentina de Castilho”, por isso, abre matrículas para cursos diurnos e noturnos a iniciar em janeiro do ano seguinte. Contudo, dias depois foi publicado pela “Instrucção Publica” um outro anúncio, pelo qual Couceiro era impedido de “abrir escola para ensinar mocidade por qualquer methodo” sem que esse recebesse a licença do presidente da província:

Instrucção Publica.

Constando-me por um annuncio seu publicado no Periodico Treze de maio de 26 do corrente mez, que V. Mce. pretende abrir em janeiro próximo futuro uma escola de 1.ª letras na qual ensinará pelo methodo da leitura repentina por Castilho, devo preveni-lo de que não pode V. Mce. abrir escola para ensinar a mocidade por qualquer methodo, sem que previamente obtenha para isso licença do Exm.º Senr. Presidente da Provincia nos termos dos artigos 43 e seguintes do Regulamento de 5 de fevereiro de 1852, e art. 10 da lei provincial n.º 203 de 27 de Outubro de 1851, sob a pena fulminada no art. 56 d’aquelle Regulamento. Deos Guarde a V. Mce. Directoria da Instrucção Publica do Pará 29 de Dezembro de 1854. – Senr. Raimundo José de Almeida Couceiro. – O Director, – *Ambrosio Leitão da Cunha.*

(*Treze de Maio*, nº. 429, 30/12/1854, p. 1)

Pela divulgação feita na primeira página do jornal, vimos que os leitores estavam atentos a tudo o que era publicado nos jornais e intervinham, com muita brevidade, contra ou favoravelmente às notícias. No caso em questão, demorou apenas um número do jornal para que fosse embargada a matrícula e solicitada a licença do primeiro annunciante, o que mais uma

vez denota a atenção dada às publicações e a rapidez com que as informações circulavam na província, ocasionando, em algumas situações, querelas entre os anunciantes e o público que tomava partido nas disputas. Vejamos a seguinte publicação datada do mesmo dia dessa:

Signal de Gratidão.

Em obsequio à verdade, e por amor do zelo e boa vontade, com que o professor de primeiras letras pelo methodo Castilho o snr. Francisco Malaquias Soares se prestou a ensinar os meninos Joaquim e Leopoldino que se achão a minha direcção a pedido de seos Paes, não posso deixar de testemunhar, a quem lhe não quizer mal, que elles estão muito adiantados, e que tem aproveitado o mais possível neste anno cadente desde que tive a lembrança e fortuna de confial-os ao reconhecido préstimo e disvello d'aquelle Snr. e de lhe votar por esse motivo os mais sinceros e voluntários agradecimentos. Pará 28 de Dezembro de 1854.

Joaquim Antonio Areias.

(Treze de Maio, nº. 429, 30/12/1854, p. 4)

O senhor Joaquim Antonio Areias, possivelmente um assinante – a considerar o número de linhas utilizadas para a publicação –, manifesta-se sobre o “methodo Castilho” em favor de outro professor de primeiras letras, Francisco Malaquias Soares, “que se prestou a ensinar os meninos” que segundo o anunciante estariam “muito adiantados” e por isso mereceu um “signal de gratidão”. Notemos que a publicação acontece simultaneamente a que impedia o professor Couceiro de abrir matrículas sem a devida licença do presidente da província, ou seja, fora bastante oportuna para acirrar a concorrência por alunos a serem matriculados. O jornal protagonizou mais essa disputa, felizmente por alunos. A seguir trataremos dos jornais de forma mais descritiva.

Figura 9

N.º 1 QUARTA FEIRA 13 DE MAIO DE 1840 1.º TRIMESTRE

TREZE



DE MAIO

Publica-se as Quartas e Sabbados; Subscreve-se nas Lojas de Joaquim da Rocha Oliveira & C.^a, Rua da Boa Vista, e na de Francisco José de Araujo, Rua dos Mercadores, distribue-se por casa dos Sñrs. Assignantes preço de 2\$400 reis por Trimestre de vinte cinco Folhas; vende-se avulças a 160 reis por folha nas Lojas assimna mencionadas e nesta Typographia.

Pará Na Typ. de Santos & menor Rua d'Alfama N.º 15.

PROSPECTO.


uthorizados pelo Exm^o Governo da Provincia a publicar os seus actos, encarregamo-nos do cumprimento d'este dever com inexplicavel satisfação porque acreditamos, que com este nosso proceder fazemos um serviço á nossa Provincia, cujo estado, circunstancias e melhoramentos levamos d'parte ao conhecimento dos nossos Concidadãos das mais distantes Provincias. Nem um titulo nos pareceu mais adequado de que o de = TREZE DE MAIO = d'esse dia memoravel nos factos da historia Paraense, — dia de doces recordações, em que a Legalidade conseguiu triumphar dos desastrosos feitos e negros planos da rebeldia, — apoderando-se da Capital da Provincia. — Incumbindo-nos de tão espinhosa tarefa, temos em vistas contribuir, quanto poder-mos para o bem estar de nossa chara Patria, e por isso não recusamos o auxilio d'aquelles, que por meio de decentes e sisudos artigos se queiraõ prestar á manifestação das necessidades da Provincia, e dos meios de obter os seus melhoramentos, e por isso admittimos em nossa folha todos os trabalhos, que á ella, ou do estado poderem interessar e bem assim os actos das Authoridades subalternas. Repellimos toda e qualquer correspondencia, ou polemica, que tenha por objecto a vida particular de alguém, ou por fim a opposição aos actos de qualquer Authoridade que seja, excepto se da Authoridade competente tivermos, para nossa salva guarda permissaõ para o fazer. A propalação dos actos administrativos do Governo, o Commercio, a industria, a instrucção publica, os melhoramentos emfim da Provincia — saõ o assumpto principal a que nos dedicamos.

Esta folha sahirá duas vezes por semana, sendo metade consagrada á publicação dos actos officiaes, e a outra aos movimentos e relações commerciaes, não soffrendo este segundo objecto alteração alguma com a mudança da folha, porque daremos como antes, em todos os Sabbados os preços dos principaes generos de importação e exportação no mercado; e como as despezas da imprensaõ e papel se tornaõ maiores por que duplicamos o trabalho, elevamos o preço do Trimestre á 2\$400 reis.

Esperamos, por isso, que os nossos assignantes nos não desamparem, mas ao contrario encoragem taõ util emprêza e concorrão para sustentar o unico filho da liberdade da Imprensa que nos propomos, na Capital da Provincia, a alimentar, e que esperamos fazê-lo proficuo ao publico, tributando ao Governo e ás Authoridades o respeito, que lhes é devido, e circunscrevendo-nos nos limites que hemos traçado.

PARTE OFFICIAL.

Illm^o Sñr. — Tendo de celebrar-se no dia 13 do corrente na Cathedral desta Cidade pelas 10 horas da manhaõ um Te-Deum Laudamus em acção de Graças ao Omnipotente, por ser esse o dia anniversario da quelle, em que as tropas da Legalidade se apoderaraõ da Capital, e dezejando o Presidente da Provincia, que V. S.^a com todos os empregados das repartiçoens, que lhe saõ subordinadas, concorraõ a tornar mais solemne um acto, que tanto deve regozijar os coraçoes dos Paraenses, e de toda o Brazileiro, amigo do Estado, o communico a V. S.^a para que empregue o seu zelo em satisfazer ao Governo em objecto de tanto

2.2 TREZE DE MAIO (1840 a 1862)

O jornal *Treze de Maio* foi, indubitavelmente, o maior e mais importante jornal da província do Grão-Pará até a primeira metade do século XIX. Impresso na “Typographia de Santos & Menor”, ou “Santos & Filhos”, pelo fato de pertencer a Honório José dos Santos e seus filhos, posteriormente a morte do pai, a empresa foi denominada de “Typographia de Santos & Irmãos”. O *Treze de Maio* foi assim intitulado como uma alusão à data em que Soares de Andrea desembarcou em Belém pondo fim ao Movimento da Cabanagem.

Esse periódico foi fundado pelo carioca Honório José dos Santos, em 13 de maio de 1840, em substituição ao jornal *Folha Comercial do Pará*. Seis anos depois, em 1846, o *Treze* passou a ser órgão oficial do governo, recebendo autorização para publicar e imprimir os “Actos Legislativos e Governativos” da província, conforme podemos constatar a seguir:

Figura 10

O Presidente da Província do Grão Pará usando da faculdade, que lhe confere o Artigo 8.º do Regulamento expedido pelo Ministerio da Fazenda em 12 de Março do corrente anno, resolveo caracterisar por Official o periodico intitulado — Treze de Maio — que n'esta Capital se publica na Typographia de Santos e Filhos, e conceder a necessaria autorisação para que no mesmo periodico se imprima, os Actos Legislativos e Governativos de que faz menção o referido Regulamento, com a clausula de cingirem-se os Editores á copias authenticas que lhes sejaõ communicadas pelas Repartições Publicas, ou a exemplares impressos na Typographia Nacional. Palacio do Governo do Pará 19 de Novembro de 1846. — Herculano Ferreira Penna.

(*Treze de Maio*, nº. 655, 21/11/1846, p. 1)

Em 1848, a tipografia do jornal passou imprimir também o periódico mensal *Synopsys Ecclesiatica*, cuja renda das assinaturas era destinada à manutenção dos meninos pobres do seminário de Belém e da Barra do Rio Negro, atualmente estado do Amazonas.

Inicialmente as publicações do *Treze de Maio* ocorriam às quartas e sábados na oficina tipográfica localizada à rua da Alfama, nº. 15, até a mudança para o novo endereço, à rua São João, esquina com a estrada São José, cinco anos depois. Conforme comprovamos no aviso do jornal nº. 524, onde também a folha justificou a falta de publicação em virtude da mudança de endereço:

Figura 11

— À nossa Typographia mudou-se para a casa que faz canto para a Rua de S. João e para a Estrada de S. José, e ficará sendo conhecida de hora em diante por propriedade de Santos & Filhos.
— Pedimos desculpa por que não pôde sair a folha na quarta feira, por cauza da mudança que temos annunciado.

(*Treze de Maio*, nº. 524, 19/07/1845, p. 3)

Foi a partir do ano de 1845 que passou a apresentar em seu frontispício uma tabela de dias feriados. Santos & Filhos tinham consciência da importância e representatividade desse periódico para a província do Grão-Pará, bem como seus subscritores que, segundo os proprietários, mantinham os pagamentos das assinaturas em dia. O anúncio justifica o “alento” dado por eles ao jornal pelo fato de esse ser “o único Periodico que mais existencia tem tido nesta Provincia”. Ressaltamos que o primeiro jornal diário da província foi inaugurado em 1853, sendo que por isso o *Treze de Maio* reinou absoluto na imprensa paraense até a inauguração de seu concorrente. Vejamos o que diz a publicação a seguir:

Figura 12

Com o presente Numero 700 finda o 28.º Trimestre do Periodico 13 de Maio, que conta sete annos de duracão: Graças aos Snrs. Subscritores que com tanta constancia lhe tem dado o alento: pois é este o unico Periodico que mais existencia tem tido nesta Provincia: Com o seguinte numero 701 daremos começo ao 29.º Trimestre, ou o 1.º do 8.º anno.

Santos & Filhos.

(Treze de Maio, nº. 700, 09/05/1847, p. 6)

O proprietário orgulhava-se em dizer da duração de sete anos do jornal *Treze de Maio*, sendo o mais duradouro da província, com uma edição bissemanal correspondente a vinte e cinco exemplares por trimestre. Percebemos que um ano depois a prensa tornou-se mais moderna, apresentando anúncios com algumas imagens. Como a da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira de Belém, estampada em uma divulgação do Círio paraense:

Figura 13



O dia 4 de Outubro proximo vindouro, he o aprasado para o Círio, em o qual deve ser trasladada com toda a pompa a Imagem da Milagrosa Senhora de Nazareth do Desterro, da Capella de Palacio para sua Hermida em o arrayal de Nazareth; e desde já previne-se aos devotos á fim de que com seu costumado zelo, se disponhão á concorrer para abrilhantar, e tornar mais solemne esta romaria; certos de que em nada s'haõ de poupar os Directores, para corresponder á anciedade, e dezejos d'um Povo, cuja devoção he extrema para com a Santa que faz o objecto desta festividade. Todos os Domingos até o fim deste anno de 1848 haverá Missa na Hermida ás 7 horas da manhan.

Em breve publicar-se-há o programma de toda a festa, e far-se-há por offerecer ao publico, além dos actos religiosos, variedade d'entretenimentos.

Figura 14

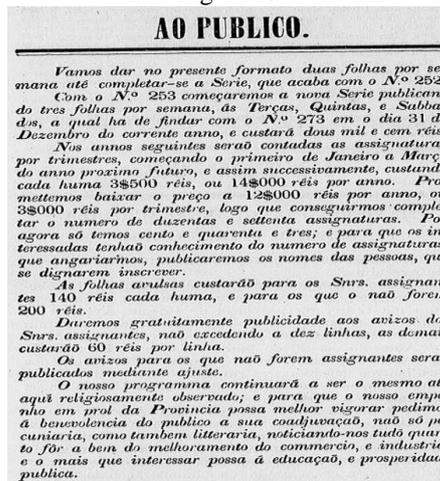


(Treze de Maio, nº. 827, 19/08/1848, p.2)

Certamente essa novidade causou entusiasmo no público, considerando-se que não era frequente encontrar ilustrações nos jornais paraenses, notadamente aquelas com tantos detalhes, como a da ermida de Nazaré, o que aumentava ainda mais o valor cobrado pelo anúncio.

Em 1853, o *Treze* passou a trissemanal a partir do número 253, sendo publicado as terças, quintas e sábados, finalizando a série em 31 de dezembro daquele ano, com o valor de “dous mil e cem réis”, conforme comprovamos com a publicação:

Figura 15



(*Treze de Maio*, nº. 247, 26/10/1853, p. 1)

O anúncio advertia para as novas assinaturas trimestrais no valor de 3\$500 réis ou 14\$000 réis para as assinaturas anuais, baixando o preço para 3\$000 por três meses e 12\$000 por ano, caso conseguissem completar o número de 270 assinaturas, sendo que naquele período o jornal possuía apenas 143 delas. As folhas avulsas custariam 140 réis para os assinantes e 200 réis para os que não eram assinantes e a publicação dos avisos seria gratuita para os assinantes, desde que não excedessem as dez linhas, sendo cobradas nas linhas excedentes 60 réis cada.

Importante mencionar o apelo à benevolência do público feito pelo jornal que contava com a coadjuvação pecuniária e literária dos leitores em favor da Província. É pertinente atentar para a informação dada ao público sobre o número de assinaturas que aumentara para 182, faltando 88 para o número de 270, o qual, segundo os editores, seria necessário para cobrir as despesas do jornal. Vejamos a advertência:

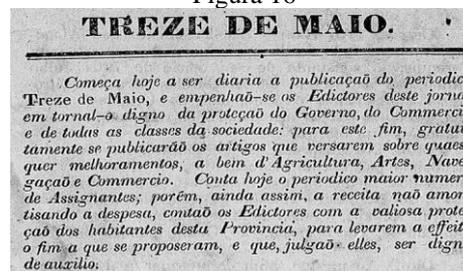
Advertência.

– Ao publicarmos o nosso jornal no presente formato possuíamos cento e trinta assignaturas. Nos últimos mezes do anno findo obtivemos mais trinta e três, e para o corrente anno dezenove, que reunidas às antigas prefazem actualmente o total de cento e oitenta e duas assignaturas. Para o numero pois de duzentas e setenta, que calculamos serem precisas para cobrir as despezas da impressão, falta-nos ainda oitenta e oito. Recorremos por tanto a benevolência do publico, e lhe rogamos a sua

coadjuvação, aceitando as assignaturas, que nos são indispensáveis para não perdermos.
(*Treze de Maio*, n.º. 275, 05/01/1854, p.1)

Obviamente que esses apelos surtiam efeitos positivos aos editores que ampliavam seus lucros com a vendagem do jornal e com os anúncios encomendados, além de garantirem a oficialidade da folha em virtude de sua boa visibilidade e credibilidade, prova disso é que o *Treze de Maio* n.º. 550, de 1855, estampa em sua primeira página que a partir daquele número suas publicações passariam a ocorrer diariamente. Conforme constatamos:

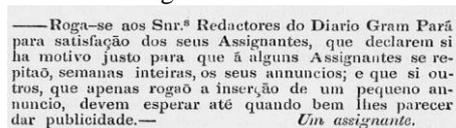
Figura 16



(*Treze de Maio*, n.º. 550, 01/10/1855, p. 1)

Os editores contavam com o apoio do público e garantiam publicação gratuita para “os artigos que versarem sobre quaesquer melhoramentos, a bem d’Agricultura, Artes, Navegação e Commercio”. Esse periódico passa, então, a ter maior concorrência com o *Diário do Gram-Pará*, inaugurado em 1853, sobre o qual foi publicada a seguinte queixa de um assinante:

Figura 17



(*Treze de Maio*, n.º. 480, 28/04/1855, p.4)

Vemos que os assinantes coadjuvavam na disputa entre os periódicos, e estes precisavam agir com cautela e dedicação para alcançarem maior abrangência das informações e o gosto, do leitor que era bastante exigente e denunciava suas reclamações em jornais opositores, o que, certamente, era noticiado com muito gosto pelos rivais. Sobre as novidades nas publicações e para satisfazer a vontade do público, o n.º. 696 do *Treze* assim justificava a inauguração da seção Folhetim:

TREZE DE MAIO.

Somente hoje podemos dar publicação ao folhetim que nossos leitores encontrarão no lugar competente, o qual deveria ter sido publicado Segunda-feira passada.

Prometemos dar regularmente a nossos leitores todas as Segundas-feiras um folhetim; ainda nesta publicação nos não afastaremos do programma do Treze de Maio.

A pezar de não ser a receita de nosso jornal sufficiente para amortisar a despeza não nos poupamos a esforços para agradar a nossos leitores, contando augmentar assim o numero de nossos assignantes.

(Treze de Maio, nº. 696, 28/03/1856, p. 3)

Vejamos, conforme a publicação, que a inauguração da seção “Folhetim” visava, além do entretenimento e de uma tentativa de agradar os leitores, aumentar o número de assinantes, pois, como já dissemos antes, o *Treze* passava a ter um grande concorrente que dispunha dessa seção, e para não perder clientes, começava também a publicar a seção “Folhetim”. Parece-nos que a seção foi bem sucedida, pois segundo a publicação a seguir, feita poucos dias depois, muitos foram os curiosos que tentaram atribuir paternidade ao folhetim do *Treze de Maio*:

PUBLICAÇÃO A PEDIDO.

Senrs. Editores do Treze de Maio, – Havendo quem se tenha lembrado de attribuir-me a paternidade o *folhetim* publicado no numero do seu jornal de sábado passado e desejando desenganar os pseudo-advinhos que em tão *uteis* exercícios gastão o seu precioso tempo, rogo-lhes o favor de, sob sua palavra de honra, declararem que parte tive em tal publicação. Com isso muito obsequiarão ao seu &. Pará 31 de Março de 1856. Dr. Augusto Thiago Pinto.

Declaramos, sob nossa palavra de honra, que o Illm.º Senr. Dr. Augusto Thiago Pinto não é o escritor do folhetim do – diário Treze de Maio – Pará 31 de Março de 1856. Os Edictores *Santos & Filhos*.

(Treze de Maio, nº. 700, 02/04/1856, p. 4)

Vejamos que os editores do jornal declararam não ser “o Illm.º Senr. Dr. Augusto Thiago Pinto” o “escritor do folhetim do – diário Treze de Maio”, mas não informaram ao público de quem se tratava o escrito, afinal, a seção recém-inaugurada passava a ser mais uma estratégia para aumentar o número de assinantes. O suspense ocasionado pela novidade da seção surtia o efeito que o jornal precisava para se manter entre os mais lidos e assinados da província.

No que diz respeito à credibilidade dada ao jornal, convém mencionarmos a acuidade com que seus editores escreviam, pois entre todos os jornais por nós investigados o *Treze de Maio* esteve entre os que melhor empregavam as normas da língua portuguesa, chegando a publicar erratas para orientar os leitores a respeito de algum lapso por eles cometidos. Vejamos algumas:

Erratas ao nº. 639

Em vez de – Imderio – leia-se – Imperio.

“ – Pereiro – “ – Pereira.

“ – occupoda – “ – occupada.

(Treze de Maio, nº. 640, 26/09/1846, p.4)

– Erratas ao n.º. 640 –

Pag. 2 em vez de inteiramente oposta – leia-se – inteiramente oposto.

“ 3 “ “ – prestar contas – prestar contas.

“ “ “ “ – Páe e Mãe – Páe e Mãe.

“ 4 “ “ – de Comissão de Força Provincial – da Comissão de Força Provincial.

(*Treze de Maio*, n.º. 641, 30/09/1846, p.6)

Vale mencionar que algumas prensas utilizadas na primeira metade do século XIX não dispunham de certos recursos tipográficos para pontuação, acentuação, imagens, entre outros caracteres. Ainda assim, faziam usos de tabelas, como a que apresentamos a seguir, a qual demonstra os seguintes dias feriados:

Figura 18

TABELLA DEMONSTRATIVA DOS DIAS FERIADOS PARA NEGOCIOS FORENSES.				
Meses.	Fixos.	Dias feriados variaveis.	Designação das Festas.	Disposições que autorizam os feriados.
Janeiro	1 a 9	- - - - -	Continuação da Festa do Natal - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18, sessão de 15 de Novembro de 1827, e L.º n.º 345 de 30 de Março de 1844.
	9	- - - - -	Aniversario do dia em que S. M. o Senhor D. Pedro 1.º declarou feio no Brazil - - - - -	Lei de 9 de Setembro de 1826.
Fevereiro	4.ª	feira de Cinza, e os dois dias antecedentes.	Festa chamada do entrudo - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18.
	11	- - - - -	Aniversario Natallio de S. A. a Princesa Imp. - - - - -	Decreto n.º 345 de 30 de Março de 1844.
Março	14	- - - - -	Aniversario Natallio de S. M. a Imperatriz - - - - -	Decreto n.º 345 de 30 de Março de 1844.
	25	- - - - -	Aniversario do Juramento da Constituição - - - - -	Lei de 9 de Setembro de 1826.
Abril	7	Semana Santa - - - - -	Festa celebrada com este nome - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18.
	7	- - - - -	Aniversario da aclloação de S. M. O Senhor D. Pedro Segundo - - - - -	Lei de 25 de Outubro de 1831.
Maio	3	Semana da Pascoa - - - - -	Festa celebrada com este nome - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18.
	3	- - - - -	Dia da abertura da Assembléa Geral - - - - -	Lei de 9 de Setembro de 1826.
Junho	23	Semana do Espº Santo.	Festa celebrada com este nome - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18.
	4	- - - - -	Aniversario da Minoridade do Sr. D. Pedro 2.º - - - - -	Lei de 26 de Agosto de 1840.
Setembro	7	- - - - -	Aniversario do Casamento de S. S. M. M. - - - - -	Decreto n.º 345 de 30 de Março de 1844.
	24	- - - - -	Aniversario da Independencia do Brazil - - - - -	Lei de 9 de Setembro de 1826.
Outubro	15	- - - - -	Commemoração do obito de S. M. o Senhor D. Pedro 1.º - - - - -	Decreto n.º 224 de 24 de Setembro de 1842.
	19	- - - - -	Dia do Nome de S. M. A Imperatriz - - - - -	Decreto n.º 345 de 30 de Março de 1844.
Novembro	19	- - - - -	Dia do Nome de S. M. O Imperador - - - - -	Decreto n.º 345 de 30 de Março de 1844.
	2	- - - - -	Commemoração dos defuntos - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18.
Dezembro	2	- - - - -	Aniversario Natallio de S. M. O Imperador - - - - -	Lei de 25 de Outubro de 1831.
	13	- - - - -	Festa de Santa Luzia - - - - -	Consta pelo Correio Official de 13 de Dezembro de 1837 ter sido declarado feriado sendo Ministro do Imperio o Sr. Bernardo Pereira de Figueiredo.
			Desde o dia de S. Thomé até o ultimo do mez e anno. - - - - -	Ord. L.º 3.º Tit. 18, e sess. 15 de 9br.º de 1827.
			Festa do Natal - - - - -	

Maranhão 1.º de Fevereiro de 1845.

Adriano Augusto Bruce Barradas,
Secretario da Relações.

Pará.— Typographia de Santos & menores, Rua d'Alfama n.º 15.— 1845.

(*Treze de Maio*, n.º. 489, 12/03/1845, p. 4)

Pela tabela vimos serem poucos os dias feriados para o ano de 1845 e que estes eram marcados por comemorações religiosas ou natalícias da realeza brasileira, bem como algumas datas ligadas a fatos políticos, totalizando um número de quinze dias de feriados, excetuando-se as semanas comemorativas, ou seja, o país vivia sob o influxo político e religioso.

De importância histórica, o *Treze de Maio* noticiou, no ano de fundação, a maioridade e ascensão de Dom Pedro II ao trono brasileiro, bem como o nascimento dos filhos do imperador, anos depois; a passagem do primeiro para o segundo período regencial e as mudanças políticas e culturais ocasionadas no transcorrer de sua existência. Após a morte de Honório, em 23 de janeiro de 1857, os filhos herdeiros mantiveram o jornal por mais cinco anos, quando saiu de circulação em 31 de outubro de 1862, substituído pelo periódico *Jornal do Pará*.

A “Folha”, como era chamado, possuía um formato de apenas duas colunas, apresentadas em quatro páginas, nas quais localizavam-se as seguintes seções: Expediente do governo, Parte

Religiosa, Edital, Rio de Janeiro, Notícias Diversas, Portugal, Miscellanea, Folhetim, Movimento do Porto, Entrada de embarcação, Avisos, Variedades, Anuncios.

Encontramos entre os avisos um que dizia respeito à subscrição para a “Orthografia” escrita pelo professor Coruja que se estava imprimindo no Rio de Janeiro. Vimos que não era frequente os jornais paraenses desse período divulgarem anúncios daquela província, mas entendemos que tal publicação ocorria pelo fato de Honório José dos Santos, o proprietário do *Treze de Maio*, ser carioca, o que certamente facilitava essa relação e a comercialização:

– AVISOS –

– *Aos Snrs. que subscreverão para a Orthografia que se está imprimindo no Rio de Janeiro, do Professor Coruja, anunciamos que está quaze a ultimar-se esta interessante obra, pois já sobe a numeração à paginas.*

Os Snrs. que ainda não subscreverão para a dita Orthografia, e o quizerem fazer, poderão avisar a Honorio José dos Santos que aceitará suas assignaturas para este fim, e tãobem receberá encomendas para mandar vir do Rio de Janeiro com toda a presteza exemplares do Manual dos Estudantes de Latim, e da Grammatica da língua Nacional, ambos produção litteraria do dito Professor o Snr. Antonio Alvares Pereira Coruja.

(Treze de Maio, nº. 828, 23/08/1848, p.4)

Santos & Filhos aproveitavam o contato com o Rio de Janeiro para lucrar sobre as vendas das subscrições feitas na província paraense, e também anunciavam e vendiam livros dos mais variados e em grande quantidade. Em anúncio datado do dia 22 de janeiro de 1845, o *Treze* divulgou mais de cem obras postas à venda em sua tipografia, entre manuais, dicionários, tratados, arquivos, compêndios, romances, entre outras. (Conferir nos anexos do cap. II)

As vendas anunciadas por esse periódico relacionavam-se também aos laços existentes entre o Pará e Portugal, cuja finalidade era a rentabilidade das edições compostas naquele país e vendidas no Brasil quase exclusivamente nessa província, onde Santos & Filhos tinham grande representatividade. Vejamos o prospecto das “Obras Completas do Virtuoso e Sábio Prelado de Lisboa o Cardeal Patriarcha de Lisboa Saraiva de S. Luiz”, no qual o editor, herdeiro dos manuscritos, afirma estar prestando “relevante serviço às letras pátrias”:

Figura 19

Obras Litterarias.
PROSPECTO.
OBRAS COMPLETAS
do
Virtuoso e Sabio Prelado
O CARDEAL PATRIARCHA DE LISBOA
SARAIVA DE S. LUIZ.

Vão publicar-se pela primeira vez as Obras completas do virtuoso e sabio Prelado, o Cardinal Patriarcha de Lisboa, Saraiva de S. Luiz.

O Editor, herdeiro dos seus manuscritos, entendeu que prestaria relevante serviço ás letras patrias, colligindo e communicando pela impressão os trabalhos de um Escripitor recente, que tanto nome alcançou, merecendo-o pela castidade e elegancia do estylo, pela importancia dos assumptos, e pelo fervoroso culto das glorias nacionaes, amor e cuidado constante da sua vida patriótica e intellectual.

Mesmo quando os laços do sangue, e a gratidão e saudade, devidas á memoria de um Tio extremoso e desvelado, o não obrigassem a empregar n'esta edição o maior esmero, a idéa de additar as paginas da litteratura contemporanea com tão vastas e interessantes composições, traçadas nas diversas provincias do saber humano, bastaria para lhe esperar o zélo, e redobrar a vigilancia.

Dos trabalhos do Cardinal Saraiva de S. Luiz uma parte acha-se ainda inédita, e a maior; a outra encontra-se desenhada pela Memorias da Academia Real das Sciencias, á qual originariamente foi destinada, ou corre avulsa em brochuras estampadas por ordem e á custa da distincta corporação, ou emfim viu a luz em periodicos litterarios, cuja publicação cessou ha muito. O Editor, para a reimpressão e incorporação de todos os escriptos na edição das Obras completas, alcançou a prompta acquiescencia da Academia das Sciencias, que timbrou por este modo em ajuntar ás antigas uma nova, prova de consideração pelo illustrado Socio, que teve a honra de ser seu Vice-Presidente tanto tempo.

As Obras completas do sabio Prelado abrangem variadas materias, que por suas especialidades podemos reduzir a tres classes principais: — Memorias Historicas e Chronologicas — Memorias e Estudos Filologicos — e Miscellaneas — compostas de Noticias Ecclesiasticas, Biographicas de alguns Varões notáveis portuguezes, e emfim de trabalhos acerca de objectos diplomaticos, archeologicos, e de muitos outros ramos. A publicação principia pelas Memorias Historicas — comprehendendo o primeiro volume os Estudos e Ensaios sobre diferentes pontos historicos em diversas épocas de Portugal. Successivamente continuarão a sair os seguintes, se a Edição obtiver a acceptação que se lisonjeará de merecer aos cultores das letras e glorias patrias, formando (quanto pôde calcular-se) uma serie de onze a doze tomos de oitavo francez, e 400 paginas de texto cada tomo.

A Edição será acompanhada de um juizo critico, escripto pelo Sr. L. A. Rabello da Silva, e de uma concisa noticia da vida do distincto Prelado, feita pelo Editor Antonio Corrêa Caldeira.

Assigna-se para a collecção completa nas lojas da Viúva Bertrand e Filhos, aos Martyres; e na do Sr. Martins Lavado, na rua Augusta n.º 5, em Lisboa; e no Brasil, na Cidade de Pará — na Typographia de Santos & Filhos.

Preço de cada volume por assignatura 1\$200 réis moeda forte
 Avulso 1\$920 "

Declara-se que o volume ou volumes, que contiverem e — Ensaio sobre alguns Synonymos da Lingua Portugueza — e os — Glosarios — e alguns outros trabalhos não serão vendidos em separado.

(Treze de Maio, n.º. 257, 24/11/1853, p.4)

Pela divulgação, vimos que as “Obras Completas” foram coligidas em três classes: “Memorias Historicas e Chronologicas – Memorias e Estudos Filologicos – e Miscellaneas – compostas de Noticias Ecclesiasticas, Biographicas de alguns Varões notáveis portuguezes, e emfim de trabalhos acerca de objectos diplomaticos, archeologicos, e de muitos outros ramos”, o que implica dizer que pela variedade de assunto e pela quantidade de tomos, os quais totalizavam “onze a doze tomos de oitavo francez, e 400 paginas de texto cada tomo”, vendidos a 1\$200 réis para assinantes e 1\$920 réis para assinaturas avulsas, caso as obras tivessem uma boa recepção pelo público, o herdeiro juntamente com os livreiros teriam a garantia de um lucro significativo. Quanto aos livreiros responsáveis pela coleção completa, vale apontar que o anúncio apresenta apenas um representante no Brasil, em particular “na Cidade do Pará”, que era a “Typographia de Santos & Filhos”.

Certamente essa tipografia lucrava muito com a vendagem dos livros na província paraense, muitos foram os anúncios de obras anunciadas nas páginas do *Treze*, como também obras que a tipografia comprava, o que nos chamou atenção para possíveis reedições de obras dispersas pelo tempo e que Santos & Filhos reeditavam para publicação, como é o caso do anúncio a seguir:

Nesta Typographia de Santos & Filhos compra-se pela quantia de 5\$000 réis um só exemplar do Folheto que tem por Titulo O Pará em 1832.

(Treze de Maio, n.º. 840, 30/09/1848, p.4)

O livro solicitado para compra tem como título *O Pará* e é datado de 1832, provavelmente uma edição esgotada, que, por isso, é procurada para uma possível reedição. A leitura, na província, começa a ganhar espaço, principalmente nas páginas dos jornais, e das formas mais inusitadas, tal como essa publicação que encontramos no n.º 547 do *Treze de Maio*, na qual um detento, preso há quatro anos, solicita alguns livros “para dar distrações as suas ideas”. Vejamos:

– José Prudencio Bitencurt, achando-se preso na Fortaleza da Barra quase a 4 annos, costuma, para dar distrações as suas ideas, mandar pedir as pessoas de seu conhecimento alguns livros para ler; e mandando no dia 6 do corrente mez pedir ao Snr. João Hilario Watrim a obra de mil e uma noites, (sete volumes) o seu rapazinho recebe-a, e vindo embarcar na bateria de Santo Antonio poz junto a escada d’esse lugar os livros e outras trouxas, e embarcando-as deixou por acaso a dos livros, e achando-se já distante foi então que deu por essa falta; e voltando a procura-los não os encontrou. Pede-se por tanto a quem os tiver achado, ou souber quem os tem, que compadecendo-se do estado em que actualmente se acha o anunciante, declare ou os mande entregar nesta Typographia, ou em casa do mesmo Sr. Watrim.
(*Treze de Maio*, n.º 547, 15/10/1845, p.3)

Percebemos que o pedido do detento foi “a obra de mil e uma noites, (sete volumes)”, ele optou por ler literatura, gênero que estava sendo propagado pela seção “Folhetim” nas páginas de quase todos os periódicos do Brasil. Pela divulgação o preso dispunha de economias, pois tinha “o seu rapazinho”, amigos que lhe enviavam livros, em uma época em que, sabemos, o livro era um capital financeiro e cultural, e, ainda, conseguia publicar em jornal, o que era pago por linha, caso o anunciante não dispusesse de assinatura.

Vários eram os periódicos que surgiam com a pretensão de instruir e recrear os jovens paraenses, auxiliando, dessa forma, à expansão de leitura e entretenimento na província. O suplemento do *Treze*, n.º 832, informa uma novidade:

O INCENTIVO DA MOCIDADE
JORNAL D’INSTRUCÇÃO E RECREIO.
Sob este titulo vai publicar-se, n’esta Província hum Jornal Recreativo em que alguns gênios literários possam dar a lume as suas produções. Aceitam-se em suas columnas todos os escriptos sobre Artes e Sciencias, Romances, Moral, Poesia, Anecdotas e Charadas & exceptuando-se os artigos que tendam a vida particular e individual, politica, actos do governativos. O seu formato será em 4.º constandingo cada n.º de oito páginas, que sahirá todos os Sabbados. Recebem se assignaturas em casa dos Snrs. Lisbôa e Costa, rua dos Mercadores. O preço será de 2\$000 por Trimestre, pagos no acto da entrega do 1.º n.º.
(*Treze de Maio*, suplemento, n.º 832, 06/09/1848, p.3)

A divulgação explicita o que o “Incentivo da Mocidade” teria o propósito de instruir e recrear a juventude da região, contemplando um princípio horaciano de leitura. Assim sendo, o periódico anunciado demonstrava querer se distinguir dos outros, que apresentavam folhetins

apenas com intenção de lucros. Este, bem mais democrático quanto as produções literárias, visava um público seletivo: o apreciador de literatura. Para isso trazia oito páginas oferecidas semanalmente, com assinaturas trimestrais de 2\$000 réis pagos no primeiro número.

Por falar em pagamento, todos os jornais eram unânimes em cobrar antecipado pelas assinaturas, alguns deles, como o *Treze*, chegavam a prevenir seus assinantes a respeito das cobranças e rogavam que fizessem o pagamento em “dinheiro que seja corrente sem duvidas no mercado”, talvez porque na época circulavam muitas cédulas falsificadas, boa parte vinda de Portugal.

Prevenimos aos Srs. Assignantes do Periódico 13 de Maio que vamos mandar receber a importância das suas assinaturas, do 20.º Trimestre, e lhes rogamos por muito favor nos deem dinheiro que seja corrente sem duvidas no mercado.
Santos & menores.
(*Treze de Maio*, nº. 476, 25/01/1845, p.4)

Ainda sob a perspectiva da expansão de leitura literária na província do Grão-Pará propiciada pelos jornais, encontramos divulgação de “Edições baratíssimas de melhores livros de Literatura antiga e moderna”, com distribuição gratuita de prospectos que serviam de incentivo aos interessados pelas obras, como no anúncio a seguir:

**LIVRARIA
POPULAR E HISTÓRICA**

Edições baratíssimas dos melhores livros de Literatura antiga e moderna: Assina-se na nova Loja de Godinho, Tavares & C.^a ao Ver-o-Pezo, onde se distribuem grátis prospectos a quem o exigir.

A Empresa da Livraria Popular e Historica, actualmente está publicando a Biblia Sagrada, contendo o velho e o novo Testamento, segunda edição, ornada de estampas, publicada debaixo dos auspícios do Eminentíssimo Snr. Cardial Patriarcha. A Empresa previne o publico que não confunda esta edição com uma outra da Bíblia que está publicando a empresa intitulada Biblioteca Economica, a qual está içada dos erros de que se faz especial menção no principio do caderno nº. 1.º.

Na loja acima acha-se à venda o nº. 1 a 5 da Bíblia, com as competentes estampas, e bem assim os Romances, Filho do Diabo, S. Clair, e Cego da Fonte de Santa Catharina.

(*Treze de Maio*, nº. 339, 03/06/1854, p. 4)

Conforme constatamos, a concorrência entre as tipografias que editavam essas produções eram tantas, a ponto de elas apelarem para as incorreções dos impressos, como na advertência desse anúncio que menciona a “empresa intitulada Biblioteca Economica” como concorrente da “Livraria Popular e Histórica”, alertando o público a respeito dos erros. Atentemos também a quantidade dos volumes ou tomos publicados e o uso de estampas, o que faria aumentar ainda mais o número de páginas e o valor arrecadado pela venda das obras.

Ressaltamos também a divulgação dos “Romances, Filho do Diabo, S. Clair, e Cego da Fonte de Santa Catharina” que já se encontravam à disposição do público.

A efervescência cultural propiciada pela expansão da leitura na província do Grão-Pará fez com que não apenas as tipografias lucrassem com a venda dos livros, mas também aqueles que serviam de correspondentes para as assinaturas de jornais e livros estrangeiros, como no anúncio que se segue:

Figura 20

—Chegarão os n^{os} 2 a 9 do 6.^o volume da Revista Universal Lisbonense e 3.^o volume da Historia do Consulado e do Império de Napoleão; os Subs. assignantes terão abondade receber os seus exemplares no Armazem de Viova Colares & C.^a Os mesmos recebem assignaturas para as Viagens na minha Terra, por Almeida Garreth que constará de 2 volumes, tendo-se já publicado o 1.^o

(*Treze de Maio*, n.º. 642, 03/10/1846, p. 4)

Vejamos que a divulgação se refere à chegada dos números de “2 a 9 do 6.^o volume da Revista Universal Lisbonense”, o que ratifica o que mencionamos a respeito da quantidade de volumes e tomos postos à venda. Outra informação importante é a assinatura para a obra “Viagens na minha Terra, por Almeida Garrett” que foi oferecida em “2 volumes, tendo-se já publicado o 1.^o”, o que comprova que o Pará recebia quase simultaneamente as publicações das obras lançadas em Portugal.

O fato de ter sido a *Revista Universal Lisbonense* a primeira a disponibilizar esse livro (entre 1845 e 1846) a seus assinantes, fez com que muitos paraenses conhecessem a obra em primeira mão, vemos que o anúncio é datado de 1846, ano da primeira publicação. Antes desse, outro anúncio sobre as “Viagens na minha Terra” foi publicado pelo *Treze de Maio*, trata-se de uma extensa propaganda sobre a obra, a qual ocupou a metade da segunda coluna da página 5 e toda a página 6 do jornal e, certamente, custou bem caro para o divulgador, haja vista que mesmo se fosse assinante este só teria direito a dez linhas gratuitas do jornal. (Conferir no anexo do segundo capítulo)

A propaganda menciona ser a obra uma “Bela Edição correcta e nítida, revista, augmentada e illustrada pelo auctor”, o que credencia ainda mais a sua recepção pelos leitores e justifica que “Os proprietários editores da REVISTA” perceberam a extraordinária popularidade alcançada por meio das publicações em folhetim, assim sendo, “intendem fazer um serviço às letras e à gloria de seu paiz, imprimindo-a agora reunida em um livro”.

O anúncio não poupa elogios ao autor, comparando-o com: Homero, Dante, Platão, Rousseau, “Thucidides”, “Thiers”, Guizot, “Xenophonte”, Horácio, Lamartine, Machiavel,

Chateaubriand, “Shakspeare”, Eurípedes, Camões, Calderon, “Geothe”, Virgílio, Schiller, Sá-de-Miranda, “Sterne”, Cervantes, Fenelon, Vieira, Rabelais, Gil-Vicente, Adison, Bayle, Kant, Voltaire, Herder, Smith, “Bentham”, “Cormenin”, os “Encyclopedistas” e com os “Sanctos-Padres”, enfim, o autor está à altura das grandes constelações filosóficas e literárias da antiga e da moderna idade.

Quanto a obra, o anúncio diz ser “um daqueles livros raros” escritos por Garrett, “o auctor de Camões e de Catão, de D. Branca e do Portugal na Balança da Europa, do Auto de Gil Vicente e do Tractado da Educação, do Alfazeme e do Fr. Luiz de Souza, do Arco de Sanct’Anna e da Historia Litteraria de Portugal, de Adozinda e das Leituras Historicas e de tantas producções de tão variado gênero”. Ao elencar as obras do autor, a propaganda demonstra não se tratar de uma pessoa qualquer, mas de um escritor já consagrado pelo público e pela crítica, o que fazia valer o investimento na aquisição da obra.

Ainda sobre a obra é advertido que “o auctor prestou-se a dirigil-a elle mesmo, corrigiu a, edditou-a, alterou-a em muitas partes, e a illustrou com as notas mais indispensáveis para a geral intelligencia do texto: de modo que sahirá melhorada do que primeiro se imprimira”, o que significa dizer e constatar que havia todo um cuidado do autor com a edição de sua obra quando esta fosse publicada em forma de livro, como foi o caso.

Quanto a assinatura, era cobrado o valor de 480 réis para os assinantes, que poderiam fazê-la em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Faro, em Braga e “em” outro lugar que não coube no restante da página 6 do *Treze de Maio*, mas presumimos que seria no Pará, pelo “Armasem de Viuva Colares & C.^a”, que divulgava nesse jornal as assinaturas para as “Viagens na minha Terra”, conforme demonstramos no anúncio acima.

A importância desse anúncio não se restringe ao valor pago para ser divulgada a obra do famoso escritor português Almeida Garrett, mas, especialmente, por notarmos que o jornal *Treze de Maio* tinha os portugueses residentes na província como principal alvo dessa publicação, ou seja, valia investir na propaganda livresca pelo fato de haver um público específico para a aquisição de tal obra.

DIARIO DO GRAM-PARÁ.

FOLHA COMMERCIAL, NOTICIOSA E LITTERARIA.

Subscree-se na Typ do DIARIO DO GRAM-PARÁ, na rua Formosa, caza contigua ao sobrado do Sr. Dr. Castro, on le tambem se recobem os annuncios, que serão pagos para o subscriber, e pagos segun lo se convenionar, para quem o não for — Corresponsalencias e outros artigos de responsabilidade, só se publicam vindo competentemente legalizados.

Não se recebem assignaturas senão de trimestre para cima, pagos adiantados á razão de 3\$500 por trimestre, 6\$400 por semestre e 12\$000 rs. por anno, pagos a recepção do primeiro numero e no fim de cada anno 14\$000 rs. Para o interior só se recebem assignaturas de semestre para cima a razão de 7\$500 por cada um e por anno 15\$000 rs., pagos tambem adiantados; porte franco para o subscriber.

PARTE OFFICIAL.

Assembléa Legislativa Provincial.

Sessão ordinária em 15 de Setembro de 1857.

PRESIDENCIA DO SR. CONEGO MANOEL JOSE DE SIQUEIRA MENDES.

(Continuação)

O Sr. Penna—(Continuando)—Sr. deputado trate-me bem, trate-me como eu o trato, não me esteja sempre a incitar; o sr. deputado não deve abusar do conceito de homem probo e honrado, não deve sacrificar esse conceito, porque avançando a estes e outros ditos, tem-me obrigado nesta caza a responder-lhe ao pé da letra, e as cousas assim vão indo muito adiante...

O Sr. Cantão—Ha certos apartes que não merecem resposta; para que se occupa delles?

O Sr. Malcher—Ahi tem, ahi está uma lição do seo sobrinho; eu o que disse, foi que, o sr. deputado quer só que a sua hermeneutica seja boa.

O Sr. Penna—O sr. deputado serve-se do nome que tem para tratar seos collegas muito mal, quando elles o tratão com attenção.

Sr. presidente, ja demonstrei que o delegado prostergeu o artigo 8 do cod.; que não elaborou sentença pelas regras da boa hermeneutica; isolou e deslocou do artigo as phrases que lhe fez conta para sobre ellas fundamental-a.

Em 2º lugar diz a sentença o seguinte: (lê) "O proprio bacharel José Joaquim de Assis, primeiro defensor do réo, diz (formaes palavras) que esse artigo se refere a Monteiro Baena, não padecendo a menor duvida, por isso que não ha outro Baena empregado da thesouraria de fazenda—fs. 17."

Srs., o delegado de policia ainda na defesa do réo, isolou e deslocou as phrases que lhe fez conta; cortou o raciocínio com que o sr. dr. Assis demonstrou judiciarmente que nenhuma injuria tinha sido irrogada ao sr. Baena por mencionar o artigo "que o tal Baena de quem tratava era um empregado da thesouraria conhecido vulgarmente por esolteiro."

Em 3º lugar diz a sentença—"O réo Rhossard, procura livrar-se da responsabilidade da injuria, allegando que o impressor indicado no fim do periodico he Simião Antonio Lopes. As averiguações de folha 7 a 10 mostrão, que Simião Antonio Lopes não he conhecido nem pelos empregados da typographia."

"O documento da f. 29 consiste em um requerimento feito em nome de Simião Antonio Lopes ao subdelegado da villa de Faro, pedindo aos escriptos falem a folha para se mostrar seus crimes, no deferimento e na certidão do escripto de que nada pelos seos cartorios constava a respeito do supplicante; he documento que não prova nem existencia, nem identidade de pessoa de Simião Antonio Lopes, impressor do Diario do Gram-Pará. Nem o réo Rossard aliaz provou a existencia de tal Lopes impressor."

Srs., o sr. Rhossard allegou juridicamente

que nada tinha com o Diario do Gram-Pará como procurador do proprietario da officina em que he impressor, que não era, nem podia ser responsavel pelo impressor, que este era conhecido de seos advogados que o facto de não ser conhecido pelos typographos não podia trazer-lhe responsabilidade dos abuzos que contivesse esse artigo. Essas averiguações officiosas a que procedeo o delegado, não provão, que nao exista Simião nem que nao era elle o impressor; os typographos não deposerão, que elle não existia, que não era o impressor; disserão que o não conhecião.

Todos sabem as perseguições que se tem posto em pratica para matar o Diario, todos sabem que qualquer que fosse o individuo que se sujeitasse a ser impressor, teria de andar de orelhas tezas, porque via que a porta da cadeia estava aberta á sua espera; he justamente o que aconteceu com Simião, Simião desconfiado ia trabalhar de noite, e se elle era conhecido dos operarios da typographia, estes fazião que o não conhecião, fizerao muito bem em declarar que o não conhecião, por que aliaz ordenar-se-ia a esses typographos em uma portaria, como se fez com o sr. Rhossard—venhão dar conta de Simião, ja que o conhecem, venhão trazel-o á delegacia, e terião elles de ir para a cadeia ou seriao recrutados; portanto fizerao muito bem á vista do estado em que nos achamos.

Srs., o documento de fs. 29 apresentado pelo sr. Rhossard de que trata a sentença, não he uma petição feita em nome de Simião Antonio Lopes, como nella diz o delegado; essa petição está assignada por Simião, e a sua assignatura está reconhecida pelo tabellião de Faro, cujo reconhecimento prova que Simião Antonio Lopes existe. A sentença, srs., occulta esta circumstancia essencial. Não era o sr. Rhossard obrigado a provar a existencia de Simião, porque não ha lei que obrigue ao procurador de uma officina typographica a provar a existencia dos impressores das gazetas que n'ella se imprimem; mas elle apresentou esse documento, e declarou que Simião era conhecido de seos advogados, que declararão na presença do delegado ser exacto conhecerem esse individuo, e ser elle o impressor do Diario do Gram-Pará.

Continua a sentença "O primeiro responsavel apontado pelo artigo 7º § 1º do cod. crim. he o impressor, que segundo a letra e o espirito deste artigo, o impressor he aquelle que administra a typographia, distribue os trabalhos della, manda imprimir os periodicos, e os faz publicar; todas estas qualidades se reuñem no réo Frederico Rhossard, que he procurador do proprietario e administrador do estabelecimento como se vê de folha 7 a 10"

Srs., o facto de ser publicada uma folha tendo o nome do impressor e as mais declarações exigidas pelo artigo 304 do cod. crim. tem a presumpção de direito de que existe esse individuo. Quando pois Simião fosse entidade ficticia o delegado não podia substituil o pelo sr. Rhossard. Não he exacto, srs., que o impressor seja aquelle que administra a typ., e muito menos ainda o que distribue os trabalhos della, manda imprimir os periodicos, e os faz publicar. O impressor he a pessoa que trabalha no prelo, o editor he a pessoa que faz imprimir, e publicar a edição, o que he bem claro no decreto do 18 de março de

1837; aquelle só pode ser relevado da pena, como primeiro responsavel, se apresentar a responsabilidade do editor que tenha as qualidades exigidas pelo § 1º do artigo 7 do cod. crim.

Sendo o impressor quem deve apresentar obrigação de responsabilidade do editor para ficar isento da pena, jamais pode o sr. Rhossard ser o responsavel em lugar de Simião.

Pelo decreto de 18 de março de 1837, que foi derogado pelo de 24 de setembro do mesmo anno, o impressor só podia ficar isento da responsabilidade apresentando a responsabilidade do editor por escripto, sendo elle o verdadeiro editor que mandou imprimir o impresso, pessoa conhecida que possa ser descoberta, onde quer que esteja, residente no Brazil, e que por folha corrida mostre estar no gozo de seos direitos politicos. Ja se vê que esse direito, que foi derogado por comprimir a liberdade de imprensa, exigia provas a respeito do editor; e uma dellas era folha corrida. O delegado de policia a respeito do sr. Rhossard, foi adiante desse decreto ja revogado exigindo do administrador de uma typ. que elle justificasse a existencia do impressor do Diario do Gram-Pará e que o apresente na delegacia sob pena de ficar em seo lugar! Aquelle que afirmou que Simião he um ente imaginario, que tem obrigação de provar a sua assignação; o delegado o que devia fazer era procurar Simião por toda a parte, mas quando se provasse que Simião he uma entidade imaginaria, em tal cazo devia recabar a pena da lei sobre aquelle que commetteo essa fraude...

O Sr. Malcher—Isso he muito boa logica.

O Sr. Penna—He mais juridica, e menos politica do que a empregada para darem cabo do Diario do Gram-Pará.

Mas, srs., o que se torna muito notavel na sentença, he ter o delegado dois modos de considerar o impressor. Nos processos em que figurou o sr. Alvaro de queixoso, erao citados os impressores, aquelles que imprimião, ou figuravão de impressor do Diario do Gram-Pará; lá está na cadeia o sr. Almeida.

Então não se considerou como impressor o sr. Rhossard, então era citado o impressor, agora porem que o impressor Simião semeouse, já não serve o mesmo principio, agora o impressor he aquelle que dirige os trabalhos da imprensa! He desta maneira que o delegado procede na presença do presidente e chefe de policia da provincia, elle sabe o que faz, e por que faz; o seo fim não he cumprir a lei, he pôr em pratica esse plano de perseguição para dar cabo do orgão do partido politico representado pela maioria desta assemblea.

Conclue a sentença: (lê) "Portanto he evidente, que contra elle deve pezar a responsabilidade, porque ao contrario illudida ficaria sempre a lei na punição d'aquelles que por este meio abuzão da liberdade de imprensa, e assim julgo ter o réo Frederico Carlos Rhossard commettido o crime previsto no § 3º do art. 237 do cod. crim., e consequentemente o condemnno no grão maximo de mesmo §, a seis mezes de prisão simples, e multa correspondente a metade do tempo. Pague o réo as custas. Pará 31 de Agosto de 1857—Maximiano Francisco Duarte."

Sr. presidente, antes de concluir a ultima parte da minha analyse devo fazer sentir que o delegado afastou-se inteiramente da ordem ju-

2.3 DIÁRIO DO GRAM-PARÁ (1853 A 1892)

O *Diário do Gram-Pará* foi o mais importante jornal de sua época na província. Impresso nas “*Typographia Commercial*”, “*Typographia J.J. Mendes Cavalleiro*”, “*Typographia do Gram-Pará*” e “*Typographia da Estrella do Norte*” intitulava-se “Folha Comercial, Noticiosa e Literária” e teve sua primeira publicação em 10 de abril de 1853. O primeiro jornal diário da província do Pará teve como fundadores os portugueses Antônio José Rabello Guimarães – dono também da *Gazeta Official*⁷ folha, intitulada Política, Noticiosa e Literária, que publicava os atos administrativos do governo provincial da época, cuja circulação ocorreu entre 1858 e 1866 – e José Joaquim Mendes Cavalleiro, seu primeiro redator. Inicialmente, suas publicações ocupavam apenas duas ou três colunas que depois passaram a quatro, em folha média, até atingir o formato maior de seis a sete colunas. Publicava crônicas diárias, humorísticas, políticas, entre outros textos.

No ano de 1860, o jornal passou a ser impresso na “*Typographia de Frederico Carlos Rhossard, travessa de S. Matheus, casa n.º. 22*” e seu redator foi Mariano Antonio Brazil. Em 1865, seu principal redator (José Joaquim) foi deportado para Portugal, por questões políticas, o que fez com que o *Diário* passasse por diversos proprietários. Nessa mesma década, por ter tendência conservadora, teve grande rivalidade com o jornal *O Liberal do Pará*, que, como o próprio nome sugere, era adepto do partido Liberal. Após quase quatro décadas de atuação, deixou de circular em 15 de março de 1892, quando “eram obrigados suspender ou interromper esse Diário”.

A relevância desse jornal é imensurável, tendo em vista que, como vimos, foi fundado por portugueses, o que nos faz refletir acerca do grande número de publicações/informações relacionadas a Portugal, talvez na tentativa de atender às necessidades de um público seletivo formado, especialmente, por aqueles que vieram de “além-mar”.

Clóvis Meira (1990, p.71) afirma que “O jornal *Diário do Gram-Pará*, matutino, noticioso e político, possibilitou a divulgação de trabalhos produzidos pelos jovens e que não chegaram a ser coletados em livros”, além de trazer notícias dos principais acontecimentos de Portugal.

O *Diário do Gram-Pará*, como bem intitulava-se, visava um maior alcance do público na província, principalmente dos imigrantes portugueses, visto que se apresentava como “Órgão do partido conservador”, “Órgão do partido catholico” e “Órgão do partido nacional”, quando

⁷ Conferir in: COSTA, Maria Lucilena Gonzaga. *Gazeta Official: Periódico Paraense Noticioso e Literario do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2008.

encerrou. Pelo fato de ser conservador, esse jornal, de proprietários portugueses, foi o que mais publicou romances folhetins de autores lusitanos.

Sem publicação aos domingos, o *Diário* tinha a dimensão de 50 X 34 centímetros e contava com as seguintes seções: Diário do Gram-Pará, Noticiário, Exterior, Interior, Folhetim, Comunicado, A Pedido, Correspondência, Variedade, Litteratura, Editaes, Theatro Providencia, Commercio, Avisos Marítimos, Leilões, Avisos Diversos, Vendas, Escravos Fugidos. Importante explanar que esse jornal era um dos poucos a destinar uma seção especial para as divulgações do “Theatro Providencia”, o mais frequentado teatro da época (já que o famoso Teatro da Paz só seria inaugurado no ano de 1874), e a seção “Escravos Fugidos”, uma das mais frequentes no jornal.

O *Diário do Gram-Pará* disponibilizava folhas avulsas no valor de 240 e assinaturas para toda a província, cujos valores e periodicidades eram os seguintes para a capital: por ano (15\$000), por semestre (8\$000) e por trimestre (4\$000). Para o interior “o preço das assignaturas” era de 17\$000 (por ano), 13\$000 (por nove meses) e 9\$000 (por seis meses). As assinaturas poderiam “começar em qualquer dia, mas termina[riam] sempre em fim de março, junho, setembro ou dezembro”. O jornal advertia no frontispício que “Não se recebe[riam] assignaturas por menos de tres mezes para a capital, e de seis para o interior, pagas adiantadas”.

A cobrança adiantada das assinaturas acontecia pelo fato de que alguns assinantes não cumpriam o pagamento em dia, conforme foi divulgado no n.º. 254 do *Diário*, que no anúncio cobrava o valor das assinaturas atrasadas. Contudo, talvez, pelo proprietário possuir outros jornais e uma situação financeira estável, ele não suspendia as assinaturas dos devedores.

ATENÇÃO!

Pede-se a todos os Srs. assignantes que ainda não satisfizerão as suas assignaturas já vencidas, tenham bondade satisfazer-as o mais breve possível, visto já estarmos no trimestre do fim do anno e ainda deverem 2,3 e mais trimestres, até o fim de setembro p.p., do contrario deixa-se de se lhe entregar os jornaes para não haver maior prejuízo. (*Diário do Gram-Pará*, n.º. 254, 02/11/1857, p. 1)

Vejamos que a cobrança era feita em primeira página do jornal, considerada a de maior visibilidade, e no mês que antecedia o encerramento das assinaturas. Por outro anúncio de cobrança, observamos que alguns devedores continuaram recebendo os jornais sem pagar, e não ocorria a suspensão das assinaturas, pois a data da publicação era de 19 de dezembro de 1857, conforme constatamos:

ATENÇÃO!

Roga-se aos srs. assignantes deste jornal, que estão atrasados em seus pagamentos, hajão de satisfizer os seus debitos até ao fim do anno, pois do contrario não se poderá continuar a fazer-lhes a entregar do mesmo.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 296, 19/12/1857, p. 1)

Na mesma data, localizamos na seção “Avizos Diversos” do *Diário* o anúncio de vagas de emprego para entregadores do jornal, o que aponta para a afirmação de que esse empreendimento estava sendo lucrativo, mesmo com assinantes em débito.

Avizos Diversos.

– Nesta *typ.* precisa-se de distribuidores para o jornal, paga-se bem.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 296, 19/12/1857, p. 4)

No aviso, verificamos que a tipografia além de anunciar vagas de distribuidores, anunciava também o bom pagamento para esse ofício. Embora tenha havido um grande número de periódicos na província paraense, aventamos que havia um público seletivo para cada jornal, no caso do *Diário do Gram-Pará*, a partir do que se publicava, temos a ideia que boa parte de seus leitores era portuguesa.

Ainda no que se refere aos assinantes, encontramos um interessante comunicado a respeito do espaço utilizado para os anúncios. O jornal transcreveu uma informação sobre as condições para tais publicações e advertiu seus assinantes, argumentando que estes não podem ocupar “todo o jornal com seus annuncios, sem que por isso paguem coisa alguma”. Vemos que a advertência aponta para a questão do valor lucrativo que os donos de jornais vislumbravam:

PARÁ

Para os Srs. assignantes, que julgam poder occupar todo o jornal com seus annuncios, sem que por isso paguem coisa alguma, transcreve-se de novo as condições, que apresentamos no jornal do primeiro do anno, para que vejam que exigimos aquillo, à que temos direito, segundo as clausulas, que então apresentamos. Se assim o fizemos, foi seguindo o exemplo dos jornaes do império e mesmo da Europa, que nada publicam grátis até aos assignantes, que apenas teem algumas garantias na publicação de annuncios, que mandam fazer; seguimos em parte o exemplo dos nossos collegas d'além-mar, porque vimos que de outra maneira não se pode sustentar um jornal somente com as assignaturas.

Tendo portanto seguido este exemplo, apresentamos as nossas condições no jornal do 1.º do anno, bem como o collega do *Diário do Commercio*, sem que se nos fizesse objecções, por conhecerem as nossas boas intenções. Agora as publicamos de novo, para *aquelles*, que se querem chamar a ignorância, allegando pretextos, que mais não são do que *desculpas de maus pagadores*, como se costuma dizer.

Eil-as: – “Os Srs. assignantes terão direito à publicação de seus annuncios três vezes gratuitamente não excedendo de 10 linhas, pagando 50 rs. por cada linha de excesso nas três vezes à que teem direito, e 20 rs. por cada linha em todo o annuncio, no caso de querer publical-o mais de três vezes. Annuncios tarjados e em *typo grande*, bem como correspondências e outras publicações pagarão o que se convencionar. Os que não forem assignantes pagarão 100 rs. por linha nos annuncios; nas correspondências

e outras quaesquer publicações o que se convencionar. – *Diário do Gram-Pará* N. 1 de 2 de janeiro de 1858”.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 270, 26/11/1858, p. 3)

Vale ressaltar que essa reivindicação dos proprietários de jornais tem fundamentação no “exemplo dos jornaes do império e mesmo da Europa, que nada publicam grátis até aos assignantes”, a alegação é justificada pelo fato de que agindo de “outra maneira não se pode[ria] sustentar um jornal somente com as assignaturas”. Essa questão passa a ser discutida não apenas pelo *Diário do Gram-Pará*, mas também por boa parte dos jornais locais que passa a conceber os anúncios como uma estratégia para aumentar seu faturamento. Acerca dessa situação *O Liberal do Pará* divulgou, quase duas décadas depois (nº. 293, 27/12/1876, p.1), uma informação a respeito do lucro obtido por meio dos anúncios publicados pelos jornais franceses.

Ressaltamos que os anunciantes tinham direito a, pelo menos, três publicações não excedendo dez linhas, caso excedessem teriam que pagar valores entre 20 ou 50 réis por linha excedida. Mas o que nos chama atenção são os valores cobrados aos não assinantes que pagariam “100 rs. por linha nos annuncios; nas correspondências e outras quaesquer publicações o que se convencionar”; se compararmos ao valor do jornal vendido avulso, que era de 240 réis, constatamos que um pequeno anúncio de três linhas era mais rentável que a venda do próprio jornal. Outra informação importante é em relação aos “Annuncios tarjados e em typo grande” pelos quais eram cobrados valores superiores, “bem como correspondências e outras publicações pagarão o que se convencionar”, o que nos autoriza afirmar sobre a obtenção dos lucros por esses periódicos.

Havia também aqueles que se valiam das oportunidades, por exemplo, a venda de jornais para colecionadores ou interessados em informações publicadas no passado, tais como: cartas, documentos, editais, portarias etc. que se faziam necessárias e, por isso, havia alguém disposto a pagar por um número atrasado ou até mesmo uma coleção inteira, como verificamos no anúncio abaixo:

ATENÇÃO

Quem quizer comprar uma colleção deste jornal do anno de 1860, em muito bom estado pelo preço de 10\$000 rs., dirija-se à esta typ. que achará com quem tratar.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 11, 14/01/1861, p. 4)

Ressaltamos que não eram quaisquer pessoas que podiam adquirir uma coleção de jornal, haja vista que o valor era em torno de “10\$000 rs.”, considerado alto se compararmos a uma assinatura atualizada do jornal que era de “15\$000”, com direito a três publicações e desconto nas próximas. Sobre o anúncio, vimos que estava em negrito, portanto, o anunciante certamente teve de pagar um valor diferenciado por ele, o que devia valor a pena pelo lucro que

ele obteria por meio da venda da coleção, ou seja, no passado, pelos jornais “de ontem”, podia lucrar até mais.

No *Gram-Pará* catalogamos informações referentes aos laços luso-paraenses nessa província. O período correspondente é desde 1857, por encontrarmos os jornais microfilmados a partir dessa data com lacunas até 1880, década que compreende o final da nossa pesquisa. Nesse *Diário*, verificamos que a prosa de ficção portuguesa ganhou maior visibilidade nos anos de 1863 e 1864, as quais eram apresentadas ao público nas seções: “Folhetim” e “Variedade”.

Sob a rubrica “Folhetim” localizamos o maior número de prosa de ficção, totalizando oito (8) romances-folhetins, todos do então consagrado português Camilo Castelo Branco. Vale ressaltar que outros folhetins foram encontrados, mas como não correspondiam à perspectiva dada à nossa pesquisa, uma vez que não eram de autorias portuguesas, foram descartados de nossa catalogação.

Na seção “Variedade” encontramos três (3) publicações de relevância para a tese, entre elas os escritos da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, intitulados “Uma Primavera de Mulher”. Essa publicação foi a única de autoria feminina portuguesa encontrada nesse jornal, talvez pelo fato dele ser considerado conservador, diferentemente do que foi apresentado no *Liberal do Pará*. Ressaltamos que tais narrativas serão apresentadas e analisadas no capítulo seguinte.

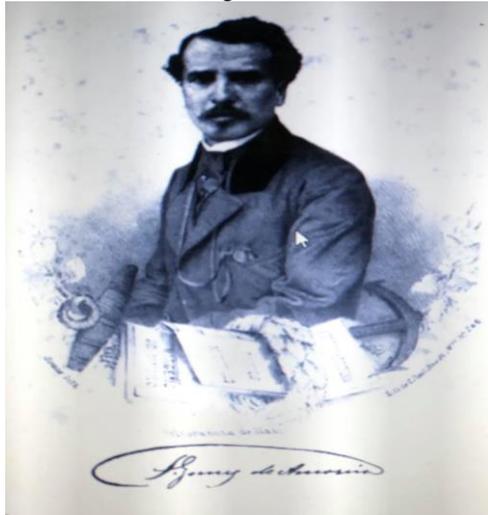
A seção “Litteratura” foi contemplada com uma (1) crítica literária sobre “Os Cantos Matutinos”, obra do notório escritor português Francisco Gomes de Amorim, irmão de Manuel Gomes de amorim, dono de uma das mais anunciadas livrarias da província do Pará. Sobre esta obra encontramos também o seguinte anúncio:

Cantos Matutinos

Poezias de Francisco Gomes d’Amorim, um elegante volume, de magnifica impressão, ornada com o retrato e as principaes aventuras do autor, nesta província, vende-se por 2\$500, em caza de Magalhães & Almeida, e Godinho Tavares & C.
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 237, 18/10/1858, p. 4)

Antes de falarmos da obra e do autor, atentemos para o número de linhas utilizadas pelo anúncio, aliás pelos anúncios, que se valiam quase sempre de três linhas, o que implica dizer da economia do espaço e do valor gasto pelo anunciante. Contudo, estes dispunham de dinheiro para pagar o jornal já que eram casas livrescas e ofereciam a obra de um poeta que figurou por Belém antes de retornar a Portugal: Francisco Gomes de Amorim.

Figura 22



Francisco Gomes de Amorim

(Fonte: *Cantos Matutinos*, 1858. Disponível em <https://books.google.com.br/>)

Pela divulgação vemos não se tratar de uma impressão qualquer, mas de “um elegante volume, de magnífica impressão, ornada com o retrato e as principais aventuras do autor”. Uma forma também deste tornar-se conhecido era oferecer, junto a obra, uma fotografia e um resumo de sua biografia, estratégias comuns naquela época. Sobre as “aventuras” do referido poeta, ele próprio escreveu:

Não escrevo estes apontamentos para a posteridade me fazer a biographia; faço-os para os leitores dos **Cantos Matutinos**. Do rapaz endiabrado e picaresco, que eu confesso ter sido, pode-se esperar tudo, menos um bom poeta. Aos que, depois de saberem os pontos capitaes de tão arrevesado começo de vida, não acharem toleráveis os meus versos, responderei: que os façam melhores; lastimando que o censor não passasse pelas mesmas provas que eu passei.
(AMORIM, 1858, p. xi)

As provas pelas quais passou Francisco Gomes de Amorim são as mesmas de seu irmão Manuel Gomes de Amorim e de tantos outros portugueses que aportaram em Belém com o intuito de fazer fortuna na região, conforme explanamos no primeiro capítulo.

Os jornais eram veículos de informações, notícias e acontecimentos em geral, e prestavam-se, também, desde que houvesse pagamento, a criticar o comportamento das pessoas, principalmente, daquelas que estavam ascendendo socialmente e ainda não dispunham dos códigos de boa conduta e civilidade. Foi o que constatamos na seguinte “Publicação a pedido”:

Publicação a pedido

Roga-se encarecidamente a um certo sr. Que foi carnicheiro na cidade do Porto, e que hoje é negociante nesta cidade, cuhiba-se de tomar carraspanas quando vai ao teatro; porque não só incommoda os espectadores com seus gritos, selvagerias e malcriações,

como também emporcalha os factos dos mesmos, quando lança, como já aconteceu uma vez. Aproveitamos a ocasião para convidar ao dito sr. e seu caixeiro (que é do mesmo jaez) a ir a uma caçada aos tocanos nas matas desta capital, para ver as frondosas arvores, das quaes pode se tirar grossas e lindíssimas bengalas, cipós, que vergão, e não quebrão com facilidade, próprios para fomentações de dor de costas; e outras muitas bellezas, com que a natureza dignou-se ornar esta incomparável terra de Santa Cruz.

Esperamos que os ditos Srs. aceitem o nosso pedido e convite. – *Finis Coronat Opus. O Cazusa Empresario*
(*Diário do Gram-Pará*, nº. 114, quarta, 22/05/1858, p. 3)

Na publicação “A pedido”, constatamos que era comum, nessa seção, os leitores publicarem suas queixas ou desavenças com algum desafeto. Na queixa do “Cazusa empresário”, vemos um tom de despeito, a crítica ao negociante português pelo modo como se comporta no teatro “porque não só incommoda os espectadores com seus gritos, selvagerias e malcriações, como também emporcalha os factos dos mesmos”, o que nos parece ser uma situação de disparidade de classe social o incômodo sentido pelo empresário, que encerra sua reclamação com a frase latina “Finis Coronat Opus”, ou seja, “O fim coroa a obra”.

Vale ressaltar, como já advertimos anteriormente, que esse *Diário* disponibilizava uma de suas seções para o “Theatro Providencia”, o que certamente gerava uma maior fiscalização e rigor no comportamento de quem frequentava esse local. Em um dos anúncios do “Providencia” encontramos divulgação de uma peça intitulada “A honra d’um Portuguez”, nome bem oportuno para o público do local, em sua maioria portuguesa:

Theatro Providencia

Quinta feira 17 de janeiro de 1860

Depois de uma linda ouverture subirá à scena pela primeira vez neste theatro, o excellente drama em 2 actos e um grande de prologo, denominado:

A honra de um Portuguez,

Ou

**A EXPLOÇÃO DA FRAGATA – D. MARIA II,
EM MACAU.**

PERSONAGENS DO PROLOGO,

ACTORES

Lord Norby, viajante inglez	Os srs. –	Costa.
Vasconcellos guarda-marinha portuguez	“	Lima.
1.º aspirante da marinha	“	Garcia.
2.º dito	“	Valentim.
Commandante da fragata	“	N. N.
Um official	“	Jorge.
Um portuguez residente em Macau	“	Assumpção.
Um marujo da corveta americana Marion	“	Marques.
Fy-ou-thou, vendilhão chinez	“	Nicola.
Farouk-ou-thou, sua mulher	“	D. Rosa.
Marujos, portuguezes, americanos, chinezes, habitantes de Macau.		

PERSONAGENS DO 1.º E 2.º ACTO

ACTORES

Mendonça, capitão de marinha reformado	Os srs.	Assumpção.
Jeronymo agricultor	“	Costa.

Paulo de Vasconcellos, guarda da marinha	“	Lima.
Valentim de Mendonça bacharel em direito	“	Garcia.
Angelica, sobrinha de Mendonça	D.	Carolina.
Margarida “ “	“	Emilia.
Luiza “ “	“	Frutuosa.
Um marujo		N. N.
A acção do prologo passa-se em Macau, o 1.º acto na ilha da Madeira, e o 2.º em Lisboa.		
(Diário do Gram-Pará, nº. 18, 16/01/1861, p. 2)		

Como boa parte da elite paraense era constituída por comerciantes portugueses que conseguiam ascensão social, mas nem sempre cultural, as companhias de teatro investiam nesse público que dispunha de dinheiro para pagar ingressos e vislumbrar a sua “honra” destacada nos dramas apresentados. Vários foram os anúncios encontrados sobre peças portuguesas apresentadas na capital da província, não somente no *Diário do Gram-Pará*, mas na maioria dos jornais pesquisados, como também “publicação de bons livros”, conforme o exemplo abaixo:

Post scriptum litterario

A publicação de bons livros, é um facto que nos não deve passar desapercibido – *O rei do mundo* de Emilio Souvestre e – *Capada do Leão*, por Julio Gerard, matador de leões, são as duas obras litterarias que ultimamente tem attrahido aqui a attenção dos amadores de leituras recreativas. A empreza que as publicou, e que se propõe publicar tudo o que houver de melhor na litteratura estrangeira, não tardará a ter fora do paiz o credito que já hoje aqui tem. Se exportarem em grande numero para o Brasil, e para o ultramar, se tiverem bons correspondentes, deve ser uma empreza lucrativa, e que prestará bons serviços aquelles para quem mandar os seos productos. É representada em Lisboa por F. Gonçalves Lopes e a correspondência dirigi-se-lhe à rua da Cruz de Pao, n. 15, primeiro e segundo andar.

L.

(Diário do Gram-Pará, nº. 13, 17/01/1860, p. 2)

Não há dúvida de que a província do Pará era alvo comercial dos livreiros portugueses, pois como já mencionamos, essa relação acontecia de forma direta, ou seja, sem mediação da corte brasileira. Assim sendo, pensavam os portugueses “Se exportarem em grande numero para o Brasil, e para o ultramar, se tiverem bons correspondentes, deve ser uma empreza lucrativa, e que prestará bons serviços aquelles para quem mandar os seos productos”, especialmente para essa província, importante centro livresco para eles.

Vejamos, pelo anúncio, que os lusitanos contavam com a exportação para o Brasil, e com a atuação dos seus correspondentes ao publicar determinada obra, estes chegavam a viajar para a província a fim de estreitar laços comerciais com os jornais e tipografias locais; eles acreditavam também que a exportação de livros, além de ser um negócio lucrativo era um benefício prestado para à região. Não por acaso o empreendimento era localizado em Portugal

e a empresa “representada em Lisboa por F. Gonçalves Lopes e a correspondência dirigi-se-lhe à rua da Cruz de Pao, n. 15, primeiro e segundo andar”, mas divulgado nesta província.

Embora existissem inúmeras empresas com sede em Portugal, o Pará também dispunha de tipografias que imprimiam obras importantes no que diz respeito aos laços luso-brasileiros, prova disso é a coleção denominada “Ilustração Luso-Brasileira”, anunciada pelo *Diário do Gram-Pará* no ano de 1860:

– Chegou a conclusão do 3.º volume da – Ilustração Luso-Brasileiro – que se vende na loja de Godinho, Tavares & C.^a, onde se achão os 3 volumes completos. (*Diário do Gram-Pará*, n.º. 59, 13/03/1860, p. 4)

A “loja de Godinho Tavares & C.^{an}” era importante livraria onde se podiam encontrar e/ou contratar as mais diversas impressões do Brasil e do exterior, e muito contribuiu para o acesso e expansão de livros na província, uma vez que seus editores também traduziam obras de outras línguas, notadamente do francês. No caso da “Ilustração Luso-Brasileira”, oferecida em três volumes completos, certamente era um a publicação portuguesa para ser vendida nos dois países, confiante de uma venda avultada, se considerarmos os laços mencionados no próprio título da obra.

Importa darmos atenção à significativa quantidade de nomes de obras, jornais, estabelecimentos comerciais etc., que se valiam dos laços existentes entre os dois países, a relação dos nomes “Luso-Brasileiro” é constante nas informações que encontramos. A seguir apresentamos mais uma obra cujo título refere-se a esse laço:

Guia Luso-Brasileiro

DO VIAJANTE da Europa por Ignacio Manoel de Lemos, dr. em medicina, pela faculdade de Giessen, membro do consultório homeopático portuense, membro fundador e secretario do consultório homeopático lisbonense, &c., &c.; contendo conselho ao viajante, introdução, viagem do Brazil a Lisboa, descrição da Europa, a saber:

1.º – O melhor meio de viajar em cada paiz, segundo seu estado de progresso e civilização; embarques e desembarques, passaportes, formalidades consulares e de policia, moedas, vehiculos, de transporte, postas, caminhos de ferro, e barcos de vapor;

2.º – Hoteis recommendáveis, preços e despezas de viagem, usos e costumes de cada paiz, descrição de todas as cidades que offerecem interesse ao viajante; estatísticas dos estados;

3.º – Descrição de todos os monumentos antigos e modernos, museus de pinturas, estatuas e antiguidades; colleções scienticas, bibliothecas, hospitaes, avisos, &c.

Esta obra acha-se à venda nas lojas seguintes: – rua das Flores, de José Gonçalves Aranha; rua dos Mercadores, de Silva & Irmãos; e de Antonio da Costa Novaes.

Preço ----- 3\$000 réis.
(*Diário do Gram-Pará*, n.º. 77, 03/04/1860, p. 4)

Em meio a tantas viagens feitas por brasileiros, portugueses e demais estrangeiros, nada mais útil e oportuno do que a publicação do “Guia Luso-Brasileiro do Viajante Europeu”, pela descrição, tratava-se de um importante manual de sobrevivência, em virtude dos riscos das viagens e da necessidade de saber qual “O melhor meio de viajar em cada paiz, segundo seu estado de progresso e civilização” e outras informações. Contudo, vale a ressalva que o preço de 3\$000 réis era destinado aqueles que, assim como dispunham de dinheiro para as viagens, tinham condições financeiras para adquirir a obra que melhor informava sobre elas.

Nesse sentido, aventamos que a obra devia ter boa aceitação na província, uma vez que estava disponível em três endereços, “nas lojas seguintes: – rua das Flores, de José Gonçalves Aranha; rua dos Mercadores, de Silva & Irmãos; e de Antonio da Costa Novaes”, além de sabermos, por outras informações, que o porto de Belém recebia frequentemente navios de várias partes do mundo, principalmente do continente europeu. Pelo segundo ponto ressaltado no anúncio: “Hoteis recommendáveis, preços e despezas de viagem, usos e costumes de cada paiz” compreendemos, então, porque Belém tinha tantos hotéis com nomes relacionados ao Velho Mundo: “Hotel Luso-Brasileiro”, “Hotel Europa”, “Hotel União” (o qual apontava ‘um bom cozinheiro de Lisboa’), entre outros cujo propósito era ambientar o estrangeiro recém-chegado e inserir culturalmente o paraense aos hábitos europeus.

Quanto aos hábitos na província, encontramos no *Diário do Gram-Pará* publicações que informavam sobre as sociedades e instituições fundadas com o intuito de entreter e divertir o luso-paraense, como a seguinte:

RECREAÇÃO – LUSO BRAZILEIRA.

– De ordem da directoria convida-se a todos os sócios para comparecerem no domingo 13 do corrente pelas 11 horas da manhã na rocinha da sociedade – O 2.º secretario, Lima.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 10, 12/01/1861, p. 3)

Pela publicação, vimos que a associação dispunha de uma “rocinha”, onde, possivelmente, os sócios se reuniam nas manhãs de domingo para interagirem e descontraírem do trabalho e cansaço do decorrer da semana, bem como trocar ideias e informações sobre a vida na província e, quem sabe, além. Atentemos para a nomeação da “Recreação – Luso Brasileira”, mais uma para a lista dos laços existentes entre os dois países.

Ao falar em recreação, vemos outro termo muito usado na província com intuito de sugerir distração, entretenimento. Assim, constatamos na publicação do “RECREIO DA TARDE”, intitulado como “curioso semanário d’instrução e recreio”, que esse periódico apresenta uma perspectiva diferente dos demais que traziam em seus frontispícios a chancela

de “Político”, “Commercial”, “Noticioso”, “Litterario”, entre outros termos. Mas, nesse, contemplamos um direcionamento para a finalidade de instruir e recrear, ou seja, divertir, deleitar, conforme conferimos:

RECREIO DA TARDE.

Está publicado o primeiro numero deste curioso semanário d’instrucção e recreio, para o qual se recebem assignaturas mensaes de 500 réis.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 18, 16/01/1861, p. 3)

Ressaltamos que esse semanário não chegou a ser catalogado no acervo de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana, da Fundação Cultural do Pará, o que nos permite imaginar a quantidade de periódicos que ficou arquivada nas gavetas do passado, mas que ainda são possíveis de serem descobertos por meio das pesquisas nos jornais catalogados. É provável que o *Recreio da Tarde* tenha pertencido a mesma empresa tipográfica do *Diário do Gram-Pará*, pois o proprietário era detentor de vários jornais na província. Assim sendo, podemos aventar que, com o *Recreio*, ele lançaria um semanário praticamente exclusivo aos assinantes que buscavam algo além do jornalístico; a expressão “curioso” é usada propositalmente para instigar a curiosidade dos leitores em saber o que esse semanário publicaria.

Quanto ao tipo utilizado no anúncio, é importante observarmos que o semanário é destacado com maiúsculas e negrito, aliás, as palavras foram todas negritadas, como dissemos anteriormente, a finalidade é de chamar atenção do leitor para o anúncio em particular, além de sabermos que o valor cobrado, para ser assim apresentada a notícia, era bem mais caro.

A respeito do que era publicado como novidade, informação recente ou mesmo polêmica, encontramos no *Diário do Gram-Pará* uma notícia extraída do *Jornal do Commercio de Lisboa*, cuja divulgação, certamente, tinha como alvo o público português, especialmente o feminino. A transcrição na íntegra pode ser conferida no anexo (Anexo B - capítulo II).

A informação chama atenção desde o início pelo próprio título negrito que alerta se tratar de Portugal, além da frase “Um brado feminino” estando em itálico e que na sequência é escrita em maiúsculas. O pesquisador dos jornais sabe a importância que tem esses pormenores no texto e o quanto custava, em termos econômicos, publicar uma notícia ou carta tão extensa, ainda que quem o fizesse fosse assinante do periódico, pois já tivemos exemplo disso. Logo, era realmente preciso que existisse um público interessado em tal informação, do contrário, além do prejuízo financeiro, haveria também um desgaste moral para o publicador.

Nessa perspectiva, vemos o quanto essa notícia d’além-mar importava para o público lusitano, especialmente aquele que residia distante de sua terra natal, mas que fazia questão de se manter a par de tudo o que se passava por lá. Lembremos que o *Diário do Gram-Pará* era

um jornal conservador, nesse sentido, podemos aventar que a publicação de uma carta escrita por mulher, reivindicando sua própria condição feminina, não se dá por acaso, mas sim porque essa mulher, a senhora D. Mariana Candida da Fonseca Dinne, é a representação e o brado de toda uma comunidade portuguesa que se via ameaçada pela invasão francesa, a questão era “ser franceza filha de S. Vicente de Paulo”, a invasão que ocorria naquilo que o português tinha de mais precioso: a sua cultura. O brio ferido do lusitano reproduzia um brado que precisava ser ouvido em todo lugar, até mesmo nas terras mais longínquas como Belém do Pará, berço que acolheu a tantos deles.

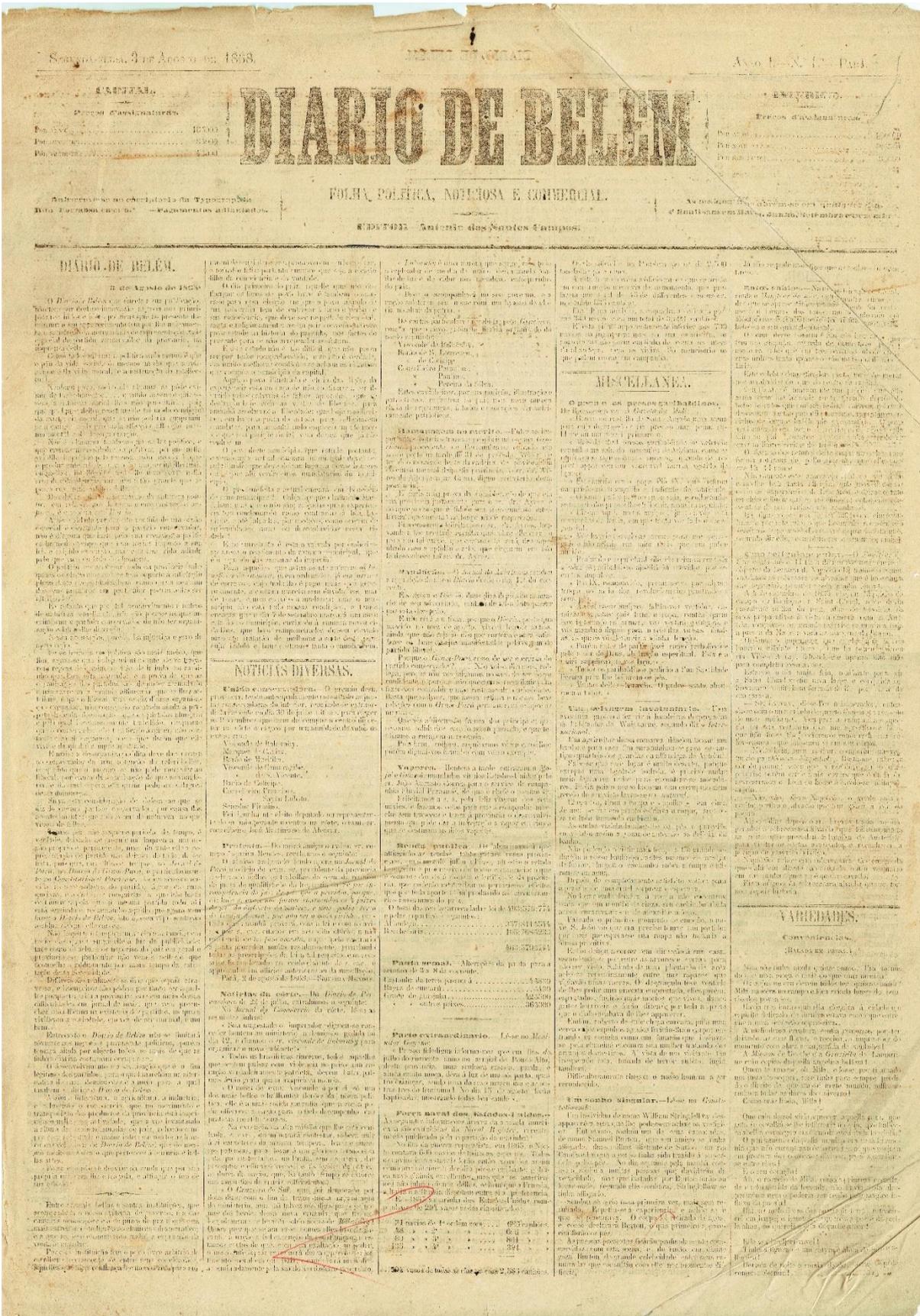
A iminente presença e ocupação das irmãs francesas de caridade que lecionavam em escolas de Portugal passava a ser preocupante, uma vez que se viam “tantos portugueses proclamando o descrédito e o desdoro das suas próprias compatriotas”. Assim, era necessário bradar a voz e endossar a causa em favor da cultura e do ensino lusitano, e o jornal, como um importante difusor de informação, era um dos veículos mais propícios, pois podia alcançar os mais variados públicos nos mais variados lugares.

O sentimento de revolta e indignação expresso na carta deriva em um apelo em favor da instrução da mulher portuguesa que se sente ultrajada por seus compatriotas que apoiam a contratação das mestras francesas. A autora da missiva reivindica “que se generalize a instrução, que se lhes facilitem os meios de a conseguir, e que se chamem aquellas que ainda o paiz possui sufficientemente habilitadas para o desempenho d’essa missão sagrada” o que preservaria a tradição, o ensino, a cultura e o comportamento do povo lusitano.

Pela divulgação da carta da mulher portuguesa verificamos uma sociedade em estado de conflito cultural, haja vista que o paradigma do comportamento, da educação e de parte da sua cultura é preterido em favor da França. Assim sendo, levantamos um questionamento que pode ser melhor explicitado em um dos próximos jornais analisados: a Belle époque amazônica, ou melhor, a transferência cultural que ocorreu na província do Pará, que passou a adotar hábitos franceses e desprezar os portugueses, não seria resultado dessa preferência que os próprios portugueses teriam pela França, já que eles, de certa forma, ditavam hábitos e comportamentos na província?

Levantamos esse questionamento porque verificamos que determinado jornal, mesmo com proprietário português, publicava parte significativa de notícias francesas, chegando a manter correspondente nesse país e apresentar uma postura mais liberal francesa do que conservadora portuguesa, foi o caso do jornal *O Liberal do Pará* (1869 a 1889) – cujo período de existência reflete parte do que atestamos em nossa tese, – o qual discutiremos mais adiante.

Figura 23



Frontispício da 1ª. Edição do jornal Diário de Belém Fonte: Biblioteca Arthur Viana/Centur

2.4 DIÁRIO DE BELÉM (1868 a 1892)

Como o próprio nome sugere o *Diário de Belém* foi mais um jornal de publicação diária na capital da província, e o segundo mais importante do período, segundo o critério de periodicidade. Fundado em 03 de agosto de 1868 pelo comerciante português Antônio Francisco Pinheiro – um dos fundadores da Real Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, vogal do Gabinete Português de Leitura e deputado provincial –, com tipografia própria, inicialmente localizada à Rua Formosa, Casa n°. (?) e a partir de 24 de setembro do mesmo ano, à Rua Nova de Sant’Anna (atual Manoel Barata), casa 44.

Esse jornal, intitulado “Folha Política, Noticiosa e Commercial”, posteriormente tornou-se “Órgão Especial do Commercio” e, mais adiante, “Folha Política, Noticiosa e Litterária”, teve como editor Antônio dos Santos Campos até 14 de agosto de 1868. A partir de 17 de agosto, Manoel Joaquim Maria Ozório assumiu a edição até 29 de dezembro do mesmo ano, do dia 30 em diante o jornal estampou o nome de Mathias Leite da Silva como impressor até 17 de março de 1869, quando não houve mais apresentação de editor ou impressor na folha até firmar-se com o nome de A. R. do Couto, como administrador e do Bacharel A. F. Pinheiro, como redator principal.

A folha, como também era intitulada, apresentava-se em formato grande, com cinco colunas distribuídas em quatro páginas, excetuando-se a última que, por ser dedicada à parte comercial, abolia a ordem das colunas. Contava com as seguintes seções publicadas de acordo com a necessidade: Diário de Belém, Notícias Diversas, Parte Official, Imprensa da Corte, Exterior, Interior, Telegramas, Chronica Judiciaria, Transcrição, Folhetim, Comunicado, Publicações a Pedido, Variedade, Miscellânea, Editaes, Commercio, Registro do Porto, Avisos Marítimos, Leilões, Annuncios Diversos.

O *Diário de Belém* oferecia sua assinatura para a capital e interior, mas com valores e periodicidades distintos e sempre com pagamento adiantado. Os valores e períodos para cidade de Belém eram os seguintes: por trimestre (4\$000), por semestre (8\$000) e por ano (16\$000), os clientes poderiam subscreverem-se no próprio escritório da tipografia. Para o interior eram cobrados por seis meses (9\$000), por nove meses (13\$000) e por um ano (18\$000). As assinaturas poderiam começar em qualquer dia, mas finalizariam em março, junho, setembro e dezembro.

A partir de 21 de março de 1880, o *Diário* passou a oferecer edições avulsas a 80 réis cada, vendidas na tipografia na Travessa das Mercês n.42. Nessa mesma época os valores da assinatura modificaram, houve um aumento no preço, que subiu de 4\$000 para 6\$000 por

trimestre e de 9\$000 para 13\$000 por semestre e não se ofereciam mais assinatura distintas entre capital e interior. Por ser “Órgão Especial do Commercio” mudou, também, sua apresentação na primeira página que foi destinada quase exclusivamente para vendas, com a primeira seção nomeada “Commercio” apresentando conjuntamente anúncios e avisos relacionados e extinguindo o título de “Folha Política, Noticiosa e Litterária”.

De existência intensa, pelo fato de ter sido um veículo diário de informação e com grande atuação na região, esse jornal teve significativa contribuição no que diz respeito ao público lusitano, pois nele constatamos variadas informações direcionadas a este. Após mais duas décadas existência de atuação na capital e fora dela, o *Diário de Belém* teve seu desfecho, vindo a encerrar-se no ano de 1892.

Nessa folha foram catalogadas informações relacionadas à permanência dos portugueses na província paraense desde o período de 1868, data do surgimento do *Diário*, até 1880, conforme foi delimitado na pesquisa. Nele constatamos que as publicações relacionadas às prosas de ficção ou literatura, no sentido generalizante, eram direcionadas à seção “Variedade”, a qual se sobressaia perante as demais, sendo estas: “Folhetim” e Litteratura”, o que não significa menor importância destas, mas um número maior nas publicações.

Ressaltamos que estabelecemos como meta/propósito não nos determos a investigar a quantidade de publicações, mas de que maneira as informações eram recebidas e quais os possíveis efeitos causados por elas, buscando atribuir “importância à variedade ou à especificidade das culturas locais” – neste caso o público português –, conforme pondera Burke (2003, p. 61).

Assim sendo, foram localizados na seção “Variedade” doze (12) textos de autoria portuguesa, um (1) de tradução portuguesa feita por Luiz de Bivar, e um (1) da francesa Maria Letizia Rattazzi endereçado aos portugueses, totalizando catorze (14) textos voltados ou relacionados a eles. Importa atentarmos para o caráter breve dos textos que permitia a leitura rápida e fácil memorização, além de oportunizar ao editor apresentar autores portugueses ao público paraense, que pouco publicava nesses veículos.

Na coluna “Folhetim” localizamos seis (06) publicações, com a ressalva de que “Miragaia” de Almeida Garrett, teve a publicação iniciada na seção Folhetim e as demais na “Litteratura”. O que nos permite aventar que, nesse período de 1879, começa a haver um entendimento mais restrito acerca do termo literatura. Outro fator importante é que nesse período o *Diário* passou a dedicar a primeira página para a seção “Commercio” e a preferir as publicações literárias em favor dos anúncios de compra e venda.

Sob a rubrica “Litteratura” localizamos seis (06) publicações, nas quais se sobressai o nome do “Visconde d’Almeida Garrettt”, que depois é identificado apenas com as iniciais A. G. no poema “Miragaia”. Verificamos que boa parte do que foi encontrado nesta seção era relacionada à poesia. Dessa coluna destacamos o texto “A Escola da Moda” que mesmo sem indicação de autoria trata-se de uma crítica à Escola Realista” que tenta se firmar sobre o Romantismo.

Na seção “Notícias” – onde não contávamos encontrar informações ligadas à literatura – localizamos a presença de três (03) poemas sendo respectivamente de Tomás Ribeiro, Teófilo Braga e Almeida Garrett, além desses encontramos um (01) poema intitulado “Naly” de Cristóvão Ayres, na recém-criada coluna “Poesia” o que nos fez atentar para a tônica romântica que prevalecia nas publicações.

No período de 1868 a 1880, ou seja, doze anos, totalizamos o número de trinta (30) textos assinados por portugueses ou relacionados a esse público. Consideramos ser um número significativo porque o *Diário de Belém* apresentava-se como um jornal “Commercial” que tinha como finalidade atender a um público quase que específico. Convém advertir que encontramos outras publicações interessantes, mas, como eram anônimas e não conseguimos identificar a autoria, as desprezamos em virtude de considerarmos as que pudessem ser relacionadas ao público citado.

Importa mencionar que a coluna “Miscellânea”, tão comum nos jornais da época e, geralmente, marcada por variedades de textos relacionados à literatura, nesse *Diário*, oferece pouquíssimas publicações literárias e estas são publicadas sem autoria, assim sendo, desprezamos tais informações em virtude de não atenderem à expectativa de nossa investigação.

Advertimos, também, a respeito das colunas investigadas nesse jornal, algumas que supomos que não atenderiam nossas expectativas tornaram-se necessárias, como exemplo citamos a coluna “Noticias”, na qual encontramos informações importantes ligadas ao tema da tese. Daí a necessidade de pesquisarmos em todo o corpo dos jornais.

Marialva Barbosa afirma que “notícia é a informação de algo ainda não publicado”, ainda que “isso pudesse ser o que fora noticiado três meses antes em terras europeias” (Barbosa, 2010, p. 30). Assim sendo, em se tratando da província do Pará, percebemos uma ânsia dos jornais locais em publicar fatos/acontecimentos/informações estrangeiras, mormente de Portugal.

Quando se trata de notícias portuguesas a brevidade em publicizar a informação é mais frequente, mesmo que tal publicidade seja apenas copiar de outro jornal, como podemos

constatar pela carta do escritor Camilo Castello Branco endereçada ao amigo Pinheiro Chagas, que ganhou destaque na primeira página do *Diário*:

Carta de Camilo Castello Branco.

O sr. Camilo Castello Branco endereçou ao sr. Pinheiro Chagas a seguinte carta, que copiamos do *Diário da Manhã*:

“*Meu prezado Pinheiro Chagas*: – Olhe que não tem algum fundamento a sua hypothese do meu viscondado. Se bem me lembro foi o seu diário que primeiramente deu tal notícia. Como quer que seja, felicito o pelo seu excellente e chistoso artigo a respeito da molestia de que você me julga galado.

Por aqui estou n’esta Seide onde não há castello. Sempre doente, e sempre trabalhando para cumprir até ao fim a sentença que me põe à vida a condição do suor do seu rosto. É verdade que eu não suo, e suspeito que o meu grande mal é não suar.

Disponha, etc.

26 de outubro de 1876.

C. Castello Branco

(*Diário de Belém*, nº. 280, 13/12/1876, p. 1)

Vimos, por intermédio das “Notícias Diversas”, seção do *Diário de Belém*, que o bom relacionamento entre os escritores, em especial aqueles que dirigiam jornais, como era o caso de Pinheiro Chagas, era preponderante para a consolidação da carreira literária de seus amigos. Na missiva assinada por Camilo, ele comenta sobre a possibilidade de se tornar visconde, título há muito almejado pelo escritor, mas que só se tornou realidade nove anos depois, em 27 de junho de 1885, quando o Rei de Portugal lhe conferiu o título de Visconde de Correia Botelho. O *Diário da Manhã*, sob a direção de Pinheiro Chagas já tentava especular a hipótese da concessão do título, e foi ele que “primeiramente deu tal notícia”, além de ter informado o público sobre o estado de saúde do autor de o “*Amor de Perdição*”. Interessante atentar para o tom irônico com que Camilo escreve a missiva ao dizer que mesmo doente continua “sempre trabalhando para cumprir até ao fim a sentença que [me] põe à vida a condição do suor do [seu] rosto”.

No que diz respeito às demais publicações localizadas nas outras seções do *Diário* tais como “Annuncios”, “Notícias Diversas”, “Publicações A Pedido”, “Exterior”, “Avisos Marítimos”, “Diário de Belém”, “Noticiário”, “Commercio”, entre outras, encontramos uma gama de informações que justificam a forte relação existente entre a Província do Grão-Pará e Portugal. Essas informações foram selecionadas, catalogadas e analisadas de acordo com a perspectiva contemplada pela temática da tese.

Assim sendo, é importante ressaltar a expansão das informações que chegavam ao Brasil, especialmente à província do Grão-Pará favorecida pelo número considerável de jornais publicados por aqui, além disso, os anúncios encontrados nesses jornais apontavam para uma

preocupação em estarem atualizados sobre as técnicas empregadas por esses veículos assim como os seus colaboradores. Conforme conferimos no anúncio sobre “Typos” em anexo (capítulo II), encontrado no *Diário de Belém*.

Os jornais paraenses estavam a par das últimas novidades em termos de tecnologia de máquinas utilizadas pela imprensa, prova disso é a propaganda divulgada nesse *Diário*. O que verificamos em bibliografias referentes a esse assunto é que o Pará é sempre lembrado geograficamente como um lugar “longínquo”, contudo, vale ressaltar que a distância aqui notada diz respeito à Capital do país e não à Europa.

Sobre a novidade dos “Typos” o anúncio chama atenção para o “grande número de caracteres de phantasia e vinhetas recentissimamente adquiridos” o que denota uma imprensa atualizada em termos de inovações tecnológicas e à altura das principais cidades da Europa como Londres, Porto e Paris. Pela divulgação, vimos que Belém estava inserida entre as “principaes cidades do Brazil” e a província do Pará juntamente com a do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco eram as únicas que possuíam correspondentes de venda, o que nos permite inferir que tais inovações eram acessíveis à imprensa desses lugares. Além de que se oferecia vendas a prazo e “o typo inutilizado aceita[va]-se como dinheiro na rasão de 180 réis cada kilogramma, posto nos armazéns da Imprensa”, o que certamente favorecia a expansão e o aprimoramento dos que já possuíam tipografia.

Ainda no que diz respeito às colunas mencionadas, ressaltamos que os jornais publicavam de tudo, desde propaganda de “repolhos refrescos de Lisboa” a queixas comuns de leitores e até a venda de fotografias de “Mulher Homem”. O anúncio refere-se à:

HEROINA PORTUENSE.

A magnifica photographia da Sra Antonia Custodia das Neves de quem a imprensa toda se está occupando com tanto interesse cognominando-a de Mulher-Homem

Acha-se à venda na – CASA HAVANEZA

29 Rua dos Mercadores 29

Preço 1\$000

(*Diário de Belém*, nº. 83, 13/04/1879, p.3)

Figura 24



Maria da Trindade

Fonte: <http://www.triplov.com/Britiande/Passeios/Paseio-das-mouras/Julho/Maria-Coroada/Presidente-da-Camara/index.htm>

Esse anúncio merece atenção por se tratar da venda de fotografia de Antonia Custódia das Neves (ou Antonio Custódio das Neves), pseudônimo de Maria da Trindade, portuguesa nascida em Quintela da Lapa que teve sua privacidade invadida e sua sexualidade revelada depois ter sido criada pelos pais como menino em Granja do Tedo, onde se relacionou com Rosa dos Prazeres Carvalho e a quem prometeu casamento. Com Rosa abriu uma taberna e viveu conjugalmente, mas em certa ocasião, Antonio embriagou-se e a esposa precisou despi-lo, foi quando descobriu tratar-se de uma mulher. Rosa guardou segredo até o dia em que discutiu com a sogra e o revelou. O empreendimento do casal faliu e Antonio foi para o Porto em busca de emprego. Lá empregou-se, mas foi descoberto o seu segredo, por isso foi preso, inspecionado e julgado, depois foi posto em liberdade.

A notícia foi um escândalo em todo país e, como constatamos, em outro continente. Todos os jornais de Portugal noticiaram o ocorrido, mas o jornal que mais enfatizou o fato foi o *Jornal do Porto*, na sua edição de 7 de março de 1879. Essa informação chegou em pouco tempo na província do Pará demonstrando o estreito período e o interesse do *Diário de Belém* em publicizar a notícia, uma vez que “a imprensa toda se está[va] ocupando com tanto interesse”, com bem propagou o jornal, isso porque nesta província havia um público curioso em saber as novidades de Portugal.

Observe que o anúncio é publicado em 13 de abril do mesmo ano, o que significa dizer que a notícia levou pouco mais de um mês – aproximadamente o tempo gasto pelos brigues e patachos a virem de Portugal ao Pará – para chegar ao Pará e ser lida não apenas pelos

portugueses que aqui viviam, mas por todos os leitores das páginas comerciais, principal coluna desse jornal, uma vez que se intitulava “Órgão do Commercio”.

Outro ponto a ressaltar, além da rapidez da informação e o cruzamento do Atlântico, é a manchete atribuída ao anúncio “HEROINA PORTUENSE”, o que dá um significativo relevo ao fato e chama atenção para o ocorrido em apenas três linhas do jornal, mas com grande abrangência na informação.

Em menos de um mês depois de o *Jornal do Porto* ter estampado a notícia, Antonia casou-se com Antonio Joaquim da Silva Junior, filho de um antigo patrão, em 06 de abril de 1879, e passou a assinar o nome de Maria Antonia das Neves. Importa atentar para o fato de que com a mesma rapidez que o destino de Antonia foi transformado, a informação sobre a vida dela também, chegando-se a vender fotografias dela e mencioná-la como heroína.

Ressaltamos que esse anúncio, aqui discutido, teve apenas duas publicações referentes aos números 83 e 85 do *Diário de Belém*, ficando a incógnita a respeito: Esgotaram-se as fotografias postas à venda? Qual a repercussão provocada pelo anúncio? Houve a intervenção de alguém em favor da privacidade da “Mulher-Homem”? Tais questionamentos, infelizmente, ficaram guardadas nas páginas do passado, mas o importante é dizer que havia um público disposto a adquirir esse tipo de notícia e mesmo a fotografia, novidade na época, haja vista que “a imagem saída da câmara fotográfica revela o retrato fiel e inédito de terras longínquas, personalidades da vida pública, festas e acontecimentos marcantes no país ou no exterior” (El Far, 2006, p. 37), isso porque envolvia também a discussão sobre gênero, algo considerado tabu, mormente por parte da sociedade portuguesa oitocentista.

Constatamos também que o valor cobrado pela fotografia não era barato, afinal, pelo mesmo preço e na mesma página do jornal era anunciada a venda do “Almanack do *Diário de Belém* para o anno de 1879”, custando 1\$000 réis ou, pelo preço de duas fotografias da “HEROINA PORTUENSE”, podia-se adquirir o “Arquivo Historico da Mocidade abrangendo os feitos mais notáveis dos portugueses nas quatro partes do mundo”, obra composta por Leite Machado. Assim sendo, podemos inferir que o anunciante da “Casa Havaneza” deve ter faturado uns bons punhados de réis pela fotografia sensacionalista da “Mulher-Homem” ou tenha sido inquirido pela venda.

Figura 25



Verdadeira História da Mulher-Homem

Disponível em www.triplov.com/Britiande/Passeios/Paseio-das-mouras/Julho/Maria-Coroada/Presidente-da-Camara/index.htm

Ainda sobre esse fato, convém mencionar que no mesmo ano em que o fato ocorreu e tornou-se manchetes dos principais jornais portugueses foi publicada a obra “Maria Coroada ou o Scisma da Granja do Têdo”, de autoria de Pinho Leal e Pedro Ferreira, Abade de Miragaia, sob os pseudônimos de Patrício Lusitano e Pantaleão Froilaz, o livro de grande valor histórico-literário trata da seita religiosa da Granja do Têdo, liderada por Maria Coroada – mãe de Antonia Custódia das Neves –, a qual se autodenominava a “Terceira Eva” e estabelecia uma nova ordem religiosa no concelho de Tabuaço, chegando a interferir na vida política e social dos moradores daquele local.

Em 1999, cento e vinte anos depois da publicação da referida obra, ela ganhou uma reedição trazendo o lume o curioso caso da “Mulher-homem”, fato que contemporaneamente tem sido apresentado em musicais e outros espetáculos artísticos em Portugal e que o Pará foi testemunha, literalmente ocular, por meio do anúncio propagado nas páginas do *Diário de Belém* e pela aquisição da fotografia. Em um anúncio tão restrito não contávamos encontrar uma gama de informação sobre a história de uma portuguesa.

Sob a mesma rubrica “Annuncios Diversos” localizamos uma “Biblioteca popular ou a instrução ao alcance de todas as classes e de todas as intelligencias”, cuja justificativa de leitura enfatizava que “O povo precisa ler, porque a historia da civilização de um povo não é mais de que a historia do seu progresso intelectual”, assim sendo “a leitura é sempre boa e necessária em qualquer situação ou estado do homem”. Sob essa perspectiva, o anunciante – a livraria de Manuel Gomes de Amorim, irmão de Francisco Gomes de Amorim, autor dos *Cantos*

Matutinos – justificava “o dever e a missão de compendiar em pequenos volumes ao alcance de todos, o que há de mais elementar nas artes, nas sciencias, na historia e nas letras”.

Dessa forma, podemos aventar que tal “Bibliotheca popular” tenha sido na província do Pará uma possibilidade de expansão e democratização de leitura, tal qual foi a “Bibliothèque Blue” na França, pois a tentativa era de, pelo menos, tentar abarcar o maior nível de cultura/conhecimento possível, ao contemplar as mais diversas áreas, conforme comprovamos com o anúncio na íntegra no anexo. (Anexo C - Cap. II)

Não podemos deixar de mencionar a importância da livraria de Manuel Gomes de Amorim e também a atuação do proprietário português, visto que ele, agindo assim, prestava um serviço essencial na província em virtude de possibilitar um maior acesso à leitura pelas classes menos favorecidas economicamente. Ainda que isso valesse ao livreiro uns bons contos de réis fora justificado que “Uma das condições essenciaes para que a empreza preenchesse o seu fim, era a modicidade do preço, e julga ter conseguido o seu intento, estabelecendo para o Brasil o preço de 500 rs. fracos por volume”. Conforme consta no anexo indicado anteriormente.

No que diz respeito ao “corpo” do anúncio, verificamos que houve todo um cuidado com a forma de divulgação, pois o termo “Bibliotheca popular”, quando apresentado, era sempre posto em destaque, fosse pelo isolamento do espaço, fosse pela utilização do negrito, aliás, o negrito era muito usado para destacar as informações mais importantes. Outro ponto interessante refere-se aos nomes das obras destacadas isoladamente, o que precisou de um maior espaço no corpo do jornal e que, conseqüentemente, deve ter ocasionado um valor maior no pagamento da propaganda.

Lembremos que o *Diário de Belém* era um jornal comercial, de proprietário português e que o anunciante também era português, o que nos faz entender que os laços lusitanos tecidos na província paraense continuavam atrelados entre as partes, cuja pretensão era igualmente a da “Bibliotheca Popular” estar ao “alcance de todas as classes e de todas as intelligencias”. Nesse sentido, a tipografia passava a ser vista não apenas como uma ferramenta facilitadora da popularização e maior acessibilidade da leitura, mas, principalmente, como um veículo propulsor da cultura portuguesa na província do Pará. Sobre esse assunto Alessandra El Far assevera que:

Em busca de uma massa sempre crescente de leitores, os livreiros do século XIX estavam constantemente planejando estratégias que pudessem tornar o livro um produto de consumo popular, ao mesmo tempo atraente e divertido. Para os editores realmente interessados em vender milhares de exemplares em poucos meses, a ousadia e a criatividade deviam formar uma aliança imprescindível. As tiragens

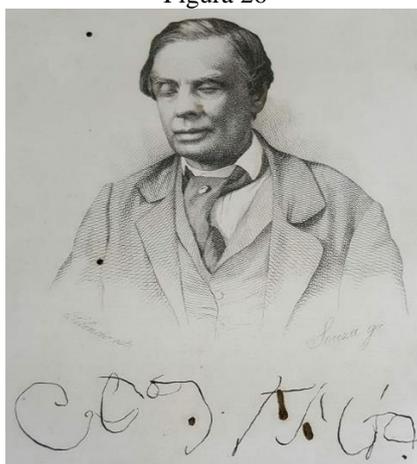
elevadas, os sucessos de livraria, a publicação de enredos provocantes ou de forte impacto eram repetidas vezes anunciados com alarde nos jornais, cartazes e catálogos da época.

(EL FAR, 2006, p. 35)

Sob esse viés, o *Diário* publicava dez dias depois, na mesma seção, outro anúncio da “Bibliotheca popular no qual foram contados mais de oitenta (80) livros postos à venda pela mesma livraria de Manoel Gomes de Amorim. Na divulgação podemos tomar conhecimento das obras que eram oferecidas ao público paraense e também saber do preço cobrado por essas obras. Conferir no anexo C do capítulo II.

A primeira parte da propaganda apresentava o renomado escritor português Antonio Feliciano de Castilho com dois livros *Metrificacão* (3\$000) e *Ciumes do Bardo* (5\$000), poema publicado no ano de 1836, no início do Romantismo português e dedicado “A Mr. Ferdinand Denys, ao amigo da Litteratura Portugueza e dos Portuguezes: como Portuguez e Poeta, em tributo de respeito e gratidão oferece A. Feliciano de Castilho”, trata-se de um poema narrativo ao qual o autor quis, à maneira de Alibert e da Baroneza de Stael conforme justificou no preâmbulo, atribuir os efeitos da paixão e, conseqüentemente, tornar-se o “Fabulista das paixões, restringindo cada uma delas em uma ou mais hypotheses, históricas ou fingidas, que eu tomaria para assumpto de outros tantos painéis de poesia. Com o ciume encetei a tarefa”.

Figura 26



Antonio Feliciano de Castilho

(Fonte: Revista Contemporânea Portugal e Brazil, 01/04/1859)

Sob o mesmo gênero, foi divulgado o poema *Camões* (4\$000), de Almeida Garrett e depois apresentadas obras de Alexandre Herculano, tais como *Eurico o presbytero* (4\$000) e *Historia da Inquisição* (8\$000), ou seja, os três grandes pilares do Romantismo em Portugal eram vendidos pela livraria de Amorim.

As obras dos brasileiros também apareceram na lista, Gonçalves Dias (poesias 6\$000) e João Cardoso de Menezes e Souza, com o livro a *Maldição materna* (2\$000) caracterizado como romance histórico, também conhecido como *Otávio e Branca*, publicado em 1849, com perspectiva vampiresca. A narrativa foi escrita em versos distribuídos em dezessete estrofes e compreendia o movimento romântico brasileiro, assim como as poesias de Gonçalves Dias.

Vale enfatizar a venda da *Paródia ao D. Jayme* (4\$000), escrita pelo escritor português Manuel Roussado, em 1862, que justificou a obra argumentando que “todos por aqui tem prestado o seu culto ao D. Jaime, eu presto o meu parodiando-o, porque não se parodiam senão as obras notáveis”. Dom Jaime é um poema narrativo dividido em nove cantos que fora escrito por Tomás Ribeiro e publicado em 1862, muito elogiado no prefácio assinado por Antonio Feliciano de Castilho que chegou a compará-lo a *Os Lusíadas* de Camões e provocou críticas de Pinheiro Chagas e Pereira de Castro no *Jornal do Porto* e de João de Deus em *O Bejense*, gerando uma polêmica que muitos consideram o preâmbulo da Questão Coimbrã.

No anúncio vimos a *Manta de Retalho* (2\$500), obra escrita pelo português Faustino Xavier de Novaes – irmão de Carolina Augusta Xavier de Novaes, esposa de Machado de Assis – que fundou em Portugal uma das revistas mais importantes do ultrarromantismo lusitano *O Bardo* (1852/1855). Faustino veio para o Brasil, em 1858, na perspectiva de melhorar a situação financeira, fundou no Rio de Janeiro o periódico literário *O Futuro* (1862). A poesia de Novaes é de cunho satírico social, critica, sobretudo, o cotidiano burguês, ele sai da esteira dos poetas românticos sentimentais e fúnebres da sua geração. Novaes morreu pobre no Rio de Janeiro, dois anos antes desse anúncio vir a público.

Interessante atentarmos para os valores cobrados pelo anunciante, a obra “*Ignez de Castro*, traduzida, encadernada e com estampas coloridas e poesias relativas ao assumpto” custava 2\$000 ao passo que “A mesma obra br. e inferior impressão” custava 500 (réis), o que implica dizer que além da diferença em relação à encadernação e brochura, as estampas coloridas atribuíam à obra maior valor comercial, “*Lusíadas* de Camões, edição do Rio, com est. finas, coloridas, 1 volume encadernado” à venda por 6\$000, também vale como exemplo.

Ainda no que diz respeito aos valores das obras da primeira parte do anúncio, verificamos que as de maior preço eram os dicionários “para uso de portugueses e brasileiros” dois volumes por 50\$000, “Atlas completo de Geographia” por 14\$000, “Noções de physica modernas, com numerosas aplicações e 284 gravuras intercaladas no texto, um bello volume” por 10\$000 e “Consolidação da Leis” por 15\$000, ou seja, aventamos que as “ditas” com maior número de páginas, com “aplicações” e “gravuras” e as obras ligadas à legislação. As de menor preço custavam 500 (réis) o equivalente a um quilo de carne verde na época.

Na segunda parte do anúncio intitulada “Os seguintes moderníssimos romances do Jardim do Povo” verificamos que nem todos os livros divulgados eram romances, no sentido estrito que tratamos atualmente, mas entravam na classificação, haja vista que o “Jardim do Povo”, uma espécie de “Bibliotheca economica”, tinha como perspectiva tornar mais acessível a leitura às camadas populares. Nele os preços variavam entre 400 a 8\$00 réis, excetuando-se a obra de Thiers, “Historia du consulat et l’Empire, 21 tomo encadernado em 10 volumes” a 56\$000 e a “Historia Universal”, de Cezar Cantu por 75\$000.

Nesse anúncio encontramos uma tradução de Pinheiro Chagas da obra “A família de Penarvan” do francês Jules Sandeau, e verificamos que embora boa parte das obras anunciadas fossem de autoria francesa, os valores mais altos eram das obras portuguesas, excetuando-se as já mencionadas, o que implica dizer que na tentativa de popularização da leitura na província paraense a “Bibliotheca popular” teve uma contribuição importante, e esta foi trazida, traduzida e comercializada por livreiros portugueses, protagonistas dessa história na província. A pesquisadora Alessandra El Far (2010) ratifica a importância desses livreiros:

Sem sombra de dúvida, o Brasil beneficiou-se, e muito, dos avanços conquistados no mercado editorial português em função de seus laços comerciais com a antiga metrópole. Não só importou os volumes vendidos em Lisboa e na cidade do Porto como ampliou suas atividades a partir da intensa comunicação com aquele comércio livreiro, repleto de autores, ideias novas e de tecnologias avançadas de impressão e edição.

(EL FAR, 2010, p. 93)

Se é incontestável a importância de tais livreiros para a nação brasileira como um todo, maior é a atuação deles na província paraense, pois, como mencionamos anteriormente, eles foram protagonistas da expansão da tipografia, dos jornais e da leitura na região e, indubitavelmente, escreveram parte da história do Pará nas páginas dos periódicos oitocentistas.

Figura 27

ANNO I. BELEM DO PARÁ, 10 DE JANEIRO DE 1869. NUMERO 1.

Assigna-se na travessa das Mercês n. 23.

Capital:
1 anno..... 14.000
6 mezes..... 8.000
3 mezes..... 4.000

Política-se todos os dias a excepção das segundas-feiras.
Provincia e Interior:
1 anno..... 28.000
6 mezes..... 16.000
3 mezes..... 8.000

Res publica, res populi.
(Cl. de Republica.)

O LIBERAL DO PARÁ.

O LIBERAL DO PARÁ.
BELEM, 10 DE JANEIRO DE 1869.

Muitos que não impedia indagar, e que ao leitor torna-se indifferente saber, fizeram sustar a publicação do *Journal do Amazona*, que durante um largo espaço de tempo foi um firme sustentado das liberas nesta provincia.

Fazer desaparecer este racio, muito sensivel, principalmente nas presentes circumstancias em que uma guerra do esterneio e feita ao partido liberal, era uma necessidade por tanta geralmeente sentida, mas por todos os meos tempo a difficuldade, não foi impossibilidade de satisfazer.

O appareamento, pois, do *Liberal do Pará* é a prova mais valente que o partido liberal possa dar da sua utilidade.

O partido passou d'isso amargos pezaos a grave responsabilidade do que accoitiu, se deixasse de ter um organo que pela imprensa se tornasse o echo das suas suffragantes, assim como de seus acclamados.

E nestas circumstancias que vê a luz da publicidade o *Liberal do Pará*.

O *Liberal do Pará* traz o seu programma no titulo que adoptou.

Seu fim é defender e sustentar, e dilucidar as liberas liberas, e fallar-se em não do melhor modo possível, ao meos como o permittirem suas forças.

Hoje, como todos sabem, esta patria está extraordinariamente dividida a imprensa e a imprensa a guerra civil com que pulsa as liberas liberas.

As urnas não cedo ser abertas, e verdade, mas em redolentes urnas estarão postados os agentes do governo, para que ali se não depositem outros meos que não sejam os amigos do governo.

O producto das urnas será do conformidade com a vontade do poder.

Os liberas não podem contar com elles.

A consilia que vai ser feita a noite é uma das muitas meutras com que se continua illudido o país.

Havia um writto processo mais simples, mas por enquanto é mister continuar-se a representar a farsa constitucional.

A imprensa, pois, é a unica valvula da respiração que ainda nos resta, e não se prescreverão dos estalares desta misera patria, digno de melhor sorte.

Esperanto ella tambem nos não é arrastada, aproveitamos-a, e com todos os seus delicias cotidianos.

A proposito della ditto, ainda ha pouco, em distincto membro da assemblea provincial do dia de Janeiro, e... antes que o homem diffidado, do que de luga e tortada para não diffamar.

A imprensa entre nos não é tal como deve ser, mas antes assim; benedizemos á Providencia que ainda não permitto que a successão, com se tem feito a outros meos multos multos.

Na dita pais desta tribuna, expozemos nossas ideas, praticemos os abusos dos nossos contrarios.

Muito temos a fazer, mas confiamos que a quantidade de uma vez nos dará forças para venceremos todos os obstaculos que se nos antepozem.

Temos uma creencia inabalavel, e é que—no fim desta leta em que estamos occupados, a victoria será do partido liberal, do partido liberal e mais adiante, do partido liberal tal qual pode existir nesta virgen terra da America.

Talvez que a esta gorgo não seja dado ver raiar o dia da democracia, em toda a sua pureza, mas nem por isso ella deve desanimar, campo-lhe ligas á futura geração, aquillo que não contem-lhe a dita de ser logado pela gorgo passada.

Trabalhemos pois com todo o vigor nesta grandiosa obra.

Temos esperança que a força nos não ha de abandonar, mas quando tal aconteca não fallará quem nos venha substituir.

Para a obra da regeneração do país faz-se mister o concurso de todos os amantes da liberdade.

Se depois do que temos dito nos qualificar de—liberas ou ultra-liberas— não, com odestar nenhum destas qualificações, diremos, para o simplesmente:—soz meos liberas, pugnamos pelas reformas constitucioes, que hoje não abraçadas pelos principaes orgaos do partido, por que existencias que ellas são indispensaveis para o engrandecimento deste país.

Todos os partidos vivem de principios e os principios tem homens que os representem.

A facção conservadora no Brasil, na actualidade, não tem nem principios, nem individuos que representem esses principios, e portanto não pode aspirar os furos do partido.

Justicia, moderação e revogação de certas leis, eis o grande programma apresentado pelo chefe do gabinete perante as camaras.

Mas qual é o partido que não tem por dever ser justo e moderado?

As leis de que fallou o sr. visconde de Itaboraia, não são as que sempre tem merecido a condemnação das liberas, e nem sempre a dos intitulados defensores do throno?

Já se vê, portanto, que na actualidade a facção conservadora não tem principios.

Para poder apresentar-se ao país, foi mister acobertar-se á sombra de ideas que nunca professou.

Estadistas notaveis bem poucos são os que possui a facção conservadora, e a prova mais patente está no desacerto com que tem sido dirigida a Não do Estado pelo ministerio de 16 de julho.

Generaes não os tem a facção conservadora.

O modo porque tem sido dirigida ha mais de dois annos pelo sr. marquez de Caxias a guerra que sustentamos contra o Paraguay é a prova mais plena da proposição que avançamos.

As constantes e inexplicaveis demoras nas operações tem feito com que o valente marquez seja hoje conhecido sob o nome de *Fabius Cunctator* brasileiro, e *general statu quo!*

A guerra e as finanças que, no dizer dos conservadores, foi a escada que os fez subir ao poder, ha de ser a escada por onde ha de elles ser apeados da governança.

Se além disto juntar-se a desarmonia que na corte e nas provincias, principalmente no Pará, lavra nas fileiras conservadoras, a conclusão natural que se deve tirar é que o partido *noti disant da ordem* não pode sustentar-se por muito tempo.

Já vêm portanto os conservadores que, na actualidade não podiam assumir a governança do Estado, e que foram imprudentes desprezando os conselhos de um de seus mais illustres chefes—o sr. visconde de S. Vicente.

commercio, desta melhoramento ha tantos annos sollicitado.

Antes do tudo devemos recordar a s. exc. que a construção de caes de marinha é de competencia do governo geral, a elle incumbe o faze-lo, como tem feito em Maranhão e em outras provincias do Imperio: O Pará não pouco tem feito construindo essa vasta extensão de caes que s. exc. vê, e não era muito que sendo o governo geral o que mais lucra, em virtude dos direitos que percebe na alfandega, com os melhoramentos que influo no commercio, tomasse esse onus do novo caes, que a s. exc. parece de tanta utilidade. A provincia faltou como s. exc. parece reconhecer, e o organo official repete, tantos melhoramentos, que de sobre tem ella em que empregar seus redditos sem se ir onerar com um novo caes, pois que indirectamente a despeza que os emprezarios fizessem com elle, importaria em um desvio de capitales que elles poderiam empregar em edificações ou emprezas de outros generos.

Deixando porém estas considerações, as que immediatamente se apresentam, são, que começando o novo caes junto á Sacramento, e chegando á docca do Ver-o-pezo, o novo caes ainda não acabado, ficará inteiramente inutilizado, e a provincia terá gasto cerca de duzentos contos inutilmente. Além disto sahindo o novo caes projectado por s. exc. cincoenta metros além do actual caes das ruas do Imperador e Belem, a começar da docca do Ver-o-pezo, o immediato e prompto resultado que trará o novo caes, será o aterro da parte entre a docca do Ver-o-pezo e o castello, ou em outros termos o ir inutilizar o novo caes alli feito ha poucos mezes, e a obstrução da docca do Ver-o-pezo; s. exc. de certo com pouco tempo que tem do estado na provincia, ainda não terá, observado que no tempo dos ventos goraes, que aqui reinão cerca de seis mezes, a maré que se eleva, e alga não poucas canoas, torna indispensavel ao menos na parte da cidade entre o castello e a Sacramento a existencia destes abrigos, tão necessarios, que a assemblea provincial decretou na sua ultima sessão a sua desobstrução, enquanto que a obra de s. exc. irá promptamente obstrui-la, de certo quem organisou o plano, e s. exc. mesmo, se não lembrou que ha contraria as proprias ordens que no expediente do governo se leem, tendentes á execução do que foi decretado pela assemblea provincial.

Vejamos mais; o plano que foi presente a praça do commercio, segundo somos informado, não apresentou a sondaagem na linha que devia seguir o mesmo caes, quem organisou este plano deveria lembrar-se que a circumstancia de trabalhar a secco, ou dentro de agoa, influe poderosamente no custo da obra; e na distancia de cincoenta metros além do actual caes nunca nem mesmo nas marés de agoas vivas, descobrem os terrenos em que deve ser levantado o novo.

Ora, á distancia designada, junto ao trapiche da gerencia, em haixa-mar, teriam os trabalhos de ser feitos com cerca de 15 palmos de agoa, em frente ao edificio da alfandega esta profundidade ainda seria maior, junto a ponte de pedras ainda maior profundidade acharia, accrescendo

que neste logar o canal passa muito proximo á ponte.

Ora se aonde se pode trabalhar a secco, o custo de uma braça de caes com a solidez precisa, que cada vez seria maior á porção que avançava para o mar e tivesse de sustentar maior altura de terras, é segundo nos informam pessoas competentes, superior a conto de reis, sem aterra, como bastaria a somma indicada como provavel onde as difficuldades são muito mais consideraveis?

Além do que levamos dito, o caes projectado iria estreitar a rua do Imperador; neste clima ardente o que nos convem são ruas bastante largas em que possam haver reques de arvores, e s. exc. talvez ignore que a rua do Imperador não tem segundo cremos nena largura designada nas posturas municipaes.

Ainda accresce que a rua que vinha a ficar junto ao mar, seria por demais estreita, e aconteceria o que temos visto acontecer no espaço entre a alfandega e a gerencia da companhia do Amazonas nas vespuras de sahida de vapor, isto é, o ficar a rua toda obstruida de carros carregados. Se s. exc. passasse pela rua do Imperador a veria muitas vezes tão obstruida de caixas de borracha, que os carros não achão franca passagem.

Passamos a outro ponto, como supperão haixo preço a actual obra, quando calculando que o actual caes tem cerca de 20 palmos de alto e o declive da praia é superior a 6 ou 7 palmos, achariamos que a altura de terra a lancar, seria de 25 palmos pelo menos o que faria importar o aterro somente por braça em... 1:000 réis, o que daria ainda a necessidade de dispender nas tresentas e cincoenta ou tresentas e sessenta braças de caes, mais de quilibentos contos ematetro o que somnado com tresentos contos que custará a ponte da alfandega, daria a somma de 890 contos para mais e nunca menos, a gastar independentemente do caes; o que daria ainda a necessidade de lancar mais de 20 milhoes de palmos cubicos de aterro entre o caes projectado e o existente, além de cerca de um milhao e meio de palmos cubicos que tem de ser empregados no aterro do caes que já está sendo executado.

Onde obteria s. exc. esta quantidade de terra, quando a disposição plana, sem elevações do local em que se acha a cidade, e seus arredores, tornão difficilimo o obter qualquer quantidade de aterro?

A idea de s. exc. a ser realisavel, era magnifica; infelizmente não informarão a s. exc. destas pequenas circumstancias que muito devia pezar no animo de quem confeccionou o plano.

O partido conservador no Imperio.

Quando se fallou na corte na ascensão do partido conservador ao poder, mais de um membro proeminente do mesmo partido foi de parecer que a occasião não era a mais azada para os conservadores tomarem as redas da governança.

Caracteres da tempera do illustrado sr. visconde de S. Vicente arrostando as iras dos seus correligionarios entendido que o partido conservador não podia na actualidade dirigir os negocios do Estado.

Outros, porém, avidos somente dos gozos que poderiam fruir do poder, acceitaram-no sem mais reflexão, sem se importaram com a opinão, aliás muito sensata, do illustre estadista visconde de S. Vicente.

O tempo e os factos se incumbiram de demonstrar a precencia da opinão do sr. Pimenta Bueno.

O projecto de um novo caes.

I

Entre os trabalhos que sabemos tem s. exc. o sr. conselheiro José Bento em vista executar, conta-se a construção de um novo caes que passando a cincoenta metros do caes existente, dará logar a novos quarteirões, em que o terreno pela sua posição á beira-mar, alcançará grande valor.

Para a execução de tal obra conta s. exc. achar capitalistas, que a troco da concessão dos mesmos terrenos, se compromettão, não somente a levantar o novo caes, como tambem a construir uma ponte da alfandega que faria (cremos ser esta a idea de s. exc.) augmentar o valor dos mesmos terrenos, pela sua proximidade do ponto de desembarque das mercadorias, e pelo beneficio, resultante ao

NOTICIAS DA GUERRA.

Do *Diario do Povo* transcrevemos as seguintes noticias relativas aos ultimos acontecimentos dados no Paraguay.

RIO, 25 DE DEZEMBRO.

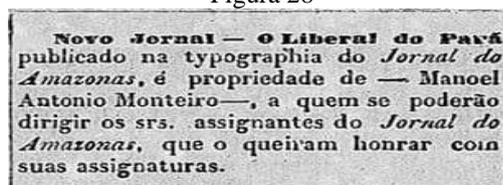
O transporte *Marcilio Dias* entrado hontem do Rio da Prata, traz-nos noticias do theatro da guerra até 13, confirmando a tomada de Villeta, e as grandes perdas do inimigo, nos combates de 6 e 11, nos quaes igualmente tivemos fora de combate cerca de 3,000 bravos, entre mortos e feridos.

Frontispício da 1ª. Edição do jornal O Liberal do Pará Fonte: memoria.bn.br

2.5 O LIBERAL DO PARÁ (1869 a 1889)

Em 10 de janeiro de 1869, surgiu, em substituição ao *Jornal do Amazonas*, o jornal *O Liberal do Pará*, outro importante veículo de imprensa da província paraense. Impresso na antiga Typographia do *Jornal do Amazonas*, este jornal intitulado – a partir do segundo ano de publicação – como “Jornal Político, Commercial e Noticioso” foi de propriedade do português Manuel Antônio Monteiro (correspondente de *O Panorama*, jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis) e serviu de Órgão do Partido Liberal do Pará, travando combate político e ideológico com seu maior oponente o *Diário do Gram-Pará*. Após a Proclamação da República, saiu de circulação, reaparecendo, em 1890, sob o título de *O Democrata*. Vejamos a divulgação a seguir d’*O Liberal do Pará*, nº. 1, 10/01/1869, p.2:

Figura 28



(*O Liberal do Pará*, nº. 1, 10/01/1869, p.2)

O Liberal do Pará teve sua publicação interrompida por um período indeterminado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Paraguassu. A partir do número 78, de 11 de abril de 1871, estampou no frontispício o nome de José Baptista Ribeiro de Souza, como “Director da empresa e redactor effectivo”. No ano seguinte, este teve ao lado de seu nome o do bacharel Filippe José de Lima e no canto direito da quarta e última página foi acrescentado o nome do editor Libanio José Luiz de França.

Desde a primeira edição, *O Liberal do Pará* apresentou em seu frontispício a frase latina “Res publica, res populi” atribuída a “Cic. de Republica”, o que sugere uma certa preocupação com o bem público, como sendo do próprio povo, assim observamos o posicionamento político do jornal, associado ao Partido Liberal, como já mencionamos.

Como a maioria dos jornais da época, o formato d’*O Liberal* era grande, composto em quatro páginas, onde continham cinco colunas nas quais constavam um número reduzido de seções, se compararmos aos demais jornais coetâneos: *O Liberal do Pará*, *Biographia*, *Factos Diversos*, *Correspondencias*, *Communicado*, *Exterior*, *Interior*, *Transpcrição*, *Secção Não Editorial*, *Folhetim*, *Publicações a Pedido*, *Variedades*, *Litteratura*, *Mosaico*, *Commercio*, *Avisos Marítimos*, *Editaes*, *Declarações*, *Leilões*, *Annuncios*. Nessa última seção, dependendo

dos anunciantes, eram estampadas ilustrações requintadas e em tamanho maior que as demais. Veja, por exemplo, um detalhe do anúncio publicado pelo Novo Bazar de Joias:

Figura 29



(*O Liberal do Pará*, nº. 51, 05/03/1870, p.3)

Observe que a imagem reproduzida pela tipografia precisou de recursos pouco usuais nas prensas paraenses, o que certamente deve ter encarecido a propaganda da loja. É importante notar, também, que nesse período, culminando com o auge da extração do látex, encontramos vários anúncios de joalherias, ourivesarias e relojarias, que promoveram o luxo e a ostentação dos consumidores abastados da província.

O Liberal do Pará disponibilizava suas assinaturas tanto para a capital quanto para o interior e demais províncias, embora com valores diferenciados e com pagamento adiantado. Assinava-se “na travessa das Mercez nº. 23” e o preço para a capital era de: 16\$000 por um ano de assinatura, 8\$000 por seis meses, e 4\$000 por três meses. Para outras províncias e interior do Pará, os valores eram de: 20\$000 por um ano de assinatura, 10\$000 por seis meses, e 5\$000 por três meses. Os jornais eram publicados “todos os dias a exceção das segundas-feiras” e as assinaturas poderiam ser feitas a qualquer dia, desde que fossem pagas adiantadas, no entanto, encerravam-se sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Ao compararmos os valores das assinaturas dos demais jornais do período, com o *Diário de Belém*, por exemplo, constatamos que o preço cobrado por eles era bem próximo um do outro, com exceção d’*O Liberal* anunciar assinatura para outras províncias, contudo, por esse jornal ser de oposição, ele não recebia subsídio do governo.

Nesse periódico localizamos publicações importantes acerca da relação Luso-paraense, o que nos instigou a pensar que a postura adotada pelo proprietário era diferente dos demais portugueses donos de jornais, haja vista que, talvez pelo fato d’*O Liberal* ser de esquerda, ele oportunizava publicar mais diversidades para os seus leitores aqueles que hoje poderiam ser

chamados de “intermediários esquecidos da literatura”, como bem apontou Robert Darnton (2010, p.150).

Encontramos prosas de ficção ou crítica literária publicadas nos anos de 1871, 1872, 1874, 1877, 1879 e 1880, data em que encerramos a pesquisa. Importante lembrarmos que tais informações dizem respeito exclusivamente à relação da província paraense com Portugal, investigadas nas seções “Transcrição”, “Folhetim”, “Variedade”, Litteratura” e “Mosaico”.

Dois pontos importantes chamou-nos atenção: a) a presença de publicações tanto portuguesas quanto francesas, mormente de romances; embora o proprietário fosse português, o jornal tinha correspondente em Paris, o que nos possibilita associar a uma atitude imbuída de ideais revolucionários da França, bem como início da Belle Époque amazônica; b) a constante presença de publicações de autoria feminina, o que não era comum naquele período na província do Pará, e que consubstancia a hipótese. Sobre a correspondência francesa do jornal *O Liberal do Pará*, encontramos os anúncios:

Correspondance Parisiense – a directoria d’esta empresa, estabelecida em paris, à rua de la Tacherie n°. 4, pede-nos para declararmos que todos os annuncios da França são recebidos na mesma empresa.

(*O Liberal do Pará*, n°. 145, 28/06/1877, p.1)

Aos srs. Pharmaceuticos – A *Correspondance Parisiense*, rua de la Tacherie, n°. 4, em Paris, pede-nos que annunciemos que ella se encarrega d’expedir sem despesa de commissão, todas as encommendas relativas à pharmacias e casas de perfumaria. Pela compra de quaesquer outros artigos receberá ella uma simples commissão de 2%.

(Idem ibidem)

Notamos que *O Liberal do Pará*, por ter correspondência em Paris, apresentava variadas publicações francesas, o que certamente foi determinante não apenas para que esse jornal obtivesse um faturamento a mais, mas principalmente por divulgar culturalmente a França e a inserção dos produtos franceses na província paraense, pois não podemos esquecer que esse período (a partir do final da década de 1870) corresponde à Belle Époque, quando os hábitos parisienses eram imitados na região e o foco influenciador, então, começa a se deslocar de Portugal para lá, não é mera coincidência Belém ter sido alcunhada de “Francesinha do Norte”. O anúncio da loja “Paris na America”, fundada em 1870, reflete muito bem esse tipo de comportamento no Pará. Vejamos:

Figura 30

BARATO!!
Na Loja Paris na America

Rua de Santo Antonio, canto do largo da Misericordia SO A DIZETEIRO.

Cortes d'angolinha, a 1\$000; ditos de linho pardo, a 1\$000; ditos d'angola verdadeira, a 1\$800; ditos de pano fino, a 3\$500; ditos de casenira de cor para calça e colete, gostos novos a 4\$200; pano fino covado, 2\$000; casenira dito, a 2\$000; calças d'angolinha, a 2\$000; ditos de drill pardo, a 2\$000; ditos de casenira, a 6\$; ditos ditos de cor, a 6\$000.

Patotes de lustrim, a 2\$000; camisas brancas a 2\$000; ditos de chitas, a 2\$000; ditos de riscado, a 900; ceroulas, a 900; drill de linho branco, a 600 o covado; dito dito pardo, a 360 e 400 ra.; toalhas acolchodas, a 3\$600; ditos felpudas, a 4\$800; ditos ditos muito grandes proprias para banho, as melhores que tem vindo para este mercado; morim da India pecas com medição garantidas, a 2\$100 3\$000 3\$500 e 4\$000 reis.

Morim com 20 jardas, a 4\$400; elephante, com 20 jardas, pecas 3\$400; Americano fino, pecas 1\$220 e 2\$900; dito entafado com 8 palmos de largura, metros 550; pelarilha, a 850; riscado azul e branco covado, 120; dito forte a 240; pano americano grosso metro, 320; riscado oxford, a 240 o covado.

Morim fino covado, 2\$500; princeta finisima covado, 750; lustrim fino, a 320 e 400; cortes de casenira brico, a 2\$000; redes gradeas, a 6\$000; chapéus de massa, a 1\$500; cam'brás, fapada com 10 jardas garantida, pecas, 3\$500; ditos transparente, a 3\$000 e 3\$500; botas para esolhoras, a 4\$500; ditos para moninas, a 3\$500.

Mecias para homem, a 8\$000; ditos para esolhoras, a 3\$000; ditos para meninos, a 2\$400; cassa baptista, covado, 380; chitas largas finas covado, 240; dita estreita, a 120 e 160 o dito; mariposa branca abecia, a 500 o dito; setim de todas as cores, a 1\$500 o dito; popeline liza, a 1\$200 o dito; japoneza gosto clique, a 400 ra o dito.

Agua florida verdadeira, a 1\$000; riscado-escocozes mudea vistos gostos primorosos corea fixas, a 200 ra. o covado; grande sortimento de armas de fogo, linhas de pesca e fio da Bahia e muitas outras fazendas por preços incontestavelmente barattissimos.

Vinde pois á Loja Paris na America, vista estár provado que somos os verdadeiros barattos.

Revenção

O abaixo assignado previne que ninguém faça negocio algum com Joaquim Monteiro dos Santos sobre tres casas, sitas á travessa do Chafariz do Bispo, das quaes Monteiro se ac'ha illegalmente de posse, por pertencermos ao abaixo assignado, como provará nos tribunales.—Pará, 11 de abril de 1877.

Antonio Cypriano, 6—6

(O Liberal do Pará, nº. 93, 26/04/1877, p.4)

A divulgação dos produtos oferecidos pela loja reflete o gosto requintado e, principalmente, o refinamento do vestuário usado naquele período e denota que para se vestir de maneira elegante era preciso desembolsar bem dinheiro. Vejamos que a propaganda da “Paris na America”, loja que resistiu ao tempo e ainda existe no centro comercial de Belém, avisa que o pagamento era “só a dinheiro”, ou seja, os clientes desse estabelecimento certamente eram os ricos comerciantes portugueses e os barões da borracha que queriam vestir-se de forma afrancesada.

Sobre o preço dos anúncios comparados aos dos jornais franceses, notamos uma interessante queixa d’*O Liberal*, que alega uma significativa disparidade em relação aos lucros obtidos por esse meio:

Os anúncios – o preço dos anuncios, dos avisos e *reclames* em Paris é comparado com os nossos, elevadíssimo.

Os anuncios no *Figaro* custam três francos a linha o que podemos equiparar a 1\$200 da nossa moeda, e os diversos gêneros de *avisos*, a 7 frs. 50 e 12 frs., ou 2\$000 e 4\$800 a linha.

A quarta pagina do *Figaro*, que vem sempre cheia de anuncios rende, pois, 4,140 frs. ou 1:656\$ diariamente.

Os *avisos* e *reclames* produzem também diariamente uma media de 400\$000.

A receita, pois, d’aquella folha, só em publicações, pode-se calcular que ascenda quotidianamente a 2:400\$000 da nossa moeda, attendendo a que os anuncios se estendam além da quarta pagina. Este algarismo eleva-se no mez a 72:000\$000 e no anno a 864:000\$000, exclusivamente devido ao gênero publicação.

Pode-se dizer que é o commercio que paga esta somma avultada, mas se analysar bem quem são os annunciantes chega-se a concluir que ao annuncio deveram elles e devem as suas fortunas produzidas pela grande exploração das industrias a que se dedicaram, e cuja utilidade apregou por toda a parte.

Assim como o commercio se tornou uma necessidade econômica entre o productor e o consumidor, o annuncio conquista os fóros de corrector do commercio, e leva o pregão dos seus gêneros a quem o quer ouvir, o que o torna um poderoso e infatigável agente commercial capaz de converter as mais inabaláveis opiniões, e conseguir a mais numerosa clientella.

Nem o gasto de sommas enormes em anuncios pode ter outra explicação, que não seja a boa remuneração, do capital empregado nelles, gasto que afinal é pago sempre pelo consumidor.

(O Liberal do Pará, nº. 293, 27/12/1876, p.1)

Em vista disso, o redator revela insatisfação ao mencionar que “a quarta pagina do *Figaro*, que vem sempre cheia de anuncios rende, pois, 4,140 frs. ou 1:656\$ diariamente”, ao passo que n’*O Liberal* os anúncios eram poucos. Entretanto, se compararmos *O Liberal do Pará* com seu contemporâneo *Diário de Belém*, vemos que no *Diário* as publicações eram em maior número, talvez pelo fato deste intitular-se veículo exclusivo do comércio e, depois de um certo tempo, estampar os anúncios na sua primeira página, o que certamente chamava muito mais atenção do que se viesse na quarta e última página.

O redator advertia que o lucro do jornal francês vinha dos “annunciantes” e concluía que “ao anuncio deveram elles e devem as suas fortunas produzidas pela grande exploração das industrias a que se dedicaram, e cuja utilidade apregoou por toda a parte”, segundo ele “o anuncio conquista os fóros de corrector do commercio, e leva o pregão dos seus gêneros a quem o quer ouvir, o que o torna um poderoso e infatigável agente commercial capaz de converter as mais inabaláveis opiniões, e conseguir a mais numerosa clientela”. Esse argumento não deixava de ser uma propaganda da propaganda, pois no final das contas, quem pagava as despesas era o próprio consumidor: “Nem o gasto de sommas enormes em anuncios pode ter outra explicação, que não seja a boa remuneração, do capital empregado nelles, gasto que afinal é pago sempre pelo consumidor”.

Vemos que essa informação, trazida do *Le Figaro* de Paris, devia ter sido transmitida por alguém que fosse realmente conhecedor dos lucros dessa empresa, o que nos permite dizer da relação que havia entre os correspondentes dos jornais da França e do Pará. Essa informação certamente servia para influenciar os comerciantes da província a divulgarem seus produtos nas páginas comerciais, com lucro garantido, uma vez que eram pagas pelo consumidor.

Relacionado a isso, constatamos que nesse período *O Liberal do Pará* foi um dos jornais que mais divulgou os produtos e serviços franceses, ainda que *pari passu* às divulgações portuguesas. Podemos aventar que pelo fato de ter tido correspondente em Paris *O Liberal* ganhava credibilidade nas publicações francesas.

Assim como encontramos em outros jornais, como o *Diário de Belém*, anúncios de bancos, hotéis e colégios portugueses, n’*O Liberal* encontramos uma presença francesa mais acentuada, comparada a outros, a notar pelas divulgações:

HOTEL
FRANCO-AMERICANO
Rua da Industria nº. 81
COM FRENTE PARA A RUA DE BELÉM Nº. 11

Este estabelecimento que se acha installado desde o dia 1º. de fevereiro, dispõe de excellentes proporções para hospedagem; possuindo espaçosas sallas, excellentes e arejados quartos, com frente tanto para a indústria como para o mar.

O hospede ali encontrará todos os confortos que se fazem mister à vida.

Situado como se acha se novo estabelecimento, oferece mais que nenhum outro, condições muito hygienicas aos seus hóspedes.

Não sendo luxuoso o seu tratamento, é todavia o mais aceiado que é possível e se pode desejar, no que pode attestal-o um grande numero de cavalheiros que o tem frequentado desde a sua installação até hoje.

Os preços de almoços, jantares e hospedagem são o mais rasoavel. A sua cosinha é franceza tendo uma cosinheira habilíssima, e pessoal muito habilitado ao serviço do estabelecimento.

Encarrega-se também de fornecer almoço e jantar para casas particulares, para cujo fim recebe assignaturas.

O proprietário do hotel Franco Americano não tem poupado esforços nem despesas para bem servir os seus freguezes e acreditar o seu estabelecimento.

No que concerne a preço, não receia competidores, como se poderá dar prova no seguinte:

ALMOÇO – três pratos, com chá ou café 1\$.

JANTAR – quatro pratos, sôpa, café ou chá a 1\$, com sobremesa, da que o freguez apetece.

Já vê o publico que nada há ahi mais barato do que um almoço ou jantar no Hotel Franco Americano.

A elle pois, que não se hão de arrepender de o haver procurado. O seu proprietário o garante.

Se encontrará também ahi superiores vinhos de Collares e outras muitas variadas bebidas que deixão de ser mencionadas.

Ao Franco Americano! Ao bom e barato.

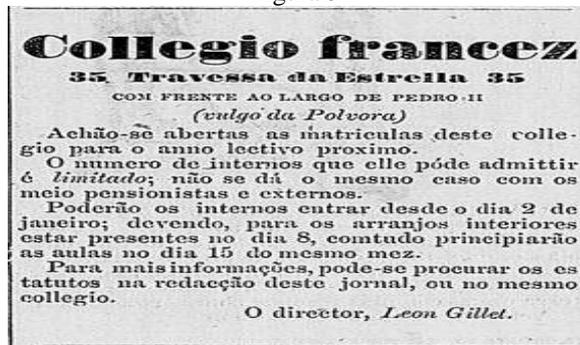
(*O Liberal do Pará*, nº. 92, 25/04/1877, p.3)

Atentemos para o período em que o anúncio foi publicado, pouco mais de dois meses depois da inauguração do hotel, cujo nome era bem sugestivo – Hotel Franco Americano – para a época considerada áurea para a produção do látex no Pará. Na propaganda era enfatizada a presença da cozinha francesa, bem como o serviço de restaurante disponível para o almoço e jantar, e ainda “Encarrega-se também de fornecer almoço e jantar para casas particulares, para cujo fim recebe assignaturas”, tudo com um preço que “não receia competidores, como se poderá dar prova”. Os preços eram anunciados, juntamente com as porções dos pratos, a fim de alcançar o público almejado: possivelmente os viajantes e empresários europeus que aportavam em Belém com intuito de negociar com os barões da borracha ou com os comerciantes portugueses.

Também sob a mesma influência francesa, localizamos um anúncio do “Collegio Francez”, não queremos, com isso, contradizermos-nos, mas demonstrar que esses anúncios começam a surgir nos jornais de Belém no final da década de 1870 e não em toda a segunda metade do século XIX. Trouxemos essas publicações a fim de justificarmos que a presença portuguesa prevaleceu nos jornais paraenses durante o século XIX, mesmo em meio às divulgações francesas e que estas não eram maioria, como muitos pensam e afirmam. Tudo dependia de um jogo de interesses formado, principalmente, pelos donos dos jornais, que não

pretendia ditar modas ou influências na província, mas lucrar o máximo possível com tudo que pudesse ser publicado, independente da origem. Vejamos a propaganda:

Figura 31



(*O Liberal do Pará*, nº. 1, 03/01/1877, p. 3)

Observemos que o “Collegio Francez” anunciava matrículas para várias modalidades de estudo, podendo ser em regime de internato, meio pensionista ou externato, o que nos permite afirmar que havia público para todas as admissões. Se comparamos esse anúncio ao do “Collegio Lisbonense”, apresentado no primeiro capítulo, vemos que a distância temporal entre eles é mínima, ou seja, de apenas três anos. Mas o importante é dizer dessa competição que começava a acirrar entre França e Portugal na província do Pará.

Sobre as publicações de autoria feminina, verificamos que as portuguesas ganharam destaque por aqui a partir de 1879, totalizando um número de doze (12) aparições só de Guiomar Torreção, que era colunista de *O Liberal*; e uma (1) de Maria Amália Vaz de Carvalho, com uma publicação intitulada “As Mulheres de Balzac”. Mais uma vez, o português (nesse caso uma portuguesa) a fazer referência à França (Balzac).

No total foram vinte e duas (23) publicações referentes ao tema da pesquisa, sendo assim distribuídas: uma (1) na coluna “transcrição”, dezoito (18) na coluna “folhetim”, uma (2) na “Variedade”, uma (1) na “Litteratura” e uma (1) na “Mosaico”. Apesar de parecerem poucas, se comparadas aos demais jornais, denotam uma perspectiva ideologicamente diferente, as quais foram selecionadas para serem apresentadas no próximo capítulo.

Sobre os anúncios de livros, já no primeiro número de publicação, *O Liberal do Pará* trazia, na página dois, a seguinte informação na seção “Factos Diversos”:

Livro importante. – Pelo vapor *Guajará* foram remetidos para esta província alguns volumes de uma importante obra, que acabou de publicar na corte do Império o nosso distinto amigo e correligionário conselheiro Tito Franco de Almeida. A obra tem por título – *O Brazil e a Inglaterra, ou O Tráfico de Africanos*, e é precedida de uma carta do sr. conselheiro Castilho, que tece elogios ao trabalho do nosso illustrado comprovinciano.

Um elogio de Castilho, que os não costuma baratear, honra a quem o recebe.
 O senhor conselheiro Tito cada dia vai enriquecendo a bibliotheca brasileira de livros importantes, que tendem a illustrar o povo, derramando em seo seio a luz da civilisação.
 Emquanto os aulicos trabalham na ingrata tarefa de levar o Brazil ao abismo, o distincto paraense prossegue na gloriosa missão de enriquecer a historia patria com factos até hoje pouco estudados.
 Os brasileiros amantes de seo paiz assim é que devem proceder.
 (Jornal *O Liberal do Pará*, nº. 1, 10/01/1869, p.2)

Sob o epíteto de “Livro importante”, *O Liberal* chama atenção para um problema que continua sendo um agravante para o Brasil, o caso do tráfico de escravos. A expressão que nomeia o livro – *O Brazil e a Inglaterra, ou O Tráfico de Africanos* – suscitava na nação uma verdadeira polémica, tema do qual o escritor paraense Tito Franco assumiu “a gloriosa missão de enriquecer a historia patria com factos até hoje pouco estudados” e não ficou isento.

Ienção também não houve por parte de Castilho que não poupou elogios à obra, como bem mencionou o jornal “Um elogio de Castilho, que os não costuma baratear, honra a quem o recebe”. O conselheiro Castilho, a quem a publicação se refere, era José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, irmão de Antonio Feliciano de Castilho, figura eminente na província e em vários jornais fora agraciado, fosse com uma carta, uma menção ou citação, acerca de seu cabedal artístico. O jornal finalizava a publicidade do livro argumentando em favor do patriotismo com o qual “Os brasileiros amantes de seo paiz assim é que devem proceder”.

Ainda no que diz respeito ao anúncio de “livro importante”, agora referindo-se a um português, encontramos a divulgação do *Parnaso da poesia moderna*, obra do “incansável Theophilo Braga”, considerado, ao lado do “auctor das *Odes modernas*, Anthero do Quental os dois vigorosos atletas do pensamento, que se revoltando contra as velhas theocracias litterárias, proclamaram a liberdade na republica das letras”. Observe que a notícia do livro ainda no prelo, propagado pelos “jornaes portuguezes” chegou ao Pará como uma forma de antecipação de novidade.

Um livro importante – Dizem os jornaes portuguezes que já está no prelo um novo volume do incansável Theophilo Braga. Esta nova obra intitula-se o *Parnaso da poesia moderna*, e, como o seu título está dizendo, é a colleção das mais famosas poesias da escola moderna, d’essa escola que começou em Coimbra e revolucionou profundamente a litteratura portuguesa; e cujos iniciadores, marchando na vanguarda foram T. Braga e o auctor das *Odes modernas*, Anthero do Quental os dois vigorosos atletas do pensamento, que revoltando-se contra as velhas theocracias litterárias, proclamaram a liberdade na republica das letras.
 Os trechos escolhidos são aquelles que pelo seu vigor ou belleza revelam concisamente o character e saber dos auctores: e são acompanhados de um breve estudo analytico e positivo.
 (Jornal *O Liberal do Pará*, nº. 111, 18/05/1877, p.1)

Como as já citadas, inúmeras foram as informações encontradas sobre livros, mas uma divulgação de tradução de obra francesa para o português chamou-nos atenção pelo fato de o anúncio omitir o autor da obra propagada, mencionando apenas que viera de “original francez, por um distincto escritor da atualidade”, ou seja, é possível aventar uma questão de contrafação, o que frequentemente acontecia entre Brasil e Portugal, pela facilidade da língua ser a mesma (Tania Bessone 2010, p.511), mas a França também entrava no circuito. No Pará, província onde os livreiros portugueses dominavam o mercado, temos exemplo disso:

AVISOS DIVERSOS.

Brevemente sahirá à luz a traducção da importantíssima obra intitulada – Historia de Jesus – original francez, por um distincto escritor da atualidade.

Esta tão útil quão necessária obra, que tem por fim a propagação das verdadeiras ideias acerca da religião de Christo, recomenda se por si mesma à apreciação de todos os fieis e verdadeiros crentes.

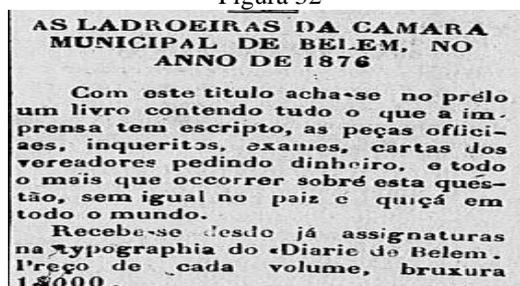
Os vastos conhecimentos que o autor revela da historia sagrada, conhecimentos adquiridos com profusão em autores insuspeitos, tanto antigos como modernos, tornão esta obra recomendável e digna de ser lida por todos.

Para tornal-a fácil e pol-a ao alcance de todos, os traductores propõem-se à publical-a em pequenos folhetos, que são vendidos por preço muito diminuto.

(Jornal *O Liberal do Pará*, nº. 103, 10/05/1876, p.3)

Vemos que a “importantíssima” obra a *História de Jesus* foi traduzida do francês com o intuito de “tornal-a fácil e pol-a ao alcance de todos”, como bem menciona a propaganda; contudo, sabemos que isso era mais uma estratégia dos livreiros e tradutores que, por meio dos “pequenos folhetos, que são vendidos por preço muito diminuto”, conseguiam consolidar o seu trabalho e fazer fortuna na província. Aliás, sob essa perspectiva os tipógrafos do Pará aproveitavam tudo que rendesse lucro, apesar das polêmicas, prova disso foi a divulgação da obra:

Figura 32



(*O Liberal do Pará*, nº. 239, 20/10/1876, p. 2)

O título suscita polêmica e instiga o leitor a conhecer e desvendar as falcatruas, ou melhor, “As Ladroeiras da Câmara Municipal de Belém, no anno de 1876”. A linguagem apelativa do anúncio instiga a curiosidade do leitor quando mencionado que a obra era “sem

igual no paiz e quiçá em todo o mundo". Vale dizer que a imprensa paraense sempre esteve associada às polêmicas políticas da região, e, sendo conhecedora dos fatos, lançava mão deles para lucrar um pouco mais. As assinaturas a 1\$000 a “bruxura” poderiam ser feitas na “typographia do *Diário de Belém*”, uma das mais atuantes no período. As impressões na província do Pará eram constantes: jornais, almanaques, folhinhas, livros novos e traduzidos de outras línguas, como também edições utilizadas em salas de aula, como exemplo:

Acaba de sahir do prelo a 4.^a edição de arithmetica arranjada para a escola particular Santissimo Coração de Maria e adoptada pela instrucção publica em todas as escolas da província. Acha-se a venda em todas as cazas de livros.
(Jornal *O Liberal do Pará*, n.º. 146, 02/07/1870, p.2)

Pelo anúncio constatamos tratar-se da “4.^a edição de arithmetica”, o que nos surpreende, pois, além de ser uma obra que, pelo número de edições, certamente fora muito utilizada, ela não apresenta autor e fora “arranjada para a escola particular Santissimo Coração de Maria” e “adoptada pela instrucção publica em todas as escolas na província”, o que denota um número significativo na venda desse livro, pois “todas as cazas de livros” disponibilizavam o produto. Assim sendo, esses impressos tornaram-se acessíveis graças ao número significativo de tipografias existentes na província e que se dispunham às publicações, conforme a que constatamos:

Novo estabelecimento typografico

TRAVESSA DOS FERREIROS N.º. 7

Raymundo Casemiro da Silveira Guimarães, typographo, já muito conhecido nesta capital, declara ao respeitavel corpo commercial, e ao publico em geral que, tendo aberto o seu estabelecimento, sito à travessa dos Ferreiros, onde pode ser procurado a qualquer hora do dia, a fim de encarregar-se de qualquer obra que lhe for confiada; pois, tendo já longa pratica de sua profissão, não poupará esforços para bem servir as pessoas que o honrarem com as suas encomendas, sendo: = contas, facturas, guias, conhecimentos, despachos de importação e exportação, circulares, bilhetes de visita, ditos de casamento, livros impressos e tudo que diz respeito à arte typographica.

Todos os seus trabalhos serão feitos à vontade das pessoas que o procurarem, quer a preto quer a cores.

(Jornal *O Liberal do Pará*, n.º. 73, 31/03/1876, p.3)

Pela divulgação do “Novo estabelecimento typografico” podemos aventar que o proprietário, por ser “já muito conhecido nesta capital”, abriu seu próprio negócio. Possivelmente, ele fora empregado em alguma tipografia e optou em trabalhar “a qualquer hora do dia, a fim de encarregar-se de qualquer obra que lhe for confiada”, tendo, talvez, maior possibilidade de lucros, haja vista que possuía uma “longa pratica de sua profissão”. Pela

quantidade de tipografias existentes na província paraense, podemos dizer que o trabalho estava sendo rentável a quem se dedicasse.

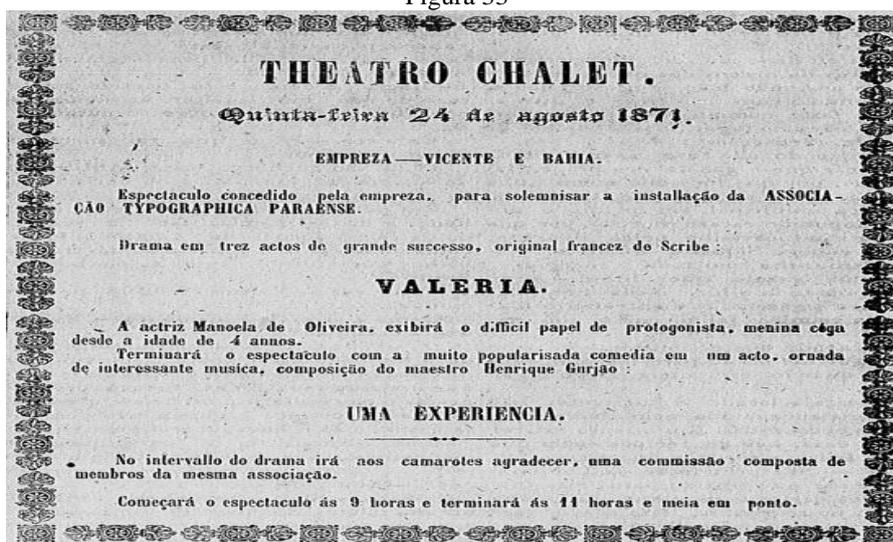
Quando falamos em dedicação é necessário também dizer da conscientização da importância do trabalho desses profissionais: tipógrafos, livreiros, jornalistas, beletristas, folhetinistas, entre outros, que nesse período começavam a tomar consciência de seu papel na sociedade. O Liberal do Pará publicou uma nota intitulada “o que é um jornalista?”, na qual o redator argumenta em favor da profissionalização do jornalista, citando como exemplo uma decisão do tribunal do tesouro que reconhecia o jornalismo como uma profissão liberal:

O que é um jornalista? = uma decisão do tribunal do tesouro acaba de reconhecer que o jornalismo é uma profissão liberal. Eis a que propósito:
Um jornalista americano, de volta da Europa, e portador de uma quantidade considerável de livros, requereu que entrassem livres de direito; pela razão de serem destinados à sua bibliotheca de jornalista de profissão. Invocou em auxilio da sua petição uma cláusula de uma lei aduaneira, autorizando a livre importação de livros destinados à bibliotheca de um médico, de um advogado ou de um clérigo. As autoridades da alfândega de Baltimore, porém, responderão que a lei não era applicável à espécie, visto que o jornalismo não é uma profissão. O jornalista apelou para o secretario do tesouro, que decidiu que o jornalismo é uma profissão e deve gozar por tal título do benefício da cláusula em questão. Esta sabia decisão só tem o defeito de pecar por uma restricção, pela qual certos livros, taes como os romances, são excluídos do catálogo dos que os jornalistas podem importar livres de direitos.
(*O Liberal do Pará*, nº. 15, 20/01/1875, p.2)

Convém lembrarmos que é nesse período que o jornalismo é reconhecido como profissão, nesse sentido, a divulgação dessa informação é importante porque inúmeros escritores e colaboradores de jornal almejavam tal reconhecimento. É, no mínimo, curiosa a ressalva feita pelo redator em relação a decisão tomada: “Esta sabia decisão só tem o defeito de pecar por uma restricção, pela qual certos livros, taes como os romances, são excluídos do catálogo dos que os jornalistas podem importar livres de direitos”, pois sendo jornalista, obviamente, ele defende o direito de importação de romances, afinal, esse era o gênero adotado por eles para aumentar seus lucros com a venda de jornais, além do que com os romances importados podiam fazer traduções sem se preocupar com problemas de contrafação.

Sabemos que não foi fácil para o jornalista alcançar a sua profissionalização, mas houve momento em que ser jornalista chegou a dar um certo *status* para aqueles que pretendiam maior visibilidade social. Na província do Pará esse reconhecimento foi consolidado sob a forma de associação, pois os tipógrafos paraenses reuniram-se para fundar a “Associação Typographica Paraense”, conforme a seguinte publicidade:

Figura 33



(O Liberal do Pará, nº. 185, 20/08/1871, p. 3)

A solenidade de instalação foi organizada no “Theatro Chalet”, um importante ponto de encontro da alta sociedade belenense, onde – em meio a apresentações de peças dramáticas e musicais – “uma comissão composta de membros da mesma associação” agradecerá aos convidados que prestigiavam o evento bem sofisticado na época.

Os investimentos nos materiais tipográficos eram pagos com os valores arrecadados pelas assinaturas dos jornais. Portanto, quanto mais assinaturas, maiores investimentos os jornais conseguiam. *O Liberal do Pará* usou esse pretexto para cobrar dos seus assinantes os pagamentos atrasados. Vejamos:

AVISO.

Rogamos aos senhores assignantes, tanto da capital, como do interior, que se achão atrasados no pagamento de suas assignaturas, o favor de saldarem seus débitos, a fim de não nos vermos forçados a interromper a entrega do jornal. Os sacrificios que fizemos com a reforma do nosso material typographico, devem servir de desculpa à esta exigência, filha da necessidade de satisfazermos os compromissos a que estamos sujeitos.

(O Liberal do Pará, nº. 293, 27/12/1876, p.1)

Esse “Aviso” justificado pelo *O Liberal* é datado de final de dezembro, período em que as assinaturas eram renovadas e os devedores que não saldassem seus débitos não receberiam mais os jornais. Vejamos que foi publicado na primeira página para melhor visualização, assim como foi utilizado o negrito, como forma de destacar a informação.

A concorrência entre os jornais paraenses e de outras províncias, ou até mesmo os europeus, principalmente os de Portugal, era tão acirrada que houve ocasião em que o Jornal *O Commercio Português* enviou representante ao Brasil, em especial às “localidades importantes

do império” para a expansão do empreendimento comercial da referida folha, e a província do Pará, obviamente, não ficou de fora daquela visita. (Conferir a divulgação integral no anexo D – cap. II)

Pela notícia, vimos que o representante d’*O Commercio Portuguez* foi “recebido com acceitação sympathica que a colônia portugueza costuma dispensar aos filhos d’esta terra”, especialmente pela redação d’*O Liberal*, que o tratou com uma série de adjetivações: “Hospede illustre”, “distincto jornalista”, “illustrado collega”, “distincto cavalheiro”, expressões que sugeriam a cordialidade entre os jornalistas do Pará e o enviado de Portugal, que recebeu “votos pelo bom êxito de sua viagem a esta província”. Interessante notar a relação entre os dois jornais a ponto do paraense complementar a notícia com a publicação do jornal do Porto.

Esse tipo de empreendimento feito pelo jornalista português “com o fim de estabelecer agências e correspondentes em todas as localidades importantes do império”, era muito comum no século XIX, e não era exclusivo dos portugueses, contudo, ressaltamos que essa notícia sobre a vinda de um correspondente ao Pará foi a única encontrada em nossas pesquisas, o que ratifica a manutenção dos laços luso-paraenses em pleno final da década de 1870, época em que a presença francesa já começava a acentuar-se na província.

A presença dos mais diversos jornais no Pará é também marcada pela *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que anuncia suas assinaturas podendo ser feitas por meio de “carta registrada, com valor declarado, à redação do *Gazeta de Notícias* – Rio de Janeiro”. Tal anúncio denota não somente a tentativa de expansão do jornal carioca, mas, principalmente, que havia um público consumidor desses jornais, aliás de inúmeros, pois vinham das diversas províncias do Brasil e do mundo. Mencionamos que essas duas informações analisadas foram localizadas na mesma edição do jornal, fato que justifica a concorrência entre eles.

GAZETA DE NOTICIAS

Folha diária que se publica na corte.

Tiragem actual 14000 exemplares

A GAZETA DE NOTICIAS conta apenas dois annos incompletos de existência e já attingiu à máxima circulação dos nossos jornaes, devido isso a ser a folha mais noticiosa e mais barata do império.

O seu variadíssimo *noticiário* contém todos os actos officiaes, os acontecimentos mais palpitantes de interesse no paiz e no estrangeiro, os telegrammas da *Agencia Havas*, e os particularmente seus, a resenha commercial diária, feita com bons elemmentos, e que acentua de modo claro a posição dos nossos principaes gêneros no grande mercado da corte e nos mercados estrangeiros.

Além disso publica todos os dias um *folhetim romance*, aos domingos um *folhetim* local da penna do espirituoso escriptor Joaquim Serra, e durante a semana mais dois *folhetins* também de escriptores nacionaes, dos quaes um distincto folhetinista Luiz Guimarães Junior, que actualmente se acha na Italia.

A assignatura pode ser feita, enviando a importância em carta registrada, com valor declarado, à redação do *Gazeta de Notícias* – Rio de Janeiro.

Os preços para as províncias são:

Semestre 8\$000

Anno 16\$000

As assignaturas começam em qualquer época, mas findão em março, junho, setembro e dezembro.

(*O Liberal do Pará*, nº. 93, 26/04/1877, p. 4)

Para despertar o desejo do público leitor, especialmente o jovem e feminino, a gazeta carioca apresenta como principal atrativo as publicações dos romances em forma de folhetim, argumentando que “publica[va] todos os dias um *folhetim romance*, aos domingos um *folhetim local*” e “durante a semana mais dois *folhetins*”, o que nos faz refletir sobre a importância desse gênero como propulsor da venda e assinaturas dos jornais. A tiragem de 14.000 exemplares e o fato de “ser a folha mais noticiosa e mais barata do império” certamente garantia um número significativo de assinaturas na província.

O público paraense era bem cortejado, ou melhor “obsequiado” pelas tipografias e jornais do império e fora dele. Era comum os jornais enviarem e receberem edições de revistas e outros periódicos com intuito de divulgação e intercâmbio entre eles. (Conferir no anexo D – cap. II)

O jornal *O Liberal do Pará* apresentava as “estampas” das revistas com intuito de divulgá-las e informar ao público interessado a respeito do conteúdo abordado por elas, uma verdadeira teia de contatos e estratégias que serviam para a expansão da leitura e da imprensa em todo o país, além, obviamente, de aumentar a renda das tipografias.

Em meio a tanta informação, a famosa livraria Garnier não poderia ficar de fora, assim, foi anunciada n’*O Liberal* por meio da seguinte obra:

Figura 34



(*O Liberal do Pará*, nº. 171, 01/08/1875, p.3)

A obra *As manhãs da avó* da escritora Victoria Collona, o livro – “recomendável quer às mães de família, quer aos directores e professores de collegio” – tinha como conteúdo “contos de uma avó a seus netos”, cuja perspectiva era dar “conselhos de moral e muita noção de artes, indústria e sciencia”, certamente oportuno nas escolas do império, mormente pela

referência da autora, pois sabemos que a referida livraria não publicava qualquer obra. A influência que tinha a livraria permite-nos demonstrar como o anúncio destaca não o nome da obra ou da escritora, que ficam abaixo, nas linhas do texto, mas o próprio nome GARNIER, que era muito mais expressivo que qualquer obra anunciada.

Por meio das pesquisas realizadas nos jornais: *Treze de Maio*, *Diário do Gram-Pará*, *Diário de Belém* e *O Liberal do Pará*, referentes às décadas de 1840 a 1880, encontramos uma gama de informações que nos ajudaram a construir, ainda que parcialmente, a história desses periódicos e constatar o quanto eles podem nos fornecer subsídios para a reconstrução da historiografia da imprensa paraense e dos laços lusos-paraenses no século XIX. No que diz respeito ao recorte selecionado para nossa tese, esperamos satisfazer eventuais dúvidas ou questionamentos com a análise que faremos no capítulo seguinte, o qual versará sobre literatura e a ficção portuguesa publicadas nos referidos periódicos.

3 ENTRELAÇOS LITERÁRIOS NA IMPRENSA OITOCENTISTA

No Pará era raro, n'aquelle tempo, o patrão que permittia aos seus caixeiros occuparem na leitura as horas vagas; mas o fructo prohibido aguça o appetite; a tyrannia inspira naturalmente o desejo de resistênciã, e por isso era também raro o caixeiro que não se entregava com avidéz a leituras clandestinas. E a isso talvez deve aquella cidade o grande numero de mancebos illustrados, que hoje dirigem o seu commercio. Entre elles é vulgar o conhecimento dos nossos melhores clássicos, e tanto se tem desenvolvido nos ultimos annos o gosto do estudo, que o mais humilde caixeiro de taberna não ignora nenhuma das modernas publicações portuguezas.
(AMORIM, 1858, p. xi - xii)

Neste capítulo fizemos uma abordagem acerca dos conteúdos relacionados à Literatura luso-brasileira publicados nos jornais paraenses do século XIX, tais como: as prosas ficcionais, as polêmicas e as críticas literárias. O propósito deste é corroborar a tese da permanência das publicações portuguesas na província do Grão-Pará, após a Independência do Brasil e o movimento da Cabanagem, quando se intensificou, na maior parte do país, uma aversão à cultura portuguesa, a que chamamos lusofobia, mas que, pelo menos em alguns jornais no Pará, houve o inverso. Nosso estudo aponta, especificamente, as décadas de 1840 ao ano de 1880, cujo período já foi justificado.

Destarte, fizemos algumas análises em textos encontrados nos jornais selecionados a fim de favorecer o entendimento acerca do que foi proposto nesta tese. Os textos estão transcritos em anexo. Justificamos que, para melhor compreender a permanência do conteúdo português, valemo-nos das publicações relacionadas à prosa de ficção, à polêmica e à crítica literária, cuja tentativa, seja de “apagamento” ou manutenção da cultura portuguesa, torna-se importante em virtude do carácter norteador que era tomado pela literatura. Assim sendo, a literatura protagoniza um grande embate entre a formação cultural de uma nação recém-criada – ocasionando um certo “silenciamento” ao que caracterizava o colonizador – e o anseio de permanência lusitana, fortemente demarcado na província do Grão-Pará.

3.1 Publicações “Extraídas” de Periódicos Portugueses

O mais atuante jornal da primeira metade do século XIX, o *Treze de Maio*, publicou várias informações relacionadas à presença portuguesa na província, das quais selecionamos algumas para embasar a nossa tese. Contudo, convem informar que dos textos selecionados para análise verificamos que todos foram extraídos de jornais portugueses, já que o *Treze* ainda não tinha uma seção exclusiva para esse tipo de publicação.

3.1.1 *As Duas Cruzes*

Em 01 de julho de 1843, o jornal *Treze de Maio*, nº. 323, publicou na seção “Variedade”, a prosa de ficção intitulada “As Duas Cruzes”, extraída do *Archivo Popular*. Pelo contexto da narrativa, trata-se de uma obra de autoria portuguesa, haja vista que a história se passa “Na prolongação da outra banda do Tejo, (...) lugarejo denominado *A Costa*, sitio formoso e pintoresco, que quanto deleita o sentido de ver, e que communica à alma de fogo do poeta as mais doces impressões”. O narrador não economiza descrições desse lugar rústico onde se passa a trama, e cita, inclusive, que “seus habitantes pobres cheios de andrajos vivem de pescar, e quando por acaso ahi chega hum estranho a alegria lhes assoma aos rostos ennegrecidos pelo ardor do sol, e logo as crianças de todas as idades cercão, e ledos os festejão, na esperança de que suas caricias terão recompensa”.

Vemos, pela apresentação do espaço, que a narrativa se reporta ao litoral português e tem como personagens, humildes pescadores que viviam arriscando a vida no mar para garantir a sobrevivência. Quanto à caracterização do tempo, o narrador-personagem revela que “Isto me succedeo no anno de 1831, quando por ahi passei”, ou seja, a veracidade dos fatos é garantida por ele ao dizer que ele vivenciou a história. Notamos certa experiência do narrador, não apenas pela forma como narra os fatos, mas também pela maneira como introduz elementos de outras obras no desenvolvimento dessa: “Oh! Nesse momento julguei-me transportado a hum dos lugares em que o venturoso Aladim sonhava delicias, conjuntamente com o autor dos *Contos de mil e huma noites!*”, ele valoriza o espaço apresentado, bem como induz o leitor a conhecer personagens e obras citados por ele.

No desenvolvimento da trama, é narrado em discurso direto o sofrimento de um pescador ancião que morrera o filho afogado em uma das idas ao mar para pescar: “Alli, continuou elle, está o meu pobre filho enterrado; alli cavei a sepultura para o meu Carlos; alli se vai sumindo a única esperança que vivificara este corpo caduco! Meu filho! Meu filho!... Não há hum só destes logares que eu não tenha banhado com meu pranto...”. Notamos, além do sofrimento do ancião pela perda do filho, a presença de elementos da natureza, que surge nessa obra não apenas como cenário lusitano, mas, principalmente, como personagens: o sítio, o mar, a alva espuma, a brisa, entre outros que atuam diretamente para o desenvolvimento da trama.

O mar, por exemplo, desde o início é descrito de forma ativa: “erguendo o collo como serpente”, “como as fauces de um hediondo gigante”, “elemento terrível, que se debatia como um leão enraivado”, e é ele quem mata Carlos, filho do ancião. Ao narrar a morte do filho, o

velho pescador reitera essa ideia: “Erão minhas únicas testemunhas aquelle batel que alli vedes, e o mar; o mar terrível e ameaçador, que estava ante mim como hum algoz; o mar que vinha quebrar-se de encontro à minha habitação, e que parecia dizer-me: ‘Pai! Fui eu quem matou teu carinhoso filho!...’”. Importante atentarmos para o contexto, revelador da realidade de muitos portugueses pobres naquela época, cuja sobrevivência dependia, inúmeras vezes, do enfrentamento ao mar, fosse para garantir o pescado, como na narrativa, fosse para migrar para outras regiões ou países, como aconteceu com muitos que vieram para a província do Grão-Pará e aqui se estabeleceram.

A história de “As Duas Cruzes” finaliza com o narrador dizendo que: “Hum anno depois voltei à *Costa*; foi o meu primeiro cuidado procurar o pescador. Sua cabana estava reduzida a hum montão de ruínas...”. O desfecho triste e previsível da narrativa denota quão vulnerável é o homem diante das ações da natureza e, mais ainda, a condição miserável de vida que o ancião passava era prenúncio que morreria, daí a velha cabana que habitava, dava espaço para que “Em seu logar havia duas cruzes!”.

3.1.2 *Em toda a parte cabe a virtude*

Publicada como “Extracto a pedido” no Jornal *Treze de Maio*, nos dias 07 de agosto e 11 de setembro de 1844, a narrativa intitulada “EM TODA A PARTE CABE A VIRTUDE”, de Antonio Feliciano de Castilho, extraída da *Revista Universal Lisbonense* (nº. 29, de 07/03/1844), conta a história de Carolina, moradora “de uma casa de certa aparência, n’uma das ruas da cidade, perpendicular e visinhas ao Tejo”, que ajudava uma pobre viúva com dois filhos que costumavam pedir esmolas à porta de sua casa. No desenrolar da história, é revelada a vida obscura e triste que Carolina levava, “Era uma desgraçada”, pois “Esta mulher, que a natureza tinha predestinado para ornamento do seu sexo, tinha sido como tantas, derribada de tão florente cume pela mão da fatalidade, de despenho em despenho, até quasi ao fundo de um abysmo”, o significa dizer que Carolina era uma prostituta.

Contudo, a narrativa revelava a defesa da protagonista, ao dizer que “Esta mulher vendia a sua virtude, sem ter cessado de a amar: detestava secretamente o vicio, forçada a se lhe immolar todos os dias; e essa mesma repugnância visível, (...) era ainda para esse schakaes um novo estimulo”. Obra semelhante à *Lucíola*, de José de Alencar, publicada em 1862, ou seja, quase duas décadas após essa; a narrativa apresenta como protagonista uma moça que se prostituía não por vontade, mas por necessidade e repudiava a vida que levava, porém, em “Em

toda a parte cabe a virtude”, como o próprio nome sugere, não é explicitada a situação que levou Carolina a tal condição, diferentemente do romance de Alencar.

Nessa narrativa, o autor manifesta-se em defesa da mulher, ao comparar os homens aos chacais que se sentiam estimulados pelas presas e que esses homens buscavam “O simulacro da pureza no centro da corrupção, não para se adorar mas para se pizar, dizem elles que é um grande e feliz achado: – Elles, esses deshumanos que não refletem, que a mulher é sensível até ao extremo; que a mulher envelhece e não perde a memória”. Para expurgar-se da condição de prostituta, Carolina praticava a virtude em favor dos desvalidos, já que “não podendo já crer na efficácia de suas orações ou na possibilidade de ser amada com amor, comprazia-se em provocar com benefícios a amisade e as orações dos desvalidos, principalmente as da infância a quem idolatrava”. A protagonista, embora rica, invejava a vida da viúva que, em meio à situação miserável que vivia, não se corrompia com os vícios e mendigava às portas das casas para sustentar seus dois filhos.

A narrativa chega ao clímax quando “No domingo do entrudo, a pobre viúva, como na caza lhe chamavam chegou mais tarde de que o seu costume e lavada em lágrimas. O mais velho de seus dois inseparáveis, vinha ferido no rosto por uma laranja que no caminho lhe atiraram”, no momento em que a viúva chegara à casa de Carolina, à hora do jantar, esta encontrava-se na sala com visitas se sua intimidade, mas, ainda assim, ela não deixou de receber a pobre mendiga. A surpresa aconteceu quando a protagonista resolveu mostrar a criança ferida aos seus comensais, “um d’elles, um militar, o que mais a apodara sobre a sua charidade, e que na casa parecia mais intimo e continuo, e que no festim occupava o seu lado direito, apenas deu com os olhos no anjinho, manifestou um abalo que lhe não foi possível dissimular”. Era o momento da revelação: o militar fora o marido que abandonara a pobre mulher na miséria com os dois filhos. O menino ferido reconheceu o pai, e Carolina descobriu o infeliz desenlace familiar que causara.

Finalmente, a fim de redimir-se do infortúnio provocado, Carolina apela à mulher: “Senhora, disse ella, fui eu a que sem querer lhe estraviei um marido, que até no meio das suas distrações nunca cessou de a amar; restituo-lh’o pedindo o seu e o meu perdão: pelo amor destes innocentes, pelo amor de si mesma, há de conceder-m’o”. Ainda que tenha relutado a não aceitar o marido de volta, a mulher, depois do apelo de sua protetora, recebe e perdoa o marido. Dias depois o casal recebe da protagonista uma carta que revela: “Sou uma infeliz que não devo nem posso esperar tornar a ve-los: recebam todos as minhas despedidas; restituo-lhes o que lhes pertence. Resae ambos por mim, que sou a única para quem não há felicidade neste mundo”, junto às despedidas na carta de Carolina foi, também, uma forma de restituição financeira

àquela família sua vítima, “Voltada a página acharam-se entre a primeira e a segunda folha da carta algumas notas do Banco de Lisboa”.

Como vimos, as narrativas portuguesas, embora curtas e hoje pouco conhecidas pelo público-leitor, serviram de base ou mesmo inspiração para muitos dos nossos consagrados escritores brasileiros e outros portugueses, (re) conhecê-las torna-se importante para melhor compreender como se deu o processo de criação e construção das obras e dos autores que se tornaram canônicas entre nós e, principalmente, dos que ficaram esquecidos em meio às páginas dos inúmeros jornais oitocentistas.

3.1.3 *Há males que vem por bem*

Extraída do *Periódico dos Pobres* (jornal de Portugal) a prosa de ficção intitulada “Há males que vem por bem”, publicada no número 575, do jornal *Treze de Maio*, de 28 de janeiro de 1846, trata da história de Carlos, que conta para o amigo Júlio o que passara no período em que este viajara para a América Inglesa: “Olha, meu amigo Júlio, eu era rico, vaidoso e gastador. Minha mulher creatura bela, jovem, e caprichosa como são quazi todas as mulheres, tinha um trem de grande luxo (...). Eu não era senhor de a ver um instante a todo o dia”. Sob a perspectiva do Romantismo, a narrativa justifica a felicidade e o comodismo do protagonista Carlos que, mesmo tendo perdido toda a sua fortuna, sente-se agraciado pela vida em companhia da “fidalga”, a sua mulher, com quem Carlos gastou todo o seu dinheiro: “Eu passava as grandes e fastidiosas noites do inverno, ora lendo as gazetas, ora enrodilhado no meu cobertor, em quanto a minha querida metade recebia nos soireés, nos passeios, nos theatros, os suffragios dos Dandys”.

Vemos, pela narração de Carlos, que o contexto em que vivia com a esposa compreendia uma vida abastada financeiramente, mas com pouco tempo disponível para o relacionamento familiar, o que justifica a alegria dele ao perder os bens materiais, afinal, restava-lhe a fortuna amorosa que tinha pela esposa. Ressaltamos o contraponto existente nos comportamentos do marido e da mulher, que se divertia nos passeios e teatros, enquanto ele levava uma vida fastidiosa nas leituras dos jornais, que nos parece serem muitos, certamente em assinaturas, comum para os endinheirados daquele período.

Carlos conta a Júlio que havia contratado cozinheiros franceses, italianos, mas a esposa nunca se satisfazia, no entanto, após falirem, ela passava a ter apetite para tudo, dizia: “já não tem aquelle medonho fastio que esgotava os tônicos das boticas! Tenho até o gosto de comer agora algum guisadinho preparado por aquellas mãos de neve, sabe-me excelentemente! **Júlio,**

há males que vem por bem! Não há felicidade como a minha⁸!”. Atentemos para as frases (em negrito) ditas por Carlos, que são reiteradas no decorrer da narrativa e enfatizam a satisfação com a vida simples, em contraste com a ostentação que o casal desfrutava anteriormente, tal mudança operara melhorias no comportamento da “fidalga”, que se revelava mais amável e dedicada ao marido.

O contentamento com a simplicidade da vida indica traços românticos que foram propagados em Portugal por vários escritores, entre os quais podemos ressaltar o escritor Júlio Dinis com a obra *As pupilas do senhor reitor*, Camilo Castelo Branco, com o *Amor de Perdição* e o realista Eça de Queirós com *A cidade e as serras*, entre outros, o que denota também uma referência da literatura de Portugal pela expressão do que era realidade naquele período. Vejamos o excerto: “Hoje, pelo contrario os seus enfeites são flores; o Jornal das damas não entra em casa; em vez de jogar beija-me, e como não há dinheiro não há appetites, e como não há lacaios não há librés! Ó, Júlio, há males que vem por bem! Ninguem eh mais feliz que eu!”.

Mais uma vez deparamo-nos com a referência à leitura de jornais, o que, certamente, não deixava de ser sinônimo de *status*, pois a esposa de Carlos recebia o *Jornal das damas*, exclusivo para as moças e senhoras abastadas que poderiam pagar pelas modas propagadas no periódico. Além dos jornais, ela era também leitora de romances, e tal como no romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert escrito onze anos depois dessa prosa de ficção, ela também levava uma vida ociosa: “mostrava-se aborrecida, e enjoada, enfadava-se, era impertinente! Pegava uma novella, lia uma folha e largava! Sentava-se ao pianno, corria os dedos pelas teclas e erguia-se!”. Contudo, a personagem resigna-se com a pobreza: “Mudarão-se as scenas! Hoje é minha mulher alegre, jovial, mostra-se satisfeita, tracta a todos bem, não tem caprichos, brinca comigo, é meiga, doce, amável e interessante! Júlio, há males que vem por bem”, diferentemente do que acontecera com Ema Bovary, obviamente por pertencer a manifestações literárias distintas.

Finalmente a narrativa é concluída com a aceitação e defesa da vida medíocre, na qual o personagem encontra a felicidade que não alcançara em meio à riqueza material: “Enfim, Júlio, eu tinha medo da mediocridade; a palavra – pobreza – me horrorisava; mas a pobreza veio, e com ella os encantos da existência! Vivo livre, independente e satisfeito; amo minha mulher, e sou della amado, ao menos gosto de me persuadir disso e sou feliz”. O contexto da narrativa reflete as mudanças sociais e econômicas pelas quais Portugal estava passando, haja vista que o período era de guerra civil, o que, certamente, poderia refletir nas obras literárias

⁸ Grifo nosso.

produzidas naquela época. Ainda nessa narrativa de expressão romântica, constatamos uma linguagem simples, com pouca pontuação e discursos desordenados entre direto e indireto, e sem autoria, o que nos permite dizer que essa seria das primeiras prosas de ficção lançadas nos jornais lusitanos e publicadas pelo *Treze de Maio*, o jornal paraense mais atuante da primeira metade do XIX, e, por isso, um dos grandes mediadores culturais na província do Grão-Pará.

3.1.4 *Uma cena de nossos dias*

“Uma scena de nossos dias” era o título da prosa de ficção extraída do *Pobres do Porto* e publicada no número 831 do jornal *Treze de Maio*, do dia 02 de setembro de 1848, sob a rubrica de “Portugal”. Essa narrativa reporta-se a “um indivíduo de paletó escovadíssimo e, e chapéu redondo de abas curtas, bigode e pera”, que o autor justifica que “É preciso que os nossos leitores conheçam a physionomia das personagens; isto é moda de quem escreve, e assim acaba de praticar o Sr. D. João da Tapada, descrevendo a phisionomia moral dos membros da junta”, por isso, apresenta também a criada que atendera o referido personagem que entrara à sala sem ser convidado: “A tal criadinha não era peixe podre; pelo contrario era fresca como uma alface, e appetitosa como um pecego, não pecego calvo, mas como os de Amarante, que, segundo a opinião dos melhores autores que escreverão sobre pecegos, são de lhes lamber os beiços”.

Atentemos para a forma jocosa com que o autor descreve a moça, utilizando comparações a alimentos apetitosos como verduras e frutos da melhor qualidade, o que induz no leitor a imaginar a criada a algo desejável: “A mocinha era branca como a neve antes de passar a sorvete, e corada como costuma ser a rosa do Japão. A sua figura era a figura de um repolho, salva a redacção, e bem que possuísse dous olhinhos pequenos, erão elles vivos e algum tanto maliciosos”. Possivelmente a malícia descrita pelo escritor estariam muito mais a sugestão dele do que na definição da criada, aqui representada por hortaliças e frutas e já anunciando as inovações que o poeta Cesário Verde (1855-1886), nesse tempo nem nascido ainda, faria décadas depois em seu poema intitulado *Num Bairro Moderno*, sendo considerado precursor do modernismo em Portugal.

A respeito do protagonista da história, podemos dizer que seria a representação cômica do republicano, aquele que, ao pé da letra, acreditava nas mudanças propagadas pelas revoluções, quando interpelado pela criada sobre sua pretensão, responde: “Que pretendo? Continuou o sansardoninho do nosso heróe; eu sou o cidadão Bruto, que venho em nome da liberdade, igualdade e fraternidade conferenciar como cidadão habitador deste domicilio

urbano”. Ironicamente o narrador constrói a história de maneira a questionar a postura daqueles que idealizavam o governo republicano: “– Isto, cidadoa, anginho, quer dizer que eu sou socialista e comunista! Que pertenço à grande família republicana e icariana, e que a minha bandeira é liberdade, igualdade e fraternidade”, mais ainda, a postura controversa adotada pelo personagem induz o leitor a questionar a forma de governo que o personagem defendia.

Contudo, quando a criada ameaçou chamar o Gallego, segurança da casa, para usar da força e retirar o “heroe” da casa, este pondera: “Quereis usar da força quando toda a Europa, tanto pelo lado do oriente, quanto pelo lado do occidente, a força recua em frente da liberdade, da igualdade e mesmo da fraternidade?”. O autor da narrativa deixa subentendido que os ideais revolucionários estariam se disseminando por todo o continente e em todas as instâncias: “Quereis que a onnipotência do typo, inclusive a leitura, o interduo, a parangona, e mesmo o grifo, vos excommungue em nome das luzes do seculo?”. Notemos que o personagem se refere à imprensa como propagadora das ideias revolucionárias difundidas pelo iluminismo.

A criada seria a representação daqueles que não liam, principalmente os jornais e, por isso, desconhecia seus direitos perante o novo regime: “Criada! Que blasfêmia! Que anachronismo! Criada! Bem se vê que não tendes lido nem o *Nacional* nem o *Echo*! Cidadoa Antonia, desdo o mez de fevereiro do bissexto que vai andando, isso de craidos e criadas acabou-se. Todos somos cidadãos livres, iguaes e fraternos”. Pelas palavras e ações ingênuas do personagem republicano, percebemos que o autor da narrativa tomava partido em favor da monarquia, haja vista que várias vezes ridiculariza o “heróe” que se achava na liberdade de fazer tudo que tinha vontade: “A liberdade, cidadãozinha, dá-me o direito de fazer tudo o quanto me vier à cabeça, quer seja de dia, quer seja de noite (...). Quero beijar-te, beijo-te; quero abraçar-te, abraço-te; quero jantar aqui, janto; porque entre os communistas não há nem meu nem teu, tudo é de todos”.

Imaginemos a mente dos leitores do *Pobres do Porto* e do *Treze de Maio* diante dessa narrativa que despertava a atenção para as revoluções constantes tanto em Portugal quanto no Brasil, não esquecendo que havia apenas oito anos que a Cabanagem foi dada por encerrada na província paraense e o Treze, por ser um jornal de situação reforçava sempre que podia, as ações do governo. Essa ideologia era deturpada até mesmo acerca da imprensa, quando o personagem justificava: “Nada há cidadoa como a fraternidade! Se alguém quizer redigir periódicos, nada de assignantes; leitura de fraternidade, isto é, grátis. Acabão-se os supplementos a ultima hora!”. Vemos, nesse sentido, que havia uma disputa acirrada entre os periódicos prós e contra o governo não apenas em Portugal, mas também no Brasil, um

prelúdio do que aconteceria décadas depois por aqui (a proclamação da República do Brasil, em 1889).

O narrador de “Uma scena de nossos dias” instigava a questão aos leitores, dizendo que “A respeito de dívidas, não as há no communismo republicano, logo que se proclame a republica lusitana, ficão solvidas, isto é, pagas todas as dividas passadas”, ou seja, o personagem era um visionário de quem os leitores lusitanos deveriam duvidar. Por fim, não resistindo mais ouvir os devaneios daquele comunista, a criada chamara “O cidadão galego, que não é ainda iniciado em chafarica alguma, e que por isso nada entende do Evangelho dos direitos do homem, lança-se ao protagonista e lhe arruma dous socos mestres, pondo-o a pontapés pela porta fora”.

O desfecho da história sugere que algum periódico noticie, no dia seguinte, o episódio em favor do comunista e denuncie a ignorância do Gallego que usara a força contra a revolução: “Espera-se amanhã em algum jornal um artigo de fundo contra o Absolutismo do soco e o direito internacional! A Galliza será declarada em estado de ignorância crassa; e os gallegos privados de ver a luz”. Pela ação do Gallego o autor da narrativa deixa subentender que em tais circunstâncias a força é capaz de vencer os ideais e a imprensa estará sempre dividida perante os sistemas de governo.

3.1.5 *Ricardo e Margarida*

A prosa de ficção intitulada “Ricardo e Margarida (*)” foi publicada na seção “Variedade” do jornal Treze de Maio, em 12 de abril de 1855, sob o nº. 473. A narrativa, extraída de algum jornal de Portugal ou da Revista Iris, do Rio de Janeiro (1848), é de autoria da escritora portuguesa Maria Peregrina de Souza (13/02/1809 – 16/11/1894), cujo talento fora consagrado por Antonio Feliciano de Castilho, quem escreveu sua biografia publicada no terceiro tomo da Revista Contemporânea de Portugal e Brazil, no ano de 1861.

Figura 35



(Imagem de Maria Peregrina de Souza)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=maria+pelegrina+de+souza>

Dividida em três partes, como o próprio nome sugere, conta a história de Ricardo e Margarida, irmã de Joaquim, o melhor amigo do protagonista. A trama começa quando Ricardo empresta o cavalo do pai para ir despedir-se de Joaquim que retornaria para a capital; o pai, percebendo que a família de Margarida dispunha de um bom dote, aconselhou o filho a casar-se com ela. O ingênuo rapaz, sem perceber as intenções de seu genitor, agradecera-lhe pela “tão feliz ideia”, mas logo foi dissuadido de sua ingenuidade: “Se Margarida me parece hum bom partido, não he por ter bonitos olhos; mas sim por ter um dote conveniente, por ser de uma boa família, por ter huma educação e hum procedimento irreprehensível: porem estimo que também aos olhos te agrade, como agrada a minha razão”, explicara-lhe o pai de Ricardo, que via nas atitudes e dotes de Margarida a possibilidade de um casamento de conveniência, movido não pelo amor, mas pelo poder aquisitivo da família da moça.

Ao despedir-se do amigo Francisco, Ricardo teria a oportunidade de revelar à pretendente o que sentia, contudo, a tristeza da família pela partida do filho impediu-o de fazê-lo. Ainda que Margarida acreditasse que não existiria no mundo amor mais puro e verdadeiro que o entre irmãos, “Ricardo acreditava que havia hum amor mais suave do que o fraternal; mas não ousou dizel-o”. Os dias passaram na expectativa da revelação amorosa até que, em uma determinada manhã, “Estava Ricardo lendo as gazetas ao lado de sua mãe quando repentinamente dêo hum grito, e cahio sem sentidos. Sua mãe o fez levar para o leito, e lhe prodigalizou os mais ternos cuidados, até que o chamou à vida”. O mal-estar de Ricardo devia-se a uma notícia lida na gazeta e que ele temia que o pai soubesse, “No entanto seu pai havia levantado a gazeta, que Ricardo lia, e reconheceo o motivo, que os sentidos lhe fizera perder. Francisco havia sido prezo por matador! Tinha assassinado huma família inteira!”.

O jovem enamorado previa que o pai o impediria de se casar com a moça, contudo, interpelou-o a respeito do casamento, ao que lhe respondera: “Amas Margarida?... A irmã de hum bárbaro assassino!... Margarida!... quem te diz a ti, que ella não será tão boa como seu irmão?... Que não virá causar a desgraça de toda a nossa família!...”. A reação do genitor do protagonista era previsível, uma vez que pertenciam a uma classe social abastada de Portugal, para a qual as convenções familiares tradicionais serviam de base à manutenção de códigos e condutas, assim sendo, Ricardo não poderia desobedecer ao pai. Este enviara o filho ao Minho para receber a herança deixada por uma tia, mas recomendou-o não se aproximar da família do assassino. “Ricardo partio. Ao passar perto da casa de Margarida sentio sua alma despedaçar-se; mas passou avante. Atravessou Lisboa, e hum grito de indignação publica soou a seus ouvidos como se fora a trombeta final. Ouvia repetir o nome de Francisco de todos os lados com raiva e furor”.

O jovem ficara impressionado com a revolta que presenciara contra Joaquim e, somente ao chegar no Minho teve tranquilidade para refletir sobre o ocorrido. É que “As aldeias (diz hum autor) são egoístas. Se alguma a tal epitheto tem juz, são as do Minho. Lá se memoreão longo tempo os mínimos factos, que allí tiverão logar; e apenas se diz, ‘He pena’ a narração das maiores desgraças, que n’outro sitio succedem”. Notemos o parecer favorável dado pela autora da narrativa às aldeias do Minho, a deferência especial a esse local em particular poderá ser vista na narrativa “A Mulher do Minho” que será analisada mais adiante.

Ao retornar do Minho, Ricardo deparou-se com uma cena trágica na qual “Hum homem pendia do alto de huma forca, e o nome de Francisco repetido por a turba tornou a vibrar lugubremente na alma de Ricardo”. Era o enforcamento do amigo assassino, a tristeza abateu-se na mente de Ricardo e “Hum pressentimento secreto lhe dizia, que seu pai jamais consentiria que elle se unisse a irmã de hum assassino morto no patíbulo. O seu coração mesmo não desejava (apezar do seu amor) que o seu casamento com Margarida se effectuasse”. Obviamente que por ser uma narrativa escrita sob a égide do romantismo, ainda que Ricardo amasse a jovem Margarida, como mencionamos anteriormente, os códigos de conduta familiar burgueses eram impedimentos para o jovem rapaz casar-se com a moça, vejamos que o próprio Ricardo, no desfecho da narrativa reflete sobre essa condição e rejeita o matrimônio.

Contudo, a narrativa prima pelo trágico desfecho no qual o pai e a mãe de Joaquim morrem de tamanho desgosto pelo filho assassino, que manchara o nome da família e, finalmente, Margarida que ficara só sob os cuidados da criadagem e vista por Ricardo, colhendo flores, quando este vai ao encontro dela, percebe que “Margarida tinha enlouquecido”. A prosa de ficção não apresenta um final feliz dos jovens enamorados, mas sim um filho que mantém

honrado o nome da família e, (mesmo amando a pretendente) não desobedece ao pai em favor do amor que sentira pela moça, o que denota que a conduta do filho era superior aos seus sentimentos amorosos.

Ainda a respeito dessa narrativa, quando publicada no *Treze de Maio*, tinha acompanhado do seu título um asterisco que se explicava no rodapé do jornal “[*] A notícia do crime e execução de Mattos Lobo inspirou este pequeno conto à senhora portuense, autora da chácara – Eurico e Batilde –”, que nos leva a crer que fora baseada em fatos reais – o que era comum na época e que nem o consagrado escritor Camilo Castelo Branco ficou isento. O fato de haver essa nota explicativa poderia garantir também maior curiosidade sobre a obra, além de aumentar a vendagem do periódico que a publicava.

Publicado nas páginas 1, 2 e 3 do *Treze de Maio*, nº. 696, do dia 28 de março de 1856, o folhetim desse jornal era a grande novidade aguardada pelo público paraense, afinal, “Das três folhas diárias que se publicação nesta boa cidade, somente o decano da imprensa Paraense, o – *Treze de Maio* –, não dá a seus leitores uma sabatina, revista semanal, em fim um folhetim”, ou seja, os concorrentes do *Treze* – que eram o *Diário do Commercio* e o *Diário do Gram-Pará* – tinham a seu favor a publicação de folhetim que, certamente, favorecia maior vendagem desses jornais, por isso, o *Treze de Maio* entrava na disputa acirrada em busca de novos leitores.

A respeito da origem francesa do folhetim, Marlyse Meyer explica-nos que:

De início, ou seja, começos do século XIX, *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé –, geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já antecipar, dizendo que tudo o que haverá de construir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica. (MEYER, 1996, p.57)

Ou seja, o espaço folhetim é criado com a intenção de entreter o público leitor e, assim, angariar recursos financeiros para os jornais, além de tornar este veículo mais dinâmico, tendo em vista que:

Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém-saídos – o esboço do caderno B, em suma. E, numa época em que a ficção está na crista da onda, é o espaço onde se pode treinar a narrativa, onde se aceitam mestres e noviços do gênero, histórias curtas ou menos curtas e adota-se a moda inglesa de publicações em série se houver mais textos e menos colunas. (MEYER, 1996, p. 56-57)

Assim sendo, o redator do *Treze de Maio* dizia da necessidade de tal publicação: “Ora, um folhetim para um jornal é tão necessário, como o *bouquet* para a moça que vai ao baile: a moça que vai ao baile sem *bouquet* se parece com o jornal que lemos sem folhetim”. Essa necessidade de dar ao público o folhetim, justificada pelo próprio jornal e comparada à moça sem buquê, devia-se ao fato de que eram as mulheres o maior público leitor desse espaço específico do jornal, segundo informa o próprio folhetinista: “O Treze de Maio, que sabe que sem folhetim as moças os desdenhão, todas as semanas dará regularmente um folhetim a seus leitores e futuras leitoras”. Obviamente, que tal publicação visava alcançar maior número de leitores, especialmente as mulheres, que, aventamos, seriam as leitoras dos jornais concorrentes.

No intuito de revitalizar-se ou mesmo atualizar-se, o *Treze* pretendia, com as publicações folhetinescas, adequar-se às novidades, os modismos que imperavam nos grandes jornais da província paraense, e ele sendo o decano, ou seja, o mais antigo, não poderia isentar-se dessa novidade: “Agora que o – *Treze de Maio* – descobriu a maneira de fazer-se remoçar, porque, quando tudo pela ordem natural das cousas envelhece com o tempo, elle tornou-se mais *pequeno*, mais menino, isto é, remoçou; como joven de bom tom, deve cingir-se às modas”.

Outro ponto destacado pelo redator, dizia respeito ao plágio, tão recorrente nesse meio: “Quando por falta de thema para enchermos as paginas do – *Treze de Maio* –, do *risco para baixo*, formos encontrados em plagiato, não reparem nisto, o plagiato está na moda...”. Vemos que o autor denuncia uma prática que lhe parece corriqueira e sem importância, o fato de este jornal estar começando a utilizar esse espaço, o faz pensar dessa maneira. Atentemos para a forma como descreve o lugar da publicação, o folhetinista usa, inclusive, o itálico para fazer indicação da marcação da página.

Finalmente, o jornal tentara convencer os leitores de que assumiu a tarefa de dar publicação ao folhetim por acreditar no estilo e no bom gosto de seus redatores: “Quanto a geito para copiarmos, o official maior da Secretaria onde trabalhamos, que diga se o não temos; além disso, temos cousa melhor, gosto; isto é, gostamos muito de escrever, razão de tomarmos sobre nós esta tarefa”. Certamente, essa perspectiva adotada pelo *Treze de Maio* visava disputar em paridade com os seus grandes concorrentes, contudo, não foi o que ocorreu, visto que em nossas pesquisas não localizamos um número considerável de folhetins que pudesse revelar o alcance aos outros jornais. Vale ressaltar que, no Pará, o final da década de 1850 representou a fase áurea das publicações nesse espaço folhetim, o *Jornal Gazeta Official* (1858-1866), por

exemplo, chegou a publicar simultaneamente três romances-folhetins para seu público⁹, dentre os eles está o primeiro romance-folhetim genuinamente paraense: *Septicismo e Crença*.

3.1.6 *Um Marido Afrontado*

Extraída do *Archivo Pittoresco*¹⁰, a narrativa “Um Marido Afrontado” veio a lume na seção “Variedade” do *Diário de Belém* de 17 de abril de 1869, a história reporta-se a um fato ocorrido no mês de março de 1848, em uma cidade da Beira Alta, em Portugal. Henrique, o marido afrontado pela traição da esposa Carolina, assassina o amante e a ameaça matá-la; esta, após revelar ao marido que nunca o amou e que ele próprio foi o culpado por ela ter sucumbido às investidas do amante, que morava na mesma residência do casal, suicida-se com um tiro de pistola. O desfecho da narrativa culmina com a prisão de Henrique, o “marido afrontado”.

Importante atentar para essa narrativa que, parcialmente, foge aos preceitos do Romantismo, haja vista que a mulher (Carolina) se revela não apenas uma adúltera, mas aquela que casou por interesse material na tentativa de livrar-se da fome e da miséria. Ressaltamos ainda que a postura adotada por Carolina antecipa o comportamento da mulher do Realismo, a qual assume um caráter muito mais ativo do que o da heroína romântica que, de maneira subserviente, aceita a condição imposta pelo marido.

Nessa narrativa vislumbramos, na Beira Alta, o desenlace característico das ficções do século XIX, cujo tema reflete, em sua maioria, à impossibilidade do sentimento e do relacionamento amoroso extra-conjugal. A história marcada pela “hora solemne”, madrugada em que “tudo dorme a não ser o trabalhador que então se despede do próprio catre onde esquece sua miséria, ou o impudico que sahe do bordel, ou a adúltera, que para occultar sua infâmia, accorda então o amante, que entrara pela callada da noute, na ausência do infeliz marido...” situa o leitor para o fatídico desfecho infeliz daquele casal que se uniu por circunstância tão díspar, ainda que residindo em uma das “melhores ruas”, na “casa que se distinguia das outras por ser de architectura moderna”, não consegue manter fidelidade conjugal.

A narrativa aponta para a mulher que, mesmo desfrutando de uma vida material favorável oferecida pelo marido, deixa-se envolver física e emocionalmente pelos apelos do amante, o que moralmente não era comum de ser publicado em Portugal sem o repúdio de parte do público leitor, prova disso foi a publicação, quase uma década depois, em 1878, de *O Primo*

⁹ Conferir in Costa, Maria Lucilena Gonzaga. *Gazeta Official: Periódico Paraense Noticioso e Literário do século XIX*. Dissertação de Mestrado, 2008. Universidade federal do Pará.

¹⁰ Semanário ilustrado publicado em Lisboa, entre 1857 a 1868, pelo editor Castro Irmão e Cia. Lda.

Basílio, que rendeu ao também português Eça de Queirós um mal-estar na sociedade lisboeta daquele século.

3.2 Publicações Portuguesas nas Seções: Variedades, Literatura e Folhetim

Em nossa investigação, encontramos vários anúncios de vendas de livros e gabinetes de leitura que disponibilizavam as edições para seus associados, mas os periódicos também tiveram participação importante nesse cenário de expansão de leitura, como exemplo, temos o *Jornal Diário do Gram-Pará* que publicou, a partir do ano de 1863, vários romances-folhetins do escritor português Camilo Castelo Branco os quais citamos: *Coisas Espantosas*, *A Neta do Arcediogo*, *O Arrependimento*, *A Gratidão*, *O Monge Negro*, *O Bem e o Mal*, *A Filha do Doutor Negro*¹¹. Essa informação demonstra a preferência aos romances portugueses, o que nos faz compreender a existência de um público leitor dessas obras no referido jornal, de propriedade também de portugueses.

Ressaltamos que os textos selecionados para a nossa análise foram localizados em sua maioria nas seções Variedades e Folhetim e em menor número na seção Literatura. Das quais destacamos as seguintes:

3.2.1 *O ciúme de uma mulher do fim do mundo*

No *Diário do Gram-Pará* foi localizado, na seção “variedade” do dia 09 de março de 1858, a prosa de ficção intitulada *O ciúme de uma mulher do fim do mundo*, trata-se de uma publicação de autoria portuguesa, pertencente ao lisboeta Antonio Feliciano Marques Pereira (1839 – 1881), importante escritor em Portugal, jornalista profissional, que publicou em seu país vários romances em folhetins, além de traduções.

¹¹ Para mais informações acerca da presença dos romances camilianos nas páginas desse jornal conferir a dissertação de LIMA, Neila Maria Mendonça Garcez, UFPA, 2014.

Figura 36



(Imagem de Antonio Feliciano Marques Pereira)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=antonio+feliciano+marques+pereira>

Nesta publicação, o autor narra como pano de fundo a história da baronesa Júlia, somente a pretexto para falar da cidade de Lisboa, a qual compara às grandes metrópoles como França e Londres e diz já não encontrar originalidade nos costumes portugueses, que agora passam a imitar, principalmente, os hábitos franceses: “Tudo neste mundo é uma imitação; originalidade e plagiário são palavras absolutamente sem sentido. Onde está neste mundo a originalidade, pergunta o autor do Amaury, se o mesmo Creador não foi original fazendo o homem a sua semelhança?”. Observamos que a descrição feita de Lisboa é muito maior do que a narrativa acerca da baronesa Júlia, daí o próprio título do folhetim ser nomeado *Lisboa* ou *O ciúme de uma mulher do fim do mundo*.

Importante notar como é feita a descrição precisa da cidade de Lisboa, com o número exato de bairros, ruas, becos e até mesmo o número de periódicos (28 contabilizados pelo autor), o que denota a importância desses impressos em Portugal. Ainda mencionamos a maneira como o escritor compara-a às grandes capitais, como amantes sedutoras, sempre a inebriar os jovens.

Aventamos, por isso, que Lisboa seja a protagonista dessa narrativa, pois o folhetinista faz uma verdadeira propaganda da cidade: “Na sua altivez de rainha, ella, que possui o mais bello porto do mundo, ella que recebe o fatigado navegante com toda a etiqueta e amabilidade, mostrando-lhe no seu sorriso encantador um aspecto maravilhoso” a receber as pessoas que lá vão. Contudo, adverte que Lisboa “foi por tanto tempo a amante de tão poderoso gigante da America, não se pode ver hoje suplantada por essas duas pretenciosas rivais a quem chamo Paris e Londres”, ou seja, um apelo à valorização dessa capital que estava sendo preterida em favor das capitais da França e Inglaterra, respectivamente.

A publicação, aparentemente banal ou sem conteúdo interessante, mostra-nos a tentativa de manutenção de uma valorização à cultura portuguesa, neste caso pela capital: “Lisboa, esta tão grande cabeça de um tão pequeno corpo, não podendo exceder a grandeza, a elegância, a

riqueza e o espírito da sua rival parisiense, busca imitar-a por todos os modos possíveis” que estava sendo invadida por hábitos parisienses.

O texto intitulado *Lisboa* ou “*O ciúme de uma mulher do fim do mundo*” apresenta-nos um autor (A. Marques Pereira) e um jornal (*Diário do Gram-Pará*, neste caso) preocupados com os novos rumos que o brasileiro passava a tomar, não mais em direção ao reino de Portugal, mas em busca de novidades de países distintos.

Outro ponto interessante abordado pelo autor é que a própria cidade de Lisboa estava modificando sem se dar conta disso, perdendo sua identidade em favor de suas grandes rivais – França e Londres –, com quem competia, principalmente, quando se tratava de seu especial amante: o Brasil. Vejamos o que diz o folhetinista: “E olhai que se a mulher tem na vida um desses momentos horríveis em que se esgota de um trago a inexgotável taça de amargura, deve ser de certo aquelle em que se convencer da superioridade da rival”, ou seja, Lisboa, comparada a uma mulher, sentia-se ameaçada pela superioridade da França, por isso, seguia os usos e costumes de sua rival: “Lisboa veste à franceza, come à franceza, anda à franceza, dorme em cama à franceza, e falla portuguez a franceza; a decência obriga nos a callar muitas mais cousas que ella faz à franceza. Finalmente, o estrangeiro que aqui entra julga-se na cidade mais patriota do império”.

No que diz respeito aos hábitos e costumes franceses adotados por Lisboa, o próprio folhetinista faz referência a quatro escritores franceses, ao citar como epígrafe Eugene Sue, a obra de Balzac, que ilustra o bairro de *Sain German*, o romance de Dumas filho como leitura de sua personagem Emilia, “uma mulher também bela e elegante, recostada em commoda poltrona, lia um romance de Dumas filho”, e finaliza o folhetim com o “axioma de Musset: Une femme pardonne tout excepté qu’on ne veuille pas d’elle”, o que denota a influência francesa em terras portuguesas.

Mas o que mais nos chama atenção nessa publicação, é a forma como o Romantismo, ou melhor, o “sentimentalismo” é preterido em favor do dinheiro, o que nos permite insinuar uma pretensa maneira de favorecer, em pleno ano de 1858, em Portugal – um ano após a publicação de *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert – a perspectiva realista que conduzia os relacionamentos, como percebemos nas palavras de Emilia: “disso tudo tens tu a culpa, porque se primeiro o tivesses abandonado e não prolongasses tanto a época do *sentimentalismo*, já hoje não soffrias essa humilhação”, mais interessante ainda por percebermos que quem fala é uma mulher.

É a mesma personagem Emilia quem adverte a baronesa Julia acerca da necessidade de prevalecer o amor-próprio e não o sentimentalismo: “acabas de pronunciar uma palavra que na

nossa linguagem não tem significação alguma; não sabes que antes do amor-paixão, como lhe chamão os fisiologistas, vem outro sentimento que deve imperar muito mais sobre nós?”, o que nos parece alheio a um período no qual, pelo menos em Portugal, o Romantismo era a base das narrativas, pois de acordo com a historiografia literária portuguesa só após a Questão Coimbrã (1865) e a publicação de *O crime do padre Amaro*, em 1875, é que Portugal teria os primeiros rasgos do Realismo, contudo o autor critica os folhetinistas de seu tempo ao dizer: “um folhetinista de nossos dias dá-me ares de um aereonauta coxo que, sem mesmo saber andar ca por baixo, se eleva com admirável atrevimento à vaporosa região das nuvens”, como se eles fossem “nefelibatas”.

Ao iniciar a narrativa justificando que iria tratar dos aristocratas portugueses, ou melhor: “Aristocrata?... não sei se dessa aristocracia que conta na galeria duas dúzias de retratos capitaneados pelos grandes bigodes de algum cruzado, mas pelo menos dessa aristocracia aos pés da qual o nosso século roja [roga]: – a do dinheiro”, o autor aponta uma nova perspectiva, na qual não prevalece o final feliz – com o amor imperando sobre os acontecimentos –, mas o desenlace caracterizado pelo desprezo ao sentimento em favor do amor-próprio, a conselho da astuta Emilia: “quem conhece o mundo melhor do que tu, acredita-me; tu estás ferida muito mais no amor-próprio do que nesse sentimento que dizes consagrar a Jorge”. Para concluir, ressaltamos os nomes do casal de casal protagonista da trama: Luiza e Jorge, coincidência ou não, os mesmos nomes que Eça de Queirós (leitor de A. Marques Pereira) utilizou posteriormente no seu conhecido clássico *O Primo Basílio*, obra prima do Realismo português.

Como objetivamos trazer à baila escritores consagrados do século XIX, convém informar que Antonio Feliciano Marques Pereira, autor do referido folhetim, publicado em Lisboa em 1858, colaborou com diversos periódicos entre os quais: *Rei e Ordem*, *Archivo Pittoresco*, *Revista dos Espectáculos*, *Revista de Lisboa*, *Arquivo Familiar*, *Ilustração Luso-Brasileira*.

3.2.2 *Proezas de Mr. Hume*

Em 12 de abril de 1858, o *Diário do Gram-Pará* dava a lume a prosa de ficção intitulada *Proezas de Mr. Hume, no Porto, em 13 de Junho de 1857*, essa narrativa difere das demais por integrar o fantástico na literatura, o que não era comum entre as histórias publicadas nos jornais paraenses daquele período. A narrativa ocorre no Porto, na data compreendida no próprio título, e tem como protagonista Mr. Hume, “o terrível aliado de Satanaz”, que provocava variadas peripécias com as pessoas daquele lugar, a começar pela sua chegada que “Apenas despontou

do alto da bandeira, do mar desenvolverão-se turbilhões de neblina, que, espriguiçando-se pela orla direita do Douro, erguerão-se em nuvens opacas ao sopé da cidade, envolvendo-a densamente em menos de 4 segundos”. Esse personagem, além de ter sido associado ao diabólico, parece-nos também estar relacionado com algum fenômeno natural – ou sobrenatural –, haja vista que sempre em que ele é apresentado, ocorre um fato de natureza adversa (neblina, nevoeiro, corrente elétrica), o que nos faz associá-lo também a algum tufão, furacão ou terremoto de que o folhetinista tenha querido tratar, além da relação com o pensador David Hume (07/05/1711 – 25/08/1776), conhecido pelo ceticismo extremado de sua filosofia.

Mr. Hume provocava desordem por onde passava, após todos os transtornos da chegada e a morte de três pessoas, “vendo em uma janella uma formosa sr.^a, descarregou-lhe uma tal corrente electrica que a arroubada menina ao precipitar-se fascinada nas lages da calçada salvou-se, porque o mirinaque encheu-se de vento e alçou-a para cima até pôl-a, felizmente, na trepadeira de uma casa vizinha”. Ninguém estava livre das maldades do “enviado de Lucifer”, que dava vida até mesmo aos frangos ensopados que já tinham “descido ao reino escuro dos intestinos” de quatro brasileiros. À noite, após entrar no teatro de São João, Mr. Hume para vingar-se da plateia que assistia à peça apresentada, “fez que todas as mulheres se tornem d’uma fealdade extremamente repulsiva. Este fenômeno não se faz sentir, porque a mudança do natural para o phantastico foi quasi imperceptível”, uma vez que, segundo o narrador, “o publico estava affeito àquellas mulheres assim, pouco mais ou menos”, ou seja, o folhetinista critica não apenas o comportamento arrogante daquelas mulheres, mas também aproveita para alvejar os atores do referido teatro, ao dizer que Mr. Hume “com toda sua miraculosa força magnética não poderia conseguir que os actores do theatro nacional portuense se tornassem supportáveis”.

Por fim, o protagonista, enfadado, retirou-se do teatro e saiu em busca de um visconde que seria sua próxima vítima. Com essa narrativa vimos que o folhetinista adota uma nova possibilidade de criticar a sociedade portuense, pois ninguém ficou imune aos castigos e às zombarias de Hume, especialmente a classe economicamente mais abastada, como os brasileiros, as mulheres que viviam em meio ao luxo nos camarotes de teatros e os atores, que ele diz não mais suportar, essa estratégia empregada pelo autor, além do anonimato, permitia-lhe uma certa isenção de queixas no jornal.

3.2.3 *Os Cantos Matutinos*

No mesmo *Diário do Gram-Pará*, de 18 de outubro de 1858, foi publicada uma carta assinada pelo escritor português Antonio Feliciano de Castilho a respeito do livro *Os Cantos*

Matutinos, de Francisco Gomes de Amorim (13/08/1827 – 04/11/1891). No preâmbulo da carta feito pelo jornal, eram dadas as congratulações ao jovem poeta, haja vista que “nós, que de perto conhecemos o cysne portuguez, o discípulo de Garrett, o harmonioso poeta Amorim, cujas primeiras inspirações foram bebidas sob os céus do equador, onde o vate tem o seu berço de poesia” e, por isso era merecedor da admiração do “insigne cantor da primavera”, o mestre Castilho. O teor da carta dava provas do contentamento existente entre ambos, pois “por ella melhor sentirá o leitor os efeitos das palavras desse grande homem, que, traduzindo ao vivo as suas emoções, maior impulso dispensa ao adepto da sua crença na carreira da litteratura portuguesa”, o que nos permite afirmar que uma carta de Castilho dando boas referências à obra de Francisco Gomes de Amorim, certamente, surtia um efeito positivo aos futuros leitores desse poeta “que vivendo entre nós, nos embates da vida commercial, affrontou todos os obstáculos para se transportar à sua cara pátria, para realisar os seus sonhos doirados, para ser, como hoje é, uma das bellas glórias de Portugal”. Importante mencionar que os irmãos Gomes de Amorim (Francisco e Manuel) foram dos mais atuantes livreiros na província do Pará, e, por conta disso, a introdução feita pelo *Diario do Gram-Pará* refere-se à vida comercial do escritor.

Figura 37



(Imagem de Francisco Gomes de Amorim)

Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_de_Amorim

Na carta, Feliciano de Castilho agradecia pelo envio do livro e o contentamento propiciado pela leitura: “Meu caro e excellentíssimo poeta – Esta sua prezada cartinha veio aumentar a confusão em que eu já estava, por lhe não haver ainda agradecido o presente de livro, e não só o presente, o contentamento muito real que me deu a sua leitura”. Vejamos que no decorrer da missiva, o remetente dizia ter se agradado da obra de Amorim por ela revelar características pátrias, além de retratar o “legítimo falar da nossa gente, e uns taes reflexos

cambiantes de passadas glórias, que não quero que haja leitor português (...) que, acertando de abrir este livro em qualquer pagina deixe de prosseguir até o fim e, concluída a leitura, de o recommençar”, ou seja, Francisco Gomes de Amorim escrevia no Brasil, mas com o pensamento voltado à sua terra natal, por isso, o seu mestre português agradou-se tanto da obra.

Por fim, Antônio Feliciano de Castilho concluía a carta felicitando o escritor compatriota e predizendo que “Os Cantos Matutinos hão de ter seguidas e muitas edições, hão de ser seguidos de novas collecções poéticas da mesma pena”. Vimos, em outras situações no segundo capítulo, o quanto Castilho era requisitado para balizar obras a serem publicadas, fosse por meio de prefácios, de cartas, entre outras formas, isso porque o referido escritor era considerado um dos grandes arautos do romantismo em Portugal, portanto, aquele que alcançasse no início da carreira encômios desse crítico, poderia ter mais expectativas sobre a obra lançada.

A publicação aponta a aliança existente entre as literaturas produzidas no Brasil e em Portugal e a necessidade que o incipiente escritor Francisco Gomes de Amorim, que residira em Belém, sentia de submeter sua obra literária a um autor consagrado pelo romantismo. Na missiva, é possível perceber que o autor A. F. Castilho considerava a literatura brasileira apartada apenas territorialmente da literatura de Portugal.

3.2.4 *Os brasileiros avaliados pelos portugueses*

Esse mesmo *Diário* apresentou, em 23 de julho de 1861, outro texto de caráter literário, nomeado “Os brasileiros avaliados pelos portugueses”, no qual se discorre sobre as primeiras publicações relacionadas à literatura luso-brasileira, como, por exemplo, “O primeiro semanário de literatura, que entre nós se publicou sob os auspícios da geração nova, o tão popular como benemérito Panorama, chegou a um ponto, em que além das protecções com que já contava, reconheceu no Brasil um dos seus apoios”, ou seja, havia uma estreita relação não apenas entre os escritores luso-brasileiros, mas principalmente entre o que era publicado nos dois países: “Com o Panorama coexistiu por algum tempo uma outra publicação, hebdomadária, que degenerou infelizmente, e morreu, mas que em quanto se manteve na inicial altura, deu honra ao nosso jornalismo literário, e fez justiça aos conterrâneos de Gonçalves Dias. Foi a *Ilustração Luso-Brasileira*”. Esses livros e revistas tiveram uma importante atuação no que diz respeito à divulgação dos autores brasileiros e, conseqüentemente, da própria literatura produzida no Brasil.

O artigo ratifica a relação existente entre as literaturas dos dois países e defende que “Depois da *Ilustração Luso-Brasileira*, ainda encontramos outro periódico literário apertando o vínculo fraternal dos dous paizes. Este ainda vive, e sahe à luz como outros, em Lisboa, é a *Revista Contemporanea*”. Ou seja, em plena década de 1860, momento em que o romantismo se consolidava no Brasil, ainda vemos o apelo português para a manutenção dos laços luso-brasileiros, haja vista que os dois países lucravam com isso, mas, certamente, o lucro português era maior, uma vez que o Brasil era um grande consumidor das obras lusitanas.

Importante atentar para os questionamentos da publicação: “Que significa tudo isso? Significa, que os laços de parentescos, que unem as duas nações, são cada vez mais provados pelas penas do nosso paiz”, isso porque havia escritores portugueses que se ocupavam em apresentar a nova nação a ambos os públicos: “O conhecimento do Brasil na Europa é concentrado nesta orla da península, se se continuar a demolir a grande muralha, que até aqui parecia isolar Portugal do resto do continente europeu, será por meio da nossa imprensa, que se estudará o Brasil no velho mundo”.

Vemos que Portugal, apesar da autonomia política do Brasil, continuava a manter o domínio cultural na nova nação ao assegurar que “É necessário convencer-mos d’uma cousa, e é: convem, é da mais instante necessidade, exige a amizade fraterna, que essas léguas de quase infindo mar, que nos distanciam das praias brasileiras, não sejam interpostas senão fisicamente”. Sabemos que a autonomia de uma nação não é alcançada somente com sua independência política, mas principalmente com sua autonomia cultural, desta feita, os lusitanos insistiam em manter atados os laços entre as duas nações.

O apelo era constante, chegando a alcançar a perspectiva moral do país colonizador que assim justificava a manutenção dos laços: “Moralmente cumpre sermos mais vizinhos delas, que dos campos da Hespanha. Já somos hoje; importa sel-o mais. O pouco, a que atingimos, nada será sem o auxilio simultâneo de brasileiros e portuguezes. Invocamol-o, com a ardente vontade de sermos uteis a uns e outros”.

Notamos na publicação extraída do *Diário Mercantil do Porto* (Portugal) a “invocação” feita aos habitantes dos dois países em manter e estreitar cada vez mais os laços existentes entre essas nações, mais do que com a Espanha. Desse modo, compreendemos que a “exigência” dessa amizade fraterna culminava com uma vontade muito mais lusa do que brasileira, pois essa publicação foi feita naquele país.

3.2.5 *Monumento a Camões*

Na publicação do *Diário do Gram-Pará*, de 16 de fevereiro de 1858, encontramos um apelo à construção de um monumento para homenagear o escritor português Luiz Vaz de Camões. Trata-se de um pedido feito por Torres e Almeida, o qual julga um grande descaso por conta dos portugueses não fazerem homenagem ao “brasão das letras portuguesas”.

Em defesa da memória de Luís Vaz de Camões, Almeida justifica que “Esse nome é tão grande, que o mundo escreveu o no livro d’ouro da poesia ao lado de Homero, de Virgilio, do Dante, de Milton, acima de Tarso, de Byron, de Lamartine de Almeida Garrett, e de tantos que nobilitam as paginas mais esplendidas dos fastos humanos”, ou seja, o autor de *Os Lusíadas* é ladeado pelos grandes nomes da antiguidade clássica e fica acima dos escritores românticos como Byron e Garrett. Camões é entronizado porque “soubera perpetuar a memoria illustre dos grandes feitos e dos grandes argonautas portuguezes, (...) soubera cantar em carmes immortaes as nossas passadas glorias”. O autor questiona como um poeta tão notável e talentoso poderia ter sido esquecido pelos seus compatriotas que “ainda até hoje se lhe não erigio uma estatua, um monumento, que ateste aos estranhos a gratidão posthuma da pátria, que o deixara perecer de fome sobre a exerga d’um hospital!!!”

Finalmente, acrescenta que Camões deixou um importante legado literário aos seus compatriotas, o que o tornava merecedor de um monumento que o homenageasse: “Sabemos, que para perpetuar a memoria de Luiz de Camões deixou elle ahi um padrão imorredouro, eterno, gloriosíssimo: escreveu Os Lusíadas (...) e ofereceu-lho generosamente à pátria, e a pátria, desagradecida, ainda até hoje não soube provar seu reconhecimento”.

Pelo que observamos, a publicação é um apelo também ao português residente na província paraense, que podia muito bem contribuir financeiramente com a construção do monumento: “Honra e gloria a nossos irmãos, que, longe da pátria, a não olvidam um só momento, procurando sempre erguel-a do abatimento, em que jaz. Honra e gloria a nossos irmãos pela feliz iniciativa nesta devida reparação à memoria illustre do príncipe dos poetas portuguezes”. Assim sendo, aventamos que havia uma grande motivação nas publicações de Portugal para o português residente no Pará, pois constatamos que o autor do texto fazia referência a todos os portugueses e chamava atenção para a falta de reconhecimento aos artistas daquela nação: “Nós os portuguezes sempre fomos pouco reconhecidos às maravilhas d’engenho e de valor”.

3.2.6 O Beijo

No jornal intitulado *Diário de Belém* localizamos textos de autores consagrados pela crítica contemporânea, tais como: Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco (Os Brilhantes do Brasileiro) e Almeida Garrett (Miragaia) e outros não consagrados como: Ramalho Ortigão (Os japonezes no circo Price – Diário de Notícias), Bulhão Pato (Paizagens), Theófilo Braga (A Voz – poema), entre outros. Contudo, o que nos chamou atenção foi o número significativo de escritores portugueses que circulava na província do Pará e que ficou esquecido nas páginas desse *Diário*.

Dentre as publicações pesquisadas, as que selecionamos obedeceram aos critérios relacionados ao tema – geralmente pondo em voga o amor (físico e espiritual), a mulher e o relacionamento conjugal – uma vez que procuramos enquadrá-las segundo os preceitos do Romantismo, enquanto estilo literário predominante em Portugal e no Brasil. Nesse sentido, fizemos a seguinte seleção, atentando para as publicações com seus respectivos autores: O Beijo (Teixeira de Vasconcellos), Um Marido Affrontado (*Do Archivo Pittoresco*), O Amor Feminil (Alexandre Herculano), O que são as mulheres (José Victorino da Silva), O amor livre (L. A. Palmerim), A mulher do Minho (Antonio da Costa), Na Aldeia (Alberto Braga), Emilia Adelaide (Lopo Vaz), Aos Críticos do “Portugal a vol d’oiseau” (Maria Letizia Rattazzi).

Figura 38



(Imagem de Teixeira de Vasconcelos)

Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Augusto_Teixeira_de_Vasconcelos

Em 12 de junho de 1868, foi publicada na coluna “Variedade” uma crônica intitulada “O Beijo”, do escritor português Teixeira de Vasconcellos¹² vemos a defesa do beijo como um

¹² Antonio Augusto Teixeira de Vasconcelos (Porto, 01 de novembro de 1816 – Paris, 29 de junho de 1878) foi escritor e jornalista, vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, fundador do jornal *Gazeta de Portugal*, além de colaborador da *Revista Universal Lisbonense* (1841 – 1859) e da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1850 – 1865).

gesto de amor e devoção, quando o autor justifica que “Por elle se patenteião e se consagrão o amor e respeito filial, a affeição conjugal, a amisade, a gratidão, a paz, a beneficência, a humildade, a alegria e alvoroço, a tristeza, o conforto na desgraça e a confraternidade dos homens em variadíssimas conjuncturas”, tanto na relação conjugal, familiar e de amizade, quanto na religiosidade, principalmente católica, o beijo sempre representou afeto.

O autor vale-se da Bíblia para apresentar o episódio de traição do discípulo Judas, argumentando que “O *beijo de Judas* é symbolo e typo das traições vis e infames”, ou seja, embora esse gesto dos “tempos imemoriais” seja representativo do amor e devoção, ele immortalizou-se na conspiração de Judas, pela traição a Jesus Cristo.

Segundo Teixeira de Vasconcellos, o beijo sempre foi celebrado ao longo dos tempos, chegando, inclusive, a encontrar-se “nos versos de Homero, nas lamentações de Job, e nos costumes da antiga Roma, onde tribunos, cônsules e dictadores davam a mão a beijar aos seus inferiores”. Embora essa publicação pareça ser banal para os tempos atuais, certamente, no século XIX, ela era representativa no que diz respeito ao comportamento social do período, bem como denota que, esse tipo de cumprimento tão usual hoje, foi “Inventado pelo instincto”, e “será sempre o fiel espelho dos affectos da alma, a primeira demonstração de bem querer que as crianças aprendem, e o ultimo adeus ao mundo quando nos paroxismos da morte”. O autor ratifica a intenção com que esse gesto – tão romântico naquela época – deve ser empregado.

3.2.7 *O Amor Feminil*

Figura 39



(Imagem de Alexandre Herculano)
(Fonte: Revista Contemporânea Portugal e Brazil, 01/04/1859)

Outra publicação selecionada das páginas do *Diário de Belém* foi “O Amor Feminil”, publicada no dia 19 de maio de 1869, assinada por Alexandre Herculano, na qual o referido escritor faz digressões sobre o perfil da mulher daquele século. Vale ressaltar que esse texto foi também publicado em outros jornais do país, primeiramente em Macaé, no Rio de Janeiro, no jornal *Monitor Macahense*, nº. 696, de 09 de abril de 1869; posteriormente à publicação no Pará, surgiu no *Publicador da Paraíba*, nº. 2022, de 26 de junho do mesmo ano; apareceu ainda no jornal maranhense *O Paiz*, nº. 110, de 10 de novembro de 1884; na *Gazeta Paranaense*, nº. 252, de 11/11/1887, por fim, e, tardiamente, no *Jornal do Recife*, nº. 243 de 25 de outubro de 1891. Vejamos que as três primeiras publicações aconteceram quase simultaneamente, ao contrário do que ocorreu com as publicações do Maranhão, Curitiba e do Recife que aparecem décadas depois.

A publicação – que fora extraída do capítulo XX de *O Monge de Cister* (18848) – discorre sobre a mulher e suas fases na vida, que, segundo o autor, são duas: “a primeira é aquela em que, tímida e inexperiente, ella se embriaga nesse pelago de varias aspirações de um amor sem objeto”, nessa fase a mulher é retratada de forma pura, como um anjo, e metaforizada a uma planta, uma flor delicada e cheia de encantos, é vista como um objeto a ser adorado. Segundo o autor, “Depois dos annos da inocência virginal há no existir da mulher uma phase, em que a sua alma desce das regiões ideais da pureza para a grosseria realidade do mundo”, ou seja, é o surgir da segunda fase da vida da mulher, na qual ela passa a viver “so para o homem cuja alma uniu a sua exemplo de abnegação sobrehumana, esquecendo as dores proprias para consolar as alheias; soffrendo a infidelidade, a ingratião, a impaciência brutal, sem um queixume, e escondendo até a repressão eloquente das lagrimas”, fase em que ela deixa de ser objeto adorado e passa a objeto a ser utilizado.

Herculano discorre, à maneira romântica, sobre as fases da mulher, vista como recatada, angelical e subserviente ao marido e aos preceitos sociais vigentes, capaz de suportar as traições em prol da manutenção do casamento e das convenções impostas a ela. Atentemos ao fato que as publicações ocorrem no Brasil, primeiramente no ano de 1869, mas são republicadas em fins de 1891, talvez, não apenas como possibilidade de apresentar os escritos do consagrado autor português, mas com expectativa de ratificar à mulher seu papel secundário e submisso na sociedade. Entendemos dessa maneira porque outros periódicos da época já publicavam textos que questionavam esse papel e traziam correspondências femininas direcionadas a esse público restrito, como é o caso do *Diário de Belém*, do qual trataremos mais adiante.

3.2.8 *O que são as mulheres*

O português José Victorino da Silva teve duas publicações seguidas no *Diário de Belém*, datadas dos dias 21 e 22 de maio de 1869, sendo as seguintes: “O que são as mulheres” e “Quem não gosta de dinheiro”, optamos por analisar a primeira por tratar-se de mais uma crônica na qual a mulher é tematizada. O autor inicia seus questionamentos justificando que “nem Voltaire com a sua sciencia encyclopedica e universal nem Lavater com a sua sciencia phisionomica, alcançaram a solução definitiva do que é a mulher”.

Segundo ele, as mulheres sempre foram as mesmas, independente das épocas “Há muitas que são virtuosas como Penélope, em quanto tecia o seu véo, fortíssimas como Lucrecia, heroínas como Sapho e Joanna d’Arc, arditosas como Ariadne com o seu novello, intrépidas como Atalanta a caçadora, e guerreiras como a Maria da Fonte ou a padeira d’Aljubarrota”. Vemos que José Victorino apresenta mulheres historicamente importantes, procurando exaltar características diferentes daquelas mencionadas no texto de Alexandre Herculano.

Penélope, a famosa personagem da obra *Odisseia*, de Homero, destacou-se pela sua esperteza e persistência ao aguardar por vinte anos o retorno do marido Ulisses. É relevante notar que o autor não faz referência à fidelidade da heroína, mas implicitamente pode ser uma de suas virtudes; ele aponta a força de Lucrécia, outra lendária personagem imortalizada por sua bravura, ao denunciar para o pai e para o marido que tinha sido estuprada por outro homem. Ainda foram citadas a poetisa Sapho, representante da lírica grega; Joanna d’Arc, heroína francesa popularizada no século XIX, por ter participado da Guerra dos Cem anos; Ariadne, que, com seu novello de lã, auxiliou Teseu a sair do perigoso labirinto do Minotauro, na ilha de Creta; a mitológica Atalanta que, depois de abandonada pelos pais e alimentada por uma urso, se tornou uma exímia caçadora; e, finalmente, são citadas as portuguesas Maria da Fonte e a padeira d’Aljubarrota, mulheres que entraram para a historiografia portuguesa por suas atuações nas revoluções desse país. A primeira, deu nome a uma das mais importantes insurreições populares ocorridas no século XIX, e a segunda diz respeito a Brites de Almeida, que na Batalha de Aljubarrota teria morto sete castelhanos que se escondiam no forno de sua padaria. O autor posiciona as mulheres portuguesas à altura das grandes heroínas que se imortalizaram na história universal, enfatizando, principalmente sua atuação nas lutas de classe.

“O que são as mulheres” é uma instigante publicação que traz a epígrafe latina “*O Vós omnes qui transittis attendite et videte*”, traduzida como “Oh vós todos que passais vinde e vede”, por meio da qual o autor interpela os leitores a conhecerem as grandes personagens femininas da história universal, podendo ser elas reais ou ficcionais. Por fim, assume que “A

conclusão é, que os homens todos, servem-se da mulher como de um relógio, que se adianta ou se atraza à feição da necessidade do homem, ou segundo o tempo e as circunstancias (desculpe-me o meu sexo essa liberdade, imperdoável, mas verdadeiramente verdadeira)”. Convém enfatizar que a maior parte das publicações relacionadas ao perfil feminino foi feita no ano de 1869, período em que o Romantismo começava a declinar em favor do Realismo.

3.2.9 *O Amor Livre*

Figura 40



(Imagem de Luís Augusto Palmeirim)

Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Augusto_Palmeirim

A crônica intitulada “O Amor Livre”, de autoria de Luís Augusto Xavier Palmeirim (Lisboa, 09/08/1825 – Lisboa, 04/12/1893) publicada em 02/10/1873, discorre sobre a liberdade amorosa que, na opinião ultraconservadora do escritor “é uma espécie de cão sem colleira, e sem dono, a quem todos podem deitar a rede”, ou seja, é uma contestação do comportamento libertário da época em relação ao amor livre que parecia estar em voga.

O autor argumenta que esse modismo propagado em França não é uma novidade oriunda desse país, mas sim de Roma, onde nasceu “a liquidação social da mulher”. Segundo ele, “os romanos foram os inventores do amor à queima-roupa, que dispensa o aceno do lenço branco, a epistola ardente e sem orthographia, e, nos nossos dias, o annuncio alambicado, mas correcto, por conta e risco do revisor de jornal”. O fato dessa crônica ter sido publicada na década de 1870 permite-nos aventar algumas hipóteses, tais como: a influência dos costumes franceses na cultura portuguesa e paraense começa a modificar o comportamento desses e, por isso, o autor combate essa atitude vista por ele como algo ruim para a sociedade e que “os Quasimodos querem fazer livre, na esperança de pescar nas aguas turvas e de serem aceitos ao menos uma vez na vida em nome de um direito imaginário”; a referida década favorece transformações sociais com a perspectiva do Movimento Realista, cujo objetivo era afrontar a sociedade

conservadora, mormente no que diz respeito ao casamento e ao “amor livre”; ainda, a crítica aos anúncios amorosos, à moda romântica, publicados no jornais com o aval dos revisores, que pareciam estar em desuso.

Percebemos o tom enfático e combativo do autor português ao referir-se aos franceses quando se reporta ao amor, dizendo: “O amor não é, nem há de ser nunca roupa dos francezes”, ou seja, para ele, eram os franceses que incitavam os novos costumes e os expandiam para outros povos. Palmeirim argumenta que “Tanto o amor não é livre, como pretendem os pseudos reformistas do nosso século, que data do Paraizo castigo inflingido ao par culpado que se deixou tentar pela serpente”, o que significa dizer a respeito da visão cristã abordada pelo autor, que radicaliza ao mencionar que “os propagadores da bernardice alcunhada de amor livre nunca tiveram mãe ou que foram ao nascer, atirados ao desvão de uma escada”.

Por intermédio da crônica “O Amor Livre”, pudemos compreender os impasses e as divergências ideológicas que acometiam os escritores oitocentistas, principalmente, no que diz respeito ao comportamento da sociedade portuguesa. Os homens de letras, mediadores culturais de seu tempo, valiam-se dos jornais como veículos, pelos quais impunham suas ideologias, crenças e valores, e estes, em sua maioria, eram conservadores.

3.2.10 A *Mulher do Minho*

Figura 41



(Imagem de Antonio da Costa)

Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_da_Costa_\(escritor\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_da_Costa_(escritor))

“A Mulher do Minho” foi a crônica publicada na primeira página do *Diário de Belém*, no dia 26 de setembro de 1874, na seção “Variedade”. De autoria de Antonio da Costa (de Sousa de Macedo, Lisboa, 21/11/1824 – Lisboa, 17/01/1892), essa é mais uma das publicações que envolveram a temática feminina sob a perspectiva portuguesa, o próprio título sugere tratar-se especialmente da região do Minho, norte de Portugal, que no dizer do autor “De quantas

impressões me encantaram a alma na formosa província, nenhuma se me entranhou tão viva como a da mulher do Minho”, as primeiras linhas da crônica identificam a temática a ser decantada por ele.

Embora essa crônica tenha sido publicada na década de 1870, ela permanece discorrendo sobre a figura da mulher trabalhadora, provinciana, recatada e apresentada à maneira romântica. Vemos que a preferência em enaltecer essa visão pastoril da mulher não se dá por acaso, haja vista que nesse contexto de mudanças sociais fazia-se necessário escrever sobre o caráter da mulher e idealizá-la, pois, “Differem nas modas do trajo as mulheres do Minho, só não differem no character. São muitas, são differentes conforme os districtos e as localidades: são todas uma na essência. O Trabalho, a essência da minhota é o trabalho”.

A crônica de Antonio da Costa destaca-se pelo uso da linguagem saudosista, por meio da qual o escritor emprega variadas adjetivações para convencer o leitor acerca do caráter dessa mulher, em específico: “Facto extraordinário encontro n’ella: a aliança entre a poesia e o trabalho. Mais affabilidade, mais carinho do que na minhota, difficilmente se encontrará. É poética”. Ressaltamos que a opinião do autor se deve, também, pelo fato de que, naquela época, os imigrantes que aportavam na província do Pará vinham em sua maioria do norte de Portugal.

Sobre o assunto, ratificamos nossa afirmação com fragmento que antecipa a descrição da mulher que assume os trabalhos do homem (marido ou namorado) que se encontra distante: “Sim, é poética a minhota, mas sendo poética, é ao mesmo tempo a mulher essencialmente trabalhadeira, positiva, real; porque, n’esta província ao contrario do que em toda a parte succede, a mulher é que toma verdadeiramente o lugar do homem, e o homem não passa de accessorio”, o autor afirma ser recorrente, nessa província, a mulher tomar o lugar do homem no trabalho, inclusive braçal.

Após intensa descrição em favor da mulher do Minho, ele argumenta que “Menos tentando estou a buscar o fundamento do phenomeno na emigração do homem. A emigração, como torrente, não data de muitos annos e de poucos annos não é que a minhota cunhou pelo trabalho a sua originalidade n’uma província inteira”, antes mesmo da emigração, as mulheres já assumiam o papel do homem no trabalho. Entre outras informações importantes localizadas nessa crônica, temos a notícia de que “Os homens lá emigram para o Brasil, Alentejo, Lisboa, Porto, Hespanha; à minhota, quasi exclusivamente, é que está[va] incumbido o trabalho da província”. Assim sendo, o Brasil foi o único país, fora do continente europeu, citado como destino para a emigração minhota, o autor faz referência à Espanha, mas sabemos que é pelo fato de ser o país mais próximo do Minho.

Finalmente, a crônica, que foi dividida em seis partes para melhor enaltecer as virtudes da “Mulher do Minho”, ratifica as afirmações positivas ao dizer que tal mulher “dá motivo para gloriarmos de pertencer a uma nação, que no mundo pode perguntar com ufania: ‘Onde tendes uma mulher como a minhota de Portugal?’”. Essa publicação parece ter sido escrita para um público-alvo: os imigrantes portugueses que residiam no Brasil, pois boa parte dos homens que vinham cá, principalmente para a província do Pará, quando não eram solteiros, tinham o propósito de melhorar sua vida financeira e retornar à sua terra e à sua família, e os que por aqui ficavam, contraíam matrimônio com mulheres paraenses. Assim sendo, por meio dessa apologia às virtudes da “minhota”, o imigrante português, certamente, tinha motivos para retornar à sua terra natal.

3.2.11 *Na Aldeia*

Alberto (Leal Barradas Monteiro) Braga (Porto, 1851 – 1911) publicou, em 07 de janeiro de 1879, a prosa de ficção “Na Aldeia” com o subtítulo “excerto de um livro inédito”. A narrativa reporta-se ao ano de 1857, especificamente o dia 5 de janeiro, dia chuvoso e triste, principalmente depois que Paulo, o sacristão da igreja de Santo Estevão de Gião, comunica aos devotos o estado de saúde do senhor Abade. Após o cirurgião examinar o religioso, ele entrevistou maliciosamente a criada, perguntando há quanto tempo ela servia ao abade; ela ingenuamente respondera que há vinte e dois anos. Assim, continua a história até o retorno do cirurgião à sua casa, onde a criada Joanna o aguardava para lhe massagear as pernas, “d’estos e de outros preservativos, antepostos pela caridosa Joanna ao reumatismo do doutor, seguião-se quasi sempre outras scenas que transformavão a residência do cirurgião num cerralho oriental”, assim era descrito o que se passava na casa.

A narrativa enfatiza os acontecimentos na casa do médico, “onde Joanna era odalisca, o doutor, o sultão; e para complemento do pessoal, o criado Jeronymo fazia papel de eunucho... sem mutilação”. Ao utilizar uma linguagem sensual para insinuar o que ocorria na casa do médico, o autor da ficção aponta para o Realismo, enquanto movimento literário já em voga em Portugal e prestes a ser demarcado oficialmente no Brasil, quando justificava as ações do cirurgião dizia que “As pessoas das cidades suppoem que a continência nos costumes corre parilhas com o atrazo material das aldeias! engano, puro engano!”, ou seja, o aldeão também desfrutava dos prazeres oferecidos pela modernidade, principalmente no que dizia respeito ao amor livre, pois “ali, no meio daquellas saudosas carvalheiras, onde os poetas urbanos idealisção

uns amores cândidos como o dos pastores de Theocrito é que a sensualidade sôrna se alaparda e vinga”.

Parte da história ocupa-se em narrar fatos amorosos quando “Por entre as louras searas e os verdes milharaes do Minho dão se casos tão extraordinários, diante dos quaes rescendem candura virginal as tentações das formosas nymphas da Ilha dos Amores”. Ainda que houvesse comparação com o episódio de *Os Lusíadas*, o autor argumenta que “o que lá não entra é a leitura dos Luziadas e de outros poemas que rivalisam, nos efeitos, com a salada estimulante de lagosta e dos berbigões”, demonstrando que a vida campesina é mais real que aquela ficcionada pelos escritores.

A prosa encerra-se quando Jorge, ao saber da doença de seu padrinho, traz de Coimbra o amigo, Dr. Augusto Queiroz, médico recém-formado, que salva a vida do abade, e que causa um certo desdém do cirurgião da aldeia. Notemos que essa narrativa, publicada nas duas primeiras páginas do *Diário de Belém*, pode suscitar uma interessante questão a respeito do escritor oitocentista, que usava o jornal como uma espécie de termômetro para medir o grau de atenção dada a sua publicação, pois sabemos que tanto a coluna folhetim quanto a variedade serviam para balizar a atenção e recepção dadas aos escritos, nesse caso, o subtítulo “excerto de um livro inédito” remete-nos a esse assunto.

Importa mencionar que localizamos na fala do médico aldeão um pseudônimo português, muito lido e apreciado em alguns jornais do Brasil, especialmente no Pará, trata-se de Braz Tisana, identificado no seguinte excerto: “E quando esporeou a égua, o cirurgião perguntou ainda: – Temos hoje Braz Tisana? O boticário levou aos lábios os dedos apinhados da mão direita, beijou-os, abriu-os, e respondeu pausadamente, confirmando a phrase com um gesto affirmativo da cabeça: – E cousa rica! É da gente estalar a rir!”. O referido nome – Braz Tisana –, era na verdade o importante jornalista José de Sousa Bandeira (Lisboa, 1789 – 1861), famoso por contribuir com inúmeros jornais portugueses, mormente os jocosos, o que nos ajuda a compreender o quanto a realidade e a ficção estavam imbricados por meio das publicações dos jornais.

3.2.12 *Emilia Adelaide*

Figura 42



(Imagem de Lopo Vaz)

Diponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lopo_Vaz_de_Sampaio_e_Melo

Emilia Adelaide era o título do folhetim assinado pelo escritor português Lopo Vaz (29/09/1848 – 20/03/1892), publicado na primeira página do *Diário de Belém*, em 28 de fevereiro de 1880, certamente essa publicação marcava a chegada da atriz portuguesa na província, vindo passar uma temporada de apresentações teatrais na região. Lopo Vaz não economizou elogios ao apresentar ao público paraense: “A atriz EMILIA ADELAIDE (escapou-nos o seu nome!) a pythoniza da arte dramática traz o seu nome laureado pela litteratura e pelo jornalismo de duas nações irmãs: sucedâneo digno da eminência e da inteligência”.

Dada as boas-vindas à Emília Adelaide, o folhetinista ao referir-se a atriz defende que “Não é a gloria d’um dia, é sim a gloria d’um passado illustrado por um trabalho sempre activo, por um talento sempre viril e energico que ella apresenta hoje perante um publico sequioso por admirar o seu trabalho e por confirmar os seus laureis”. Certamente o escritor instigou a curiosidade do paraense em conhecer o talento da atriz.

Após a apresentação de Emília Adelaide, Lopo Vaz discorre sobre as peças que seriam encenadas por ela e garante que ainda que conheça o gênio dos dramaturgos, é o talento da atriz que certamente garante a notoriedade da companhia teatral. Ele cita autores portugueses, como Pinheiro Chagas, autor de *Magdalena*, peça criticada por Ramalho Ortigão, que disse que “as *Magdalenas* nunca sobem as escadas das mulheres honestas” e assevera a competência da atriz, ao argumentar: “E quem melhor do que a distincta actriz poderia interpretar aquelle papel onde os prismas são tão diversos e as feições tão diametralmente oppostas? Quem?!”, certamente a

protagonista das representações no Teatro da Paz, na capital do Pará, consolidou sua notoriedade com o auxílio dos jornais, conforme podemos justificar: “Até que enfim chegou a ocasião em que o modesto folhetim inculto e talvez selvagem, tem o direito de tomar um cantinho tosco do jornal, para com a alegria nos lábios, tecer à grande actriz encômios justos e merecidos, muito embora reconheçamos que a actriz d’elles não precisa para o fim que almeja”.

A estada da afamada atriz portuguesa na província do Pará tornou-se notícia quase diária nos jornais de Belém, sendo divulgada, inclusive, pela correspondente portuguesa do jornal *O Liberal do Pará*, Guiomar Torrezão, que dedicou parte de seus escritos nas “Cartas Lisbonenses”, de 29 de março de 1880, destinadas as leitoras paraenses para falar do desejo de estar na cidade para amenizar a saudade que sentia daquela “borboleta ingrata”, conforme veremos mais adiante.

3.2.13 *Aos críticos do Portugal à vol d’oiseau*

Figura 43



(Imagem de Madame Rattazzi)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=madame+rattazzi>

“Aos críticos do Portugal à vol d’oiseau”, escrito em Sevilha por Maria Letizia Rattazzi e publicado no jornal *O Progresso* (Lisboa), chegou ao Pará por intermédio das páginas do *Diário de Belém*, no dia 14 de abril de 1880. Essa divulgação, feita primeiramente em 10 de fevereiro de 1880, e publicada pelo *Diário* depois de aproximadamente dois meses, é uma das várias noticiadas em inúmeros jornais portugueses que acompanharam a polêmica ocasionada

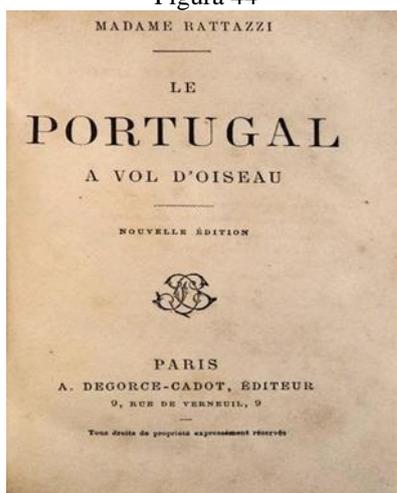
após o lançamento do livro *Portugal a vol d'oiseau*, da referida autora. Rattazzi escreveu as impressões de viagem que fez a Portugal, contudo, a franqueza da escritora ao criticar alguns comportamentos daquela sociedade atçou a fúria de um dos mais consagrados escritores portugueses: Camilo Castelo Branco, que, em resposta, escrevera um artigo intitulado “A Senhora Rattazzi”, um dos mais fustigantes textos desse escritor.

A missiva da escritora revela a aflição em saber que estava sendo alvo de duras críticas lideradas por Camilo. Por esse motivo ela escreveu em defesa própria: “Meu caro senhor, – acabo de saber, com assomo de espanto, que me abstenho de qualificar, que algumas pessoas acreditão e conseguirão mesmo fazêl-o acreditar a muitas outras, que eu escrevi um pamphle contra Portugal e contra os portugueses!”. O fato de Rattazzi escrever a carta em Sevilha permite-nos imaginar o susto que levava em saber que estava sendo alvejada nas principais páginas de jornais portugueses, contudo, convém assinalar que a princesa, como era chamada, tinha amigos influentes em Portugal, como Eduardo Coelho (citado na missiva), Teófilo Braga, que, por ter defendido a amiga, fora criticado no artigo de Castelo Branco: “É nesses periódicos de mixórdias plebeias até ao asco que o snr. Teófilo Braga se esconde a escrever, como em parede de latrina, uns desabafos pelintras de quem não acha na imprensa séria fontículos por onde supurar o pus. A princesa pode contar com este panegirista”¹³, e Guiomar Torrezão, que a defendeu em uma de suas *Cartas Lisbonenses* enviadas exclusivamente para as leitoras do jornal *O Liberal do Pará* e publicada em 15 de fevereiro de 1880, conforme explicaremos adiante.

Sobre o que se estava dizendo em Portugal a respeito Letizia Rattazzi, ela afirmava que “Isto é simplesmente uma calúnia absurda e que pecca pela base”. Na carta, a escritora justificava a afeição que tinha para com os portugueses: “O meu prefácio manifesta claramente as minhas intenções, exemplifica-as e não há página alguma no meu livro que não demonstre evidentemente o natural e espontâneo impulso affectivo que me levou a aquilatar conscienciosamente as qualidades do povo portuguez”, ou seja, o propósito da obra não era o de ridicularizá-los, mas dizer as impressões de uma estrangeira, conforme ela mesma justifica: “Persuado-me que escrevi um livro verdadeiro sem a mais leve intenção agressiva, um livro que só tinha direito ao reconhecimento da parte daquelles que o inspirarão”.

¹³ Camilo Castelo Branco. *A Senhora Rattazzi*, p. 147. In: **Polêmicas em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1944.

Figura 44



(Livro *Le Portugal A Vol D'oiseau*)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=Livro+Le+Portugal+A+Vol+D%E2%80%99oiseau>

A princesa Rattazzi, ao escrever a sua defesa na carta, argumentava que “A verdade, porém, é que Portugal não está habituado a ver um escriptor professar livremente e desassombradamente a sua opinião ou o seu ponto de vista”. Segundo ela, era preciso que se respeitasse a opinião do escritor, pois esse deve ter liberdade da manifestar sua ideia, mas os portugueses não compreendiam dessa maneira e, em vista disso, a julgaram mal e ofenderam principalmente a sua índole, por isso, ela assim ponderava: “Chamassem embora os meus livros à autoria, (...) – estarão plenamente na acção legal de seu direito, mas desde o momento em que ultrapassem esse direito e cheguem à craveira marcada pelo Sr. Camillo Castello Branco, não há para esse procedimento atroz senão um epitheto idôneo, o de *cobarde*”.

Camilo Castelo Branco, no artigo escrito em resposta à obra da senhora Rattazzi, além de julgá-la pela obra, julga-a também pelo caráter, insinuando sua infidelidade, motivo pelo qual a escritora revoltava-se ainda mais: “Se há no mundo alguma coisa que deve ser sagrada para um escriptor que se preze, é a esposa, e a mãe, são as delicadezas da mulher: e entretanto sorri a muitos o feito *corajoso* de insultar impunemente o ente fraco que é, ou que parece, só e indefeso!”. A princesa denunciava o tratamento covarde do qual algumas mulheres, principalmente as escritoras, eram vítimas, pois, Camilo Castelo Branco não poupou, mesmo sendo uma mulher delicada e indefesa.

Ao confrontar a carta de Maria Letícia Rattazzi, intitulada “Aos críticos do Portugal à vol d’oiseau” e o artigo “A Senhora Rattazzi”, de Camilo Castelo Branco vimos que a princesa escrevera a missiva com intuito de defender-se, principalmente, dos ataques de Camilo, que se demonstrou muito contundente ao criticá-la, aliás, desde o preâmbulo do texto, o autor de

“Amor de Perdição” assim discorria: “Mulher escritora, por via de regra pouco excetuada, é um homem por dentro. O coração, que devia ser urna de suavíssimas lágrimas, faz-se-lhe botija de tinta; e as doces penas da alma metalizam-se-lhe aguçadas em penas de aço”¹⁴, o que implica dizer da falta de simpatia e cordialidade existente entre os escritores para com a mulher que ousasse adentrar o campo das Letras.

O autor prosseguia no seu julgamento às escritoras, dizendo que elas “Suspiram publicamente em 8.º português, 250 páginas; e, quando não suspiram, bufam cóleras represadas; dizem que têm ideias, que se querem emancipar, muito escamadas, naturalistas, com um grande ar de pimponas que entraram no segredo dos processos”, ou seja, o que vemos não é apenas um português ofendido, mas, principalmente, um escritor que depunha publicamente seu parecer contrário às beletistas, até porque boa parte de seu público era feminino e, por isso, aventamos que tenha se sentido parcialmente preterido pelas admiradoras de Rattazzi.

Camilo prosseguia a sua crítica mordaz em relação às mulheres que escreviam: “Eu, criado no velho noticiário, tendo de anunciar o produto duma dama dado à luz, antes quisera, em vez dum livro bom, anunciar um menino robusto”. Contudo, a princesa revidara na missiva a ofensa recebida “Aconselhe-me, pois, meu amigo. Lembra-me a conveniência de escrever uma carta ao senhor Camillo Castello Branco, e imprimil-a em brochura sob a seguinte epigraphe *‘Resposta de uma mulher bem educada a um punhado de injúrias’*” e pedira ao destinatário da carta que a ajudasse a dissipar as injúrias de que fora vítima, mormente as de Camilo Castello Branco. Sob a condicional resposta do destinatário, Rattazzi defendia-se: “Se, em virtude da sua resposta, eu me resolver a perpetrar a pueril loucura de publicar uma brochura, idêntica a do Sr. Camillo Castello Branco, – exceptuando as frases de contrabando, bem entendido, – consagral-a-hei pelo menos, uma acção boa e útil”, e, finalmente, acusava o escritor português de plagiário, que para desmoralizá-la escreveu “um livro mau, destinado a lastrar a polemica estéril e hostil”.

O leitor paraense, por intermédio da imprensa, ficava bem informado sobre as ocorrências e polêmicas que aconteciam em Portugal, como foi o caso dessa, que envolveu um dos maiores escritores do romantismo português, Camilo Castello Branco e foi eternizada nas páginas de livros e jornais que se ocuparam em agir em defesa de seus respectivos simpatizantes.

¹⁴ Camilo Castello Branco. A Senhora Rattazzi, p. 146. In: **Polêmicas em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1944.

3.2.12 *Promessa feita a um morto*

No jornal *O Liberal do Pará*, a predominância das publicações literárias portuguesas foi na coluna “Folhetim”, da qual selecionamos boa parte dos textos que serão analisados, a começar pela prosa de ficção intitulada “Promessa feita a um morto”, com o subtítulo (Reminiscência da Infância), de C. J., publicada nos dias 26 e 28 de maio de 1876.

Essa prosa de ficção apresenta como personagem protagonista o “sr. F”, a quem o autor não poupa elogios ao dizer que ele “Era rico e assás instruído; o uso que elle fazia d’estas duas grandes forças, d’estes dois grandes agentes da vida humana, grangeou-lhe um lugar distincto na sociedade”. O sr. F era “provador de vinhos na praça do Porto” e fora “reconhecido como o mais honrado dos provadores do seu tempo”, contudo, foi vítima de uma traição que culminou em tragédia provocada por um homem cujo nome também tinha a inicial “F” e era “vinhateiro da Regua”.

A narrativa reporta-se à venda de vinhos e como isso se tornava um negócio lucrativo a partir daqueles que avaliavam a qualidade do produto. O exímio provador de vinho, sr. F, recebeu a proposta de um comerciante “Para dar-lhe uma classificação mais elevada, e reputar cada pipa como valendo sessenta mil réis; Quinhentas pipas por este preço dão a somma de trinta contos”, desse valor o provador receberia dez por cento, “fora a gratificação da tarefa”. Como a proposta foi recusada e o provador avaliou o vinho como “fraco da penúltima vindima, pouco carregado na côr, pobre d’espírito alcoolico, e como tal valendo só de trinta e três a trinta e cinco mil réis”, a famosa Casa Tompson e Cia, que seria a compradora das pipas, preocupada com a boa reputação que possuía e com a exportação de vinhos para o Brasil que se acentuava na concorrência, desistiu da negociação.

Revoltado com a recusa do provador e, conseqüentemente, da Casa Tompson, o aliciador desferiu golpes de chicotes no rosto do sr. F que, ferido física e moralmente, enlouquecera e, passado um tempo, faleceu, deixando a viúva com dois filhos. Antes de enlouquecer o provador ofereceu a um jornalista – do mais acreditado jornal daquele tempo – metade de sua fortuna para que ele contasse sua história e todos conhecessem a afronta sofrida, o jornalista aceitou, mas não cobrou recompensa. Contudo, no dia seguinte, com o texto pronto a ser encaminhado à tipografia, a esposa do provador encaminhou-lhe uma carta dizendo que o marido enlouquecera.

Dez anos depois, o filho do provador de vinhos vingou a morte do pai. A narrativa encerra-se com a justificativa de ter sido verídica e por isso não ter citado nomes: “Alguém que a estas horas está lendo esta tristíssima história, com os olhos embaciados pelas lágrimas, sabe

que ella é verdadeira e sabe também o motivo por que o escritor não lança mão dos nomes próprios”. Vale ressaltar que boa parte das prosas de ficção publicadas no período valiam-se desse tipo de estratégia, a veracidade tornava a narrativa mais interessante, além de permitir ao leitor tomar parte na história e ser “testemunha auditivo” dos fatos ocorridos.

O título “Promessa feita a um morto” e o subtítulo “Reminiscência da Infância” levam a crer que quem está narrando a história seja o próprio filho do provador de vinhos ou alguém que fora do convívio dele, pois ambos remetem à ideia do juramento no leito de morte e de estar recordando um fato que lhe fora muito marcante, o que, certamente, instiga-nos a acreditar na veracidade da história. Não conseguimos identificar quem foi o escritor C. J., mas podemos dizer que ele foi um grande conhecedor das técnicas folhetinescas.

3.2.15 *As Mulheres de Balzac*

Figura 45



Imagem de Maria Amália Vaz de Carvalho

Também no ano de 1879, encontramos a publicação da portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho (02/02/1847 – 24/03/1921), intitulada “As Mulheres de Balzac”, localizada em primeira página na coluna Folhetim, data de 19 de outubro de 1879. A autora refere-se às leitoras do Brasil, a quem dizia já ter falado das “filhas de Victor Hugo, não das filhas de sua carne, mas das filhas de sua phantasia” e que “Cada homem de gênio tem a sua galeria de figuras typicas, que ficão vivas e eternas no coração ou na memoria das gerações que se vão sucedendo”, assim apresenta o escritor francês Honoré de Balzac e justifica que “Balzac fez no romance o que Miguel Angelo fez com as artes plásticas”.

Nessa publicação, localizada na seção folhetim, a autora não economizou elogios a respeito de seu dileto autor, ao dizer que “Balzac é o mais extraordinário e original escriptor

dos tempos modernos”. Maria Amália defendia que Balzac era o criador do realismo, pois, segundo ela: “Balzac foi o primeiro escriptor verdadeiramente *realista*, e como só procurava a verdade sem nenhuma preocupação de escola, nenhuma opinião antecipada, o influenciasse, os seus quadros tem todos os toques pungentes ou sublimes da realidade”, ou seja, Balzac teria criado, naturalmente o novo estilo. A folhetinista afirmava que Honoré não era romancista, mas sim naturalista, tamanho o seu engenho.

Ao discorrer sobre o potencial artístico do referido escritor francês, a autora do folhetim diz que “Cada século precisa de encontrar um homem que traduza e synthetize em si as paixões, os sentimentos, as ideas, as manias, as aspirações que n’elle predominão”, assim sendo, ela aponta os escritores Dante Alighieri (1265 – 1321) e Willian Shakespeare (1564 – 1616) como arautos de gerações passadas. Sobre o primeiro, defende que “Dante é o poeta da idade media; como ella sombrio, como ella devoto, apaixonado, mystico, convulsionado pelos terrores do inferno, e agitado pelos ódios ferinos, e pelas cóleras surdas e concentradas” e que pelo seu talento foi immortalizado na história. Em seguida, ela cita outro grande artista que merece destaque, como era o caso de “Shakespeare [é] o poeta do século XVI requintado e violento, sanguinário e subtil, cynico e sublime”. Esses dois poetas, segundo Maria Amália, constituem um importante papel para aqueles que estudam o passado.

Sobre o francês Honoré de Balzac, a escritora argumenta que “Se escolheu o romance, foi porque o romance era a única moldura em que elle podia enquadrar o mundo de pensamentos, de ideas, de systemas, de theorias que lhe enxameiava no cérebro”. Isto porque, na perspectiva de Amália, o francês conseguia transpor em seus romances, de forma mais natural possível, todos os dilemas característicos da sociedade de seu tempo, por isso “A posteridade há de fazer lhe plena justiça”.

Atentemos para o fato de que no período dessa publicação (1879), o português Eça de Queirós já havia publicado *O Primo Basílio* (1878), obra que pela temática clerical causou grande polêmica em Portugal, e é considerada uma das mais representativas do realismo-naturalismo nesse país, mas a folhetinista opta por dar o mérito a Balzac, sem sequer mencionar Flaubert ou Zola. Ao reportar-se à obra de Balzac, Maria Amália assevera que “Não há romance d’elle em que se não toque n’uma das ideas fundamentaes em que se assentão as sociedades, em que se não analyse a fundo uma d’estas paixões poderosas, que constituem, por assim dizer, a base do organismo humano”. Por esse motivo, Balzac integra o rol dos escritores que representam a sua época, e suas obras são verdadeiros quadros onde ele pinta aquilo que testemunhou: “Aqui está porque ellas exercem em nós uma fascinação perigosa. Porque uma

vez lido um livro do monumental romancista, nunca mais nos é possível esquecer as personagens que nella figurão”.

Finalmente, a correspondente portuguesa desculpa-se com as suas leitoras brasileiras dizendo que antes de falar das mulheres de Balzac, ela precisava, primeiramente, apresentar o autor: “Mas as mulheres, as mulheres de que prometteu fallar me? Porque me não fallas nas mulheres? diz a leitora com uma certa dose de impaciência a transmitir-lhe na voz”. Atentemos para a técnica folhetinesca utilizada por Maria Amália Vaz de Carvalho, que apenas introduz uma explanação sobre o escritor francês sem citar as personagens de quem prometera falar, deixando o assunto para o próximo folhetim, o que, certamente, aguçava a curiosidade de suas leitoras: “Fallar-lhe-hei nas *mulheres de Balzac* no meu próximo folhetim, minha senhora; porém antes de falar na obra, precisei – bem vê – dar-lhe uma idea, embora acanhada e longínqua, do artista”.

3.2.16 *Cartas Lisbonenses*

Certamente o ano de 1879 foi o mais profícuo para as letras femininas publicadas em *O Liberal do Pará*, pois a partir do segundo semestre localizamos as publicações das “Cartas Lisbonenses”, de Guiomar Torrezão, correspondente portuguesa do referido jornal. Em um total de doze cartas publicadas de 27 de julho de 1879 à 02 de maio de 1880, a autora reporta-se diretamente às leitoras paraenses de *O Liberal*, por meio do qual interpela o público feminino a fim de estabelecer uma estreita relação de simpatia e amizade.

Figura 46

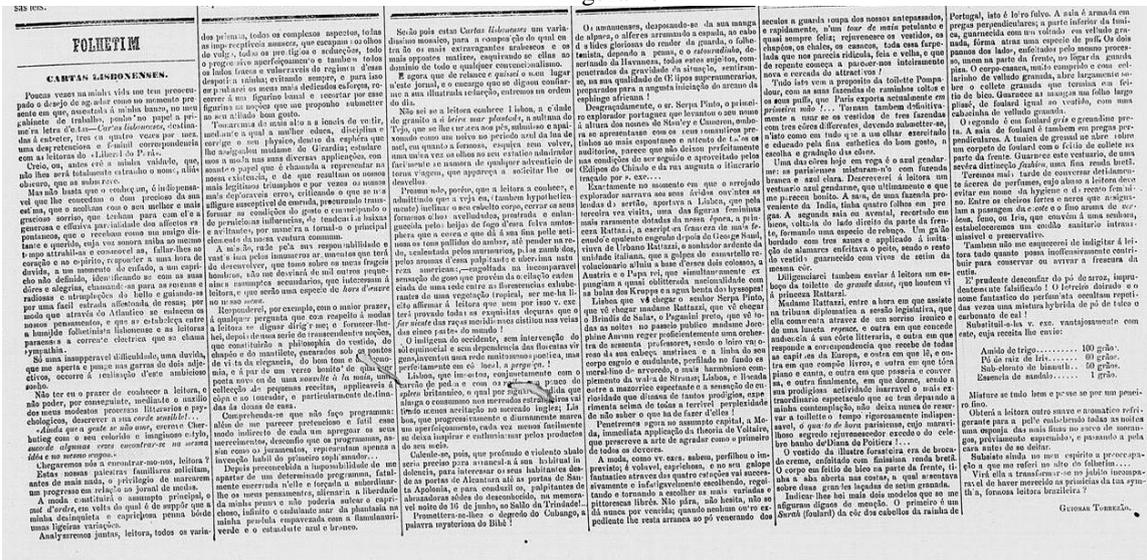


(Imagem de Guiomar Torrezão)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=guiomar+torrez%C3%A3o+imagem>

Guimar (Delfina de Noronha) Torrezão (Lisboa, 26/11/1844 – 22/10/1898), conhecida pela alcunha de “Operária das Letras”¹⁵, foi a correspondente portuguesa mais atuante entre os jornais paraenses e uma das primeiras autoras a se manter financeiramente dos seus escritos, atuando, principalmente, como ficcionista, dramaturga, poetisa, ensaísta e jornalista em vários periódicos, mas sua colaboração com o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, a tornou mais popular. Sua vida foi marcada por dificuldades financeiras. Após a morte do pai, Guimar precisou trabalhar para ajudar no sustento da família, formada pela mãe e pela irmã caçula. Ainda que tenha tido criação burguesa, Guimar Torrezão não chegou a cursar o ensino superior. Mas pelo domínio do francês e por ter tido boa formação, alcançou notoriedade no mundo das letras, estreado, em 1868, com o romance-folhetim *Uma Alma de Mulher*, publicado no jornal *A Voz Feminina* e em forma de livro no ano seguinte. Em 1872, publicou o livro de contos e novelas *Rosas Pálidas*, dois anos depois, em 1874, veio a lume o romance histórico *A Família Albergaria*; em 1875, publicou um volume de contos e crônicas intitulado *Meteoros*. Das várias publicações de Guimar, convém citar a obra *No teatro e na Sala*, prefaciada por Camilo Castelo Branco, e que reúne um conjunto de escritos, entre eles, contos, teatro, crítica literária, entre outros.

Figura 47



(Folhetim: Cartas Lisbonenses. O Liberal do Pará, nº.169, 27/07/1879, p. 1)

A primeira carta publicada em 27 de julho de 1879, na seção “Folhetim” de *O Liberal do Pará* ocupa as cinco colunas e a ela dedicadas e apresenta uma correspondente preocupada

¹⁵ Conferir Romariz, Andrea Germano de Oliveira. **O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um projeto maior?** – Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2011.

em agradar ao público feminino paraense, quando justifica que “poucas vezes na minha vida me tem preocupado o desejo de agradar como no momento presente em que, assentada à minha banca, no meu gabinete de trabalho, ponho no papel a primeira letra d’estas – *Cartas Lisbonenses*”. De início, a carta denota uma escritora profissional ou que está se profissionalizando, pois ela admite estar escrevendo uma correspondência para um público específico, cujo objetivo era “entreter três a quatro vezes por mez, uma desprestiosa e feminil correspondência com as leitoras do ‘Liberal do Pará’”, vejamos, então, que as publicações seriam semanais.

Na sequência da carta, a autora julga não ser totalmente estranho o nome dela, mas pede às leitoras paraenses que “lhe concedam o dom precioso da sua estima”, ou seja, ela tem consciência de que já tem seu nome reconhecido nas letras luso-brasileiras e, por isso, pede “por modo que através do Atlântico se enlacem os nossos pensamentos, e que se estabeleça entre a humilde folhetinista lisbonense e as leitoras paraenses a corrente elétrica que se chama *sympatia*”.

Guiomar Torrezão, na primeira carta, diz lamentar por “Não ter o prazer de conhecer a leitora, e não poder, por conseguinte, mediante o auxílio dos meus modestos processos literários e psicologicos, descrever a sua *corde sensible!*...”, nesse sentido, a autora tem consciência de que seus escritos podem afetar emocionalmente as leitoras a julgar pelo caráter psicológico de suas cartas, as quais ela nomeia de “palestras familiares”, que precisam variar um pouco dos jornais de moda. Assim sendo, adverte às leitoras que “Serão pois estas *Cartas Lisbonenses* um variadíssimo mosaico, para a composição do qual entrarão os mais extravagantes arabescos, e os mais opostos matizes, esquivando se ellas ao domínio de todo e qualquer convencionalismo”, Guiomar esclarece a sua postura de mulher avessa à tradição.

Pelos escritos dessa autora, vemos que ela tinha um projeto “psico-literário”, se é que podemos assim nomear, pois ela vislumbra não apenas um público seletivo, a quem ela interpela e pede cumplicidade, mas também porque ela anseia instigar nesse público a ruptura com o convencionalismo. Vemos que ela escrevia suas correspondências para um jornal com ascendência liberal e parecia estar muito à vontade ao fazê-lo. Nessa primeira carta, ela cita a cidade de Lisboa, interpelando se a leitora conhece a “Sultana do Tejo”. Presumindo que sim, a autora cita pessoas ilustres que aportaram na cidade, entre elas, a famosa Madame Ratazzi (França, 25/04/1871 – 06/02/1902), a quem ela revelava profunda admiração.

Na opinião de Guiomar Torrezão, Madame Ratazzi seria a “escriptora franceza de mais fecundo e opulento engenho depois de George Sand” – pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin (França, 01/07/1804 – 08/05/1876) –, considerada por muitos a maior escritora

francesa do século XIX. Torrezão diz às leitoras paraenses que vai falar de moda, mas esse assunto é apenas um subterfúgio para ela enaltecer os dotes literários de Ratazzi, quando reitera “Diligenciarei também enviar à leitora um esboço da toilette de *grande dame*, que hontem vi a princeza Ratazzi”. Convém lembrar que Madame Ratazzi foi alvo de grande crítica e polêmica travada por Camilo Castelo Branco, assunto do qual tratamos anteriormente.

Finalmente a autora despede-se de seu público argumentando que “subsiste ainda no meu espírito a preocupação a que me referi no alto do folhetim...”, assim ela reivindica a simpatia e a cumplicidade da leitora paraense, questionando se “Virá ella a transformar-se no jubilo incomparável de haver merecido as primícias da tua *sympathia*, formosa leitora brasileira?”. Certamente, a correspondente portuguesa almeja conquistar a leitora paraense, ao chamá-la de formosa e apelar pela simpatia, Guiomar tenta estabelecer um pacto de fidelidade com as leitoras paraenses em um lugar em que isso era pouco recorrente, o da imprensa. Referimo-nos a isso por sabermos que era comum as leitoras da província assinarem vários jornais ao mesmo tempo.

A segunda carta, datada uma semana depois da primeira, ou seja, 03 de agosto de 1879, faz-nos compreender que fora enviada juntamente com a primeira, pois o tempo restrito entre ambas não equivale ao das viagens dos vapores vindos de Portugal para o Pará. Nela, Guiomar Torrezão demonstra mais intimidade com a leitora ao iniciar a carta com o apelo “Conversemos, leitora”, não há mais a preocupação de outrora, tampouco o pedido de simpatia e amizade, ao contrário, ela arrisca dizer “Como eu estou presentindo a súbita vermelhidão reveladora que purpureará o rostinho de v. exc. ao chegar aquele período da carta da sua humilde correspondente”, o que nos permite dizer que, para a autora, a leitora aguardava ansiosa por sua correspondência.

Justificando às leitoras a necessidade de conversar, a folhetinista cita o comportamento de alguns povos, iniciando pelo dos russos que “não podem conversar, tanto em virtude de seu temperamento como em resultado dos seus usos e instituições, no fundo das quais predomina sempre a relevática arrogância do Senhor, pesando com todo o seu egoísmo legendário sobre a fronte curva do servo”. Em seguida, discorre a respeito do espanhol que “conversa ininterruptamente”; dos italianos que, segundo ela, “falam como cantam” e aponta Dante, Byron, Miguel Ângelo, Raphael e Vitoria Colona como seus principais representantes; refere-se também “a conversação ingleza, cerceada como um desperdício, como um abuso de rethorica” e à “conversação dos allemães, sempre um pouco a Hoffman, nebulosa e abstracta”, pondera ainda ao dizer do “modo de expressar cadenciadamente as ideias de um povo philosophico, marca exactamente o polo do ponto da conversação franceza”.

Ao mencionar a conversação francesa, a autora manifesta-se completamente devota desse povo, chegando a dizer que “Ninguém no mundo conversa como o francez!”. O que nos chama atenção, mais uma vez, para a tentativa de chancelar a cultura da França como sendo superior às das demais nações, e isso incentivado por boa parte dos portugueses, como exemplo a própria Torreção. Vale ressaltar que em 1888, Guiomar publica o livro “Paris – Impressões de Viagem”, depois de ter residido alguns meses na capital francesa.

Nessa segunda carta, a autora continua a usar o tema da moda como pretexto para apresentar os assuntos pelos quais mais se interessava. Ao falar da conversação francesa, ela cita Madame Geoffrin (Paris, 26/06/1699 – 06/10/1777), que fora uma das mulheres mais influentes da França setecentista, cujo salão literário, que inaugurara, congregava os principais pensadores da época; cita mademoiselle de Lespinasse (Lion, 09/11/1732 – 23/05/1776) também escritora e frequentadora do salão literário, além de mencionar também Madame du Deffand (Paris, 25/09/1697 – 23/10/1780), outra influente literata e dona de salão literário e a marquesa du Chatelet (Paris, 17/11/1706 – 10/09/1849), autora francesa que atuou proeminentemente nas áreas da física e da matemática. Segundo Guiomar Torreção essas mulheres de Letras “elevaram a conversação, que em tempo algum irradiou tão intenso fulgor, a uma espécie de culto ideal semelhante ao que a Grécia pagã consagrava à plástica animal!”.

A folhetinista continua a carta exaltando a inteligência de mais três literatas francesas, sendo a Madame de La Fayette (Paris, 18/03/1634 – 25/05/1693) autora da famosa obra “A Princesa de Clèves” (1678); a marquesa de Sevigné (Paris, 05/02/1626 – 17/04/1696), e a Madame de Maintenon (Niort, 27/11/1635 – 15/04/1719) ambas consideradas referências para Torreção, ao dizer que elas são “três espíritos dotados de todas as resistências e de todas as flexibilidades, constituíram n’esse mesmo século um simulacro de academia feminina, onde a arte de bem fallar attingiu o ponto culminante da eloquência fascinadora”. Assim sendo, constatamos que a interpelação da folhetinista, quando inicialmente convida a leitora a conversarem, tinha a pretensão de abordar as figuras femininas mais notórias da França, vejamos como Guiomar admite isso “E aqui está como eu deixo de fallar a v, exc. em muitas cousas que mais immediato interesse conseguiriam despertar lhe, e como me desviei sem querer da principal de todas, a Moda”. Obviamente, esse desvio de assunto aconteceu propositalmente, pois em momento algum a autora descreve a forma de se vestir das mulheres de letras por ela citadas.

Finalmente, encerra a segunda carta falando da moda parisiense e da maneira que se vestem as mulheres europeias. Contudo, ressaltamos, ainda, que Torreção só lembra de falar de moda na penúltima coluna das seis disponibilizadas a ela na seção folhetim, o que nos permite

aventar a ideia que ela, intencionalmente, discorre em sua carta mais a respeito da importância de conhecer os vultos femininos do que a moda, propriamente dita.

A terceira carta, publicada mais de vinte dias depois da segunda, especificamente em 24 de agosto de 1879, trouxe uma novidade para as leitoras paraenses. Guiomar Torrezão retornou a amabilidade no tratamento ao seu público, a quem pedia: “As minhas amáveis leitoras brasileiras não de permitir me que, afastando me hoje da forma epistolar, essencialmente íntima e despreziosa, que entendi dever dar aos meus humildes folhetins, (...) as minhas leitoras não de permitir que eu lhes conte um pequenino romance”.

Nessa publicação a autora experimentou trocar o gênero epistolar pelo tão propagado romance, o qual ela tratou como “um romance *realista*, como se diz hoje, ou por outra – uma história verdadeira, actual, destituída de lances dramáticos e de peripécias commoventes, vulgaríssimo incidente da nossa chronica lisbonense, mas que encerra no fundo uma eloquente lição”. A folhetinista rendeu-se enfim ao romance, mas vemos que ela justificava tratar-se de um romance realista, o que nos faz notar que Torrezão estava atenta às novidades publicadas, pois, como vimos em outras publicações aqui analisadas, boa parte dos escritores portugueses, seus contemporâneos, persistiam em publicar narrativas atreladas à estética romântica. Notemos também que a autora dizia ser a história verdadeira e atual, cuja perspectiva encerrava-se na moralidade, ou seja, ainda que ela tenha justificado na primeira carta ser avessa aos convencionalismos, sabemos que o realismo, enquanto movimento artístico literário, vislumbrava essa forma de doutrinação do público leitor por meio do ataque aos vícios e da defesa das virtudes, e, nesse caso, Guiomar não iria abster-se dessa possibilidade.

O “pequenino romance”, como a folhetinista disse ser, narra a história de Josephina, a quem chamavam “os paes, os tios, os primos e os amigos dos primos – *criança-prodígio!*”. A menina “nascera evidentemente sob os auspícios de um perdulário gênio tutelar, que lhe dera além dos dotes phisicos, o dote positivo, averbado em rendosas inscripções, e todas as raras espertezas, todas as subtis malícias, todas as engenhosas comprehensões precoces”. Pela apresentação da protagonista, podemos compreender a preferência pelo realismo, pois Josephina, ao contrário das adjetivações dadas às heroínas românticas, recebeu como características a esperteza, a malícia, a inteligência precoce, a ponto de ter sido alcunhada de prodígio, o que certamente interferiu na maneira como a autora conduziu a narrativa.

A moça que, por ser filha de banqueiro, vivia em meio às ostentações e ao ócio, crescera soberana da sua vontade e da vontade dos pais que, desde criança, a acostumaram à prodigalidade, ter tudo o que queria, a tal ponto de “uma noite, ou por outra ordenou que lhe fossem colher ao céu aquelle grande fructo transparente e leitoso, aquella inacessível lua que a

impacientava!”. Tornara-se uma bonita mulher, com “o oval bem desenhado, a pelle fina, macia, com tons de um pálido ardente, descobrindo nas mãos e nas fontes o tecido das veias, a boca vermelha e zombeteira, o olhar curioso e petulante, dissimulando a custo, no véo setinoso das pestanas, a expressão altiva do comando”, assim descrita a personagem segue a proposta realista da narrativa, principalmente quando apresentada com “a cabeça dominadora, levemente descahida para traz, o gesto deliberado e o andar de *emancipada*”, o que anuncia o desfecho da história.

Na sequência da trama, Torrezão escreve sobre a futilidade da personagem que, por excesso de zelo dos pais, deixou de estudar em colégios franceses, ingleses ou alemães, para receber aulas em casa, “provenientes da viciação caseira, recebeu no seu despótico throno e na plena posse de todas as suas vontades e capricho, a superficial e espectacular educação ministrada por meia dúzia de professores adventícios”. Assim, Josephina apegara-se à “sciencia do toucador” e, além dos bailes e das representações teatrais, passou a ocupar-se com algumas leituras, “tirante o jornal de modas e o livro da missa, circunscreviam-se a seis ou oito romances, *Rocambole, Os cavalleiros do punhal, Pepita Ximenes, O Primo Basilio*”, os quais despertaram paixões no coração da protagonista.

Guiomar Torrezão, ao citar tais publicações da preferência de Josephina, propaga as novidades lidas não apenas na Europa, mas também no Brasil. “As aventuras de Rocambole”, de Ponson du Terrail, por exemplo, ganharam destaque em jornais franceses entre os anos de 1858 e 1859 e se espalharam pelo mundo; cita obras contemporâneas das suas, como a do espanhol Juan Valera, “Pepita Jimenez”, lançada em 1874; e “O Primo Basílio”, do português Eça de Queirós, publicada em 1878. Importante notar que essas obras poderiam remeter àquela leitora o espírito de aventura, paixões proibidas, traições, entre outras ações que levavam esses livros a serem desaconselhados para as mulheres, o que pode ter provocado a liberdade de pensamento da protagonista, pois sobre *O Primo Basílio*, “Este emprestara lh’o subrepticamente, uma prima, precedendo-o de uma abundância de sorrisos picantes e de ahs e ohs admirativos”.

Ainda a respeito do livro, é enfatizado que “Josephina levava-o occultamente para o quarto, e, defronte do transparente onde se osculava o par bucólico entre as hervas verde salsa, sarapintadas de papoulas sanguíneas, em presença do cysne encarnado, e à claridade mysteriosa e láctea da lamparina, procedera à leitura do pecaminoso livro”, ou seja, a folhetinista reitera a ideia de que a leitura do romance seria a precedência de um comportamento “pecaminoso” da personagem. Vale enfatizar a maneira em que o livro era lido, secretamente, à noite, sob a luz da lamparina, de forma ilícita, como se a obra fosse completamente licenciosa. Não por

coincidência, foi após a leitura de *O Primo Basílio*, “n’esta determinada crise psychologica que Josephina *flertou* pela primeira vez”, o que denota a influência amorosa motivada pela leitura.

Finalmente, após a iniciação amorosa de Josephina, instigada pela leitura dos “romances *realistas* da musa portuguesa, que ella lia às escondidas na deliciosa sensação ruborestiva do fructo proibido, tinham-lhe paulatinamente n’uma doce e embriagante sonolência idêntica à do bebedor do ópio, depravado o coração e o cérebro”. Assim, a moça envolveu-se com Arthur, um amanuense que jamais teria condições financeiras para casar e, tampouco, manter os hábitos perdulários da moça, não fosse a “vontade imperiosa e soberana de Josephina”. Após as bodas, o casal passou a ter uma vida de constante diversão, ocupando-se com teatro, ópera e bailes, até o momento em que Arthur tentou repreender os excessos da esposa que, não suportando ser advertida por quem quer que fosse, fugiu para a França com o visconde, e o marido assumiu relacionamento com a bailarina da ópera.

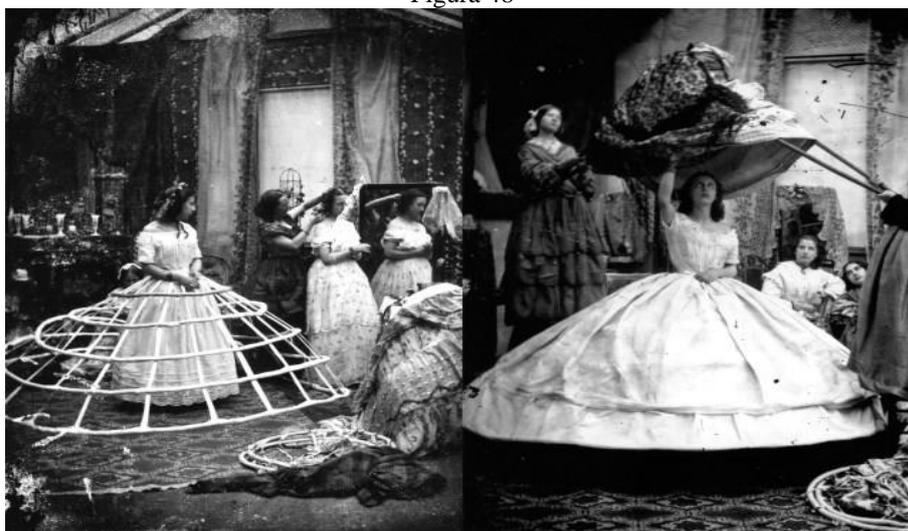
Guiomar Torrezão conclui a narrativa com a maestria característica dos bons escritores realistas, e usa a frase “Faltara-lhes o berço”, para dizer do infrutífero relacionamento; o que podemos compreender de duas maneiras, a primeira sendo a falta “de uma criança loura, um cherubim risonho, que enchesse a casa com as notas crystalinas da sua doce voz infantil e alegre!”, que pudesse atar os laços familiares do jovem casal; a segunda, diz respeito ao próprio comportamento do casal, a moça, por ter sido criada com regalias e sem uma educação que pudesse corrigir seu espírito, “sua caprichosa fantasia de uma menina romântica e mal criada”; e o rapaz pelo fato de ter trazido “dos bastidores do theatro, das baixas convivências e das bacchanaes pelintras, do Dafundo e da *espera dos toiros* para casamento, onde imprevistamente o precipitara um sentimento physico e uma sede devoradora de riquezas”, o que nos leva a crer que nunca existiu reciprocidade amorosa, que ambos estavam empenhados apenas a satisfazerem seus interesses mais distintos.

Ressaltamos que esse “pequenino romance” realista integrou a coletânea de textos intitulada *No Teatro e na Sala*, publicada no ano de 1881, para a qual o então consagrado escritor português Camilo Castelo Branco escreveu o prefácio, argumentando sobre a escrita de Guiomar Torrezão: “Quantos escriptores de primeira ordem escrevem em Portugal como v. ex.ª? Quem lhe pode dar exemplo de elegância de estylo, de profundeza e variedade de idéas indicativas de leitura vasta e methodica?”, o que nos permite balizar sua obra como notável entre os escritores coevos, mormente no que diz respeito à variedade de temas e no vasto conhecimento que ela demonstrava ter. Ainda no que diz respeito ao romance “Faltara-lhes o berço”, assim nomeado na coletânea com a frase conclusiva do romance-folhetim, advertimos que comparamos a primeira publicação – feita no jornal *O Liberal do Pará* – com a da coletânea

e notamos alterações significativas, marcadas pela experiência do espaço folhetim, mas que não consideramos pertinente apontar as modificações feitas pela folhetinista, haja vista que esse cuidado na revisão textual era comum entre os autores.

A quarta carta, data de 07 de setembro de 1879, inicia de forma objetiva a tratar de Moda, a folhetinista nem cumprimenta suas leitoras e anuncia “Fallemos de modas”. Essa correspondência parece deter-se exclusivamente à moda, mas, como sabemos, Torrezão usava o tema como pretexto para discorrer sobre assuntos de seu interesse, nesse caso, a submissão da mulher a determinados modismo, por exemplo, o merinaque, artifício de moda que ela repudiava e dizia ser contra “enfiar o corpo n’uma d’essas monstruosas gaiolas de ferro e de baleia, tecidas com fios de pita e de crina”. A autora convocou suas leitoras a não aceitarem tal forma de agressão e dizia estar “Confiando, pois, no juízo prudencial e no fino bom gosto das leitoras, e contando com a sua adesão, desenrolo o estandarte bellico e coloco me desde já em pé de guerra contra o inimigo, isto é, contra o *merinaque!*”.

Figura 48



(Imagem de mulheres usando merinaque ou crinol)

Disponível em <https://blog.maximustecidos.com.br/o-crinol-e-o-que-voce-precisa-para-conseguir-o-volume-perfeito/>

O instrumento de moda a que Guiomar se referia era também conhecido como crinolina, isto é, espécie de armação cônica e circular feita de metal e forrada com crina de cavalo e linho, daí a denominação. As armações eram usadas com o intuito de avolumar as saias sem precisar usar um grande número de anáguas, que poderia pesar muito mais, além delas serem menos higiênicas. Contudo, esse artifício era arriscado às mulheres, dependendo de onde estivessem; estando à beira-mar, algumas chegavam a se afogar ao serem levadas pelo vento das marés;

outras, em ambientes fechados, como salões e igrejas, eram vítimas de incêndio por causa das roupas ou por obstruírem a passagem com o volume das “gaiolas”.

Guiomar Torrezão, ao contrário do que se imaginava, opunha-se aquilo que era impingido pela moda parisiense, ao dizer: “Declaro as leitoras que passo para a oposição e que com todos os adjectivos da minha grammatica de *Reporter* e com todas as indignações do meu bom senso protesto contra essa absurda e ridícula innovação”. Observemos que ela apresentava as novidades da moda europeia, especialmente a francesa, mas dava seu parecer contrário ao que ela considerava ser “o instrumento passivo dos caprichos absurdos das modistas parisienses, inspirados às vezes, segundo parece, pela intenção maligna de as desprestigiar”. A autora cumpria o seu papel de “repórter”, mas não se isentava de influenciar suas leitoras paraenses, pois o quem estava por trás dessa missiva, aparentemente ingênua, era uma das mais importantes mediadoras culturais a escrever para um jornal da província do Pará.

Ainda sob essa perspectiva, a folhetinista mencionava “ocorre-me descrever à leitora uma notável instituição ingleza, destinada a fazer face a um dos mais árduos problemas dos nossos dias, o trabalho feminino” e revelava a existência, em Londres, de um estabelecimento, ou por outra uma escola, intitulada “ROYAL SCHOOL OF ART-NEEDLE WORK (escola real de obras artísticas, feitas à agulha)”, a qual era dirigida uma por um grupo senhoras da alta sociedade inglesa, entre elas a princesa Cristina, filha da rainha Vitória. Guiomar argumenta a respeito da iniciativa da escola que já existia há seis anos, dizendo da condição degradante das duzentas mulheres que nela trabalhavam, sendo elas “as meninas sem dote, as viúvas pobres, e todas as mulheres desherdadas pela fortuna”. Atentemos ao fato de que essa folhetinista escrevia em defesa da mulher, e já denunciava as más condições de trabalho submetidas a elas, inclusive, pela realeza da Inglaterra, e sobre essa escola ponderava “Dada a ideia da instituição, e esboçados a traço largo os preceitos fundamentais que a regem, resta-nos penetrar na vasta e ampla sala da escola, cujo aspecto em tanta maneira deverá fallar ao coração e ao espirito da leitora”. Por essa missiva vimos que Torrezão, em pleno ano de 1879, antecipava a postura das feministas que lutaram em favor dos direitos da mulher no início do século XX, e consagrou-se como uma das precursoras feministas a utilizar o jornal como um veículo difusor das causas da mulher.

Na quinta carta, publicada um pouco mais de um mês após a quarta, ou seja, em 12 de outubro de 1879, a folhetinista pedia “Que a leitora perdoe se deixando-me ir preza da fascinadora, que Pascal chamou a *folle du logis*, tantas vezes me desvio do principal assumpto d’estas cartas”. Guiomar tinha consciência de que suas cartas eram escritas com uma intenção além da moda e da imaginação, mas procurava agir de maneira que suas leitoras – e também os

maridos – não se apercebessem disso, por isso, era sutil nos conselhos e sempre dirigia-se às mulheres, justificando: “Estas cartas crearam se expressamente para a leitora, para que v. exc. por meio d’ellas obtenha as mais circunstanciadas noções da toilette, os mais preciosos elementos, os mais finos e complexos segredos da esthetica applicada, mediante a qual o vestuário deixando de ser uma cousa puramente secundaria passa a ser um facto importantíssimo”. Assim sendo, mesmo as leitoras mais atentas, tanto aos informes de leitura e comportamento quanto aos de toalete, assimilavam o teor das cartas pensando que a escritora, ao variar as informações, estava apenas a divagar porque era dessa maneira que ela se justificava “Que a leitora, porém, me consinta de vez em quando umas ligeiras divagações”.

Contudo, importa dizer que nessa quinta carta, percebemos uma folhetinista atenta também aos cuidados com a maternidade, pois ela, no final da missiva, sugere uma receita alimentar para bebês, ao mencionar que “Concluo a minha carta enviando a vs. excs. a indicação de um alimento exclusivamente destinado aos babys, aconselhado por um médico notável dos Estados Unidos”. Essa preocupação demonstra uma mulher que deseja o bem-estar da leitora e, conseqüentemente, dos filhos e da família; além de que, aponta, também, para a escritora que procura conhecer receitas, médicos, cuidados para indicar às suas leitoras.

Guiomar Torrezão não teve filhos e, nessa carta, recomenda em tom afetuoso às suas leitoras “Que a aproveitem as ditosas que tiverem o jubilo de se verem rodeadas de uma sorridente legião de cherubins”. Entre as cartas que analisamos, essa quinta foi a que mais demonstrou a folhetinista como uma mulher de seu tempo finissecular, que aponta para os dois polos: a que busca emancipação econômica e social, mas a que também expressa a vontade do senso comum. Pelos vocábulos “ditosas”, “jubilo”, “cherubins” podemos notar uma afeição pelos laços familiares, mormente maternos.

Depois de quase três meses sem publicação das Cartas Lisbonenses, em 04 de janeiro de 1880, enfim, veio a lume a tão aguardada sexta carta na qual Guiomar Torrezão reclama “Que longa ausência, leitora!”, e manifesta o desejo de saudades recíprocas entre elas, ao dizer “Como a sua pobre folhetinista se daria por bem paga das saudades que a pungiram com os seus agudos espinhos se pudesse obter a certeza que a leitora as partilhara!...”, o que denota a cordialidade, bem como a necessidade de manter estreita relação com a leitora paraense, justificando “Porque a sua obscura informadora, minha senhora, não tem outra ambição que não seja a de vibrar a corde sensible de v. exc.”.

No decorrer da missiva, a autora novamente fala sobre a atuação e importância da mulher na história da humanidade e argumenta que “Nós as mulheres, segundo affirmaram os srs. romancistas psicologicos, somos as legendarias esphinges cujo eterno segredo ninguém

ainda conseguiu decifrar”. Em seguida, cita várias mulheres que foram imortalizadas por sua atuação ao longo dos tempos, entre as quais Eva, Dalila e Cleópatra. Notemos que as personagens citadas pela folhetinista representam mulheres fortes, sedutoras e capazes de persuadir o homem à satisfação de sua vontade, como foi o caso dessas.

Antes de falar de moda, Torrezão interpela as leitoras, solicitando, “Se as minhas benévolas leitoras brasileiras partilharem a convicção da sua humilde repórter, não poderão obter mais deliciosa e grata recompensa senão estas “cartas lisbonenses” q’lhes são exclusivamente consagradas”, ou seja, ela apela por cumplicidade de ideia e tenta convencer suas leitoras a comungarem do mesmo pensamento, o que ratifica a perspectiva que compreendemos a respeito da tentativa de Guiomar em influenciar culturalmente as leitoras paraenses. Ao despedir-se com um “Até muito breve, leitora”, entendemos que a folhetinista enviava cartas simultaneamente para a província e que, em virtude disso, as próximas seriam publicadas com um curto espaço de tempo.

A sétima carta foi publicada duas semanas depois, ou seja, em 18 de janeiro do mesmo ano, nela, depois de Guiomar discorrer sobre as eleições para deputado em Portugal, ela justifica sua escrita ao dizer “venho n’este momento, em cima da minha pequena mesa de trabalho, um numero do “Paris Murcia”, cuja ambicionada posse os parisienses disputam a esta hora a murro... britânico!”, o que significa dizer que antes de escrever suas “Cartas Lisbonenses” ela lia e procurava ficar a par das novidades e dos fatos que aconteciam em seu meio, ela preparava-se para escrever às suas leitoras e, por isso, demonstrava ser conhecedora das letras, de variados assuntos que envolviam política, história, artes, entre outros. Depois da leitura do “Paris Murcia” ela pondera: “Acommete-me um desejo doido de roubar-lhe algumas joias e de presentear com ellas as minhas formosas leitoras paraenses”. As jóias de que ela se referia seriam os escritos daqueles que se consagraram nas artes em geral como, “Coppé”, de quem ela dizia que os versos tinham as “scintillações nítidas do diamante”, Dumas Filho, o vigoroso polemista, Madame de Girardin, a musa do folhetim, entre outros.

Com essas referências Guiomar incutia conscientemente na mente das leitoras um cabedal cultural inimaginável de ser enviado por uma correspondente portuguesa. Mas ela era ciente que esse público feminino estava ávido pelas novidades europeias tanto que dizia “Resisto, porém, à tentação lembrando me que é provável que o ‘Paris Murcia’ chegue às mãos da leitora muito antes da minha carta”, ou seja, as leitoras paraenses eram assinantes de vários jornais, inclusive dos europeus que não tardavam a aportar na província.

Na sequência da carta, Torrezão discorre sobre o comportamento de algumas mulheres que, segundo ela, viviam de aparência e pouco se preocupavam com os estudos, pois a maioria

vislumbrava um casamento por conveniência e mantinha-se indiferente ao julgamento da sociedade. Sobre esses modos ela dizia que “as meninas riam, o riso desafinado e agudo dos cérebros ôcos, fallavam, gesticulavam, marchavam ao som da música, como um tambor mor, tinham phrases repinçadas, de um convencionalismo banal, que davam vontade de chorar!”, ou seja, ela demonstrava-se penalizada em contemplar a postura das moças indiscretas, as quais “Os homens fitavam-n’as petulantemente na promiscuidade animal de um nivelamento desrespeitoso, com malícias felinas e desprezo tácito”.

Guiomar repreendia esse tipo de comportamento feminino e, ao mesmo tempo, compadecia-se da atitude das meninas que provocavam “um dó profundo e intenso d’essas desgraçadas raparigas, grottescas nos seus vestuários pelintras e nas suas pretenções idiotas, como o producto caricato de uma educação falseiada e de uma impostura reles – que obedeciam fatalmente as condições viciadas de seu meio”. Nesta carta vemos uma autora que denuncia a condição degradante da mulher, principalmente da rapariga que se submete às mais humilhantes situações para tentar encontrar um casamento ou, às vezes, de forma ilícita, um amante que lhe sustente os luxos, isso porque “fora levada pela ridícula ambição de parecer rica”. Há uma exposição da realidade de muitas mulheres que tentam ostentar aquilo que não possuem, e é essa situação que a autora denuncia por meio do folhetim.

Na oitava carta, publicada em 01 de fevereiro de 1880, Guiomar Torrezão reitera sua crítica àquelas mulheres que viviam de aparências, ela retoma o assunto desde o início da carta, quando diz “Fizemos na nossa última carta umas ligeiras referências à uma das mais deploráveis e absurdas manias da sociedade lisbonense – a impostura dos trapos, a preocupação proudhonesca de fazer figura, a ambição insana de parecer rica” e ridiculariza a mulher que ostenta uma riqueza que não possui. Ainda que no desfecho dessas missivas tenham sempre sugestões de roupas, de produtos e comportamentos de moda, esses assuntos servem apenas como pretextos para abordar questões de maior interesse da autora.

Assim sendo, percebemos que ela se preocupa com as pessoas acostumadas a tal comportamento, em especial, as mulheres da classe média, de quem ela fala que vão ao atelier das modistas encomendar um único vestido que, no decorrer de vários bailes, reuniões e demais festas, vão transformando o mesmo vestido para fingirem ser novo, a ponto de torná-lo feio e perder o figurino: “Elle já não é um vestido, é uma exposição ambulante de adornos mutilados, de fitas multicoloridas, de ruches que não conseguem dissimular os signaes accusadores dos pontos, que o pintam por todos os lados, como uma camada de bexigas”. Ressaltamos que a folhetinista alveja um tipo feminino, em particular, que vem da burguesia, aquela mulher que

ela disse – na carta anterior – ser fútil, que não quer estudar e preocupa-se apenas em ostentar um luxo dissimulado.

Depois de denunciar a mulher que vive socialmente de aparência, Torrezão reporta-se às leitoras paraenses e as adverte não ser a crítica para ofensa, mas uma questão de bom senso, “Não vão as minhas queridas leitoras paraenses suppor, pelo que ahi fica dito de relance, que a sua humilde repórter de modas reprova a transformação da toilette adoptada às variantes do figurino”. Ela escreve em defesa da elegância e do bom e defende-se ao pedir a compreensão e o apoio das leitoras para que ela não seja injustiçada, afinal ela manifesta-se também em favor da economia doméstica. “vossas excellencias far-me-hão de certo a justiça de acreditar que eu não posso deixar de aplaudir com todas as forças da minha obscura rethorica feminina tudo quanto, mantendo se nas condições do bom gosto e da fina elegância, attrahente e digna, satisfaça ao mesmo tempo nos preceitos de economia domestica”.

Nessa carta conhecemos uma “repórter de moda” que mesmo que tenha tentado deter-se exclusivamente a esse assunto, não conseguia deixar de emitir o seu juízo pessoal acerca do comportamento de uma sociedade, mormente da mulher, que vivia em meio à crise financeira, mas que fazia de tudo para dissimulá-la. Guiomar esforçava-se para isentar seus escritos dos dilemas que, por ventura, ela vivia ou testemunhava na sociedade portuguesa da época, tais como: a emancipação, a educação, a exploração da mulher, entre outros temas femininos, mas ainda que disfarçasse, por intermédio da moda, esses eram os temas recorrentes de suas cartas.

Na primeira página de *O Liberal do Pará* de 08 de fevereiro de 1880 foi publicada a nona carta enviada exclusivamente de Lisboa para esse jornal. Desde as primeiras linhas, Guiomar Torrezão noticia às leitoras paraenses a ida de uma brasileira para os Estados Unidos a fim de cursar medicina. Assim ela informa: “Acabamos de ler no Commercio de Lisboa que a senhora Maria Augusta Generoso Estrella, natural do Brazil, filha do sr. A. A. Generoso Estrella vae doutorar se em medicina nos Estados-Unidos”. O empenho em dar a notícia é tanta que a folhetinista não cumprimenta suas leitoras como fazia na maioria das vezes, ou seja, essa informação, denota a satisfação de Torrezão em apresentar uma realidade que ela almejava para muitas mulheres de seu tempo. Vale ressaltar que a notícia dada por Torrezão às leitoras paraenses foi publicada em um jornal português, o que nos permite compreender a relação estritamente existente entre Brasil e Portugal, tal qual a da folhetinista, enquanto correspondente, e suas leitoras do Pará.

Na sequência da missiva a folhetinista elogia a estudante brasileira, ao dizer que “A senhora Maria Augusta Generoso Estrella conta 19 anos e tem na frente o lume do talento, que é o elemento impulsivo da perseverança corajosa e o segredo dos mais audaciosos triumphos”.

Pela congratulação dispensada à futura médica percebemos o empenho em enaltecer o talento, a perseverança, a coragem, a audácia, enfim, os sentimentos que impulsionavam a mulher a buscar seus ideais, mormente se estes fossem relacionados aos estudos. Assim ela justificava a intenção de sua carta: “Abriu os intencionalmente a nossa carta lisbonense com esta noticia, no intuito de significarmos às leitoras o jubilo de que nos sentimos possuídas ao ver o Brazil dar um passo de tão profundo desenvolvimento intellectual e de tão larga acção humanitária”. Guiomar procura instigar em suas leitoras o empenho às letras e incutir valores que estavam além das reportagens de modas.

Assim sendo, em uma de suas cartas, questionara sobre a situação da mulher que se submetia ao casamento de conveniência e pouco valorizava os estudos. Nesta, comprovamos o quanto ela almejava a ascensão profissional da mulher, pois segundo ela, “A profissão official da mulher, que a habilita a viver honrada e dignamente, independente do casamento de conveniência, que falseia a sua missão, ou da perdição aviltante que a degrada, e o aproveitamento das singulares aptidões espontâneas do seu cérebro, vibrátil e repentista”, ou seja, era importante que a mulher pudesse ter uma profissão porque assim ela não dependeria financeiramente do marido, tampouco aceitaria uma vida subjugada. Segundo a autora, “A revolução que lentamente se está[va] operando não desbravou ainda completamente o terreno mansinho que mais tarde deverá converter-se ferocíssimo. Tem por isso a aprendizagem de ser pungida de cilícios como um noviciado claustral”. Vemos, então, o quanto ela tenta convencer suas leitoras da necessidade do estudo e da profissão para a conquista da emancipação feminina.

A “Operária das Letras” tinha conhecimento das situações aviltantes que sofria a mulher que buscava um espaço no meio escolar, pois ela denuncia “Os attritos das aulas, frequentadas pelos estudantes pelintras e estúpidos, que commentam com phrases chulas de garoto o sexo da alumna, o tirocínio com os lentes, difícil e perigoso, pelas condições viciadas do meio a que elles pertencem”. Dessa forma, a folhetinista aproveita-se das “Cartas Lisbonenses” para orientar suas leitoras sobre as dificuldades que, por ventura, possam passar no contexto de estudo. Sobre a condição das estudantes, ela aponta “as censuras tolas dos basbaques que não comprehendem a mulher fora do círculo, restrictamente limitado por duas equações, aparentemente incompatíveis, mas no fundo profundamente correlativas, a saber: – o rol da roupa e o piano!”. Ainda que já houvesse algumas mulheres enveredando no caminho dos estudos, elas passavam por situações constrangedoras, como a própria folhetinista denuncia, pois para a maioria dos homens a mulher continuava sendo sinônimo de contemplação pela vestimenta e pela canção tocada no piano.

Segundo a autora, embora houvesse “Em Portugal, duas ou três senhoras, menos tímidas ou mais judiciosas, [teem] tentado abraçar a gloriosa profissão de medicas”, estas não obtiveram êxito, “Parece, porém, que o desânimo, proveniente da falta de estímulo, ou por ventura a tibieza da vocação, não deixaram até hoje realizar-se essas justas aspirações, de um tão indiscutível alcance, social e humanitário”. Torrezão lamenta o fato das mulheres portuguesas não terem sido estimuladas ao estudo e queixa-se daquelas que vivem na ociosidade: “as senhoras de Lisboa, à parte raríssimas exceções, fincam nos parapeitos das janellas os seus cotovelos angulosos, descahem na mão direita as suas cabeças anêmicas e ôcas, e aguardam, sentimentalmente, a passagem dos mavórcios alferes”. Ela critica, principalmente, as mulheres que veem o casamento como uma única possibilidade de realização pessoal, cujo sentimento é marcado pelo ideal romântico.

O fato de a estudante brasileira ter decidido estudar medicina nos Estados Unidos, motivou Guiomar a escrever a missiva em favor das causas femininas, conforme ela justifica: “É por isso que a nobre e generosa resolução tomada pela senhora D. Maria Augusta Generoso Estrella, que honra sobre maneira o Brazil, não pode deixar de acordar um echo sympathico em todos os corações”. Para ela, a decisão da brasileira, além de ter sido honrada, foi também um passo significativo em favor da profissionalização da mulher, destarte, ela faz um apelo ao despedir-se das paraenses: “Despeço-me das leitoras fazendo votos para que os meus modestos conselhos de repórter dedicada aproveitem a vv. excs. e concorram para enlouquecer de puro encanto contemplativo a legião dourada dos seus numerosos admiradores”. Certamente, o “encanto contemplativo” a que a folhetinista se referia às leitoras, dizia muito mais respeito às posturas ligadas ao estudo e profissão do que à moda propriamente dita.

A décima carta assinalada por Guiomar Torrezão foi publicada em 15 de fevereiro de 1880, ou seja, exatamente uma semana após a publicação da nona. Nessa missiva, a correspondente informa que “Dois acontecimentos, profundamente interessantes, tem absorvido a atenção da ultima quinzena lisbonense, a aparição do livro de madame Rattazzi – *Le Portugal a voil d’oiseau* – e a rusga às casas de jogo”. Vale notar que em nenhuma das cartas Guiomar iniciava a falar de moda, ao contrário, em todas elas, ela primeiro reportava-se a assuntos de seu interesse, geralmente relacionados às letras, para, posteriormente, falar do tema das Cartas, isso quer dizer que, para saber das novidades das modas europeias, as leitoras paraenses primeiro ficavam a par dos acontecimentos ligados aos estudos, obras literárias, comportamentos, para, no final da carta, serem informadas sobre moda. A postura da folhetinista revela uma mulher preocupada em informar intelectualmente suas leitoras.

Essa carta é relevante para melhor compreender e ratificar a perspectiva literária adotada por Guiomar a respeito do seu posicionamento em favor de Madame Rattazzi, não apenas por ser mulher, mas, principalmente, por esta ser uma das personagens de maior visibilidade no mundo das letras para a nossa folhetinista. Não por acaso, assim como Rattazzi, Guiomar Torrezão escrevera (em 1888) as suas impressões de viagem na obra intitulada *Paris, impressões de viagem*. Aliás, para Torrezão, Madame Rattazzi era idealizada por o que escrevia, vestia e ditava na Europa, sendo um modelo a ser imitado e, por isso, a defendia nessa missiva, argumentando que a princesa, como a chamava, fora duramente criticada em Portugal “So porque s. exc. não polvilhou com o mesmo assucar crystalizado, que scintilava em faiscações diamantinas nos bombons (...) do hotel Central todos os capítulos do seu livro!”. Vejamos que, mesmo sendo portuguesa, ou seja, possivelmente também alvo da crítica de Rattazzi, Guiomar Torrezão não se considera ofendida pelo que a escritora francesa falou a respeito dos portugueses, pelo contrário, ela argumenta em favor de Rattazzi, dizendo que “Se a princeza calumnia, confessem que primeiro a calumniaram os senhores a ela”.

A folhetinista prossegue a argumentação em defesa da francesa questionando acerca teor do livro, “Se o livro, tão violentamente discutido, não é succulento e appetitoso, como o *foie gras* e as *truffas* dos seus jantares, em que largamente se banqueteam a litteratura máscula”, Rattazzi não escreve para agradar, mas para dizer de suas impressões da viagem que fez a Portugal. Guiomar ainda pondera que se a princesa, como turista, não foi amável aos portugueses, “não fez s. exc. mais do que obedecer às influências lethaes do meio, e repetir mais ou menos fielmente o *petit grain* de bisbilhotice, que os srs., no goso activo do seu passatempo dilecto lhes introduziam no ouvido curioso”. Notemos uma folhetinista contumaz em seus argumentos, pelo tom discursivo da carta podemos imaginar que, como ela mesma mencionou no início, Rattazzi fora alvejada pela imprensa portuguesa, tendo, inclusive, recebido críticas de Camilo Castelo Branco, amigo de Guiomar Torrezão, que novamente justifica que “Queixam-se unicamente de si; e não é muito que uma forasteira belisque levemente o velho Portugal encanecido”.

Obviamente que a querela provocada pelo livro de Madame Rattazzi atiçava a curiosidade para conhecer a obra que afrontava os portugueses, o que passava a ser uma oportunidade para Guiomar Torrezão demonstrar sua habilidade na tradução. Assim o fez e, além disso, avisou às suas leitoras que, certamente, desejaram a leitura pela defesa da folhetinista que assegurou: “E já agora não largarei mão do assumpto sem dar testemunho às minhas benévolas leitoras brasileiras que o livro de madame Rattazzi, *Le Portugal a voil d’oiseau* que está sendo deficientemente trasladado a portuguez pela sua obscura folhetinista”,

é “uma obra deliciosamente humorística, fulgurante de *entrain*, onde, por vezes, na fugitiva e complexa analyse das pessoas e das cousas, resultam *tics* de uma fidelidade e de uma scintillação admirável”. Compreendemos, assim, o efeito provocado pela polêmica de Rattazzi, pois além de defensora da “princesa”, Guiomar passava a ser tradutora da obra, o que explica o comportamento da folhetinista.

Interessante observar a maneira como a corresponde portuguesa articula seus escritos, pois depois de reportar às leitoras os assuntos de seu interesse, ela retoma o tema principal das cartas, “Passemos agora, sem transição, ao assumpto que mais directamente corresponde a expectativa da leitora” e de forma sutil reitera o motivo delas: “Premetemos na primeira das nossas despretensiosas cartas, exclusivamente consagradas às senhoras brasileiras, occuparmos não só do figurino applicado como de todas as grandes e pequenas tendências do toucador”. Certamente, essa habilidade da folhetinista foi construída ao longo das muitas participações em inúmeros jornais portugueses e dos vários escritos publicados, daí a alcunha de “Operária das Letras”.

Na penúltima carta lisbonense, datada de 28 de março de 1880, mais de um mês depois da décima carta, Guiomar Torrezão manifesta um desejo, além da reciprocidade e simpatia que ela tanto reivindicava nas demais. Nessa ela interpela a leitora paraense, dizendo que “Se fosse possível inverterem se os papeis, seria eu hoje que pederia a vv. excs., leitoras, que me escrevessem uma carta *paraense* em vez de lhes dirigir eu como costume, uma carta lisbonense”. Notemos que a folhetinista, ao sugerir a troca dos papéis, expressa um desejo curioso de conhecer suas leitoras, assim como a província do Pará, uma vez que ela gostaria de receber uma “carta paraense”, o que nos permite aventar a vontade de ser leitora, ou mesmo de estar no Pará, pois havia um grande motivo para isso: a presença da atriz portuguesa Emília Adelaide Pimentel (01/11/1836 – 11/09/1905).

No início da missiva, a folhetinista diz imaginar como seria a preparação para a escrita da carta paraense, a escolha do papel, da pena, a sensação da leitora e, pela pontuação utilizada, demonstra ansiedade que teria para receber a carta: “E vv, excs. escolhendo uma pequenina folha de velino, polida como um espelho, uma penna de bicos estreitos (...) toda palpitante e toda preocupada fallava-me... – e bem de suppôr – fallava-me... – era inevitável – falava-me...”. Torrezão chega a indagar a leitora acerca de sua expectativa, como se as paraenses fossem mesmo escrever para ela: “– não é verdade que não me engano, minha senhora?”. Toda essa euforia demarcada na penúltima carta devia-se à estada de Emília Adelaide na província, pois Guiomar desejava a saber novas da atriz: “– fallava-me da actriz Emilia Adelaide e dos seus deliciosos espetáculos”.

Figura 49



(Imagem de Emília Adelaide)

Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=em%C3%ADlia+adelaide>

Ela prossegue a carta no devaneio de receber a correspondência paraense, pedindo informação da atriz: “E eu responderia a vv. excs. com um lyrismo ultra bucólico, suplicando lhe que nos enviasse pelo primeiro pacote, espalmada n’um album, espetada n’um alfinete ou fechada n’uma boceta – exceptuando a de Pandora, bem entendido – essa borboleta ingrata e esquiva”. Guiomar expressa grande admiração por Emília Adelaide, a famosa atriz portuguesa que fazia fama no Brasil, depois de ter brilhado nos palcos de Portugal com as peças “A Morgadinha de ValFlor” e “Magdalena”, ambas de Pinheiro Chagas.

Na temporada que esteve na província do Pará, Emília Adelaide estrelou em inúmeras peças, chegando a atuar em até três peças em uma única noite de espetáculo. Foi homenageada em 29 de fevereiro de 1880, no espaço folhetim exclusivo para ela, do jornal *Diário de Belém* assinado pelo escritor português Lopo Vaz. Entre as diversas peças apresentadas no Teatro da Paz, em Belém do Pará, podemos citar as seguintes: Cora ou A Escrava, Magdalena (Pinheiro Chagas), A Judia (Poesia dramática de Thomaz Ribeiro), A Botija (traduzida do francês por Pinheiro Chagas), A Morgadinha de Val Flor (Pinheiro Chagas), Maria Joanna – A Mulher do Povo, As pupilas do sr. Reitor (extraído do romance de Júlio Diniz pelo sr. Ernesto Briester), O Amor (Paulo Giacometti), Fernanda (de V, Sardou, traduzida por Ernesto Biester), A Culpa vinga a Culpa (do italiano Paulo Giacometti, traduzido por Rangel de Lima), Julia (Octavio Feuillet), O suplício de uma mulher (drama de A. Dumas e Girardin), Janto com minha mãe (comédia do repertório do teatro D. Maria, em Lisboa), Maria Antonieta – A Rainha da França, Nho-nho (de Emílio Nejal e Alfredo de Ilmeguin, traduzida pelo brasileiro Arthur Azevedo), As ruínas do Castelo Negro, A Idiota (drama de A. Dumas), Espetáculo em Homenagem ao

Poeta Português Luiz de Camões (seguido do Hino Nacional de Portugal e da declamação do poema “Luiz de Camões”, de Luiz Augusto Palmeirim), Antonio – O enjeitado (drama de Alexandre Dumas traduzido pelo escritor português Ramalho Ortigão), Pedro (drama de Mendes Leal), As duas órfãs, entre outras não citadas.

Conforme constatamos, pela quantidade de peças encenadas na província paraense, Guiomar Torrezão estava a par da vida social de suas leitoras paraenses e, por isso, tanto desejava receber cartas das leitoras, noticiando acerca da boa atuação da atriz portuguesa Emília Adelaide, contudo, ela, em parte, conhecia a realidade das paraenses, por isso, argumentava, “Mas como a leitora possui a doce regalia invejável de não escrever senão uns pequeninos bilhetes muito íntimos e muito lacônicos às suas amigas, no número das quaes não ousou incluir me”, ou seja, apesar de tantos rogos, a folhetinista sabia que muito raramente as leitoras correspondiam-se com os jornais. Nesse sentido, ela também se manifestava sobre o seu ofício de escritora, ao dizer da regalia de suas leitoras em não escrever, exceto às amigas mais íntimas, o que não era o caso de Guiomar, que vivia exclusivamente das penas. Na sequência da missiva, ela reitera que sua pena é variada: “Mas, como eu ia dizendo à leitora, e restando o fio da nossa conversa quebrado pelos caprichos da minha penna desinquieta e versátil”, para não dizer da sua própria desinquietação e versatilidade, características que distinguem Guiomar Torrezão como uma das maiores escritoras portuguesas de seu tempo, mas que, por circunstâncias adversas, ficou esquecida nas páginas dos jornais oitocentistas.

Por fim, a última carta, data de 02 de maio de 1880, mais de um mês após a penúltima, quando percebemos uma certa distância entre elas, trata além da Moda – que a autora chama de “Proton” –, de um assunto caro à sociedade lisboeta do qual a folhetinista não se exime de “registrar um facto inconcebível, anormal, ridículo (...), e ao mesmo tempo romanesco e trágico como o pranto soluçante de Rigoletto, – o rapto!”. O que, mais uma vez, ratifica nossa afirmação acerca da utilização do espaço folhetim usado por Torrezão para denunciar as mazelas da sociedade portuguesa de seu tempo. A “repórter de Moda” parece não concordar com o comportamento de suas contemporâneas, no que diz respeito à entrega amorosa, pois ela considera inconcebível que uma moça jovem deixe-se seduzir por aventureiros e preterir os estudos em favor de amores vãos.

Na missiva, Guiomar Torrezão assevera que “Sim, o rapto, esse velho expediente gasto, de uma sentimentalidade anachronica, que há cinquenta ou sessenta anos evaporava as exaltações doentias de uma geração de amantes eróticos”. Para ela, a sentimentalidade romântica é obsoleta, pois em plena década de 1880 não se pode mais conceber tal postura da mulher, visto que essa deve agir racionalmente mantendo-se centrada nos estudos e profissão.

Ao falar do rapto, que se tornava comum em Portugal, ela argumenta que “apareceu de repente, quando menos se esperava, e veio demonstrar que o romantismo existe ainda, a despeito de Zola e do sr. Eça de Queirós”. Guiomar defende as inovações ocasionadas pelo movimento realista, principalmente quando se trata da postura da mulher, mais dona de si, de seus sentimentos e das suas ações. Segundo ela, Zola e Eça de Queirós, os dois maiores escritores realistas da França e de Portugal, respectivamente, continuam sendo ignorados mesmo diante de um tempo de mudanças no que diz respeito ao comportamento feminino.

Para criticar o rapto, visto naquele país como algo corriqueiro e representativo da causa amorosa, a folhetinista informa às suas leitoras paraenses que “Duas meninas, uma de Lisboa, outra do Porto, acabam ser raptadas aos braços carinhosos da família, a primeira por um cômico do teatro de D. Maria, a segunda por um saltimbanco do circo do sr. Enrique Dias”. Por intermédio dessa informação noticiada nas páginas de *O Liberal do Pará*, a escritora dá seu parecer a respeito desse fato que ela considera “ridículo”, como uma maneira de incutir na mente de suas leitoras as ideias que ela defende em detrimento do romantismo.

Ao manifestar-se a respeito das portuguesas, Guiomar Torrezão é enfática na sua argumentação: “A mulher portuguesa, condemnada a tãtalica privação, dos estudos sérios, complexos profundos que a habilitem a seguir um curso superior mediante o qual se facilitasse uma posição defluida”, ou seja, ela (inclusive em outras cartas) que a mulher portuguesa preocupa-se mais em aprender a tocar piano, estudar as toaletes e as boas maneiras para conseguir um casamento de conveniência, do que em cursar o ensino superior. A autora diz ainda que a portuguesa vive quase que “impossibilitada por conseguinte de fortalecer o seu espírito, propenso a allucinações hystericas, nas santas convivências intellectuaes, nas regiões luminosas da arte onde o pensamento se transforma e desenvolve, n’uma consciente harmonia e n’uma serenidade perpetua quando lhe não cortam as azas”. Vemos uma importante argumentação da correspondente de *O Liberal do Pará* em defesa da arte e do conhecimento, o certamente poderia ser assimilado pelas leitoras.

A Folhetinista continua a refutar a maneira como suas conterrâneas eram tratadas, ao dizer que “a mulher portugueza, educada em collegios banaes, no meio de condiscípulas pretenciosas e de professoras analfabetas”, dificilmente mudariam a mentalidade, haja vista que o meio frequentado por elas não lhes era favorável. Ainda sobre o meio ela denuncia que “a mulher portugueza que depois do tirocínio do collegio passa sem transição para o tirocínio do namoro”, ou seja, o namoro inicia já no ambiente escolar, onde ela é vista não como aluna, mas como objeto de prazer, o que a torna, conseqüentemente, alvo de críticas por ceder às investidas dos colegas: “a mulher portugueza que nas salas, nos theatros, nos passeios, nos livros, nos

jornaes recolhe periodicamente uma copiosa messe de calumnias gratuitas, de maledicências idiotas, que lhe depõem no ouvido inexperiente e no cérebro ôco”.

Torrezão não se intimida em denunciar a sociedade de seu tempo, tampouco os ambientes que esta sociedade frequenta, vistos como propícios à degradação, mormente da mulher, concebida “como um balão assoprado, germens impuros como as secreções das varejeiras, está pelas condições deficientes de seu código moral habilitada como poucas para a cambalhota funambulesca do rapto amoroso”. Ela não se abstém da denúncia, e discorre sobre uma sociedade doentia no trato feminino, sociedade que ignora os avanços em defesa da mulher, as mudanças pelas quais algumas delas tanto almejavam, como a própria folhetinista.

E como já mencionamos anteriormente, após falar dos assuntos que mais lhe interessavam, a autora da missiva justificava que “para que a economia domestica e a chimica culinária não seja completamente banida das nossas despreziosas palestras finalisarei com uma noticia agradável e uma receita útil”. O que ela realmente fazia eram verdadeiras “palestras” sobre os assuntos mais instigantes acerca da emancipação da mulher e reivindicação de seu espaço na sociedade, para só no desfecho da missiva abordar sobre amenidades.

Convém declarar que não encontramos em nossas pesquisas nenhuma informação sobre a vinda de Guiomar Torrezão ao Pará ou outro lugar do Brasil e que pelas suas “Cartas Lisbonenses” podemos afirmar que não veio, pois entre as várias vezes que se referiu ao país ou à província do Pará, ela manifestou desconhecer a região e seus costumes, entre as quais citamos o fragmento extraído da última carta: “A receita ensina a preparar as acelgas, uma hortaliça saborosa e higienica, que não tem para mim n’este momento senão um único contra, o de ignorar se ella produz no Brasil, ou se a leitora a desconhece totalmente”. A “leitora” a quem Guiomar se refere é a paraense, e ao dizer do seu desconhecimento sobre ter ou não acelgas na região valida a afirmação de não ter vindo ao Pará, e também ratifica o destino exclusivo das cartas para o público feminino de *O Liberal do Pará*.

3.2.17 *Hermínia*

Mariano Augusto – Machado Faria e Maia (Ponta Delgada, 21/08/1843 – Lisboa, 14/12/1917) pertenceu ao grupo Cenáculo, no qual estreitou amizade com Antero de Quental. Formado em Matemática, mas atuando principalmente na política, esse autor gravou seu nome nas páginas de *O Liberal do Pará* por meio da narrativa “Hermínia”, localizada na primeira página, na seção “Folhetim” de 24/10/1880.

Essa prosa de ficção tem como personagem principal a jovem Hermínia, moça jovem e bonita, filha de uma rica família que a desprezou por ela ter se deixado seduzir por um barão que “era um miserável acostumado a brincar com os sentimentos mais sagrados, e abusou com um sorriso nos lábios d’aquella que nelle cria como um Deus!”. Hermínia e a filha, fruto da sedução, foram desprezadas pela família e pelo amado, “o mundo não queria crer no arrependimento da mulher perdida... a mulher perdida se imporia ao mundo”.

Desolada, Hermínia, depois da morte da filha, envolveu-se com um velho rico que a transformou em uma famosa atriz. Ela reatou a antiga paixão pelo barão e “enleiou-o habilmente nas suas redes, e quando elle já se julgava vencedor, depois de ter sacrificado toda a sua fortuna, Hermínia o repeliu sem dó, como fizera naquella noite fatal”, o barão, não suportando o desprezo da atriz, suicidou-se. “Três annos mais tarde, Hermínia, formosa ainda, mas minada pela vida licenciosa que levara, e pelos soffrimentos que a lançaram a esta vida, sentiu approximar-se o momento do descanso”, à beira da morte, recebera a visita de uma senhora idosa, que logo reconheceu sendo sua mãe que lhe fora levar “o perdão e o thesouro inesgotável do amor maternal”.

A narrativa segue a temática do amor irrealizável, da morte como punição e única forma de absolvição e redenção à mulher. O autor adota uma perspectiva tradicionalmente romântica, ainda que esta história tenha sido publicada quase em fins de 1880. Ele usa uma linguagem antagônica, carregada de adjetivações para caracterizar as atitudes das personagens: Hermínia era “sonhadora”, “formosa como um anjo de Raphael”, “o coração da menina era puro e piedoso”; o barão, por quem a jovem apaixonou-se, era descrito como “miserável”, “algoz”, de “risada infernal”, um “seductor covarde”, ou seja, a narrativa conduz o leitor a dar seu parecer de acordo com as ações das personagens, mesmo que Hermínia fosse vítima de sedução e pudesse ser inocentada pelo leitor, ela seria punida como forma de expiar pelo crime de ceder às tentações do pecado.

Nessa perspectiva, vimos que as prosas de ficção se alternam nesse período, algumas avançam ao abordar um comportamento mais realista, outras, seguem, ainda, a maneira romantizada da expiação a ser cumprida pelo personagem acometido pelos vícios. São os movimentos literários que entram em conflito por espaço nos jornais e na mente dos leitores.

3.3 Terceiro Centenário da Morte de Camões

A presença portuguesa nas províncias brasileiras certamente ficou marcada por meio das manifestações culturais trazidas por esse povo colonizador. Décadas após a independência do Brasil, período pelo qual os brasileiros tentaram manter distância de Portugal, restaram ainda, em algumas regiões, laços que permaneceram atados para além do idioma, entre os quais podemos citar as agremiações portuguesas, como o Real Gabinete Português de Leitura (no Rio de Janeiro), o Gabinete Português de Leitura (em Pernambuco) e o Grêmio Literário Português (no Pará). Essas agremiações foram responsáveis pela manutenção da cultura lusitana entre nós, pois além de preservarem as bibliotecas com grande acervo disponível à população, mantiveram algumas comemorações referentes a Portugal, como podemos citar “O Dia de Camões”, comemorado em 10 de junho.

O ano de 1880, em especial, foi notabilizado pelo tricentenário de morte do autor de “*Os Lusíadas*” e o Pará não ficou isento dessas homenagens ao “grande épico português”, Luís Vaz de Camões. Na província paraense, a data de 10 de junho de 1880 foi celebrada pelo público, tendo à frente as agremiações literárias e a imprensa; esta, em especial, acompanhou desde as primeiras reuniões organizadas para a comemoração do evento até o grande dia, que foi noticiado nas diversas páginas dedicadas ao “vate português”. Nesse sentido, ainda que algumas províncias brasileiras tenham deixado passar despercebida essa data tão importante para os falantes da língua portuguesa, o Pará, província com grande número de imigrantes vindos de Portugal para a colonização do norte do Brasil, demonstrou que em plena década de 1880, continuava com os laços atados com o antigo reino, pois, como vimos no segundo capítulo, parte da imprensa local era de proprietários portugueses e, também por isso, os jornais dessa província acompanharam atentos os detalhes da festa comemorativa do terceiro centenário.

O jornal *Diário de Belém* foi um dos que acompanharam desde o início as notícias a respeito do tricentenário. Na primeira página do n.º 54, publicado em 07 de março de 1880, trouxe a seguinte nota extraída do *Diário de Portugal*:

AS FESTAS DO CENTARIO DE CAMÕES

Como é sabido, o governo e os institutos scientificos de character official não tomam a iniciativa das festas do centenário do nosso grande épico, escreve o nosso collega do *Diário de Portugal*.

À sua inercia oppõe-se brilhantemente a iniciativa particular, quebrando este silencio official, que é uma vergonha, um opróbrio para a nação.

Diz com razão o senhor Theophilo Braga, que este facto constituirá o character mais profundo d'este jubileu nacional.

A serie de trabalhos que teem sido annunciados até agora, no paiz e no estrangeiro, destinados a celebrar o centenário do grande poeta, são as seguintes:

- 1.º *Os Lusíadas*, pelo editor Emilio Biel, com um estudo sobre a vida e obras do poeta, por José da Silva Mendes Leal. A parte artística é monumental.
- 2.º *Os Lusíadas*, edição de luxo, consagrado ao terceiro centenário do poeta, com a historia da recensão do texto definitivo do poema e sua relação com a nacionalidade portugueza. A empreza é da iniciativa exclusiva de João Eduardo Alves, director da Imprensa Portugueza, e de Manoel de Mattos Azevedo Leal, primeiro impressor da referida casa.
- 3.º *Os Lusíadas*, precedido de um juízo critico, por José Maria Latino Coelho. Edição commemorativa do terceiro centenário do grande poeta, constando apenas de *cincoenta exemplares*. Editor David Corazzi.
- 4.º *Os Lusíadas*, edição luxuosa precedida da biographia do poeta e a apreciação critica da obra, por Tomaz Ribeiro. Editor Aristides Abranches e Dr. Duarte dos Santos.
- 5.º *Os Lusíadas*, com um prologo por Ramalho Ortigão, e texto revisto sobre a edição de 1572 por F. A. Coelho.
- 6.º Edição da traducção latina dos *Lusíadas*, por frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, revista pelo professor A. José Viale. É empreza da imprensa nacional.
- 7.º *Obras do Luiz de Camões*, o tomo VII e ultimo da edição do Sr. Visconde de Juromenha, contendo o commentário histórico dos *Lusíadas*. Apparece no dia do centenário.
- 8.º Traducção completa de todas as *Lyricas de Camões*, pelo professor da universidade de Munster, Dr. Willherme Storck.
- 9.º Estudo critico biographico de Camões do professor da polytechnica de Munich, Dr. Kareyou Remhardtstoetner.
- 10.º Em Madrid o illustre compositor hespanhol Francisco Arcanjo Barbieiro, está escrevendo um Grande Festival, para ser executado por ocasião do centenário.
- 11.º Em Pariz, o escritor brasileiro Miguel Lemos prepara um estudo philosophico sobre o centenário de Camões, destinado a *Kewe occidental*.
- 12.º Medalha commemorativa do centenário, em bronze, prata e ouro, por José Arnaldo Nogueira Moralinho.
- 13.º Homenagem a Camões, publicação illustrada e esmeradíssima, por uma sociedade de homens de letras.
- 14.º O auctor do drama *O Casamento civil*, Cypriano Jardim, prepara um drama em cinco actos intitulado *Camões*.
- 15.º A empreza do Palacio de Crystal, no Porto, organisa festas publicas para os dias 8, 9 e 10 de junho de 1880, consistindo em conferencias, recitações e representações dramáticas.
- 16.º *Commentario dos Lusíadas*, por Farias e Souza, traduzido e trasladado pelo calligrapho Godinho, como monumento da especialidade.
- 17.º Medalha commemorativa do centenário, em bronze, por Soares dos Reis. (*Diário de Belém*, n.º. 54, 07/03/1880, p. 1)

Segundo o redator do jornal português, o governo daquele país fazia pouco caso das comemorações do tricentenário da morte de Camões, recebendo inclusive críticas do escritor Theófilo Braga – um dos organizadores do evento. Em vista disso, as instituições particulares tomavam a iniciativa na organização das celebrações, que contavam com publicações de diversos escritores, os quais lançavam edições luxuosas, precedidas de biografia do poeta, com juízo crítico, com prólogos, com estudo filosófico, traduções, comentários e ilustrações acerca da obra do “épico português”.

Notemos que, em meio às comemorações, o mercado editorial encontrava uma grande oportunidade para oferecer ao público, dos mais diversos países, acesso às edições especiais. Vemos, pela lista publicada, que a obra *Os Lusíadas* se tornava cada vez mais conhecida, por

meio das traduções e das relações estabelecidas entre os escritores de diversas nacionalidades, o que nos permite afirmar que o tricentenário serviu também para consolidar e perpetuar Luís Vaz de Camões como um dos maiores poetas da literatura universal. As medalhas comemorativas, cunhadas em bronze, prata e ouro simbolizavam a valoração não somente do autor, mas principalmente de sua obra, cuja maior representação era a epopeia, haja vista que a lírica era, até então, menos propagada.

Na esteira das organizações do evento em Portugal, Belém também se preparava por meio de sua colônia. A publicação que o *Diário de Belém* trouxera do *Diário de Portugal* certamente instigara os “portuguezes do Pará” a festejarem o centenário na província. No mesmo mês de março, o *Diário*, nº. 70, noticiava em sua segunda página:

CENTENARIO DE CAMÕES

Consta-nos que a colônia portugueza d’esta Província vae festejar o 3.º centenário de Camões, do grande poeta que fez a gloria das duas nações irmãs que fallam a lingua portugueza, do autor d’aquelle evangelho do amor da pátria chamado – *Os Lusíadas*. Em diversas Provincias do Brasil também preparão-se grandes festas para o dia 10 de junho, e no Rio de Janeiro, segundo vimos em um artigo do *Cruzeiro*, que opportunamente publicaremos, essas festas serão esplendidas e dignas da geração actual.

Não era por tanto possível que os portuguezes do Pará, sempre promptos a acolherem no intimo d’alma até aos mais diminutos estremecimentos d’alegria ou de dor que lhes venhão do berço natal, deixassem de tomar parte em alegria tão justa e tão santa.

Não é um regosijo official, é o jubilo de um povo que sente em si a alma do progresso. Não se vae festejar um homem ou uma idea comum, vae-se glorificar o idealismo e o gênio da pátria. É a apologia sagrada das recordações gloriosas do passado unida à apologia do trabalho, que diz *fé*, que diz *futuro*.

Avante, pois!

(*Diário de Belém*, nº. 70, 28/03/1880, p. 2)

Vejamos, no discurso apresentado pela imprensa, que são reforçados os laços entre as duas nações, mormente nessa província, motivo pelo qual se pagaria tributo ao “grande poeta que fez a gloria das duas nações irmãs que fallam a lingua portuguesa”. Ressaltamos que entre as províncias brasileiras que também comemorariam o centenário, foram citadas pelos jornais a do Rio de Janeiro e de Pernambuco, onde se encontram os mais antigos gabinetes de leitura inaugurados pelos portugueses. Ao referir-se à colônia portuguesa do Pará, o jornal justifica que esses patrícios estavam “sempre promptos a acolherem no intimo d’alma até aos mais diminutos estremecimentos d’alegria ou de dor que lhes venhão do berço natal”, ou seja, eles procuravam ficar a par de todos os acontecimentos de seu país, o que nos indica a forte relação preservada com a cultura pátria e mantida por eles em nossa região. Convém apontar que a colônia lusitana visava tornar cada vez mais célebre o poeta e sua obra, e, também, a própria sociedade portuguesa: “Não se vae festejar um homem ou uma idea comum, vae-se glorificar o idealismo e o gênio da pátria”.

As comemorações do tricentenário de Luiz de Camões circularam em vários países por meio da imprensa. Na França, o jornal *A Liberté*, segundo o *Diário de Belém*, também mencionou o acontecimento ao publicar um artigo no qual se referia ao “imortal épico” e a Almeida Garrett, autor do poema “Camões” (1825), que, publicado na capital francesa, foi considerado o marco do Romantismo português:

CENTENÁRIO DE CAMÕES

O jornal, *A Liberté*, de Paris, inseriu n'um dos últimos números, sob este título, um interessantíssimo artigo acerca do nosso imortal épico, das festas de seu centenário e da tradução francesa que acaba de aparecer, do formosíssimo poema de Garrett, o *Camões*.

N'esse artigo são devidamente encarecidos os dois grandes poetas portugueses.

Garrett e Camões,
Filho e pae da mesma raça
Bebendo na mesma taça
As mesmas inspirações.

(*Diário de Belém*, n.º. 77, 06/04/1880, p. 2)

Nesse sentido, foram propagados pela imprensa parisiense dois consagrados escritores portugueses: Camões, pelo tricentenário de sua morte, e Garrett pela publicação e tradução do poema que homenageara o grande vate lusitano. À véspera do tricentenário, o jornal *O Liberal do Pará*, n.º. 180, noticiou em primeira página que, graças a dois brasileiros, aconteceria “em Paris com muita pompa o 3.º centenário do grande épico português”:

O Centenario de Camões. – Graças a dois brasileiros, vae celebra-se em Paris com muita pompa o 3.º centenário do grande épico portuguez.

Sobre a festa promovida pelo sr. dr. Paes Lima, já fallamos anteriormente. Eis agora o que diz um correspondente da Europa para o *Jornal de Noticias*, da Bahia, sobre uma outra festa promovida pelo sr. dr. Nery:

O *Centenario de Camões* será celebrado aqui em Paris a 10 de junho. Por proposta do dr. Sant'Anna Nery, nosso patricio, a associação litteraria internacional esta organisando uma grande festa artistica e litteraria. Haverá uma curta conferencia do proponente acerca de Camões, e será executada uma marcha, composta para essa circumstancia, pelo exímio pianista e compositor Antonio de Kontski. Os maiores artistas de Paris já prometteram o seu concurso para essa festa, que será digna de Paris e do grande gênio que se quer glorificar.

(*O Liberal do Pará*, n.º. 180, 09/06/1880, p. 1)

Brasileiros e portugueses uniram-se em favor das celebrações do centenário, pela publicação de *O Liberal da Pará*, trazida do *Jornal de Notícias* da Bahia, o evento contava com a participação de vários artistas de renome internacional, principalmente os parisienses. Ressaltamos a intenção com que os festejos aconteceriam, para a qual a própria imprensa chamava atenção, prevendo que a festa seria “digna de Paris e do grande gênio que se quer glorificar”. Podemos observar que as notícias sobre os festejos eram publicadas mensalmente, não apenas por este diário, mas também por outros do Pará e de outros lugares do Brasil e

exterior. De Portugal veio a informação divulgada pelo *Diário de Belém* a respeito das deliberações tomadas pela comissão executiva do evento:

EXTERIOR

Portugal

Na ultima sessão da commissão executiva, eleita pela reunião dos jornalistas Lisbonenses para tratar dos festejos do tricentenário de Camões, foram suscitadas e escolhidas diversas ideas, taes como: mensagens à imprensa estrangeira; convite à das províncias, e de ultramar, signaes de fraternisação com a imprensa brasileira, (?) maniffestação affectuosa com os membros do congresso internacional litterario, que se teem de reunir em Lisboa no dia 10 de junho, mensagem de congratulação aos nossos concidadãos residentes nos vários paizes da America do Sul, e principalmente no imperio brasileiro por meio das corporações que os representam e em que elles se acham associados, os Gabinetes Portuguezes, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e outros.

O programa dos festejos dever ser apresentado amanhã à apreciação da commissão executiva.

É elaborado pelos Srs. Ramalho Ortigão e Theophilo Braga.

Espera-se que Victor Hugo venha a Lisboa assistir às festas e presidir ao congresso litterario.

(*Diário de Belém*, n.º. 102, 05/05/1880, p. 2)

Os jornalistas lisbonenses tiveram papel relevante na organização dos festejos e, mais ainda, na divulgação da importância do poeta para o cenário da literatura universal. Vejamos que tudo fora planejado de maneira que houvesse ampla propagação da obra e do escritor português, tais como: “mensagens à imprensa estrangeira”, principalmente à brasileira; “signaes de fraternisação”, em especial com brasileiros e portugueses que residiam no Brasil e trabalhavam na imprensa; “maniffestação affectuosa” e “mensagem de congratulação” para aqueles que compunham congressos e associações, ou seja, o bom tratamento expresso pela comissão executiva, tendo à frente os “Srs. Ramalho Ortigão e Theophilo Braga”, era primordial para que fosse alcançado o objetivo desejado, contando, inclusive, com a participação do influente escritor do romantismo francês Victor Hugo. Observemos que foram citados os gabinetes portugueses do Rio de Janeiro, de Pernambuco e outros, pelos quais acrescento o do Pará, como corporações onde os portugueses achavam-se associados.

Nesse sentido, convém atentarmos para a maneira como foi construída a consagração do poeta lusitano, na qual a imprensa e os escritores portugueses assumiram papel fundamental e influenciaram outras nações a aderir a “tão symphatica idea”. Vejamos como os jornais paraenses noticiaram a preparação para os festejos na provincia:

3.º centenário de Camões. – vae em fim solemnizar-se n’esta cidade, o 3.º centenário de Camões.

O Club Euterpe acaba de nomear uma commissão dos seguintes srs. – José Gonçalves de Medeiros Branco, Manoel Soares de Medeiros e A. C. Porto, a fim de levarem a effeito esta patriótica idea.

Estes srs. dirigiram-se já ao exm. sr. dr. presidente da província, pedindo-lhe o edifício da escola pratica para ter lugar ali a festa no dia 10 de junho vindouro, o que s. exc. cedeu de boa vontade, de commum accordo com o illm. sr. dr. director da instrucção publica Joaquim Pedro Correa de Freitas.

Vamos, pois, definitivamente festejar no Pará o 3.º centenário do grande épico – Luiz Vaz de Camões, o inimitável reformador da lingua portgueza.

(*O Liberal do Pará*, nº. 103, 06/05/1880, p. 2)

CENTENARIO DE CAMÕES

Vae festejar-se nesta cidade o 3.º centenário do immortal poeta portguez reformador da sua lingua – *Camões*.

Segundo deliberação do Club Euterpe, estão à frente destes festejos os Srs. José Gonçalves de Medeiros Branco, Soares de Medeiros e A. C. Porto, além de outras pessoas de boa vontade cooperam para a realização de tão sympathica idea.

A festa será no dia 10 de junho vindouro no edifício da Escola Pratica, cedido por S. Exc. O Sr. Presidente da Provincia, de boa vontade, à comissão respectiva.

A sessão será dividida em duas partes. litteraria e musical.

Consta-nos que há enthusiasmo bastante nos jovens que se propõem a tão nobre intuito.

(*Diário de Belém*, nº. 104, 08/05/1880, p. 2)

As duas publicações têm praticamente o mesmo teor e espaço usado no anúncio, ambas apresentam a agremiação à frente dos preparativos (Club Euterpe), trazem os nomes dos organizadores, e fazem referência à “boa vontade” do presidente da província em colaborar. Os festejos organizados na capital paraense contaram com a colaboração de agremiações, autoridades políticas, jovens escritores e artistas. O evento estendeu-se ao teatro, que contou com a participação da atriz portuguesa Emília Adelaide, que passava uma temporada teatral na província e aproveitou a ocasião para apresentar ao público do Teatro da Paz o poema “Luiz de Camões”, de autoria do escritor português Luiz Augusto de Palmeirim. Conforme podemos constatar na imagem do anúncio publicado do *Diário de Belém*, nº. 130:

Figura 50

THEATRO DA PAZ

IMPRESA--VIDENTE

DIREÇÃO DA EMINENTE ACTRIZ PORTUGUEZA
EMILIA ADELAIDE

Amanhã

GRANDE NOVIDADE!! GRANDE NOVIDADE!!

Espectaculo em homenagem ao grande poeta portuguez

Luiz de Camões.

Honrado com a presença do Exm. Sr. Dr. Presidente da Provincia.
Depois de uma brilhante suvertura a orchestra tocará os

Hymnos Nacional e Portuguez.

Em seguida a actriz Emilia Adelaide recitará a linda poesia do festejado poeta portuguez Luiz Augusto de Palmeirim

LUIZ DE CAMÕES.

Seguir-se-ha a 2.ª representação do muito applaudido drama de A. Dumas:

A IDIOTA

Principiará ás 8 1/2 horas.

O theatro acha-se esplendidamente adornado e uma banda de musica tocará no salão diversas peças de seu repertorio.

No dia 15 do corrente terá lugar o beneficio da actriz

EMILIA ADELAIDE

Os bilhetes vendidos para o dia 5 terão entrada neste dia.
O resto dos bilhetes continuam a venda na loja do Propheta á rua dos Mercadores

(*Diário de Belém*, n.º 130, 09/06/1880, p. 1)

No dia 10 de junho de 1880, o tricentenário foi noticiado em quase toda a primeira página do jornal *O Liberal do Pará*, n.º 131, que justificou o motivo da comemoração por considerar que Camões “immortalisou a lingua portugueza e celebrisou a pequena nesga de terra, que lhe deu o berço”, ou seja, o vate lusitano notabilizou-se pela consagração da língua portuguesa e do reino português, realizada por meio da obra *Os Lusíadas*, segundo a qual foi dito que “Portugal (...) não morrerá enquanto existir um exemplar do immortal poema”. O próprio jornal manifestava-se em favor dos que honravam a memória do ilustre poeta: “*O Liberal do Pará*, associa-se, pois, a todas essas demonstrações que tenham por fim honrar a memoria de Camões”, justificando a importância da celebração: “É este o dia em que se cobre de galas todo o mundo litterario, para festejar o centenário de um grande vulto, de um gênio poderoso – Camões!”.

É notória a importância do poeta na história da Literatura Portuguesa, mas há que considerarmos que esse engrandecimento que lhe fora dado por ocasião de seu tricentenário, serviu também para glorificar uma nação que vivia em meio à crise política e econômica e encontrava-se carente de um vulto que representasse não apenas a classe artística, mas, principalmente, uma nação. Vejamos o que diz *O Liberal*: “Em nome da liberdade e do progresso, saudemos o dia de hoje como um dos maiores que recordam a gloria de um povo inteiro”.

O poeta português Luiz Augusto Palmeirim, que tinha publicações em jornais paraenses, deu sua contribuição ao escrever um poema intitulado “Luiz de Camões”, cuja homenagem fora feita pela declamação da atriz portuguesa Emília Adelaide, na noite do festejo no Teatro da Paz (conferir no anexo). No poema de Palmeirim, Camões é dito superior a Tasso e comparado a Petrarca e Ovídio; o autor lamenta que, naquele tempo, o reino português só era conhecido por intermédio da obra *Os Lusíadas*: “Deus que deu aos portugueses / D’além mar as regiões; / Que nos livrou dos revezes, / Deu-nos o rei das canções. / Fomos o povo escolhido, / O nosso nome temido / Hoje... só é conhecido / Pelos cantos de Camões”. Luiz Augusto Palmeirim reconhece a genialidade do autor e, por isso, rende-lhe homenagem, sabendo que esta se estende a toda nação portuguesa. Segundo ele, conviria lembrá-lo e homenageá-lo, haja vista que “A Camões por monumento, / Só resta um livro; não mais; / D’aquelle gênio portento / Não temos outros signaes!”.

Outro poeta português a prestar homenagem a Camões foi Francisco Gomes de Amorim, também atuante escritor na imprensa paraense. Amorim escreveu o poema “O Jau” (conferir no anexo), a fim de celebrar a memória do vate e de seu criado Jau, que o acompanhou até seus últimos dias. O poema de Amorim assim refere-se ao cativo de Camões: “O seu amigo está morto: / E o cativo sem conforto, / É livre e não quer viver... / E chora o seu captiveiro, / Seu senhor, seu companheiro / Que já não torna a volver”. Nessa homenagem, Amorim conta a história de parceria e amizade existente entre Camões e Jau, quem o acompanhou até seus últimos dias e que padecera pela morte de seu amo. Vejamos que naquela data vários escritores e artistas preocuparam-se em prestar homenagem ao “épico português”, não só com o intuito de agraciá-lo com obras dedicadas a ele, mas também porque viam nas celebrações do tricentenário uma oportunidade de visibilidade de seus talentos e maneiras para garantir suas publicações.

O mesmo *O Liberal do Pará*, n.º 133, de 12 de junho de 1880, ou seja, dois dias depois dos festejos, ainda ocupava-se em dar detalhes do ocorrido na província paraense, trazendo para os leitores, publicações de outros jornais, como por exemplo, a que se segue: “Pedimos permissão ao *Diário de Notícias* para transcrevermos o artigo que hontem publicou relativamente às festas com que n’esta capital se commemorou o terceiro passamento do grande épico portuguez, addicionando-lhe outros pormenores que deixaram de ser mencionados”. Obviamente, essas informações rendiam, além da notoriedade para os jornalistas e escritores, uma maior busca pelas folhas, logo, a venda garantiria uma renda extra para seus proprietários. No Rio de Janeiro, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* teve suas edições esgotadas, foram

vendidas naquela data um número de setenta mil exemplares, segundo consta na primeira página do “Noticiário” do *Diário de Belém*, nº. (?), de 27 de junho de 1880.

Nessa província, a atuação dos jornais não poderia ser diferente, afinal, como o próprio *O Liberal do Pará* (nº. 133, 12/06/1880, p. 2) enfatizou “Nem era possível que o Pará, se mostrasse indiferente ante as festas da intelligencia, que tem abalado aos povos civilizados: elle também pagou o tributo de homenagem ao gênio, ao grande épico, que deixou seu nome gravado em letras d’ouro nas paginas da historia”. Ressaltamos a importância da participação da província paraense nas comemorações do tricentenário, pois, pela sua história política e econômica ligada ao antigo reino, era de se esperar que os festejos de fato acontecessem.

Quanto aos detalhes da festa, o referido jornal destacou a participação dos homens de letras que se manifestaram por com discursos a respeito do tricentenário, dentre os quais foi ressaltado que “O mais importante discurso, que ahi se pronunciou, foi o do sr. Paulino de Brito. O intelligente moço, quando declarou que ‘Camões morreu com a decadência de Portugal, mas que o Brazil surgiu pujante como para immortalisar o grande vate’, foi alvo de frenéticos aplausos”. Pelo discurso do orador, poderíamos também enaltecer o empenho da província paraense, especialmente da imprensa que, por meio do seu noticiário, permitiu que essas informações chegassem até nós. Ainda sobre o evento, o cônsul de Portugal manifestou a gratidão que sentira pelo empenho dos paraenses: “O digno sr. consul portuguez agradeceu às pessoas que se dignaram concorrer para a solemnidade do acto e levou vivas à memoria de Luiz de Camões e à imprensa”.

Na mesma data, de 12 de junho de 1880, o *Diário de Belém*, nº. 132, também noticiou em detalhes como ocorrera a comemoração (conferir no anexo), e argumentou que “Ao jornalismo da província coube um dos mais distinctos lugares nas homenagens rendidas ante-hontem ao grande épico LUIZ DE CAMÕES”, ou seja, a imprensa paraense sabia da importância de sua atuação para o bom desempenho do evento e fez jus às homenagens. A notícia reportou-se a outros jornais que também contribuíram com a propagação do festejo, como exemplo citamos que “O *Diário do Gram-Pará* illustrou a sua edição de ante-hontem com o retrato do insigne cantor dos Luziadas, este *Diário* também publicou uma edição especial, illustrada com o retrato do inspirado cantor de Ignez de Castro”. Ressaltamos que não há edição disponível do jornal *Diário do Gram-Pará* na hemeroteca do Centro Cultural do Pará/CENTUR, mas, felizmente, essa informação dada pelo *Diário de Belém* comprova a participação desses jornais nas comemorações: “em fim todos os órgãos da publicidade uniram suas vozes ao cântico universal com que a imprensa saudou o dia 10 de junho”.

Obviamente que o interesse em noticiar as comemorações do tricentenário advinha de Portugal, país mais interessado, e também da própria situação da província paraense, uma vez que a colônia portuguesa e os proprietários de jornais residentes no Pará, tinham o mesmo interesse na consagração de seu poeta: “Bem haja, pois, a imprensa, que tão bem soube compreender a necessidade de resgatar do olvido, do esquecimento, talvez, a memória do grande mestre da língua que fallamos!”, nesse sentido, era mister que a imprensa empreendesse esforços na divulgação.

Naquela data a província respirava ares lusitanos e entusiasmava-se com os festejos, como prova disso, vimos que a programação acontecera desde cedo, quando “Uma banda de musica percorreu as ruas da cidade às 6 horas da manhã, meio dia e à tarde” e à noite “A orchestra do theatro executou os hynnos portuguez e brasileiro, recitando a distincta atriz Emilia Adelaide, em scena aberta, em frente da tela de Camões e com a assistência de toda a companhia, a magnifica poesia – Camões – do mavioso poeta portuguez Palmerim”. Em suma, a festa reiterava que os laços luso-paraenses permaneciam fortemente atados, e que a imprensa dava a “Honra, pois, à Provincia, que não deixou passar despercebido o centenário do Poeta immortal, que compendiou na sua epopea a historia do povo navegador, que é a historia de nossos avós!”.

Importante atentar para as publicações coevas que – desde pela publicação do poema *Camões*, de Almeida Garrett, introdutor do Romantismo em Portugal – dão destaque à obra e à figura de Luís Vaz de Camões, o que, certamente, corresponde dizer que nesse período “o príncipe dos poetas portugueses” despontava de forma magistral para sua consagração no cenário das letras lusitanas.

Pelas informações encontradas nos vários jornais investigados, asseguramo-nos de que boa parte das publicações encontradas se referem a um público específico: o português, já que a seleção dos periódicos, bem como das notícias, visava justamente essa comprovação. Ao relacionarmos tais informações à literatura, economia, serviços, artes em geral, constatamos que todas fazem referência a Portugal, apontam para um país que, mesmo com a Independência do Brasil, continuara por longa data a manter os laços estreitos com a província do Pará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das investigações que nos permitiram concluir este trabalho, constatamos que entre as décadas de 1840 e 1880 os laços entre a província do Pará e Portugal permaneceram atados principalmente por meio da imprensa paraense. Esse estudo nos jornais paraenses do século XIX, permitiu-nos recuperar informações relevantes, as quais constituem uma parte importante da história paraense, parcialmente preterida por alguns pesquisadores que ainda resistem em creditar aos periódicos o valor que eles têm como testemunhas de um tempo no qual as informações eram trocadas por meio deles, veículos dos mais atuantes e utilizados na região. Neles eram noticiados nascimentos (como dos futuros herdeiros do trono brasileiro), mortes (como a do respeitado Dom Romualdo Coelho), trocadas missivas – entre brasileiros e portugueses, em especial –, contratados serviços, recuperados objetos perdidos, vendas de produtos em geral, inaugurações de órgãos públicos e particulares, lançamentos de livros, criação de novos jornais, entre outros.

Nessa perspectiva, a trajetória que fizemos no decorrer das referidas décadas investigadas permitiu-nos constatar que, mesmo diante de adversidades, os imigrantes portugueses mantiveram seus negócios na província, notadamente no comércio – onde atuaram ativamente na venda de produtos advindos da Europa, especialmente de seu país –, e na imprensa – com a qual foram dos primeiros a fundar jornais que estreitaram a relação luso-paraense e ocuparam posições importantes diante da sociedade oitocentista da região. Assim sendo, convem fazermos uma recapitulação do que foi apresentado nesta tese.

No primeiro capítulo, tratamos da permanência dos portugueses na província do Grão-Pará após a Cabanagem (1840). Para consubstanciar nosso estudo, fizemos uma retrospectiva da Adesão do Pará à Independência do Brasil, das dificuldades que essa província passou por ter mantido uma estreita relação com o antigo reino, o que provocou um certo distanciamento econômico e cultural com a capital da nova nação.

A partir desse assunto, apontamos o estabelecimento dos portugueses que vieram para a província na condição de caixeiros, jornaleiros, cozinheiros, livreiros, comerciantes em geral. Com as publicações da imprensa, foi possível localizarmos informações importantes que comprovaram que o Pará era atrativo para os portugueses que emigravam, mesmo depois das revoluções ocorridas em todo o Brasil. Reportamo-nos à presença dos lusitanos na província paraense, desde o percurso de navegação feito de Portugal para o Pará, as precárias condições de viagem, a expectativa de chegada, a procura por emprego, a inauguração de estabelecimentos comerciais, a abertura de colégios portugueses, entre outras ações.

No segundo momento, detivemo-nos a comprovar, por meio das publicações localizadas nos jornais *Treze de Maio*, *Diário do Gram-Pará*, *Diário de Belém* e *O Liberal do Pará* como ocorreu a permanência lusitana na província, as contribuições dadas no âmbito econômico-social, jornalístico e cultural, bem como as marcas deixadas por eles na região. Apontamos também o processo de adaptação desses imigrantes, para onde foram trazidas as maneiras de viver, aproximando-se dos costumes de sua antiga pátria: a importação de alimentos, de vestimentas, a moda, as apresentações teatrais, os bens culturais – como as obras literárias adquiridas e/ou publicadas por eles –, a fundação de agremiações literárias, os diversos lugares com nomeações semelhantes aos de Portugal, entre outros assuntos abordados.

No segundo capítulo, discorremos sobre a instauração da imprensa na província, desde a fundação do primeiro jornal, intitulado *O Paraense*, inaugurado por Felipe Patroni no ano de 1822, bem como a importação, por meio de assinaturas, de inúmeros jornais advindos de Portugal, os quais fortaleciam ainda mais as relações luso-paraenses, haja vista que, pelo número considerável de imigrantes e de assinaturas que eram constituídas, as informações chegadas de Portugal na província aproximavam os leitores de sua terra natal.

Tratamos em particular da fundação, constituição, caracterização e desempenho de cada jornal investigado para a feitura dessa tese, partindo do *Treze de Maio*, fundado na década de 1840, o mais atuante periódico da primeira metade do século XIX, que, embora não tenha sido fundado por portugueses, foi um dos que mais noticiaram informações relacionadas ao tema da tese. Em seguida, apontamos os demais jornais, os quais foram fundados por portugueses, a iniciar pelo *Diário do Gram-Pará*, fundado na década de 1850, o primeiro jornal diário da província e um dos mais influentes da segunda metade do século XIX, além de ser também o de maior duração, resistindo por aproximadamente quatro décadas. Outro jornal de proprietários também portugueses foi o *Diário de Belém*, fundado na década de 1860, que teve um papel fundamental na divulgação das notícias relacionadas aos laços luso-paraenses, e, por fim, o jornal *O Liberal do Pará*, fundado no final da década de 1860, que perdurou até o início da República, e travou grande rivalidade com o primeiro diário.

Nesse capítulo foi possível demonstrar a atuação dos respectivos jornais na província, desde sua estrutura física, tais como o número de páginas e colunas, as seções divididas e nomeadas, até mesmo o valor econômico – como o preço das assinaturas – e a maneira como se comportavam diante das notícias relacionadas aos portugueses, levando em consideração sua nacionalidade. Mostramos, também, que alguns desses jornais, mantinham correspondentes na Europa, tanto em Portugal como na França, e mesmo pertencendo a portugueses, introduziram

na região hábitos franceses que passavam, a partir da década de 1870, a concorrer, ainda que parcialmente, com os costumes lusitanos.

O terceiro capítulo, foi dividido em dois momentos. No primeiro, apresentamos os textos de caráter literário, como prosa de ficção, missivas, críticas e polêmicas. Os textos foram selecionados a partir de uma compilação apresentada em tabelas (que podem ser verificadas no anexo), a partir disso priorizamos: as prosas de ficção publicadas por escritores atualmente desconhecidos do cânone literário, uma vez que a perspectiva dada a essas prosas é torná-las conhecidas, como fonte primária de um momento histórico no qual essas produções tinham relevo no cenário das Letras luso-brasileiras e que, certamente, serviram de base para algumas obras conhecidas do público contemporâneo.

As missivas também tiveram papel importante no cenário das letras, uma vez que comprovaram as relações luso-brasileiras existentes na província, pelas quais podemos apontar “As Cartas Lisbonenses” enviadas pela escritora portuguesa Guiomar Torrezão e endereçadas exclusivamente para suas leitoras paraenses do jornal *O Liberal do Pará*. As críticas e polêmicas publicadas na província também comprovam que o Pará se mantinha, especialmente por meio dos jornais, a par das ocorrências literárias instauradas no âmbito nacional e internacional, mormente no que dizia respeito ao antigo reino.

Nesse sentido, com o auxílio dos periódicos, foi possível apresentarmos publicações que, encadeadas, ajudam-nos a reconstruir e mesmo recontar a história literária daqueles escritores que outrora tiveram grande aceitação no cenário das letras luso-paraenses, mas que por algum motivo foram esquecidos nas páginas dos jornais oitocentistas.

No segundo momento, em consonância com a proposição da tese em relação ao período demarcado para o início e término da pesquisa (1840 a 1880), discorreremos a respeito das comemorações ao tricentenário da morte do poeta português Luís Vaz de Camões, quando foi finalizada a pesquisa. Os festejos do tricentenário noticiados pelos jornais apontam que, em plena década de 1880, às vésperas da Proclamação da República, o Brasil mantinha fortemente atados os laços com Portugal.

As publicações localizadas, principalmente, nos jornais *Diário de Belém* e *O Liberal do Pará* demonstram a existência não apenas de um público considerável de leitores interessados em saber detalhes dos festejos, mas também a participação da sociedade belenense na organização do evento: Homens de Letras, políticos, padres, artistas, entre outros, o que nos permite asseverar que havia um grande interesse, mormente por parte da imprensa, na preservação desses laços.

No apêndice da tese acrescentamos, além das tabelas e anúncios, alguns textos de caráter literário a fim de que possam ser lidos e apreciados com o objetivo de divulgar parte do material coletado. Esperamos que essas informações sirvam de inspiração para novas pesquisas na área, pois acreditamos que essa foi apenas uma das inúmeras possibilidades de recontarmos a história de nossa região, principalmente, no que diz respeito às relações luso-paraenses. Outrossim, refletimos acerca dessas relações analisadas, as quais nos permitiram compreender que as marcas deixadas pelos imigrantes portugueses no Pará, caracterizaram uma cultura singular perante as outras regiões do país, esse, certamente, foi o maior legado herdado dos nossos colonizadores.

Por fim, concluímos que os Laços Luso-Paraenses na Imprensa Oitocentista, título desta tese, perduraram ao longo do tempo na província do Pará por conta das publicações feitas especialmente nesses jornais pesquisados, uma vez que eram de propriedade dos portugueses, especialmente interessados na manutenção dessa relação. As publicações desses jornais, além de informarem o público seletivo a quem nos referimos, mantinham a aliança entre Portugal e esta província por meio das notícias constantes sobre fatos e novidades em geral.

Ainda que exista uma distância maior que um século de quando esses periódicos foram publicados, os laços perduraram até hoje para além dos azulejos das fachadas dos casarões da Cidade Velha, eles estão arquivados nas páginas dos jornais que nos (re) contam parte da história que, se revisitada com acuidade, pode nos auxiliar a compreender melhor a realidade que se apresenta cotidianamente no locus paraense.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
(Fernando Pessoa)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura Letrada no Brasil: Objetos e práticas**. São Paulo: FAPESP, 2005.
- ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas, SP: Mercado de letras, ABL, 2003.
- _____. **Romances em Movimento: a circulação transatlântica do impresso (1789-1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- _____. Letras, Belas-letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. **História da Literatura: o discurso fundador**. Campinas-SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB): São Paulo: Fapesp, 2003.
- AMORIM, Francisco Gomes. **Cantos Matutinos**. 2^a. Ed. Lisboa: Typ. da Sociedade Typografica Franco-Portugueza, 1866.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- _____. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará**. Belém: UFPA, 1973.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800/1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2013.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). **Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- BIRMINGHAM, David. **História Concisa de Portugal**. São Paulo: Edipro, 2015.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 34^a ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Marcia (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BRITO, Eugênio Leitão de. **História do Grêmio Literário e Recreativo Portugêses**. Belém: Santo Antônio Editora Papelaria, 1994.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.

- CANCELA, Cristina Donza. **A Imigração Portuguesa no Pará**. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.
- _____. **A família na economia da borracha**. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. 12ª ed. São Paulo: FAPESP, 2009.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Polêmicas em Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1944.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CÉSAR, Guilhermino. **Historiadores e Críticos do Romantismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- COELHO, Geraldo Mártires. **A Independência do Pará: novos tempos, novos acontecimentos, novos personagens**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.
- COSTA, Maria Lucilena Gonzaga. **Gazeta Oficial: Periódico Paraense Noticioso e Literário do Século XIX**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2008.
- COUTINHO, Afrânio. **A Tradição afortunada, o espírito de nacionalidade na crítica brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia**. Belém: Secult, 1983.
- EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.
- ENGEL, Magali Gouveia [et al]. **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FERNANDES PINHEIRO, Joaquim Caetano. **Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais**. Organização, apresentação e notas: Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz [et al]. **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013.
- GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De Chegadas e Partidas: Migrações e Trajetórias de vidas de Portugueses no Pará (1880 – 1850)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua história.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura Impressa e educação da mulher no século XIX.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JOBIM, José Luís. **A Crítica literária e os críticos criadores no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1999.

_____. **A leitura rarefeita: Leitura e Livro no Brasil.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. **O Preço da Leitura: Leis e números por detrás das letras.** São Paulo: Ática, 2001.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da Imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o Romantismo.** Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: Uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, Ana Luísa & LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue: Privilégios e Intolerâncias à Imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840).** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NADAF, Yasmin. **Rodapé das Miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX).** Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das [et al]. **Literatura, história e política em Portugal (1829-1856).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

PEREIRA, Míriam Halpern. **A Política Portuguesa de emigração (1850-1930).** Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

- ROQUE, Carlos. **História geral de Belém Grão-Pará**. Atualização de textos: Antônio José Soares: Belém: DistribeL, 2001.
- SALES, Germana Maria Araújo. *Um público leitor em formação*. In: **Moara Revista do curso de Pós-Graduação em Letras da UFPA**, nº 23, p. 23-42, jan/jun/2005.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político e revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.
- SARAIVA, António José. **Para a História da Cultura em Portugal**. Vol. 1. Lisboa: Gradiva, 1995.
- _____. **Para a História da Cultura em Portugal**. Vol. 2. Lisboa: Gradiva, 1996.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- SARGES, Maria de Nazaré & Ricci, Magda Maria de Oliveira. **Os oitocentos na Amazônia**: política, trabalho e cultura. Belém: Editora açai, 2013.
- SARGES, Maria de Nazaré [et al]. **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Antologia do romance de folhetim (1839 a 1870)**. Brasília: Ed UNB, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). **A Construção do Nacional (1830-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SIMONIAN, Ligia t. Lopes (Org.). **Belém do Pará História, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. **História da Literatura Brasileira**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**: Retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, EdUFF, 1999.
- _____. **Introdução à historiografia da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- TENGARRINHA, José. **Estudos de História Contemporânea de Portugal**. Lisboa: Editora Caminho, 1983.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os Romances em Folhetins no Brasil**: 1830 à atualidade. São Paulo: Duas Cidades, 1994.
- TORREZÃO, GUIOMAR. **No Theatro e na Sala**. S/L, S/D.
- ZILBERMAN, Regina. **O Berço do Cânone**: Textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

APÊNDICES

Anexo A

CAPÍTULO I

– COMMUNICADO –

Já em outra ocasião [Vide o Mercantil Rio de Janeiro 3 de abril de 1847] o Escriitor d'este artigo apontou aquelles que, se interessão pelo Governo, Negocios e prosperidade do Brasil a importância do assumpto sobre Emigração e Colonisação, com especialidade pelo que diz respeito a esta Provincia. Circunstancias e acontecimentos de um caracter extraordinário tem depois disso tudo um lugar na Europa, como em varias partes d'este Paiz, que devião mais do que nunca chamar a atenção daquelles que se interessão pela matéria, e por consequência pelo bem estar do Paiz, talvez que sejam recebidas com o mesmo espirito com que são oferecidas, e indusão outros a empregar sua atenção sobre o assumpto, promovendo melhores sentimentos e infundindo um espirito mais harmonizador e benévolo entre o povo. Se o resultado corresponder a estes desejos, será a melhor recompensa pelo trabalho aqui empregado, e ainda mais grata a reflexão de que este trabalho não foi feito em vão.

Em quanto nós vemos na America do Norte o progresso imenso que se tem feito – como acontece que aqui, onde as vantagens naturaes são tão grandes, tão pouco se tenha feito? Um exame imparcial e sincero pode talvez mostra-nos a razão. Com tudo antes de entrar no assumpto, será bom fazer algumas observaçoens sobre o que tem ultimamente ocorrido, e que sendo tão recente, admira que a maioria do Povo ainda se ache debaixo da influencia das falsas e erradas impressoens que se lhe tem procurado infundir. Isto hé, em uma palavra, a animosidade que infelizmente prevalece contra os Estrangeiros e particularmente contra os Portuguezes. E he isto justo? Agora que os Brasileiros tem consolidada sua Independencia podem de certo ser mais generosos para com os decedentes do mesmo paiz que elles. Quem he que tem mais direito à hospitalidade do Paiz do que aquelles que por todos os laços da mesma Religião, lingoagem, costumes, e parentesco são na verdade Irmãos? A quem he que o próprio Paiz deve sua civilisação se não aquelles mesmos Portuguezes que pelo seu indomável espirito aventureiro, coragem, pericia, e bom comportamento primeiro descobrirão e se estabelecerão no Paiz? Segue-se justamente o contrario do que deveria ser considerada a verdadeira politica e interesse do paiz. Nas Gazetas dos Estados-Unidos lemos da chegada ali de milhares de Emigrados de todas as classes vindos de todas as partes da Europa civilizada, trazendo comsigo seus capitães e o seu trabalho, os seus talentos e a sua energia, para seu beneficio, e em retorno para beneficiarem o paiz que tão alegremente os recebe; e com razão, como se prova pelo immenso progresso na riqueza, grandeza e poder da America do Norte. Aqui lemos da entrada clandestina de milhares de negros bárbaros vindos de Africa em menoscabo não só das Leis e tratados, porém para a destruição dos melhores e mais vitaes interesses do Paiz! E devemos acazo deixar de admirar a má e atrazada condição em que este Paiz se acha em quanto se pratica semelhante systema? Olhai para ambos os quadros. Ambos os paizes necessitando hum industrioza e intelligente população de homens livres: hum lançando mão de todos os meios para a promover, e o outro fazendo todos os possíveis para a dezanimar. He pois para admirar que nós nôs conservemos estacionários, e elles se adiantem? E a não se tomarem medidas para influir em lugar de impedir a chegada do povo da Europa, as couzas não melhorarão. Os Inglezes e outras Nações do Norte da Europa encontrão lugar amplo em outras partes. Os

Portuguezes, a única Nação mais apta por laços sociaes, inclinação e costumes para servirem de Colonos aqui, abandonarão taes idéas quando souberem dos sentimentos hostis que outra vez se manifestão contra elles – ainda mais – muitos aqui já estabelecidos podem retirar-se. E quem perderá mais com isto? Allega-se que os Estrangeiros se dedicação inteiramente ao Commercio. Quem tem direito de os censurar por isto? Cada um tem o direito de escolher o seu meio de subsistência. E quaes são os outros meios que se offerecem aos Estrangeiros para sua manutenção? Ainda mesmo que se offerecessem outros canaes na Agricultura e Manufacturas quem pode asseverar que não se allegue a mesma queixa contra os Estrangeiros? Quem deixará o seu Paiz natal para ir para outro onde não se pode gozar do privilegio de ganhar o seu pão como lhe parecer ou segundo se acha melhor adaptado? He indispensável uma liberdade perfeita na escolha de uma occupação em um paiz novo como este. Seguramente se por outros meios lhes fosse possível obter emprego mais lucrativo, seriam por alguns promptamente adoptados. Não se entregariam todos ao Commercio. Porque não preferem os naturaes, accostumados ao clima, abraçarem outro qualquer meio de vida em lugar de também manifestarem o dezejo de serem commerciantes? Porém mesmo concedendo que não he vedado aos Estrangeiros formarem Estabelecimentos de Agricultura, que garantia tem elles n'este Paiz por emquanto, quando mesmo nas Cidades mais populosas as suas vidas e bens nem sempre se achão seguras. Tal hé o rancor contra os Estrangeiros, particularmente contra os Portuguezes, que rara hé a gazeta que alludindo a qualquer festa, como por exemplo, a da Independencia Nacional, que não contenha phrases taes como – “sacudimos o jugo estrangeiro” – &c. expressoens que deveriam ter sido banidas do uso d'esde o momento em que cessarão as causas que lhes deu motivo. Até mesmo – Patriotismo – hé a penas um sentimento egoísta, comparado com a benevolência e a caridade universal para toda a humanidade. Porém, pode se chamar a tudo isto Patriotismo? Certamente que não. O que teria sido da America se tivesse seguido este systema? A onde estaria a sua Agricultura os seus caminhos de ferro? Os seus Navios, e o seu Commercio? Voltemos outra vez para este Paiz. Onde existem os monumentos da Gloria Nacional? Quasi todos os Edifícios Publicos mostram ser bastante antigos. Aquellas obras e instituições de data moderna, tem sido levados a effectos, principalmente por empreza e com capitaes estrangeiros. Os impostos aqui já são imensos, e o rendimento grande em proporção do que deverião ser as necessidades do Governo executivo de um Paiz novo como o Brasil. Porém estas são questões alheias à matéria, e não precisão ser agora discutidas. Bastante se tem demonstrado ou antes esboçado para mostrar a necessidade e chamar a attenção ao assumpto de protecção aos Portuguezes n'este Paiz. Há muitos entre elles que tem dado provas ao Paiz do seu valor. Se não fosse o receio de offender, podia-se nomear entre vários estabelecimentos aqui, um em particular, que pelo seu character elevado, talento commercial, e prudente gerencia, tem chegado não só a manter extensas relações com as principaes praças da Europa e America, como faz honra ao Paiz em que reside, e ao nome Portuguez. Pará 30 de agosto de 1848.

(*Treze de Maio*, nº. 832-833, 06/09/1848, p. 6-7)

CAPÍTULO II

PORTUGAL

UMA SCENA DOS NOSSOS DIAS

Tinha dado meio dia na torre dos Clerigos, no mesmo sitio em que viveu a Snr.^a Meridiana, de gloriosa memoria, quando por certa escada de certa casa que está em certa rua, trepou um individuo de paletó escovadíssimo...

(*Treze de Maio*, n.º 831, 02/09/1848, p.3/4)

– Na Typ. de Santos & menores há para serem vendidos os seguintes livros:

Dicionario de Moraes 2 vol.

Manual da Missa 1 vol.

Tractado de Escrituração 1 vol.

Simão de Nantua 2 vol.

Noytes de Young 2 vol.

Archivo Popular 7 vol.

“ Teatral 5 vol.

Historia do Brasil 2 vol.

Pensamentos de Napoleão 1 vol.

Comedias 1 vol.

Manual dos Collectores 1 vol.

O primeiro navegante 1 vol.

Ernesto de Saint Clair 1 vol.

A moral em acção 1 vol.

Capitão Paulo 1 vol.

Palavras de hum Crente 1 vol.

Echo & Narciso 1 vol.

Cidadão Lusitano 1 vol.

Historia de meninos para quem não for criança 1 vol.

Vida de João de Castro 1 vol.

Commentario do Cond Tracy 1 vol.

Clara Harlowe 14 vol.

Parnaso Brasileiro 1 vol.

Livro de Sortes para as noites de São João 1 vol.

Os dous renegados 1 vol.

Corina ou a Italia 4 vol.

Arte de conhecer os homens 1 vol.

Definição da mulher 1 vol.

Manual hemorrhoidario 1 vol.

Diccionario d’algibeira 1 vol.

Algumas comedias, entremezes, Dramas & & Bossuet – Historia Universal 2 vol.

Coitadinho 2 vol.

Pedaços em prosa 1 vol.

Arte Latina 1 vol.

Manual do Tabelaio 1 vol.

Doutrina das acçoens 1 vol.

Discurso sobre a existência de Deos 1 vol.

Astronomia 1 vol.

Manual pratico 1 vol.

Marujada 1 folheto.
 Filha de Jerusalem 1 vol.
 Magno Lexicon.

Anexo A –

Voltaire Chefs D’oeuvre 5 vol.
 Codigo de Processo criminal de 1.^a Instancia augmentado com a Lei da reforma, as Instrucções para sua execução &c.
 Constituição Política do Imperio do Brasil com muitas explicações e notas.
 Elementos do Direito Politico – Obra mui instructiva, e de muito merecimento.
 Arte de aprender a ler a letra manuscripta em 10 lições, sendo a primeira em muito boa letra, e as outras, de lição a lição peioradas, para facilitar os aprendizes (discípulos) a lerem as garatujas dos que escrevem mal.
 Arte de Grammatica em methodo fácil, claro e breve para uso das escolas Brasileiras.
 Lei da Guarda Nacional 1 vol.
 Julia ou o Subterrâneo do castelo 1 vol.
 Amanda e Oscar 1 vol.
 Compedio das epocas e successos mais illustres da Historia Geral 1 vol.
 A ilha incógnita 6 vol.
 Mathilde de Edmonville 2 vol.
 Os dous Casimiros 4 vol.
 Robineau e Fatima 2 vol.
 Barbarinsh ou os bandoleiros 2 vol.
 O Italianno ou o confessionário dos Penitentes Negros 3 vol.
 (*Treze de Maio*, nº. 475, 22/01/1845, p.4)

VIAGENS NA MINHA TERRA

Por Almeida Garrett.

Bela Edição correcta e nítida, revista, augmentada e illustrada pelo auctor.

Dous vol.

Os proprietários editores da REVISTA, vendo a popularidade extraordinária que esta obra tem alcançado, quando publicada em fragmentos nas columnas do seu jornal, intendem fazer um serviço às letras e à gloria do seu paiz, imprimindo-a agora reunida em um livro para melhor se poder avaliar a variedade, a riqueza e a originalidade de seu estylo inimitável, a philosophia profunda que encerra, e sobre tudo o grande transcendente moral a que sempre tende, já quando folga e ri com as mias graves coisas da vida, já quando seriamente discute por suas leviandades e pequenezes.

AS VIAGENS DA MINHA TERRA são um daqueles livros raros que só podião ser escripto por quem, como o auctor de Camãos e de Catão, de D. Branca e do Portugal na Balança da Europa, do Auto de Gil Vicente e do Tractado da Educação, do Alfazeme e do Fr. Luiz de Souza, do Arco de Sanct’Anna e da Historia Litteraria de Portugal, de Adozinda e das Leituras Historicas e de tantas producções de tão variado gênero, possue todos os estylos e, dominando uma língua de immenso poder, a costumou a servir-lhe e obdecer-lhe; – por quem com a mesma facilidade sobe a orar na tribuna, entra no gabinete nas graves discussões e demonstrações da sciencia – voa às mais altas regiões da lyrica, da epopeia e da tragédia, lida com as fortes paixões do drama, e baixa às não menos difficies trivialidades da comedia; – por quem ao mesmo tempo, e como que mudando de natureza, pode dar-se todo às mais áridas e materiais ponderações da administração e da politica, e redige com admirável precisão, com uma

exacção ideológica que talvez ninguém mais tem entre nós, uma lei administrativa ou de instrução publica, uma constituição politica, um tractado de commercio.

Orador e poeta, historiador e philosopho, critico e artista, jurisconsulto e administrador, erudito e homem d'Estado, religioso cultor da sua lingua e fallando correctamente as extranhas – educado na pureza clássica das antiguidades, e versado depois em todas as outras literaturas – da meia idade, da renascença e contemporânea – o autor das VIAGENS NA MINHA TERRA é igualmente familiar com Homero e com o Dante, com Platão e com Rousseau, com Thucidides e com Thiers, com Guizot e com Xenophonte, com Horacio e com Lamartine, com Machiavel e com Chatheaubriand, com Shakspeare e Euripedes, com Camões e Calderon, com Geothe e Virgilio, Schiller e Sá-de-Miranda, Sterne e Cervantes, Fenelon e Vieira, Rabelais e Gil-Vicente, Adison e Bayle, Kant e Voltaire, Herder e Smith, Bentham e Cormenin, com os Encyclopedistas e com os Sanctos-Padres, com a Biblia e com as tradições sanscritas, com tudo o que a arte e sciencia antiga, com tudo o que a arte emfim e sciencia moderna teem produzido. Ve-se isto dos seus escriptos, e especialmente se ve d'este que agora publicamos apezar de composto bem claramente ao correr da penna.

Mas ainda assim, e com isto somente, elle não faria o que faz se não junctasse a tudo isso o profundo conhecimento dos homens e das coisas, do coração humano e da razão humana se não fosse, além de tudo o mais, verdadeiro homem do mundo que tem vivido nas cortes com os príncipes no campo com os homens de guerra, no gabinete com os diplomáticos e homens d'Estado no parlamento, nos tribunaes, nas academias, com todas as notabilidades de muitos paizes – e nos salões em fim com as mulheres e com os frívolos do mundo, com as elegâncias e com as fatuidades do século.

De tantas obras de tam variado gênero com que, em sua vida ainda tam curta, este fecundo escriptor tem enriquecido a nossa língua, é esta talvez, tornamos a dizer, a que elle mais descuidadamente escreveu; mas é também a que, em nossa opinião, mais mostra os seus immensos poderes intellectuaes, a sua erudição vastíssima, a sua flexibilidade de estylo espantosa, uma philosophia transcendente, e por fim de tudo, o natural indulgente, e bom de um coração recto, puro, amigo da justiça, adorador da verdade e inimigo declarado de todo o sofisma.

Tem sido accusado de sceptico: é a accusação mais absurda e que pode denunciar em que a faz, ou grande ignorância ou grande má fé. Quando o nosso autor lança mão da cortante e destruidora arma do sarcasmo, que elle maneja com tanta força e dexteridade, e que talvez por isso mesmo, cõscio de seu poder, elle rara vez toma nas mãos – veja-se que é sempre contra a hypocrisia, contra os sophismas e contra os hypocritas e sophistas de todas as cores que elle o faz. Crenças, opiniões, sentimentos, respeita-os sempre. Ainda as suas ironias que tanto ferem, não as dirige nunca sobre indivíduos; ve-se que despreza a fácil vingança que, com tão poderosas armas, podia tomar de inimigos que o não poupão, de invejosos que o calumniam e a quem por cada dicterio insulso e ephemero com que o teem pretendido injuriar, elle podia condemnar ao eterno opprobrio de um pelourinho immortal com as suas obras. Ainda bem que não o faz! mais immortaes são as suas obras, e quanto a nós, mais punidos ficam os seus êmulos com esse desprezo do homem superior que se não appercebe de sua malignidade insulsa e insignificante.

Voltando à accusação do septicismo, ainda dizemos que não pode ser séptico o espirito que concebeu, e em si achou cores com que pintar tão vivos, caracteres de crenças tão fortes como o de Catão, de Camões, de Fr. Luiz de Souza – e aqui n'esta nossa obra, os de Fr. Diniz, de Joanninha, da Irman Francisca.

Não analizamos agora AS VIAGENS NA MINHA TERRA: a obra não está ainda completa e não podia completar-se portanto o juízo; dizemos somente o que todos dizem e o que todos podem julgar já.

A nosso rogo, e por fazer mais digna da sua reputação esta segunda publicação da obra, o auctor prestou-se a dirigil-a elle mesmo, corrigiu a, edditou-a, alterou-a em muitas partes, e a illustrou com as notas mais indispensáveis para a geral intelligencia do texto: de modo que sahirá melhorada do que primeiro se imprimira.

O primeiro volume sahirá nos primeiros dias do anno que entra; o segundo seguirá immediatamente.

As pessoas que quizerem assignar deverão fazel o com maior brevidade.

Preço para os assignantes somente 480 réis.

Assigna se: em Lisboa, no Escriptorio da Revista Universal, rua dos Fanqueiros n.º 82, 1.º andar; no Porto, Francisco José Coutinho, na Typographia Commercial Portuense, em Coimbra, Joaquim Maria Soares de Paula, na Imprensa da Universidade, em Faro, José Coelho de Carvalho, em Braga, Luiz do Amaral Ferreira, rua da Fonte da Carcovan n.º 23, em

(Treze de Maio, n.º. 600, 02/05/1846, p.5/6)

Anexo B –

Portugal.

Um brado feminino – recebemos a carta que abaixo publicamos. Uma senhora houve, que não lhe soffreu o animo que se dissesse que não havia n'este paiz uma dúzia de mulheres aptas para cuidarem no ensino e educação da infância, e por isso levantou um brado a favor da dignidade e pundonor do seu sexo.

Podia ella perguntar, como é que, n'outras eras, houve doze cavalleiros portuguezes que foram a Inglaterra desaffrontar a honra das damas inglezas e agora se vêem tantos portuguezes proclamando o descredito e o desdoiro das suas próprias compatriotas.

Podia ainda perguntar a esses que tão mal guiados vão por um inconsiderado zelo religioso, quem lhes ensinou as mães, as esposas e as filhas? Não seriam mestras portuguezas?

Podia também perguntar-lhes se mesmo tendo sido educadas as suas mães, e as suas esposas e filhas em collegios dirigidos por estrangeiras, se lá não haveria mestras ou mestres portuguezes para lhes ensinarem a sua língua, a sua doutrina christã?

Podia igualmente perguntar-lhes se os princípios de boa e sã moral, que todos, de certo possuem, não lhes foram inspirados por suas mães portuguezas.

Podia finalmente perguntar ao governo e a todos que sustentam a causa do ensino estrangeiro, porque é que, tendo publicado a affronta, se obraram com sinceridade, não trataram logo da reparação, creando as escolas normaes de mestras de ensino.

As respostas a estas perguntas seriam mui interessantes para elucidar a questão.

O decreto da incapacidade litteraria e moral passado contra as nossas compatriotas, é o documento mais singular que tem visto a luz publica.

Ainda nenhum povo civilisado, embora menos que outro qualquer, fez alarde de sua decadência moral.

Eis – aqui o que escreve a nossa correspondente:

O BRADO DE UMA MULHER

“Lançou-se a luva as mulheres portuguezas, e ainda nenhum usou erguel-a!

Affrontam-nos, ultrajam-nos aviltam-nos, chamam-nos immoraes e irreligiosas, apresentando mulheres francezas para educar e moralisar os nossos filhos; e todas se calam, e nenhuma clama contra este escândalo!

Não cabe porem no coração d'uma trasmontana o soffrer em silencio um tal insulto; e tendo eu já bradado pela instrucção feminina, e pela nossa regeneração, pertence-me agora erguer a luva,

e protestar contra a admissão de mulheres estrangeiras para educar a nossa mocidade, em nome de todas aquellas que, tendo instrucção, virtude e talento, por modéstia se calam!

Se as portuguezas estão hoje mais desmoralizadas, se teem em muito degenerado das virtudes e valor moral das nossas antepassadas, talvez se deva isso a essa educação afrancezada que se está dando agora, em que se trata mais do agradável que do útil, do supérfluo que do necessário. Se as francezas excedem às portuguezas em elegância e galanteio, nunca as igualaram em moral, religião e caridade.

Precisaremos que venham francezas, para ensinar a religião christã, simples, pura, despida de abusos, fanatismo e hypocrisia, tal como a ensinou Jesus Christo?

Precisaremos que nos venham ensinar o respeito que se deve às leis do paiz, o aborrecimento que se deve ter à mentira, à dissimulação; e em que consiste a nobresa d'alma, a força de character, e sobre tudo a dignidade que deve conservar a mulher para se fazer respeitar, e tornar-se boa mãe, boa esposa, e boa filha? Talvez, talvez que as portuguezas não comprehendam bem isto, e que as francezas nos venham ensinar!

Talvez que eu também não comprehenda a moral e a religião, e que se não possa ser uma boa mestra ou regente de um collegio, sem *ser franceza filha de S. Vicente de Paulo, sem andar vestida de um modo exquisito, com grandes camandolas ao lado, e acompanhada d'um padre diretor...*! De certo! O que mais se precisa no paiz, é quem nos desarreigue do coração o amor pátrio; quem nos faça esquecer com que esforço as nossas avós, pelo seu conselho e valor, cooperaram para a conservação da independência e do nome portuguez.

E que meio melhor procuraríamos? É o mais seguro: dar mestras as nossas filhas (que algum dia serão mães) que as façam alterar nossos costumes, que lhes apontem a cada instante exemplos de virtude, valor e heroicidade estrangeira, fazendo-lhes acreditar que são filhas d'um paiz onde nunca houve mulher de valor, virtude e instrucção. É o mesmo que ensinar lhes a olhar com desprezo para a sua pátria, e para as suas antepassadas; é o mesmo que fazel-as quasi envergonhar de serem portuguezas!

Parece incrível que portuguezes, filhos de portuguezas, e com esposas portuguezas, quizessem degradar-nos e degradar-se, a ponto de pelo seu voto ou pelos seus escriptos, authorisarem similhante idea.

Que moralidade, que religião, que caridade apresentam estes homens!!! Repellem as mulheres do seu paiz, a sua família, pois que, quando se trata do estrangeiro nos devemos considerar como irmãos; votam-as à miséria, e talvez ao vicio, pela falta de meios para viver honestamente, e chamam as estrangeiras para as favorecer! A estas, todas as garantias, todos os privilégios, àquellas o desprezo! Se as filhas de S. Vicente de Paulo estão promptas a soffrer todos os incommodos e trabalhos, só por caridade evangélica, lá estão as nossas possessões da Africa, onde são necessárias para dispor à civilização esses povos quasi selvagens, que ainda precisam ver a religião envolta no véo do mysterio e do fanatismo; porém em Portugal não precisamos da sua caridade evangélica: o que as portuguezas precisam é que se generalise a instrucção, que se lhes facilitem os meios de a conseguir, e que se chamem aquellas que ainda o paiz possui sufficientemente habilitadas para o desempenho d'essa missão sagrada – a educação da mocidade – q' não sejam repelidas com desdém.

D. Mariana Candida da Fonseca Diune.”

[*Jornal do Commercio de Lisboa*]

(*Diário do Gram-Pará*, n.º 245, 27/10/1858, p. 2

Anexo C –

IMPrensa NACIONAL DE LISBOA
 FUNDIÇÃO DE TYPOS

Prosseguindo no empenho de elevar a fundição de typos á altura dos progressos da arte, habilitando-a a suprir perfeitamente todas as necessidades da typographia, não tem a administração da Imprensa nacional descansado em adotar de novas machinas e utensílios, e em augmentar a instrucção dos respectivos operários.

Para se avaliarem approximadamente os progressos realizados nos últimos annos bastará comprar os primitivos cadernos e folhas avulsas de provas com *Specimens* recentemente publicados, e tão lisongeiramente apreciados pela imprensa periódica de ambos os hemisphérios.

Considerando, imparcial e desprevenidamente, o que há succedido entre nós com respeito a material typographico, reconhecer-se-há que a Imprensa Nacional, de reforma em reforma, tem approximado os productos da sua fundição, hoje, sem hyperbole, uma das mais vastas e ricas da Europa, dos mais perfeitos provindos da manufactura estrangeira.

É esta uma verdade conhecida; nem foi sem detido e severo exame que os jurys das exposições internacionaes de Londres, Porto e Paris concederam á Imprensa Nacional os mais elevados prêmios.

Facto é também incontestável que os typos provenientes da fundição da Imprensa Nacional, se distinguem não só pela sua acurada fundição e justificação, como *pela excellencia do metal* com que são manipulados; e emquanto aos preços e mais condição de venda, em parte alguma são mais rasoaveis e moderadas.

Conta a administração geral da Imprensa Nacional poder em breve publicar algumas folhas de provas de grande número de caracteres de phantasia e vinhetas recentíssimamente adquiridos nos melhores estabelecimentos de França e Alemanha, bem como de muitos outros gravados na própria officina da Imprensa Nacional.

Recebem-se e serão satisfeitas com a maior celeridade quaesquer encomendas, por mais consideráveis que sejam, seguindo as indicações conteúdas na competente tabella. Nas vendas a praso seguir-se-ão as praticas usuaes do commercio.

O typo inutilizado aceita-se como dinheiro na rasão de 180 réis cada kilogramma, posto nos armazéns da Imprensa.

Os correspondentes do estabelecimento nas principaes cidades do Brazil, e como taes encarregados de receber e transmittir quaesquer requisições das typographias d'aquelle vastíssimo Imperio, são os respeitáveis e conhecidos commerciantes abaixo enumerados; a saber:

Rio de Janeiro – Joaquim Francisco Torres; Bahia – Antonio Pereira Espinheira e C.^a;
 Pernambuco – Amorim e Irmão e Pará – Martins e Irmão.

(*Diário de Belém*, quinta, 06 de agosto de 1868, n.º 3, p. 3)

Bibliotheca popular

ou a instrucção ao alcance de todas as classes e de todas as intelligencias.

O povo precisa ler, porque a historia da civilisação de um povo não é mais de que a historia do seu progresso intellectual. A *instrucção popular*, é pois uma necessidade incontestável. A instrucção ao passo que cultiva o espirito, aperfeiçoa o carácter moral, e a leitura é sempre boa e necessária em qualquer situação ou estado do homem.

Não há povo ignorante que seja rico e farto. O artista, o agricultor e o jornaleiro, devem cultivar a intelligência.

A *Bibliotheca popular* impõe-se o dever e a missão de compendiar em pequenos volumes ao alcance de todos, o que há de mais elementar nas artes, nas sciencias, na historia e nas letras.

Uma das condições essenciaes para que a empresa preenchesse o seu fim, era a modicidade do preço, e julga ter conseguido o seu intento, estabelecendo para o Brasil o preço de 500 rs. fracos por volume.

Nesta cidade assina-se na livraria de M. Gomes de Amorim na estrada de São José, onde já se acham à venda os volumes publicados, de 1 a 6, a saber:

Volume 1º – Noções Geraes.

“ 2º – Economia Social.

“ 3º – Vocabulario de verdades.

“ 4º – Hygiene.

“ 5º – Direito e deveres do cidadão.

“ 2º – Medicina domestica.

– Acedendo ao pedido de muitos dos seus assignantes, resolveu a empresa alterar a ordem que tinha imposto seguida no seu programma, e tem já no prelo a

Grammatica Portugueza

A qual seguirá o

Dicionario portuguez

Estas duas obras escriptas com toda clareza e esmero, serão mais uma prova da solitudine com os editores proprietários da Bibliotheca Popular procuram agradecer a todos, que os tem auxiliado no seu empenho.

Obras que a empresa publicará sucessivamente.

Historia Sagrada.

Historia antiga e moderna.

Historia romana.

Historia da idade media.

Historia de Portugal.

Chronologia.

Logica.

Rhetorica.

Philosophia e moral.

Prosadores portuguezes.

Poetas portuguezes.

Oradores e publicistas.

Arithmetica.

Systema métrico decimal.

Escurturação commercial.

Elementos de geometria.

Mechanica.

Elementos de phisica.

Elementos de chimica.

Metereologia.

Elementos de astronomia.

Historia natural.

Instincto dos animaes.

Maravilhas da natureza.

Botanica.

Tratado de agricultura e medição agraria.

Geographia.

Cosmographia.

Viagem à roda do mundo.

Descobertas e invenções.

Mithologia.
 Sciencia popular.
 Archeologia.
 Grammatica franceza.
 (*Diário de Belém*, n.º 58, 14/03/1871, p. 3)

Bibliotheca popular.

Livros novos, chegados ultimamente para a livraria de M. Gomes de Amorim, na estrada de São José.

A SABER:

Grazilda 1 volume	1\$200
Castilho, Metrificação	3\$000
Ciumes do Bardo	5\$000
Garrett, Camões	4\$000
Lacerda, Novo Dicionário Portuguez enciclopedico para uso de portugueses e brasileiros, 2vls.	50\$000
Diccionario de Fabula	5\$000
Enciclopedia das Artes	4\$000
Eurico o presbytero, por A. Herculano	4\$000
Educação das Mães de família, por A. Martins, 2 volumes.	6\$000
Historia da Grecia, por Goldsmith.	3\$000
Dita da dita em inglez.	3\$000
Dita da inquisição. por A. Herculano 3 volumes.	8\$000
Dita dos meninos celebres 2 volumes com est.	5\$000
Dita dos cães celebres com est. 1 vol.	2\$500
Dita de Napoleão 1 volume com est. por Moura.	5\$000
Jerusalem Libertada, por Torquato Tasso.	7\$000
Michelet, o padre, a mulher, e a família.	3\$000
Moreira de Sá, compendio de geographia elementar.	1\$000
Idem, compendio de Historia elementar.	500
Manual do Agrimensor, com figuras.	4\$000
Mestre de escripta, para meninos, 4 cadernos.	1\$000
De la Marche, Atlas completo de Geographia.	14\$000
Maldição materna, romance histórico.	2\$000
Benevides, Noções de physica modernas, com numerosas applicações e 284 gravuras intercaladas no texto, um bello volume.	10\$000
Physica ao alcance de todos, tradução de Vieira.	1\$200
Preservação pessoal, com estampa.	3\$000
Poesias de Gonçalves Dias, 2 volumes encadernados.	6\$000
Paraiso perdido de Milton, tradução de Lima Leitão.	8\$000
Rouget de l'Isle e a marseilleza, com a musica.	1\$000
Roussado, parodia ao D. Jayme.	4\$000
Manta de Retalho, por F. X. de Novaes 1 volume br.	2\$500
Ignez de Castro, traduzida, encadernada e com estampas coloridas e poesias relativas ao assumpto.	2\$000
A mesma obra br. e inferior impressão.	500
Lusiadas de Camões, edição do Rio, com est. finas, coloridas, 1 volume encadernado.	6\$000
Ramos, Abecedario Juridico comercial, 1 volume encadernado.	8\$000
Consolidação da Leis.	15\$000

Revista jurídica, Jornal de Doutrina, Legislação, Jurisprudencia etc, 2.º semestre de 1870, 2 vls. br.	7\$500
Amores de Napoleão, dos Reis, Rainhas e mais personagens da Corte Imperial, 1 vlm. com est.	3\$000
Amores da Duqueza de Berry 1 vl.	1\$500
Assis, tratado completo de Escripuração, com modelos de letras de cambio, da terra, recibos etc.	7\$000

Os seguintes moderníssimos romances do Jardim do Povo:

O Laço de Flores, 1 volume.	1\$000
Rico e Pobre, 1 volume.	1\$000
Os homens do mar por Victor Hugo 3 volumes.	2\$500
Memorias da mocidade 1 volume.	1\$000
Pedro e Laura, 1 volume.	1\$000
Os Amores de D'Artagnan, 5 vlms.	4\$000
Miragens da felicidade 1 volume.	1\$000
A filha do homicida, 3 volumes.	2\$500
Antoniella, por Lamartine, 1 vlm.	1\$000
A Loba, 3 volumes.	2\$500
O Conde de Camors, 2 volumes.	2\$000
Genoveva, por Affonso Karr, 1 vlm.	1\$000
Tempestades do coração, 2 vlms.	2\$000
Os incendiários da India, 2 vlms.	2\$000
A família de Penarvan, traducção de Pinheiro Chagas, 2 vlms.	2\$000
O guia do deserto, 5 volumes.	4\$000
O jogo da morte, por Paulo Feval, 6 volumes.	5\$000
O brinco perdido, por José Romano 2 volumes.	2\$000
Joaquim Dick, por Paulo Dupessis 5 volumes.	4\$000
O matador de tigres, por Paulo Feval 2 volumes.	2\$000
O medico vermelho, por Ponson du Terrail, 5 volumes.	4\$000
Reflexões sobre a lingua portugueza, por Moreira de Sá, Systema métrico decimal.	400
Seabra Albuquerque, Selecta da infância.	2\$000
Viagem da corveta D. João I ao Japão.	3\$000
Blias Regnault, Histoire d'Angleterre 2 volumes.	6\$000
O feliz independente, pelo padre Theodoro d'Almeida, 2 volumes com estampa.	8\$000
Justin Frére, Education des Enfants.	2\$000
Ultimas obras de Paulo de Kock, com uma estampa cada volume e bem impressos:	
Os companheiros das Tabernas 2 vls.	5\$000
O Papa Sogro, 1 volume.	2\$500
A Sra. Pantalón, 1 volume.	2\$500
O amor carcunda, 1 volume.	2\$500
Lamartine; la Chute d'um Ange, 1 vlm.	4\$500
Leopold Mery, Emmanuel ou la domination portugaise dans les indes Orientales.	3\$000
Mauvean Manuel complet du Calculateur.	3\$000
Thiers, Historia du consulat et l'Empire, 21 tomo encadernado em 10 volumes.	56\$000

Advertencia aos modernos carpinteiros e pedreiros, etc.	2\$000
Bíblia da infância.	1\$000
Breves noções de álgebra.	400
Compendio popular de physica e chimica por Ferreira Lapa.	4\$000
Cezar Cantu, Historia Universal.	75\$000
Ensaio de Synonimos.	6\$000
Lamartine, historia dos Girondinos.	8\$000

Papel paquete marca pequena etc.

EM HESPAÑHOL

Cartilhas, Cartas de Abc etc.

(*Diário de Belém*, nº. 67, 24/03/1871, p. 3)

Anexo D – xxxx

EXTERIOR

Portugal

Porto, 2 de novembro de 1876.

As colônias Portuguezas

Muito se tem dito e escripto a favor e contra a conservação das nossas colônias; pouco ou quasi nada é o que se tem feito para auferir d'ellas as vantagens que nos podiam proporcionar. Entretanto a questão é da máxima gravidade e precisa de ser resolvida com todo o acerto.

Nós pertencemos ao numero dos que entendem que esses vastos territórios, que o mar separa da metrópole, não são para esta um fardo pesado, antes estão no caso de contribuir para o seu futuro engrandecimento.

E, com effeito, por mais que se pense o contrário, a colonização tem uma utilidade que ninguém lhe pode contestar, e que todos os economistas teem reconhecido. E esta utilidade sobe de pontos para as nações que como a nossa, não podem aspirar a dilatar-se pelo continente europeu.

Nós não vamos agora fazer novas conquistas, pois que passou a nossa época de audazes navegadores, e não temos necessidade de juntar mais algumas braças de terreno ao muito que possuímos, quasi sem proveito, nas plagas africanas, mas precisamos, primeiro que tudo, de affirmar um pouco mais os nossos direitos sobre as possessões ultramarinas, que desde muito andam engastadas como florões na corôa portuguesa e depois mostrar ao mundo que não conservamos essas preciosas conquistas unicamente para attestarem a nossa incúria e o nosso desmazelo.

Pelo que toca o primeiro ponto, bom será que a comissão central permanente de geographia não desanime no proposito que esta revelando de encaminhar, com o seu conselho ou por iniciativa própria, os estudos e trabalhos tendentes, não só ao amplo e perfeito conhecimento geographico das nossas colônias como a determinação e realização pratica das vantagens que explorações internacionaes, e por em quanto quasi especulativas, deixam entrever para o nosso paiz e suas dependências coloniaes.

Bem se disse já no seio da comissão de geographia que a ella compete colleccionar, estudar e catalogar todas as nossas riquezas geographias, e quer por meio de colleções representativas, quer por investigações e exames feitos nos archivos e cartórios, onde jazem enterrados, e pelo menos pouco conhecidos, alguns documentos comprovativos das nossas glórias. Igualmente se disse que à mesma comissão compete tomar conta de trabalhos que, em via de preparação ou quasi terminados, encetariam as publicações que, por natural selecção, lhe deveriam ser attribuídas.

Também parece certo que o governo vae emprehender, por intermédio do distincto naturalista snr. barão de Barthi, a exploração de nossas colônias da Africa occidental, exploração que, no entender de pessoas muito competentes, deve começar pelas ilhas de São Thiago e de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde, o que teria por consequência, não só o conhecimento d'uma parte, por hora pouco apreciada, do nosso território, mas também aclimatação gradual, e por isso mesmo efficaz do notável naturalista, cujo ardor e entusiasmo, dizem, não poderão talvez vencer de prompto as resistências oppostas n'um clima n'esta época perigosa e insalubre, para quem lhe não esteja affeito.

Na comissão de geographia também se ponderou que a criação d'uma bibliotheca e de um museu geográfico, logica consequência do novo instituto, ao qual não poderão deixar de associar-se, será um dos principaes empenhos da mesma comissão, n'esta parte poderosamente coadjuvada pelos donativos de governos e de sábios estrangeiros, que acolheram o novo instituto geographico portuguez com a maior sympathia e geral e decidido applauso.

Isto já é alguma cousa, mas não é tudo, nem sequer metade do que se precisa para tirarmos das nossas colônias toda a utilidade que ellas podem dar-nos. Para conseguir este resultado é necessário que os poderes públicos se empenhem deveras em adoptar todas as medidas e providencias de que depende o nosso futuro colonial. Não basta cravar marcos divisórios, que circumscrevam claramente os domínios portuguezes; é sobretudo indispensável que alli se fomentem o commercio e as industrias, e que para essas regiões se derive a corrente da emigração que está depauperando a nação em proveito do Brazil.

Se não dispomos de tantos recursos, como as outras nações coloniaes, que hoje estão ligando a maior importância ao desenvolvimento das suas possessões ultramarinas, podemos, com economia e moderação nas diversas despezas do estado, e sobretudo com grande tino governativo, fazer mais alguma cousa do que contemplar com estática beatitude os progressos que estão fazendo os paizes que teem a fortuna de ter a sua frente estadistas que veem um pouco mais do que os mesquinhos interesses partidários e o expediente das secretarias.

O caso está em que haja boa vontade, pois não faltando esta potencia d'alma, e uma vez comprehendidos os verdadeiros interesses nacionaes, não é empreza que exceda as nossas forças o melhoramento gradual das colônias portuguezas.

(Do Jornal do Porto).

(*Diário de Belém*, nº. 273, 02/12/1876, p. 1)

Hospede illustre – Acha-se entre nós desde ante hontem, o sr. Joaquim Augusto dos Santos, um dos redactores do jornal – *O Commercio Português* – importante folha que se publica na cidade do Porto, de cuja empresa é também sócio e representante.

O sr. Santos empreheo esta viagem ao Brasil com o fim de estabelecer por parte d'aquella empreza agências e correspondentes em todas as localidades importantes do império.

Tivemos a honra de receber em nosso escriptorio uma visita do distincto jornalista e muito nos penhorou o seu trato ameno e affável a sua conversação variada, e sempre cheia de interesse, signaes característicos da fina educação e cavalheirismo.

Agradecendo ao illustrado collega, a visita com que nos distinguio, contratulamo-nos com s. s. pelo prazer que proporcionou-nos de conhecê-lo pessoalmente e fazemos votos pelo bom êxito de sua viagem a esta província.

Como completamento a esta ligeira noticia, publicamos em seguida o artigo de despedida que escreveu o *Commercio Portuguez* por occasião de partir para o Brazil o distincto cavalheiro de quem nos occupamos:

“PARTIDA – seguiu hoje para Lisboa em direção a todos os portos do Brazil, o sr. Joaquim Augusto dos Santos, sócio e representante da empresa do nosso diário, com o fim de estabelecer agências e correspondentes em todas as localidades importantes do império, para que o *Commercio Portuguez* possa obter, a todos os respeitos, a consideração que esperamos adquirirá dos nossos irmãos d'alem mar.

Valiosíssimos são indubitavelmente os interesses que o norte de Portugal, e especialmente o Porto tem no império americano, e vice-versa; bem como de

grandíssimas anciedade as noticias que d'um a outro continente, podem ser levadas pela esclarecida voz da imprensa.

O *Commercio Portuguez* estabelecendo as mais amplas e minuciosas communicações, entre um e outro paiz, terá satisfeito um dos mais ardentes desejos que presidiu à sua instituição.

Nem trabalho, nem despezas, nem esforços se pouparão para que o nosso jornal realise d'um modo completo o que levamos dito.

Deverá ser árdua, onerosa, e mourajada a empreza.

Não importa; com isso contávamos; mas a boa vontade e o valiosíssimo auxilio do publico que não nos faltará, tudo pode superar, porque o trabalho, em qualquer das espheras da actividade humana jamais deixará de ser recompensado devidamente. Para tal fim resolvemos partisse para a America o sr. Santos de cuja actividade e esforços não há que duvidar.

Conhecemos já o Brazil, e contando lá numerosos amigos, fiamos que o sr. Santos seja alli recebido com acceitação sympathica que a colônia portugueza costuma dispensar aos filhos d'esta terra.

Estimamos e esperamos que assim seja, e que volte breve, alegre e feliz, depois de conseguir o fim desejado”.

(Jornal *O Liberal do Pará*, n.º 93, 26/04/1877, p.1)

Imprensa – Fomos obsequiados com as seguintes revistas, que se publicão actualmente na côrte:

Imprensa industrial – Revista de litteratura, sciencias, artes e indústria n.º 10.

Ilustração do Brazil – N.º 13. Este numero contem as seguintes estampas:

Roma – A igreja protestante americana na rua nacional.

Uma lição de musica no século passado.

Guerra do Oriente – Assalto do acampamento turco pelos servios antes da tomada de Zaitsciar.

Estatua de Napoleão 1.º recollocada sobre a colluna Vendome.

Ilustração brasileira – N.º 11 – Contem as seguintes estampas:

Escola de compositores, em Berlim.

Antiga missão de Monterey.

O Bois de Vincennes.

O parque Monceaux.

O papa de Marrocos.

A grande ponte sobre o rio Parayba.

A cidade de New Rush.

Minas de diamantes de Colesberg – Kopje.

A guerra servo-turca (tomada de Mramor).

Combate submarino com o peixe-espada.

No domingo.

Revista do Rio de Janeiro – N.º 49 – (Litteratura, artes, sciencias, agricultura, commercio e industria).

Ilustração popular – N.º 8 – Vem ornada com as seguintes estampas:

Michel Angelo.

A Primavera.

A mãe do soldado.

Jornal das famílias – N.º 12, de dezembro do corrente anno. Com este numero completa este interessante periódico das famílias e o seu decimo quarto anno de existência. É a prova mais cabal de sua geral acceitação n'este paiz onde as empresas deste gênero tem ordinariamente vida passageira.

Agradecemos.

(*O Liberal do Pará*, n.º. 293, 27/12/1876, p. 1)

CAPÍTULO III

VARIEDADES

Lisboa.

O ciúme de uma mulher do fim do mundo.

Lisboa é decididamente uma grande cidade!

Exclamava eu quando, tocando o extremo do caminho que me separava da pretenciosa Lusa-Athena, me entranhava altivo, como Amnibal nas Hespanhas, por esse

... mundo n'uma só cidade

A quem de prata e d'ouro o Tejo ufana

Banha em signal d'eterna magestade.

Quem há ahi que, como Luiz de Camões, não soltasse um brado de alegria ao ver depois de longos dias de exílio, e que ao prescripto parecem séculos – a terra sua idolatrada – e tantas vezes sonhada no amargo sonho do desterro?

Salvas algumas modificações, a minha humilde pessoa, subindo a estação do caminho de ferro de leste, dava seos ares de Luiz de Camões. Entre outras muitas modificações avultavão: o eu trazer uma pequena mala em lugar de um poema, vir de Coimbra e não de Macao, e demandar a minha casa e não um hospital.

Entretanto a minha expressão de júbilo não era menor que a do infeliz cantor do Gania, quando, entrando nessas ruas largas e elegantes, exclamei:

– Lisboa é decididamente uma grande cidade!

E efetivamente, pondo de parte todo o entusiasmo patriótico, Lisboa com seos 300.000 habitantes, 355 ruas, 216 travessas, 65 calçadas, 119 beccos, 12 praças, 52 largos, 5 passeios públicos, 6 theatros, 36 chafarizes, 39 freguezias, mais de 200 igrejas, 9 hospitaes, 8 cemiterios, 7 mercados, 12 caes, 7 prisões, 4 bibliotecas, 9 tribunaes, 8 palacios reaes, 15 escolas publicas de superior instruccão, 23 quarteis, 73 repartições publicas, 3 circos e 28 periodicos, é na verdade um grande reino per si só, como já disse o nosso Duarte Nunes de Leão.

E olhai que, pela insufficiencia de algarismos para tão grandes cifras, não vos enumerei aqui os poetas, litteratos, mulheres feias, vulgares e pretenciosas ridículas não vos enumerei mais os galegos, os lupanares, os namores, os adultérios, os janotas, as traducções, nem também os mysterios, os barões, mendigos, e milhares de outras cousas que tornão esta cidade um cahos em que a mente de estadista se perde em cálculos baldados e infructuosos.

Entretanto, oh vanitas vanitatum omnia vanitas! – como resa o latim da escriptura, – a vaidade, essa honrosa serpente que perdeu a nossa respeitável avó, esse gênio diabólico que inventou os espelhos e os armazéns de modas procura também offuscar o brilho fulgente a essa formosa rainha do sul. E sabeis qual é o pensamento continuo e cruciante desta caprichosa que deo ouvidos àquella malévola conselheira? Sabeis qual é o tormento que martyrisa sem cessar esta coquette, mesmo no centro das festas no delírio das valsas, e no turbilhão dos bailes? A ella que, quando seos filhos se chamavão Vasco da Gama e João de Castro, se julgou por muito tempo senhora dos mares e soberana do Universo? Conheceis essa dor turturante que muitas vezes lhe gela um sorriso nos lábios para o substituir por amar desesperada expressão?

Eu vo-lo digo: é a vaidade, a emulação.

Na sua altivez de rainha, ella, que possui o mais bello porto do mundo, ella que recebe o fatigado navegante com toda a etiqueta e amabilidade, mostrando-lhe no seu sorriso encantador um aspecto maravilhoso; ella, que ouviu apregoar por toda a parte o seu nome, sempre escutado com submissão e respeito, e que foi por tanto tempo a amante de tão poderoso gigante da America, não se pode ver hoje suplantada por essas duas pretenciosas rivais a quem chamo Paris e Londres.

E não obstante, a fatalidade fria e impassível lhe aponta com seu dedo de bronze para essa terrível realidade, e a infeliz; torcendo o corpo em dolorosas convulsões, curva a cabeça diante desse desengano.

E olhai que se a mulher tem na vida um desses momentos terríveis em que se esgota a um trago a inexgotável taça da amargura, deve ser de certo aquelle em que se convencer da superioridade da rival; porque, como diz o autor da Salamandra, de todos os sentimentos da mulher o único profundo e inalterável é o amor próprio.

Mas, perdão caro leitor, que lá descahimos, sem querer, na philosophia, insípido certo de gravidade a quem pendem hoje todos os insípidos litteratos; é a moléstia reinante, um folhetinista de nossos dias dá me ares de aeronauta coxo que, sem mesmo saber andar cá por baixo, se eleva com admirável atrevimento à vaporosa região das nuvens. Dizia eu, se me não engano, que Lisboa, esta tão grande cabeça de um pequeno corpo, não podendo exceder a grandeza, a elegância, a riqueza e o espirito de sua rival parisiense, busca imital-a por todos os modos possíveis. Tudo neste mundo é uma imitação; originalidade e plagiário são palavras absolutamente sem sentido. Onde está neste mundo a originalidade, pergunta o autor de Amaury, se o mesmo Creador não foi original fazendo o homem a sua semelhança?

Em Lisboa às modistas da moda chama-se: Elisa, Aline Levailant, Angesi, Lombré; os cabelleiros são: Baron, Firmin, Godofroy, Philiber, Laborde, etc; o modelo dos armadores e estufadores chama-se: gardé as carroagens chamão-se: coupé, laudeau, calechs, tilbury, cashe cou, etc; o regulador das toilettes das elegantes chama-se Journal des demoiselles, dos liões – Journal des taitteurs; as lojas denominão-se: Modiste de Paris, Coifeur de Paris, Café de Paris, Parfumeur de Paris, Patisserie de Paris, Tailleur de Paris; e todas geralmente: Manufacture de Paris. Lisboa veste à franceza, come à franceza, anda à franceza, dorme em cama à franceza, e falla portuguez a franceza; a decência obriga nos a callar muitas mais cousas que ella faz à franceza. Finalmente, o estrangeiro que aqui entra julga-se na cidade mais patriota do império. Lisboa possui também uma imitação a esse luxurioso bairro San Germain, philosophicamente descripto por Balzac na sua Histoire des Treize; queremos fallar desse bairro silencioso e pouco transitado que cerca o theatro italiano, e cujas principaes ruas são: S. Francisco, Ferregial, Alecrim, Duque de Bragança, Emenda, Horta Seca e Flores. Como não tem nome francez também lh'o não quizerão pôr portuguez; chama se simplesmente o bairro aristocrata. As casas ahi são todas nobres, magestosas e iguaes; não se vê alguma de mesquinha apparencia, nem também que busque sobressair às outras com fachada carregada e pretenciosa. Não há ahi a desagradável irregularidade dos outros bairros de Lisboa, nem também a igualdade pesada, monótona e pouco elegante da cidade baixa. São casas iguaes sim, mas todas singelas, a rosas e pouco elevadas. As ruas são largas, magestosas e quasi sempre silenciosas; os aristocráticos moradores não são incommodados pelo rodar das carroagens, nem pelos gritos dos pregoeiros. As janellas conservão-se quasi sempre fechadas, e o silencio da rua apenas é às vezes interrompido pelas melodiosas vozes de algum piano de Collard; é a primogênita do barão que repete as harmonias de Verdi ou Bellini. Vêm se por ahi poucas ou quasi nenhuma lojas: Stelpflug com suas vastas officinas de calçado M. Raynnud e Compagnie, Fulleurs; algum café parisiense pouco frequentado, e nada mais.

São 8 horas da noite. Olhai por essa rua do Alecrim, que, começando e terminando em dous bairros populosos, se conserva indolente e silenciosa; alguma carroagem que esperava uma viscondessa que vai sorrir Charton ou Malvezzi, algum peão que lá entra na academiados professores de musica, e mais ninguém. Olhai com que altivez essa rua aristocrática lança uma ponte colossal sobre o bairro de S. Paulo: lá embaixo o rodar continuo dos omnibus e das seges, e a algazarra de um numero infinito de operários que regressão às suas humildes pousadas; cá em cima o silencio e a indolência de um bairro verdadeiramente aristocrata.

Aristocrata?... não sei se dessa aristocracia que conta na galeria duas dúzias de retratos capitaneados pelos grandes bigodes de algum cruzado, mas pelo menos dessa aristocracia aos pés da qual o nosso século roja: – a do dinheiro.

.....
Tirado por forçosa parelha alazãs, e acompanhado do clarão de duas magnificas lanternas de Crystal um elegante coupé, vindo da rua de N. S. do Loreto, desce a todo o trote a rua do Alecrim, a travessa diagonalmente o largo do Barão de Quintella, e para diante d'uma sumptuosa casa na rua das Flores. Uma sra. elegante e delicada sahe ligeira pela portinhola, que o lacaio lhe tira, e some-se apressada nas escadarias do vestíbulo.

Envolvendo-nos na nuvem que encobria o filho de Anchises, penetremos com a nossa desconhecida no interior dessa casa aristocrata.

– A sra. está no seu quarto? Pergunta ella a um velho criado que encontra na sala de entrada.

– Sim, sra. baroneza, responde o criado inclinando-se.

A sra. que recebe este titulo de nobreza entra em um corredor que lhe fica à esquerda, alumiado por dourados bicos de gaz, atravessa uma pequena sala, e virando um puxador de crystal, entra finalmente e com um lindo boudoir, onde uma mulher também bela e elegante, recostada em commoda poltrona, lia um romance de Dumas filho.

– Ora viva a minha cara Julia; já não há quem a veja, nem mesmo as suas amigas! Diz esta sorrindo com affabilidade à recém-chegada, e estendendo-lhe a mão.

Mas ella, sem responder à saudação, deixa-se cahir como que acabrunhada em um sofá, esconde a cabeça entre as mãos, e exclama com esforço:

– Oh! como eu sou desgraçada!

Essas duas mulheres, ambas bellas e ambas elegantes erão contudo de um perfeito contraste: a que seguimos era loura, clara, e teria ao máximo 22 annos, era uma perfeita belleza britannica; os seus olhos azues e grandes tinham tal expressão de doçura que immediatamente causavão a quem os admirava uma singular impressão de melancolia.

“Erão destes que fallavão

Mesmo quando se abaixavão.”

As mãos pequeninas, rosadas e compridas, erão um perfeito capricho artístico de Thorwaldson. O pé estreito e delicado que, mettido em uma botinha de Eugenio Vieira, ella mostrava com abandono por debaixo do seu tufado vestido, seria capaz de toldar a vista ao homem mais insensível.

A mulher que encontramos sentada é demasiadamente conhecida em Lisboa pela sua belleza peninsular para que possamos fazer o retrato, mostra ter 28 para 30 annos; naquelles olhos pretos e vivos revela-se um profundo conhecimento do mundo em que vive. O abbade de Chaulieu, se visse aquella pequena rugazinha que lhe atravessa a mimosa tez tornaria a dizer: Deus cette ride, l'amour s'arréte et se joue.

– Tu desgraçada, minha querida Julia, diz ella cujo nome celebre e conhecido substituiremos por Emilia, tu desgraçada! formosa, rica, e casada com um sexagenário que te dá uma completa liberdade, e que ao mesmo tempo te satisfaz os mínimos... titular, espirituosa e sra. de sua vontade, com estes dotes, minha querida, pouca gente há desgraçada.

– Oh! cala-te... o Jorge que me abandonou!

O semblante de Emilia tomou uma expressão séria, e, aproximando-se solícita e affectuosamente da baroneza Julia, disse como que fallando consigo mesma:

– Eu já o esperava...

– Já esperava? e então não me dirias nada?... não erão as palavras delle tão apaixonadas, não trazião um cunho de sinceridade irresistível?

– Por isso também a culpa não é delle, tornou Emilia com intenção.

– Não é della? Exclamou Julia.

– Não.

– Então de quem é?

– É tua.

Estas duas palavras erão pronunciadas com tanta naturalidade que Julia julgou a sua amiga louca.

– Minha? Perguntou ella.

– Sim, tua,

– Mas se eu te digo que foi elle que me abandonou, que esqueceu todos os juramentos que fizera e todas as provas que recebera; que hontem, quando me renovava os seus falsos protestos, já era amante de D. Luiza S... e que hoje me pediu que não fosse a S. Carlos, naturalmente porque se quer lá apresentar com aquella tola...

– E eu torno a repetir-te que disse tudo tens tu a culpa, porque se primeiro o tivesses abandonado e não prolongasses tanto a época do sentimentalismo, já hoje não soffrias essa humilhação.

– Mas se eu o amava e se... o amo ainda, disse Julia tentando enxugar os olhos com aromático lenço de cambraia.

– Oh! minha querida, exclamou Emilia rindo, acabas de pronunciar uma palavra que na nossa linguagem não tem significação alguma; não sabes que antes do amor-paixão, como lhe chamão os phisiologistas, vem outro sentimento que deve imperar muito mais sobre nós?

– Qual?...

– O amor-próprio, barreira inexpugnável que nós difficilmente deixamos atacar, e pela qual, uma vez atacada, é impossível vencerem-nos, enquanto que pelas outras são fraquíssimas. Ou antes, para melhor dizer, posto que te pareça uma contradicção, são as feridas ao amor-próprio, quando profundas, que nos fazem perder todo o nosso prestigio. O amor-próprio nas mulheres, querida Julia, é como o calcanhar de Achilles; uma vez ferido, foi-se a invulnerabilidade.

– Essa linguagem...

– É de quem conhece o mundo melhor do que tu, acredita-me; tu estás ferida muito mais no amor-próprio do que nesse sentimento que dizes consagrar a Jorge; sentes os mesmos effeitos que outra qualquer; o mal foi todo de os não saber evitar. Se soubesse descobrir no teu amante as suas tendências de volubilidade, têl-o-hias abandonado antes que elle o fizesse, e assim terias dito como o grande rei Francisco I: Teut est perdu hormis l'honneur.

– Mas quanto assim seja, disse Julia com impaciência, tudo isso é muito bonito, mas não me dizes o que devo fazer.

– Queres-te vingar, não é assim?

– Quero que elle deixe a d. Luiza por minha causa.

– É dizer a mesma causa por diversas palavras. Ora diz-me, continuou Emilia, sabes que elle vai hoje a S. Carlos com ella?

– Sei!...

– Pois bem, vai immediatamente para S, Carlos.

– Quem, eu? Exclamou Julia, isso nunca: era agora o que faltava, assistir às olhadellas triumphantes daquela insolente!

– Mas eu quero, e has de ir. Recebe no teu camarote o maior numero de pretenciosos que poderes; mostra-te alegre e completamente indifferente para com Jorge, e amável para com o ente mais ridículo, insipido e vulgar que por lá vires; tudo isto sem affectação, e com a maior naturalidade que poderes.

– E depois? Perguntou Julia quase seduzida por este systema.

– Depois prometto-te que amanhã de manhã tens Jorge e a tua casa. Mostra-te fria, indifferente e ao mesmo tempo affectuosa; não falles em infidelidade, nem faças scenas sentimentais; convida-o para uma soirée, como farias a um desconhecido, e, quando elle quizer chegar às explicações, põe no pela porta fora debaixo de qualquer pretexto de toilette. Precisas mais iniciações?

Julia não respondeu, levantou-se apressadamente, beijou Emilia na testa, desceu as escadas com rapidez, e mettendo-se na carruagem gritou ao criado com voz firme e vibrante:

– A S. Carlos.

.....
Quatro dias depois Jorge de... era amante da baroneza Julia.

E, passado pouco tempo, Jorge desesperado pelo abandono da sua amante, conhecia então todo o peso do axioma de Musset: Une femme pardonne tout excepté qu'on ne veuille pas d'elle.

A. MARQUES PEREIRA.

(Ext.)

(Diário do Gram-Pará, n.º 54, 09/03/1858, p. 1 e 2)

Anexo E

Proezas de Mr. Hume, no Porto, em 13 de Junho de 1857

Na tarde do dia 13 de Junho o terrível aliado de Satanaz transpuz a ponte pênsil do Porto.

Apenas despontou do alto da bandeira, do mar desenvolverão-se turbilhões de neblina, que, espriguiçando-se pela orla direita do Douro, erguerão-se em nuvens opacas ao sopé da cidade, envolvendo-a densamente em menos de 4 segundos.

Era então o dia nefasto da prophetica aniquillação do mundo.

O nevoeiro gelou de terror alguns ânimos crédulos, as portas do hospital da caridade abrirão-se na manhã do dia seguinte para dar guarida a 3 doentes moralmente mortos pelo pânico da nuvem pressaga.

Era, pois, M. Hume que subia a rua inoffensivo: na de S. Antonio, porém, vendo em uma janella uma formosa sr.^a, descarregou-lhe uma tal corrente electrica que a arroubada menina ao precipitar-se fascinada nas lages da calçada salvou-se, porque o mirinaque encheu-se de vento e alçou-a para cima até pôl-a, felizmente, na trepadeira de uma casa vizinha.

M. Hume, vencido pela dinâmica do mirinaque, rio-se como sensato philosopho que é, e entrou no botequim portuense, onde pediu uma garrafa de absyntho.

Ministrada a garrafa, o feiticeiro vasou-a de dous tragos com grande espanto dos circumstantes, entre os quaes estava eu. O botequineiro Chaves esperava que o prodigioso bebedor arrebetasse alli, quando M. Hume se levanta pacificamente, accende um charuto, e vai retirar-se sem pagar.

O proprietário do absyntho, com delicadas maneiras, diz ao hóspede que o absyntho custa 1\$600. Hume encara-o com visagens de pasmado, e diz-lhe:

– Eu creio que não sou obrigado a pagar o que não bebi.

– Como! Repliou o botequineiro, pois o sr. não acaba de beber uma garrafa de absyntho, levante-a.

Machinalmente convergirão todos os olhos para a garrafa. A garrafa estava lacrada e intacta!

Adoptamos a physionomia mais parva que podemos, e mr. Hume levantou a luva, e entrou no bilhar.

Estavão 2 lepidos caixeiros jogando sai partida, onde refocilão hebdomadariamente o espirito, e

A loja do patrão vai dando a sola.

Mr. Hume embirrou com as faceiras sandices dos jogadores, e fez das suas. Emquanto um rasgava o panno, o outro dava com uma bola no alto da testa de um espectador. O impaciente ferido injuria o caixeiro; travão-se de palavras e agarrão-se mutuamente pelas orelhas respectivas, e rolão no chão até se esmurrarem nazalmente. Nisto as ebúrneas bolas tomão phantasticas formas, e convertem-se em enormes aboboras meninas, e do interior de uma sahe o mercador enristando o – restho – contra os espectadores pasmados.

O enviado de Lucifer desaparecera, no auge da desordem, subiu uma escada que no fim do – café – o conduziu a uma casa onde larga roda jogava o monte...

Hume parou um castello de libras, e ganhou. Aposta um segundo castello de onças americanas, e perde. O monteiro arrebanha com mão sôfrega a rica parada, e apenas lhe toca, as onças convertem-se em moedas portuguezas de 20\$ rs., e patacas da Junta Suprema.

A pávida estupidez figura-se nas caras, de todos. O diabólico ponto sahe solememente accendendo novo charuto, e ao mesmo tempo, que sahe e açula uma baforada de fumo que tolda o recinto, e cega os olhos dos cabos de policia que entrarão policiando as casas de jogo.

Hume vai dalli à hospedaria da Aguiã de Ouro senta-se à mesa redonda, onde estavam 4 brasileiros comendo frangos ensopados com ervilhas.

Os brasileiros, homens nédios, que marejavão óleo das bochechas rubras, rirão-se da magreza cadavérica do recém-vindo.

M. Hume comprehendeu as facetas dessaboridas dos chacoteadores e vingou-se heroicamente, por este theor: os frangos erguem-se vivos d'entre as ervilhas, e começam a depinicar os narizes dos brasileiros. Um destes infelizes sente um vomito, arranca uma colera e após ella sobe-lhe as fauces a cabeça d'um frango, que já tinha descido ao reino escuro dos intestinos. Saltão das cadeiras atropelladamente. O criado Bento consegue desentallar os gorgominhos do asphyxiado brasileiro, tirando-lhe pelo frango, enquanto os outros frangos e brasileiros corrião de quarto para quarto grasnando e piando, cousa horrível de ouvir-se.

Hume contempla immovel a sua obra, e pergunta se lhe não servem de costelleta de porco. Come como habitante deste mundo, paga, e retira-se deixando na sala um acre cheiro de arruda. À noite entra no real theatro de S. João. Abrange d'um rápido relance de binoculo os camarotes, e, por um satânico capricho dos que escaparão a Milton, fez que todas as mulheres se tornem d'uma fealdade extremamente repulsiva. Este fenómeno não se faz sentir, porque a mudança do natural para o phantastico foi quasi imperceptível. O publico estava affeito àquellas mulheres assim, pouco mais ou menos.

Mr. Hume não aturou o primeiro acto. Perguntando por alguém, que nos pede sigillo de seu nome, em que acha estorvos a sua vontade invencível, respondeu que com toda sua miraculosa força magnética não poderia conseguir que os actores do theatro nacional portuense se tornassem supportáveis.

Saio do theatro com gesto de enfado, e apresentou-se em casa d'um visconde para quem trazia carta de recommendação de duas illustrações parlamentares que se encontrara nos – Irmão unidos em Lisboa, e sobre as quaes diz elle que, exercendo a sua vigorosa acção electrica não poderá faiscar o lume do senso comum.

O visconde estava tomando o seu caldo verde, e disse que a taes horas não recebia gente em sua casa.

(Diário do Gram-Pará, n.º 80, 12/09/1858, p. 2)

Anexo F

Monumentos a Camões

Na nossa historia litteraria, pelo fim do século XVI avulta um nome, que vale só por si todos os outros.

Esse nome é o brasão das lettras portuguezas, ea admiração dos estranhos.

Esse nome é tão grande, que o mundo escreveu o no livro d'oiro da poesia ao lado de Homero, de Virgilio, do Dante, de Milton, acima de Tarso, de Byron, de Lamartine de Almeida Garrett, e de tantos que nobilitam as paginas mais esplendidas dos fastos humanos.

Esse nome é Luiz de Camões, o príncipe dos poetas nacionaes, e um dos maiores épicos do mundo.

A elle, porem, que soubera perpetuar a memoria illustre dos grandes feitos e dos grandes argonautas portuguezes, que soubera cantar em carmes immortaes as nossas passadas glorias, ainda até hoje se lhe não erigio uma estatua, um monumento, que ateste aos estranhos a gratidão posthuma da pátria, que o deixara perecer de fome sobre a exerga d'um hospital!!!

Digno galardão do soldado valente, que pela pátria perdera um filho no Estreito de Gibraltar, militara nos muros de Ceuta, pelejara junto das faldas do monte Atlas, combatera no mar Vermelho e no golpho Persico, dobrara duas vezes o Cabo da Boa Esperança, e exposera durante dezesseis annos a vida nas ribeiras do Indo e nas praias da China!

Justa recompensa a quem votava a pátria entranhável amor, que entre outras vozes manifestou com essas tão saturada de ternura e de saudade:

Esta é a ditosa pátria minha amada,

A qual se o ceo mo dá que eu sem perigo

Torne com esta empresa já acabada

Acabe se esta luz alli comigo.

Merecido premio ao poeta, que pressentindo a ruina de Portugal, começada nos ardentes (?) d'Alcacer Quibir, quis ao menos salvar, e effetivamente salvou do nosso naufrágio po (?) a memoria gloriosa do que em epochas (?) venturosas haviam sido!

Sabemos, que para perpetuar a memoria de Luiz de Camões deixou elle ahi um padrão imorredouro, eterno, gloriosíssimo: escreveu Os Lusíadas. Mas esse padrão não lh'o ergueram os outros: levantou-o o próprio poeta com a omnipotência de seu gênio pasmoso, e ofereceu-lho generosamente à pátria, e a pátria, desagradecida, ainda até hoje não soube provar seu reconhecimento, tornar-se digna da offerta! Vergonha sem nome! Esquecimento inqualificável! E isto é defeito velho, com pungente (?) o dissemos. Nós os portuguezes sempre fomos pouco reconhecidos às maravilhas d'engenho e de valor, com que Deus se tem dignado (?).

Onde estão as cinzas, já não dizemos os monumentos, de tantos varões nossos assignalados (?) e nas lettras? As do visconde de Almeida Garrett talvez ainda appareçam, porque é fallecido há poucos mezes...

É que nós, os portuguezes, somos homens so para fazer discursos, de palavras solemnes e (?). limitamo-nos em liberalisar, (...)

Janeiro deliberou promover no império e em Portugal uma subscrição para se levantar em Lisboa a Camões um monumento de bronze, construído por artistas portuguezes, como se vê do programa publicado em o n 235 deste jornal.

Pena é que se não possa realisar também o pensamento de Humboldt, enunciando n'uma das notas do seu Cosmos. Pergunta o sábio allemão, se tendo sido o proposito de Camões engrandecer, nos Lusíadas, a sua pátria, não seria digno de tamanha gloria poética, e de tal nação, fazer se em Lisboa o mesmo que se fez no palácio grão ducal de Weimar, nas sallas de Schiller e de Goethe, isto é, executar a fresco, em paredes bem allumiadas, e com vasta dimensão, as doze composições de Gerard, que adornam a magnifica edição de D. José Maria de Souza? O sonho d'El-Rei D. Manoel, em que lhe apparecem os rios Indo e Ganges; o gigante

Adamostor pairando sobre o Cabo da Boa-Esperança; a morte de Ignez de Castro; a graciosa ilha de Vênus... produzirão o mais brilhante effeito, como bem diz Humboldt.

Diligenciemos porem agora erigir a estatua mais se realisará talvez a generosa inspiração do auctor do Cosmos.

Oxalá, que para o bom êxito da feliz lembrança do Gremio cooperem todos com dedicação e amor.

Oxalá que em breve se nos não gele a voz nos lábios, quando o estrangeiro repetir a objurgação pungente com o auctor do Camões termina o seu poema:

... Raça d'ingratos!

Nem isso! Nem um tumulto, uma pedra

Uma letra singela!...

Honra e gloria a nossos irmãos, que, longe da pátria, a não olvidam um só momento, procurando sempre erguel-a do abatimento, em que jaz.

Honra e gloria a nossos irmãos pela feliz iniciativa nesta devida reparação à memoria illustre do príncipe dos poetas portuguezes.

Honra e gloria a elles , a quem a posteridade cobrirá de bênçãos.

TORRES E ALMEIDA.

(Diário do Gram-Pará, n.º (?), 16/02/1858, p. 2)

Anexo G

Os Cantos Matutinos – o grande poeta portuguez, o sr. Antonio Feliciano de Castilho, accusando a recepção do volume de poesias do sr. Francisco Gomes d’Amorim, Os Cantos Matutinos, faz respeito das mesmas poesias e do seu autor a mais bela idea a par d’um elevado conceito. Nós, que conhecemos o mavioso cantor das nossas grandezas, das nossas flores, dos nossos bosques e das nossas florestas, cuja voz melodiosa é concernente repercutida pelo echo do Amazonas; nós, que de perto conhecemos o cysne portuguez, o discípulo de Garrett, o harmonioso poeta Amorim, cujas primeiras inspirações foram bebidas sob os céus do equador, onde o vate tem o seu berço de poesia; nós, por todos estes motivos, nos congratulamos com elle, pelo júzo, que a seu respeito forma o insigne cantor da primavera, que por tantos títulos tem adquirido tam alta nomeada entre os ornamentos do orbe litterario, sendo isso bastante para o real contentamento do jovem poeta, de quem elle se confessa admirador.

Em seguida, transcrevemos a carta que o sr. Castilho dirigiu ao sr. Amorim, e por ella melhor sentirá o leitor os efeitos das palavras desse grande homem, que, traduzindo ao vivo as suas emoções, maior impulso dispensa ao adepto da sua crença na carreira da litteratura portuguesa, que tendo sido já tam enriquecida pelo fructo da vasta intelligência do mancebo, que vivendo entre nós, nos embates da vida commercial, affrontou todos os obstáculos para se transportar à sua cara pátria, para realisar os seus sonhos doirados, para ser, como hoje é, uma das bellas glórias de Portugal! O conceito que forma o sr. Castilho do discípulo de Garrett servirá para d’uma vez acabar de formar a reputação do jovem poeta, que talvez ainda encontre espíritos scepticos, que lhe deneguem a palma do gênio e da victória, o que inteiramente duvidamos. Nós sinceramente gratos à voz do canto, que nos saúda, para mais fazer sobresahir o nosso reconhecimento, achamos que, depois de quanto havemos dito, conseguiremos melhor o nosso fim com a transcrição da seguinte carta nas colunas do nosso jornal.

Carta de Francisco Gomes de Amorim.

Meu caro e excellentíssimo poeta – Esta sua prezada cartinha veio aumentar a confusão em que eu já estava, por lhe não haver ainda agradecido o presente do seu livro, e não digo só o presente, o contentamento muito real que me deu a sua leitura; porque apesar de tudo sou ainda d’aquelles, se por ventura os há, que se alegram com a gloria alheia bem merecida, e com a da pátria em todo o caso. Já que chegou a hora de lhe eu poder dizer isto ainda que ao presente o afago de trabalhos muito grandes, muito sérios, e de immensa responsabilidade, me prohibe a delicia de andar apontando as formosuras e excellências desta colecção, o que seria copial-a quasi toda, não posso todavia privar-me de lhe dizer que os seus cantos matutinos, se me concedem algum voto em coisas d’estas, podiam merecer o titulo de *cantos para todas as horas do dia e de todos os dias, e em todas as edades da vida*; porque todas as espécies de amores se encontram nelles, os do menino, os do mancebo namorado, os do patriota, os do liberal, os do religioso. Depois, por cima de todos estes amores com que é impossível se não sympatise, e cujo complexo sobraria para desarmar a inveja se ella soubesse depor as armas antes de haver morto e enterrado; por cima de todos estes amores e de envolta com todos elles, anda uma não sei que fragrância de terra natal, um soido tão sincero e tão bom do legítimo falar da nossa gente, e uns taes reflexos cambiantes de passadas glorias, que não quero que haja leitor portuguez, douto ou inculto, clássico, romântico, eclectico, septico, a não ser algum satyrico destes escalados e serem entranhas, que, acertando de abrir este livro em qualquer pagina deixe de prosseguir até o fim e, concluída a leitura, de o recommear.

A poesia marítima é que sobre tudo me pareceu aqui maravilhosa, é um bello gênero que meu caro poeta nos creou, e que lhe saiu logo da cabeça adulto e armado como a Pallas; quasi que estou tentando a querer bem aos trabalhos da sua vida por ver as opulências com que o prendeu o Oceanno, esse glorioso parente nosso por tantos títulos.

Mas assim como o felicito pelas suas scenas náuticas, scenas que orçam tantas vezes pelo sublime e o attingem, quizera eu que houvesse não menos aproveitado as inspirações magnificas, únicas, *sui generis*, que sem duvida recebeu do clima, do sol, das estrellas, das florestas, da immensidade, e da divina poesia do novo mundo; era esse para o seu talento segundo theatro, e senão mais grandioso de certo não menos bello e fecundo do que o mar; que o diga Chateaubriand, que o diga Cooper, que o diga Ferdinand Denis.

Os Cantos Matutinos hão de ter segundas e muitas edições, hão de ser seguidos de novas collecções poéticas da mesma pena; recomendo-lhe pois que aproveite para si e para nós, em quanto o correr do tempo, as mutações dos anos e o esfriamento da idade lh'as não apagam da memoria e do coração, aquellas scenas da natureza intertropical, verdadeiro paraiso ter real fantasias. Saiu do Oceano coroadado de perolas, torne-se (em espirito só) torne-se a America, e volte-nos carregado das palmas que desdenhou colher.

Quizera escrever muito mais e muito melhor sobre isto, mas estão-me chamando para outra parte as obrigações; as musas são lindas, mas as creanças das escolas, e o futuro liberal da pátria illustrada, valem ainda muito mais. O deixar de dizer tudo quanto sinto de bem a respeito do seu livro não é um dos menores sacrificios que eu faço a esta santa causa.

Outro é não poder cumprir melhor os desejos, e presumo que o empenho do meu poeta, enviando-lhe para o álbum da sua brasileira alguma coisa nova; com palavra de honra lhe affirmo que não tenho tempo; ahí mando pois copiaruma odezinha de Anacreonte: assim mandamos a essa menina um velho que em amores val mais que mil rapazes.

De Vossa Senhoria admirador muito affectivo. Lisboa, &c.

A. F. DE CASTILHO.

(*Diário do Gram-Pará*, nº. 237, p. 2, 18/10/1858)

Anexo H

O primeiro semanário de literatura, que entre nós se publicou sob os auspícios da geração nova, o tão popular como bem mérito Panorama, chegou a um ponto, em que além das protecções com que já contava, reconheceu no Brasil um dos seus apoios, e nos seus artigos d'introdução annual comemorou este facto. É que a pena e o buril d'alguns colaboradores ilustres haviam consagrado seus primores a descreverem ao Brasil paisagens e cidades, edifícios e monumentos. O artigo e a estampa coadjuvavam-se e os brasileiros convenciam-se, que aquella redação lhes fazia um serviço, tornando conhecida a sua pátria. Ali ficou dignamente o nome do Sr. F. A. Varnhagen, brasileiro de sumo merecimento intelectual, ao pé dos Srs. A. Herculano e O. Marreca, para dizer quanto do Panorama folgava de difundir noções sobre o florescente império do Brasil. (...) Com o Panorama coexistiu por algum tempo uma outra publicação, hebdomadária, que degenerou infelizmente, e morreu, mas que em quanto se manteve na inicial altura, deu honra ao nosso jornalismo literário, e fez justiça aos conterrâneos de Gonçalves Dias. Foi a Illustração Luso-Brasileira. Lá estão as estreias poéticas, as primeiras vozes literárias do espírito que nascera para reagir contra a vocação menos ou nada ideal que a vontade paterna lhe impozera, e poucos ignorarão, que aludimos ao talentoso Casimiro de Abreu. Depois da Illustração Luso-Brasileira, ainda encontramos outro periódico literário apertando o vinculo fraternal dos dous paizes. Este ainda vive, e sahe à luz como outros, em Lisboa, é a Revista Contemporanea. (...) Mas não é só nas folhas dos jornaes, que se nota esta homenagem às intelligencias d'aquellas praias da America meridional. Os volumes sahidos dos prelos fazem coro com o ecco, para assim dizer, diário do jornalismo. O Sr. Lopes de Mendonça, entre os perfis críticos esboçados por ele, tem alguns dedicados a talentos brasileiros. O Sr. Innocencio Francisco da Silva no seu Diccionario Bibliographico reuniu os dous povos, fazendo imenso serviço às suas litteraturas. (...) Que significa tudo isso? Significa, que os laços de parentescos, que unem as duas nações, são cada vez mais provados pelas penas do nosso paiz. O conhecimento do Brasil na Europa é concentrado nesta orla da península, se se continuar a demolir a grande muralha, que até aqui parecia isolar Portugal do resto do continente europeu, será por meio da nossa imprensa, que se estudarà o Brasil no velho mundo. (...) As informações dos livros e os esclarecimentos verbaes das pessoas que conhecemos naturaes do Brasil, supprirão a deficiência de uma viagem àquellas regiões tão favoritas da natureza, como alumiadas pelos nossos antecessores com os clarões do christianismo. É necessário convencermo-nos d'uma cousa, e é: convem, é da mais instante necessidade, exige a amizade fraterna, que essas léguas de quase infindo mar, que nos distanciam das praias brasileiras, não sejam interpostas senão fisicamente. Moralmente cumpre sermos mais vizinhos delas, que dos campos da Hespanha. Já somos hoje; importa sel-o mais. O pouco, a que atingimos, nada será sem o auxilio simultâneo de brasileiros e portuguezes. Invocamol-o, com a ardente vontade de sermos uteis a uns e outros. (do Diário Mercantil do Porto). (Diário do Gram-Pará, N.º 65, p. 1, 23/07/1861)

Anexo I

O Beijo (Teixeira de Vasconcellos)

Foi dada ao homem a facilidade de fallar para exprimir os seus sentimentos. Digamo-lo assim sem receio de desmentir o príncipe de Talleyrand, a cuja astucia diplomática parecia que a palavra servia mais para occultar os nossos sentimentos do que para os dar a conhecer.

Mas o instincto revelou ao homem que no movimento dos beijos havia outro meio tão persuasivo e tão fecundo como a falla, para manifestar affectos e para os firmar quasi com o valor do juramento. O beijo foi desde os tempos mais afastados a linguagem do coração por excellencia.

Não há com effeito sentimento affectuoso, de qualquer espécie, de que o beijo não seja expressão natural e eloquentíssima. Por elle se patenteião e se consagrão o amor e respeito filial, a affeição conjugal, a amisade, a gratidão, a paz, a beneficência, a humildade, a alegria e alvoroço, a tristeza, o conforto na desgraça e a confraternidade dos homens em variadíssimas conjuncturas.

Em quasi todos os casos a que alludimos, o beijo, entre pessoas de costumes, puras e respeitadoras da lealdade das promessas tem quasi a força e inviolabilidade do juramento, e considera-se profanação culposa trahir a confiança inspirada por um beijo, faltar às estipulações que por elle se confirmarão ou emprega-lo como interprete de paixões indignas. De geração em geração tem passado para exemplo de funesta memória o beijo dado pelo apostolo infiel na face de Jesus Christo.

O sentido attribuido universalmente à expressão: *beijo de Judas*, revela até que ponto aquella suave contracção dos beijos, adivinhada pelo instincto affectuoso dos homens, foi sempre tida na conta de manifestação sincera dos sentimentos do coração, e quanto a moral condemna a traição que o emprega para os seus pérfidos designios. O beijo foi sempre symbolo precioso dos mais santos e puros affectos. O *beijo de Judas* é symbolo e typo das traições vis e infames. Dos tempos mais remotos nos conta a historia que o beijo servia então quasi universalmente para testemunha de fervor religioso. Entre os pagãos a homenagem mais publica que se tributava aos deuses era um beijo que cada qual dava respeitadamente na sua própria mão, e ainda hoje entre os christãos, depois de benzer-se, muita gente pondo em cruz o dedo pollegar e o indicador e os beija em forma de respeito ao symbolo da Redempção.

Não é menos antigo o costume de beijar a mão das pessoas que nos merecem respeito e veneração. Plinio, que lhe quiz indagar a origem, assevera que é de tradição immemorial. E de feito, encontra-se nos versos de Homero, nas lamentações de Job, e nos costumes da antiga Roma, onde tribunos, cônsules e dictadores davam a mão a beijar aos seus inferiores. Depois os Imperadores reservavão esta honra aos grandes dignatarios, e o povo contenta-se de lhes tocar no manto ou de os saudar de longe levando a mão à bocca.

Fernando Cortez encontrou no Mexico o costume de beijar a mão que a Europa conservou por longos tempos nas cortes em homenagem aos soberanos e príncipes, e que hoje ainda é usado, como expressão de respeito e cortesia nas relações os homens com as senhoras.

Nas ceremonias da religião catholica nota-se com frequência o uso do beijo como signal de adoração ou de fé religiosa. Ao revestir-se dos paramentos sacerdotaes, o padre beija o amito, a estola e a casula; durante o santo sacrificio da missa beija o evangelho, a patena e a pedra d'ara posta no meio do altar e destinada antigamente a cobrir os ossos dos martyres.

Os fieis beijão a cruz, as relíquias e os santos. Por humildade e penitencia beijão as lages dos templos e em testemunhos de veneração filial fazem outro tanto ao annel pastoral dos bispos, e ao pé do pontífice.

Dos primeiros séculos da igreja data o beijo de paz que davam uns aos outros os fieis durante a celebração das ceremonias religiosas, e ainda se encontrão vestígios deste uso em algumas

regiões onde os fieis dão e recebem o beijo da paz antes da comunhão. Na ordem de S. Bento conservou-se por longo tempo esta antiga usança, e nas ordens militares era invariavelmente seguida nas profissões dos cavalleiros.

Inventado pelo instincto, o beijo é e será sempre o fiel espelho dos affectos da alma, a primeira demonstração de bem querer que as crianças aprendem, e o ultimo adeus ao mundo quando nos paroxismos da morte, e já quasi na presença do Eterno o moribundo beija reverente a cruz que lhe a presenta o sacerdote. (Teixeira de Vasconcellos)

Um Marido Affrontado (Archivo Pittoresco)

Anexo J

AS FESTAS DO TRICENTENARIO DE CAMÕES

Esta província pagou também o seu tributo a memoria do homem immortal, que há tresentos annos desapareceu da scena do mundo material para ressurgir na historia. O corpo do athletico soldado anniquilou-se ao sopro gellido da morte: mas o espirito do Poeta, quebrando as algemas da matéria, voou ao seio da gloria para receber a recompensa, que Deus reserva aos grandes homens.

Ao jornalismo da província coube um dos mais distinctos lugares nas homenagens rendidas ante-hontem ao grande épico LUIZ DE CAMÕES.

O *Diário do Gram-Pará* illustrou a sua edição de ante-hontem com o retrato do insigne cantor dos *Luziadas*, este Diário também publicou uma edição especial, illustrada com o retrato do inspirado cantor de Ignez de Castro, sendo, tanto este como aquelle, primoroso trabalho do distincto lithographo Wiegandt; em fim todos os órgãos da publicidade uniram suas vozes ao cântico universal com que a imprensa saudou o dia 10 de junho, que relembra a todos que fallam a lingua portugueza o anoitecer da vida d'um soldado valente, d'um cidadão modelo ou também o alvorecer da gloria d'um Poeta grande, como poucos, mas victima das injustiças, das iniquidades, se não crimes, do mundo, como muitos.

Aquelles que, como Luiz de Camões, tiveram na vida por amparo o abandono; como recompensa, a ingratição; por luto mortuário, o hospital; por commemoração, o esquecimento; por pátria, o desterro; por família, a miséria, a fome, o motejo da ignorância, as injustiças dos homens e os insultos do destino, é-lhes redempção o tumulo. A mão invisível que levantou a lousa da sepultura de Christo é a mesma que levanta a dos grandes homens para entregal-os à immortalidade.

Bem haja, pois, a imprensa, que tão bem soube comprehender a necessidade de resgatar do olvido, do esquecimento, talvez, a memoria do grande mestre da lingua que fallamos!

O *Clube Euterpe*, modesta, mas esperançosa sociedade musical, deu no salão da Escola Pratica um esplendoroso sarau litterário e musical, a que compareceram as EExs. Os Srs. Presidente da Provincia o Bispo diocesano. O salão d'aquelle edificio estava brilhantemente decorado. Às 8 ½ horas da noite chegou S. Revm.^a o Sr. Bispo Diocesano, a quem o Sr. Medeiros Branco, Presidente da comissão promotora dos festejos, offereceu a cadeira da presidência da reunião, (?) foi aberta por S. Exc. Revm.^a. Nessa ocasião, foi (?) o retrato a óleo do grande épico *Luiz de Camões*, cujo olhar incendindo pareceu rebrilhar volubilidade da tela.

Em seguida usaram da palavra:

O Sr. José Gonçalves de Medeiros Branco por parte da – Comissão prommotora dos festejos – , o Sr. R. Portugal por parte da sociedade – Sete de Setembro –, o Sr. Luiz Mota pela – Harmonia Litteraria –, o Sr. M. João Gonçalves pela – Real Beneficente Portuguesa –, o Sr. P. de Brito pelo – Club Normal –, o Sr. Dr. C. Branco pela – 28 de Julho –, o Sr. C. da Costa pela – Artistica Paraense –, o Sr. B. Nunes pela redação do *Liberal* –, o Sr. S. de Medeiros em nome do – Club Euterpe –, o Sr. Luiz Carvalho pela – Mechanica.

Também orarão ainda outros cavalheiros, e o Sr. Dr. Julio Mario recitou uma bella poesia.

A parte musical foi executada, segundo o programa, sendo no final de cada parte as Exm.^a Sr.^a e cavalheiros, encarregados da execução, calorosamente applaudidos.

As paredes lateraes do vasto salão estavam adornadas com os retratos de Garrett, Gonçalves Dias, Alexandre Herculano, Casimiro de Abreu, Castilho, Victor Hugo, Vasco da Gama, Bartholomeu Dias, Affonso D'Albuquerque etc.

A entrada do edificio estava embandeirada e illuminada a gaz, tocando uma banda de musica marcial algumas peças de musica de seu repertorio n'um lindo pavilhão collocado à entrada d'aquella casa de educação.

Uma banda de musica percorreu as ruas da cidade às 6 horas da manhã, meio dia e à tarde. A uma hora e meia da noite terminou a solemnidade, encerrando o digno Consul de Portugal a sessão, proferindo algumas palavras de agradecimento à imprensa, que tanto se esforçou para que as festas do centenário fossem condignas do altíssimo talento, que tanto honra Portugal, e a todos que tinham concorrido para o brilhantismo do sarau do *Club Euterpe*.

Se nos congratulamos com os collegas da imprensa pelas expontaneas e fidalgas homenagens que renderam à memoria de Camões, não podemos deixar de fazel-o à distincta sociedade promotora do sarau litterario e musical.

Felicitamol-a sobretudo pela escolha do local para a festa do centenário. Na Escola, que é o berço, a fonte perenne da instrucção, é que se devem celebrar as festas em honra dos mestres, em honra dos gênios.

À noite houve espetáculo em commemoração do centenário com assistência de S. Exc. O Sr. Presidente da Provincia.

A orchestra do theatro executou os hynnos portuguez e brazileiro, recitando a distincta atriz Emilia Adelaide, em scena aberta, em frente da tela de Camões e com a assistência de toda a companhia, a magnifica poesia – *Camões* – do mavioso poeta portuguez Palmerim. Nos intervallos da representação do excellent drama *A Idiota*, uma musica fazia ouvir as suas melodias no salão do theatro.

Honra, pois, à Provincia, que não deixou passar despercebido o centenário do Poeta immortal, que compendiou na sua epopea a historia do povo navegador, que é a historia de nossos avós! Honra a essa sociedade “*Club Euterpe*”, que assignalou a sua esplendida festa, quebrando os grilhões da escravidão a uma innocente criança, que levou a aurora da sua liberdade nesse dia memorável!

(*Diário de Belém*, n.º 132, 12/06/1880, p. 2)

Anexo L

LIBERAL DO PARÁ

BELEM, 10 DE JUNHO DE 1880

Centenario de Camões no Pará

Para satisfazer apenas uma exigência transitória a que presentemente somos forçados, estampamos agora estas linhas compreendendo não a biographia, porem, um modesto tributo de admiração ao grande épico, o immortal e sublime gênio, que com animo arrogante rompeu o passado do idioma portuguez incarnado com bellos na protagonista, os títulos, as formas elegantes e arrojos varonis com que de pé no meio de três séculos demandam o acatamento dos vindouros.

O seu immortal poema os *Lusiadas* onde em sublimes estrophes cantou os feitos valorosos de heroes homéricos, que pompeam com a fronte aureolada com os louros de innumeradas victorias na tela da historia portugueza, – é o mais glorioso padrão da nossa lingua.

Camões, pode-se dizer, immortalisou a lingua portugueza e celebrisou a pequena nesga de terra, que lhe deu o berço.

Portugal, diz um illustre biographo do poeta, não morrerá enquanto existir um exemplar do immortal poema.

Homero, o gênio mais assombroso da humanidade, descreveu a colera de Aquilles; Dante escreveu a epopea dos espectros. – *Divina Comedia*; Tasso, a guerra das cruzadas; Camões, a historia de seu paiz, igualando a todos esses príncipes da poesia no gigantesco da concepção, no arrojado da idea, no contorno do verso, na harmonia da linguagem.

Com todo o gênio foi infeliz; a sua vida foi um constante labutar contra os caprichos da sorte e os golpes tremendos da adversidade. Os seus coevos, em troca do monumento immorredouro que erigiu na pianha sagrada da pátria, derão-lhe na vida o desprezo, nas vascas da morte a misera encherga d'um hospital e por tumulo a valla comum.

O gênio sempre foi baptisado pela desdita, sempre cingiu a coroa do martyrio e tragou o cálix das amarguras.

Soffreram as maiores angustias e perseguições Dante, Tasso, Shakespeare, Molière. Mas hoje que a sciencia rasgou novos horisontes à humanidade, n'este século do vapor e da electricidade todos esses gênios tiveram a sua apotheose.

O grande poeta a quem rendemos este mesquinho tributo, é também honrado hoje com as maiores demonstrações de veneração, que se pode tributar a um homem.

O *Liberal do Pará*, associa-se, pois, a todas essas demonstrações que tenham por fim honrar a memoria de Camões.

Camões

É este o dia em que se cobre de galas todo o mundo litterario, para festejar o centenário de um grande vulto, de um gênio poderoso – Camões!

Camões, o gigante que se elevou às mais altas regiões do sublime, o inspirado épico luzitano, cujas estrophes fazem ferver o sangue e encandescer o cérebro, Camões é a maior gloria da literatura portugueza. Não lhe cinge a fronte uma *carona muralise*; a antiga Roma não lhe decreta as honras do grande triumpho; a sua mão não suporta a pesada espada dos Cezares e dos Alexandres; mas circumda-lhe a cabeça augusta uma aureola de luz brilhante, inextinguível; elevam-n'o às alturas do sublime e do ideal a inspiração, o gênio: diante de seu vulto curva-se respeitosa a posteridade...

Mas, ah! filhos de Portugal! pungi-vos de certo o coração, ao contemplardes a miséria, as privações e as perseguições por que passou o Homero portuguez; lagrymas espontâneas brotam dos vossos olhos, ao saberdes que o immortal cantor, gloria da litteratura pátria, morreu miseravelmente abandonado, mendigando o pão da caridade!...

Tristes tempos aquelles! o rico e soberbo fidalgo ria-se e escarnecia do inofensivo plebeu, mandando açoutal-o e cometendo toda asorte de infâmias; chegou porem o dia da regeneração e a plebe por sua vez ri-se dos nobres fidalgos, sepultados com seu ouro sob o peso da civilização: está por terra a bandeira do feudalismo.

Em nome da liberdade e do progresso, saudemos o dia de hoje como um dos maiores que recordam a gloria de um povo inteiro.

Luiz de Camões

Eis a bela poesia que a atriz Emilia Adelaide deve recitar hoje à noite no theatro da Paz:

Os desgostos me vão levando ao rio
Do negro esquecimento o eterno somno
Mas té me dê que cumpra, ó grã rainha
Das musas, co' o que quero a nação minha.
Camões

Que poeta que não era
Da linda Ignez o cantor!
Quem mais do que elle dissera
D'esse fero Adamastor
Era um astro fulgurante;
Era um poeta gigante;
Tinha mais alma que o Dante
Cantava com mais amor

No peito coberto d'aço,
Lhe batia um coração,
Que nem os cantos do Tasso
Sonharam maior paixão!
Era cantor e soldado;
Era um vate enamorado;
Era um poeta inspirado
Como os d'hoje já não são!

Bem nos cantos se lhe marca
O signal do seu penar;
Nascera como Petrarcha,
Já fadado para amar!
Vêde bem o sentimento,
Com que dá, soltas ao vento
Queixas mil de seu tormento
Tristezas do seu trovar!

A sorte fel-o poeta
Das cinzas da pobre Ignez.
O mundo fel-o propheta
Do destino portuguez!
Poeta da desventura,
Previu a sorte futura,
Escreveu com mão segura
A prophecia que fez!

Deus que deu aos portuguezes

D'além mar as regiões;
 Que nos livrou dos revezes,
 Deu-nos o rei das canções.
 Fomos o povo escolhido,
 O nosso nome temido
 Hoje... só é conhecido
 Pelos cantos de Camões.

Foi-se-lhe a vida em desgosto
 Ao que a pátria assim cantou,
 Mais poeta que Ariosto
 Que bellezas nos legou!
 Pungido de acerbos dores
 Pelos Tejo seus amores
 Foi o rei dos trovadores,
 Foi o cysne que expirou

Como Ovidio desterrado
 Prestezas cantam também,
 De seu Tejo enamorado,
 Saudades pungil-o vem!
 Aos inhospitos palmares
 Das terras d'além dos mares,
 Canta os vergéis, os pomares,
 Que a terra de Castro tem!

Debruçado sobre os cantos
 Da nossa fama padrão,
 Lá verte sentidos prantos
 Sobre a nossa escravidão.
 D'Alcacer dá-se a batalha
 Em que um sceptro se esmigalha,
 Envolvendo na mortalha
 O cantor e a nação.

Que poeta e que soldado!
 Que trovador tão leal!
 De todos abandonado
 Só achou... um hospital!
 Mas a fama portugueza
 N'este sec'lo de torpeza,
 Só tem por toda a grandeza
 A Camões por pedestal!

Ali vivem as victorias,
 Já do povo, já do rei;
 Ali vingam as memorias
 Alcançadas pela lei:
 É pharol de nossa fama!
 Ali vive o Castro e o Gama;

Em versos ali proclama
Triumphos da nossa grey!

A Camões por monumento,
Só resta um livro; não mais;
D'aquelle gênio portento
Não temos outros signaes!
Mas que importa, se a memoria
Do cantor da nossa gloria,
Alcançar maior victoria
Nos seus cantos colossaes!

Luiz Augusto Palmeirim.

Anexo M

Camões e o duque D'Aveiro

Vivia Camões entregue a um miserando estado de penúria e privações, quando um certo dia encontrando-se com o duque D'Aveiro na capella de N. S. do Amparo, e travando conversação, soube este ultimo que o illustre poeta nada tinha que jantar n'aquelle dia. O duque de prompto perguntou o que queria que lhe mandasse da sua mesa: Camões se hesitar disse com a franqueza que lhe era mui natural, que lhe mandasse uma gallinha, o que lhe foi logo promettido, mas esquecendo-se o duque da promessa que havia feito, só d'ella se lembrou muito tempo depois do jantar, e como já a esse tempo não houvesse gallinha, mandou a Camões um prato com vacca. Então o poeta, recordando-se do que lhe fora promettido, enviou pelo mesmo creado um agradecimento ao duque, nos seguintes termos:

Eu já vi o taverneiro
 Vender vacca por carneiro
 Mas não vi, por vida minha,
 Vender vacca por gallinha
 Senão o duque d'Aveiro.

O Jau

Já curvada a fronte augusta
 E coberta a face adusta
 De funérea palidez,
 Camões a ninguém expirara
 E a só voz que o confortara
 Nem fora a de um portuguez!

Era a do escravo que a sorte
 Levou ao leito de morte
 Do mais sublime cantor,
 Para lhe dar como herança,
 Não a luz d'uma esperança
 Mas saudade, fome e dor.

Que lhe importa agora a vida?
 Planta de longe trazida
 Que ao transplantar-se murchou!
 Sem a luz que tudo anima,
 Sem o ar do pátrio clima
 Que na infância respirou!

O seu amigo está morto:
 E o captivo sem conforto,
 É livre e não quer viver...
 E chora o seu captiveiro,
 Seu senhor, seu companheiro
 Que já não torna a volver.

Só do senhor tem saudade;
 Que lhe importa a liberdade?
 Pobre, escravo, era feliz!...

Mas agora sem abrigo,
Onde há de achar outro amigo
Tão longe de seu paiz?...

À margem do Tejo andando
Vae um sitio procurando
Presado de seu senhor;
Logar fatal! Mas querido
Onde Camões tinha ouvido
Promessas de eterno amor.

Às turvas aguas do rio
Lançando um olhar sombrio
O pobre Jau murmurou:
“Ali jaz sua ventura!
Seu amor, sua tristura,
Onde nasceu expirou...”

Depois a voz se lhe inflamma:
“Terra d’ ingratos!” – exclama –
“Que não sabe o que perdeu!
Eu só, captivo, exilado,
Entre os seus tenho chorado
Pelo gênio que morreu.

Oh! meu senhor, n’ estas aguas
Que aumentaram tuas magoas
As minha irão também;
Vou guardar o teu segredo...
Soube-o eu, este arvoredado,
Elle, Deus, e mais ninguém.

O Tejo que ali suspira
Por tua saudoza lyra,
Do teu Jau dobra o chorar
Oh! meu senhor... meu amigo,
Para não viver comtigo,
Também não quero ficar.”

Calara-se a voz plangente,
E arrebatada corrente
Ao mar o corpo levou;
A sua alma aos séos voando
Da terra que ia deixando
O corpo não confiou.

Não, que o pobre Jau sabia
Como a terra onde morria
Gera ingratos corações!
E temeu a desventura

De ficar sem sepultura
Como ficara Camões!

Francisco Gomes de Amorim.
(*O Liberal do Pará*, n.º 131, 10/06/1880, p. 1)

Anexo N – xxxx**NOTICIARIO**

Centenario de Camões no Pará. Pedimos permissão ao *Diário de Noticias* para transcrevermos o artigo que hontem publicou relativamente às festas com que n'esta capital se commemorou o terceiro passamento do grande épico portuguez, addicionando-lhe outros pormenores que deixaram de ser mencionados.

Eis o artigo alludido:

A nossa capital esteve hontem toda entregue às festas do centenário do immortal poeta portuguez que tanto lustre deu à nossa lingua.

Nem era possível que o Pará, se mostrasse indifferente ante as festas da intelligencia, que tem abalado aos povos civilisados: elle também pagou o tributo de homenagem ao gênio, ao grande épico, que deixou seu nome gravado em letras d'ouro nas paginas da historia.

Devido aos esforços do *Club Euterpe*, o nome de Camões foi hontem repetido entre todos os que rendem culto ao poeta-guerreiro que morreu entre a indifferença dos seus, mas amando cada vez mais sua ingrata pátria.

Logo ao alvorecer da aurora, as bandas de musica annunciaram os festejos. Ao meio dia e ao toque de Ave-Maria repetiram-se essas, demonstraões de respeito ao inspirador autor dos *Luziadas*.

Às 7 e ½ horas da noite o *Club Euterpe* franqueou o salão da escola pratica à concorrência publica.

À porta do edificio estava erguido um pavilhão especial, onde a banda marcial do 11.º batalhão de infantaria se fazia ouvir à chegada das exmas. famílias, que eram recebidas por uma commissão do *Club*.

O salão estava decorado a capricho, tendo no fundo o retrato de Camões, a óleo cerrado por cortinas azues.

Às 8 e ½ horas, compareceu s. exc. rvm.^a o sr. bispo diocesano, o qual, a convite do presidente do *Club*, assumiu a presidência da sessão, tendo à sua direita o presidente do *Club* e à esquerda o sr. dr. consul portuguez.

S. exc. rvm.^a abriu a sessão, tomando em seguida a palavra o sr. Medeiros Branco, secretario do *Club*, que pronunciou o discurso inaugural.

N'essa occasião descerrando-se as cortinas, appareceu o busto de Camões.

Momentos depois appareceu s. exc. o sr. presidente da província, o qual tomou assento à direita do sr. bispo.

Dada a palavra aos oradores inscriptos, tomou-a em primeiro lugar o sr. Portugal, que pronunciou um bonito discurso, por parte de uma associação litteraria.

Oraram mais os seguintes srs: Motta; dr. Cardoso de Andrade; Manoel João Gonçalves, por parte da R. S. Portugueza Beneficente; Baptista de Miranda; Paulino de Brito, por parte do *Club Normal*; Julio Cezar; dr. Castelo Branco, representando a sociedade "Vinte e oito de Julho"; e dr. Julio Mario.

Às 11 horas retirou-se s. exc. rvm.^a, continuando a sessão e orando mais alguns srs.

O mais importante discurso, que ahi se pronunciou, foi o do sr. Paulino de Brito.

O intelligente moço, quando declarou que "Camões morreu com a decadência de Portugal, mas que o Brazil surgiu pujante como para immortalisar o grande vate", foi alvo de frenéticos applausos.

Merecem também especial menção as poesias dos talentosos poetas, Julio Cesar e dr. Mario.

O discurso do dr. Castelo Branco foi profundo e eloquente.

Foram também muito applaudidos os discursos dos srs. Medeiros e Manoel João Gonçalves.

Quanto à parte musical, tudo correu na ordem do programa, maravilhosamente executado.

No theatro o espetáculo esteve bastante concorrido.

Não houve incidente algum desagradavel, como se esperava sendo os artistas applaudidos. E assim terminou hontem a festa do poeta sublime, que conhecemos na escola para admiral-o mais tarde!

Depois da retirada de ss. excs. o presidente da província e o bispo diocesano, usaram ainda da palavra, pela ordem que vão mencionados:

O sr. Ladislau Anselmo de Lima;

O sr. Francisco Guedes da Costa;

O relator da “Artistica Paraense”;

O diretor d’esta folha, em nome da imprensa, e, particularmente, da respectiva redacção, que por circumstancias imprevistas, não poude comparecer à solemnidade;

O sr. Soares de Medeiros que por parte do “Club Euterpe” e em homenagem à memoria do Jau, creado e amigo dedicado de Luiz de Camões, entregou a uma escrava de menor idade a sua carta de liberdade.

O sr. Luiz de Carvalho por parte da “Sociedade Mechanica Paraense”;

O sr. Porto, presidente do Club;

O digno sr. consul portuguez agradeceu às pessoas que se dignaram concorrer para a solemnidade do acto e levou *vivas* à memoria de Luiz de Camões e à imprensa.

Todas as peças musicaes foram habilmente executadas; provocaram, porem, maiores applausos o “thema variado” para clarinete, executado pelo sr. Brandão e acompanhado a piano pela exm.^a sr.^a d. Maria Proença, e a grande phantasia para piano, intitulada o “Aroldo”, executadas pelas exm.^a sras. d. d. Arselina Prata e Maria Monteiro Prata.

As sociedades – Artistica Paraense e Mechanica offereceram duas bonitas coroas que foram collocadas junto ao retrato Luiz de Camões.

No alto da entrada do edificio da escola pratica, enfeitado por bandeiras, flores e cortinas, se achavam collocados dois escudos.

No lado esquerdo da entrada, lia-se este verso:

“Morrer nos hospitaes em pobres leitos,

Os que ao rei e a lei servem de muro!

Isto fazem os reis cuja vontade

Manda mais que a justiça e a verdade.”

(Camões)

No lado direito:

“... Recebe-o, guarda-o, generoso o

Amazonas o legado de fama e brio; não se

acabe a lingua nome portuguez na terra...”

(Camões – por Garrett)

(*O Liberal do Pará*, n.º 133, 12/06/1880, p. 2)

Anexo O

ANO VII

DIÁRIO DE BELÉM

Belém, 26 de setembro de 1874.

VARIEDADE

A Mulher do Minho

I

De quantas impressões me encantaram a alma na formosa provincia, nenhuma se me entranhou tão viva como a da mulher do Minho.

Para muito vinha predisposto, para tanto não. Foi a um tempo novidade o encanto.

Em Ponte de Lima é que n'este ponto, me tomou a primeira impressão. Attentei casualmente n'uma miniatura viva, assim como um simples raio do sol nos dá signal do imenso que é o astro do dia, assim aquelle pequeno esboço me deu logo idéa do que ele indicava, no Minho, um quadro de primeira ordem.

Miniatura viva, disse eu. E ali está ella na grande alameda de Ponte de Lima. Vem camihando um para o outro, dois carros de bois: guiamn'os duas raparigas engraçadíssimas, duas crianças. Nenhuma d'ellas terá mais de doze annos. Ao aproximarem-se param a pequena distancia uma da outra. Os bois adivinhando-lhes os movimentos mais insignificantes, param logo também. As pequenas adiantam-se até se encontrarem, e principia entre ellas um dialogo curiosíssimo, não pelo que se ouvia mas pelo que se entre-advinhava.

Umás vezes encostadas ao aguilhão, outras vezes riscando com ele a terra e para a terra olhando machinalmente, outras servindo-se d'elle como instrumento para a intimativa reciproca, não se estavam a rir como as ociosas, sorriam-se ligeiramente como as trabalhadeiras. Por mais de uma vez meneavam as cabeças olhando para os animaes, ou apontavam com viveza para os seus carros. Bem claro se deprehendia que faltavam de seus bois, da sua lida, da historia quotidiana: e se isto se deprehendia n'ellas, para com os bois, nos bois, possantes, submissos, compreendia-se que estavam ali obedientes, reconhecendo aquellas creanças como suas senhoras, o atraz de cada uma como o esquadrão na retaguarda do seu comandante. Eram de se pintar, no meio da alameda, na margem do Lima, aquelles dois carros e aquellas duas raparigas, aquelle quadro. De uma graça eram ellas que só por me não chamarem doudo lhes não fui dar um beijo.

No fim do largo tempo as duas creanças trocaram-se um ultimo sorriso, desta vez mais franco talvez por ser o da despedida, e partiram em direção opposta. Os bois, escuso de acrescentar que, sem necessidade de advertencia, seguiram logo aquellas duas bonecas.

— Nada disso eu de mim, para isto não é casual, aqui ha revelação.

— havia. Aquella mim viva miniatura infantil revelava-me effectivamente a minhola.

II

Differem na moda dos trajo as mulheres do Minho, só não differem no character. São muitas, são diferentes conforme os districtos e as localidades: são todas uma na essencia. O character, a essência da minhota é o trabalho.

Facto extraordinário encontro n'ella: a aliança entre a poesia e o trabalho. Mais afabilidade, mais carinho do que na minhota, difficilmente se encontrará. É poética. Provam-no essas qualidades da alma que tem, a elegancia de seus penteados, o bom gosto dos seus trajos, a doçura do seu olhar e dos seus sorrisos. Prova-o o entusiasmo com que as cantadeiras revelam o character das suas comprovincianas; o amor, o ciume, a elevação que revêem d'esse trovar, já ardente, já languido, já amavel, que ninguem lhes ensina, mas que só da alma lhes sae. Provam-nos essas lendas imaginosas que se lhes encontram a cada passo, esses cantos singelos que as ave-marias quando largam o trabalho desprendem em coros suavíssimos que enternecem. Provam-no esses arvoredos em que vivem, essas margens, essas relvas, essas flores, que tudo lhes está falando ao coração, e que d'este modo lh'o inspiram e lh'o educam.

Sim, é poetico a minhola, mas sendo poetica, e ao mesmo tempo a mulher essencialmente trabalhadeira, positiva, real; porque n'esta provincia ao contrario do que em toda parte succede, a mulher é que toma verdadeiramente o lugar do homem, e o homem não passa de accessorio. Vê-lo-hemos em breve.

Este cunho mixto de poesia e do tráfego pinta, no meu entender, a originalidade, e originalidade sublime, da mulher do Minho.

III

Em geral o trajo exprime a afeição da pessoa. O fato do peralvilho é todo como elle; busca instinctivamente compostura a senhora idosa; O ancião torna-se ainda mais respeitável quando harmonisa as vestes com a gravidade; a virgem sobre as tranças esplendidas que põe ella de mais bello do que uma rosa branca? Sobre o corpo gentil que veste de mais elegante do que um vestido branco? Digam se não é no intento de provocar que certa gente inventa penteados e vestuários deslumbrantes, e ao mesmo tempo de há nada mais inocente do que a nudez de uma creança.

O que se dá no individuo, dá-se na classe e na localidade; por isso é pitoresco e formôso o trajo da minhota.

Exigiria um livro a descrição do trajar em todos os sítios da notavel provincia. Na impossibilidade de largo desenvolvimento, deixando a mulher de Avintes, da Magdalena, da Maia e outras do Minho-sul, assim como as do Minho-norte, daremos uma ideia do trajo minholo do centro da provincia,, no districto de Vianna, onde vemos a lavradeira ou as romarias ou nos mercados, verdadeiros bailes de mascaras, e tão verdadeiros, que de lavradeiras se entrajam no carnaval muitas senhoras, em trajos de lavradeiras se photographam muitas também, em trajos de lavradeiras vão aos campestres pik niks, para mais elegantes e poéticas se apresentarem.

Logo ao chegar a Vianna vi um mercado.

A primeira minhota que me surpreendeu foi uma lavradeira da freguesia de Deuchristo. Era alta entre branca e morena. Alem de elegante, esbelta. Não sei o que ella tinha no elevado d'aquella cabeça e no timbre d'aquella voz; olhos grandes e vivos, d'estes de olhar tão fundo, que não olham só, que fixam, e, quando fixam, falam e impõem. O cabelo moldurando-lhe a testa, caia-lhe sobre as costas; cobria-lhe o alto da cabeça, o acompanhava o cabelo na linha caprichosa que ele formava, um lenço de neve bordado de flores, em nó atado na nuca, especie de turbante gracioso. Devo desde já dizer que o grande lenço na cabeça, deixando ver na frente o cabello, e enlaçado atraz, caindo as pontas elegantemente pelas costas, é a casquilharia da minhota, o enlevo d'ella e dos que a vêem. Corresponde ao pé da parisiense e ao abanico da hespanhola. Das orelhas pendiam-lhe a recadas resplandecentes, ao redor do pescoço um grilhão de oiro com cinco voltas, Deixando por entre ellas ver a carne. O peito arqueado, cobria'lho o lenço à chinesa, traçado para traz das costas. Sáia de lã fina. Entrançada de listas de cores com barra escarlate debroada de verde; jaleco de riscas curtissimo, deixando entre ele e a sáia aparecer mão travessa de camisa alvíssima; mangas largas, brancas e bordadas. A personificação do asseio e da campestre elegancia minhota.

(rasurado/ inelegível)

DIARIO DE BELEM

duras o rendilhados, desenvolvendo o apuro maior, nos jalecos sem mangas, muito pequeninos e airosos, que deixam ver francamente o collo; são todas as cores, e a capricho os feitos e os bordados.

As de Santa Martha O. Miadella põem o seu chisto principal na viveza das côres. O grande lenço-chale, verdadeiro turbante, em que predomina o escarlate, é lançado com a mais fantasiosa elegancia. A saia, riscadas a quantas cores ha, um verdadeiro arco-iris; grande lenço bordado nas mãos; meias alvissimas; chinellinas pelo meio dos pés, terminando em bico.

As da Ariosa são as de trajo mais caprichoso e notavel, principiando algumas, infelizmente, a amodernar-se, As do Outeiro, de Perre e de todas as outras freguesias, conservam em geral a feição provincial, variando nas côres, mas mantendo o asseio e a graça.

Se porém são variadíssimos os trajos, conforme as freguezias, os conselhos e os districtos, há um ponto geral em que se ajustam as mulheres de todas as localidades, e que intencionalmente reservamos para o fim, por pintar essencialmente a mulher do Minho. Essa feição, seu loprismo social, imprime-lhe caracter na individualidade: é o oiro.

Nenhum outro symbolo da riqueza conhece a minhota senão o seu oiro. Podem lhe falar em inscrições, em acções de bancos, em emprestar dinheiro a juros, em enterra-lo no quintal, que tudo isto é falar-lhe grego. O coração da minhota adora o seu namorado, a imaginação da minhota sonha com o seu oiro. A que apresenta nas orelhas um par de compridas e largas arrecadas obedece simplesmente ao mínimo do dever; a que apresenta dois pares, cumpre-o; o luxo é penderem-lhe das orelhas três pares, e às vezes quatro. São os mostradores dos ouriveis exposições curiosas. O peito da inhota, um céu

estrelado. Grilhões de todos os feitios, corações de ouro lavraulo excedendo a palmo, florões que disséramos os grandes crachás hespanhoes de Carlos, III, arrecadas que chegam aos hombros, crucifixos enormes, enormes Virgens da Conceição, peças inteiriças de calvarios, contendo além das três grandes cruces de Jesus e dos ladrões, o grupo das Marias e a scena da tremenda tragedia. Não toca só em luxo esta notavel originalidade da minhota, quase que toca em vicio, pelo menos é paixão. As creanças já se lhes vê também o seu oirinho, e para o comparem se esforçam em trabalhar. As noivas não aceitam outro dote, nem outro se atreveriam os noivos a oferecer-lhes. É para tudo se dizer n'uma palavra, o seu ouro é inviolavel e sagrado, até lhe sacrificam as suas affeições: se teem luto alliviado, põem signal de luto, mas não tiram do peito aquellas-joias, E se o luto é arregrado? Se a morte lhes entrou em casa? Nem assim. O que fazem então, ao trajarem-se de preto, é cobrirem de transparente dó o seu ciro; enlutam-no, mas não o tiram.

Tal é em geral a mulher do Minho no seu trajo, a um tempo elegante e fantasioso.

Obedece d'este modo, primeiramente à sua imaginação vivíssima, depois a representar o ouro, o ganho da sua lida. E' assim, do que à primeira vista pôde parecer, na minhota, simples presunção, transparece uma idéa moral: mostrar no seu peito a gloria do seu trabalho.

IV

O trabalho da minhota!

No Minho poderá ainda o trabalho das artes e officios pertencer ao homem. Os campos pertencem a mulher.

Não irei buscar à poesia a razão d'este grande facto, e comtudo estaria tentado a suppôr que a minhota, adorando a formosura da sua provincia, dissesse um dia: 'Mal empregados campos, ou antes jardins, nas mãos; dos homens; não, não irão para elles, tomemol-os nós, irmãs, e tratemol-os com a dedicação carinhosa do nosso amavel affecto.' Menos tentado estou a buscar o fundamento do fenômeno na emigração do homem. A emigração, como torrente, não data de muitos anos e de poucos anos não é que a minhota cunhou pelo trabalho a sua originalidade n'uma provincia inteira.

Seja como fôr, faço uma reverente vênia à philosophia, e consigno simplesmente o facto, que é esplendido.

Enternece a lagrimas o vêr os campos cheios de mulheres nos variados misteres que elles demandam. As mulheres é que lavram as terras, cavam, sacham e desempenham todos os trabalhos ruraes. Carregam com pesos incriveis. Nos arredores do Porto parecem pyramides de neve as roupas que trazem à cabeça. Nos portos, nos caes, mulheres é que fazem as carregações do peixe nos desembarques; em Avintes até são barqueiras, nas praias servem de banheiros também. Os homens la emigram para o Brasil, Alemtejo, Lisbôa, Porto, Hespanha; à minhota, quase exclusivamente, é que está incumbido o trabalho da provincia. Suppondes que a aterra o córte do mato? Vêde como para tudo descobre expediente: la calça grossas luvas até aos cotovelos e vae rossar o mato. Julgaes que os rigores do inverno lhe obstam a continuar o insano labor? Menos ainda. A minhota mune-se então de botas altas, e lá está, guerreira intrepida, no seu incessante batalhar. As proprias crenças vão já eredas desde a mais tenra idade para a

lida que as espera; a miniatura que presenciamos em Pontes de Lima foi um exemplo. Industriam-n'as sucessivamente no trafego campestre, como nas companhias dos circos principiam a alestrar as creanças logo que as desmamam. Assim é que se vae educando aquella incomparavel mulher do nosso Minho.

Além de commover o espectáculo de a vermos d'aquelle modo nos campos, não comove menos o encontrarmol-a pelas estradas duplicando a sua actividade e o seu ganho, pois que sendo já um trabalho a conducção dos carros, a transportação de instrumentos agrários, a carregação a cabeça de fardos pezadissimos, vae conjunctamente fiando ou cozendo para não perder o tempo, como se mesmo sem esta nova occupação o fosse perdendo.

Não menos impressiona o vel-as nos mercados, todas senhoras da sua missão, activas, conversando com seriedade e acerto, como quem possui o conhecimento da vida, e a experiência dos negócios; e, quer seja nos campos, nas estradas ou nos mercados, delicadas, de sympathica afabilidade, sem se mostrarem arruiadas, como as nossas incríveis saloias quando se lhes dirige a palavra, antes pelo contrario rindo naturalmente, respondendo com doçura, conscientes de que têm ali o poder.

Ah, mulher do Minho! tu sabes o que é o trabalho, o que ele custa ao suor do rosto! Teus parentes, paria's na sua provincia, têm de ir pedir à terra estrangeira o pão de cada dia. Quantas vezes não é o teu parco alimento cortado de lagrimas e de saudades! Não tens quem te ganhe, ganhal-o tu; tu é que lidas, formosa trabalhadeira, e te sustentas no meio de uma lida insana, com quem das à tua pátria o mais bello exemplo. E comtudo, essa vida admirável, esse trabalho porietoso o que te deixam por um dia? Um pedaço de pão de milho, um caldo, nem sempre uma sardinha, bacalhau raras vezes. O que te vale, gentil mihota, para não soçobrares de cansaço, é esse gênio que tens, essa fantasia, o teu namorado, as noites das tuas esfolhadas, os teus dias de festança, as tuas romarias esplendidas, e electrizando o teu coração a tua original cantadeira.

V

E, em verdade, das esfolhadas e das romarias que vemos sair em todo o seu esplendor um dos typos mais engraçados: a cantadeira.

Afinada no canto, larga na voz, arrojada nos conceitos, meiga no affecto, prompta no improviso, quase sempre chistosa, apaixonada sempre, a cantadeira é a grande artista, a prima donna das proncias do norte.

Lá está ella, o bulício, a vida, o enthusmo das festas populares, lá está na grande romaria do Bom Jesus, na da Agonia em Vianna, na da Peneda nos Arcos, na da Maia, com o seu cantador defronte, e lá principia o desafio, a renbida batalha, ao som já furioso, já melancólico, da guitarra. Em roda a concorrência geral, de terreno disputado com encarniçamento, o silencio (rasurado/ilegível)

É perderem-se para sempre aquellas trovas admiraveis de graça, de amor, de ciumes, de originalidade e de talento! Perdem-se, porque nascem no improviso e morrem no ar que as dispersa.

Refiro-me aos improvisos, cantigas de ronda, como dizem em Traz-os-Montes, ou de chula na expressão minhota, quando que as que as botam obedecem à ispiração; porque alem do improviso há

também cantadeiras e cantadores que usurpam aquella nomeada ou repetindo cantigas alheias, ou fazendo edições peioradas das que uma vez inventaram.

Lisboa e o Porto nas proximidades de se abrirem os theatros lyricos perguntam os nomes das (...) que se acham escripturadas. Do mesmo modo nas vesperas das romarias pequenas ou dos sersões pergunta-se quem são as cantadeiras que hão de figurar na festa. É passado o serão ou a romaria? Os que não assistiram inquirem sobre quaes cantadeiras appareceram. Em algumas localidades formam-se companhias de cantadeiras e cantadores, n'outras localidades, principalmente nas romarias de primeira ordem, os desafios travam-se entre contendores que se não conhecem. Quando se promove alguma festa popular desusada, faz-se correr voz que vão cantadeiras das mais faladas, como nos cartazes da cidade se põem em letras maiores os nomes das artistas de grande nomeada para haver enchente.

E que de vezes não dão ensejo a secar de ciumes, a rivalidades, a invejas e até as mais sérias desordens! Nem tudo fofas.

Vejamol-o n'um dos milhares de casos. Foi n'uma romaria nas circunvisinhanças de Vianna. Em geral no canto ao desafio cae a vergonha sobre o primeiro dos dois que se cala. O mesmo é que ficar vencido. As vezes prolonga-se o desafio por toda uma tarde ou noite. Pois bem, n'aquella romaria trovavam um cantor e uma cantadeira, cujo noivo assistia como simples espectador. Havia muito que prosseguia a batalha, quando derepente a cantadeira principia a afrouxar; o cantor ao perceber o, redobra de esforços, e ella a affrouxar, a afrouxar, luta ainda, ainda brilha com os ultimos arrancos, mas tem de lhe ser funesta a sorte n'aquelle dia, fraqueja de todo, sucumbe, e cala-se desatando a chorar.

Mal tinha porém o cantor lançado para as turbas o olhar da victoria, quando a victoria lhe vae por ares e ventos. Que succede? O noivo da cantadeira querendo artisticamente provar que o cantor é que ficara vencido, desaba-lhes a mais furiosa arrojada de que havia memórias em tradição de romarias, fazendo-lhe ir ao chão cabeça, estro e gloria. A cantadeira vencera o desafio. Secua ultima: pancadaria geral, pauno abaixo.

VI

Tal é em ligeiro esboço a mulher do Minho no seu conjunto original. Gentil, phantasiada, meiga e sobretudo trabalhadeira por excellência. Não erro, pois, quando digo que a mulher do Minho enternece. E não só enternece, mas dá motivo para gloriarmos de pertencer a uma nação, que no mundo pôde perguntar com ufania: 'Onde tendes uma mulher como a minhota de Portugal?'

D. ANTONIO DA COSTA.

(Do Brazil.)

Anexo P – xxxx

O LIBERAL DO PARÁ

ANNO XII

Belém, 15 de fevereiro de 1880

FOLHETIM

Cartas Lisbonenses

Dois acontecimentos completamente interessantes teem absorvido a atenção da ultia quinzena lisbonense, a aparição do livro de madame Rattazzi — *Le Portugal a vol d'oisecu*—e a rusga as casas de jogo.

A roleta, ou por outra a policia, que a filou em flagrante delicto de sugar a seiva da cidade alta em proveito da cidade baixa, despejando as algibeiras replectas de magros cobres do cidadão A nas algibeiras sequiosas do cidadão B, e a má língua em 8º francez, com vários capítulos sulgados e acidulados, estudeada no livro, espirituosíssimo, da princesa Rattazzi, quebrando por momentos a pachorrenta (ma o bice/ilegível) da capital, agitou-a “desde a Casa Havaneza até a perna de páo.”

Varios episódios de um comico offenbachiano, instigaram a rusga e alimentaram o noticiário.

Deputados, jornalistas, capitalistas, e até um ministro da corôa, se (ilegível) ... a lotto voce os indiscretos, figuram como comparsas na farça da roleta. A policia descaronvel forçou suas excellencias a representarem, de carapuça e avental branco, a cena 4ª do 2º acto de les brigands:

“nous sommes les marmitons”!

Outros, identificados com a phrase axiomatica de Francisco I “Tudo se perdeo, menos a honra”, e diligenciando a todo o transe subtrair-se no olho de argos do governo civil, não hesitaram em arrumar a encarnação viva da rhetorica, da poetica, da eloquência, e dos milhões, no logar assignalado no = pot de chambre = e ás babuchas, escondendo-se debaixo das camas!

Este facto, de um realismo (ceruante;ilegível), de uma originalidade naturalista se criar á Nana e ao *Assomoir de Zola*, não deixará provavelmente de exercer uma tal e qual influencia dissolvente nos discursos do parlamento, no jogo da bolsa e na prosa do artigo de fundo...Uma influencia pouco mais ou menos idêntica á do rhuibarbo, artificialmente introduzido adrede no champagne effervescente de uma ceia de namorados...

E enquanto as victimas imbelles da inquisitorial sanha do sr. governador civil atravessavam d'est'arte os cyclos bilariantes do Inferno do Ridiculo, oferecendo á commiseração dos seus concidadãos as pungitivas miserias innarraveis da sua aventura, o noticiário burlesco representado na pessoa do “Antonio Maria” de Bordallo Pinheiro do “Trinta”, do “Pimpão”, do “Tam-tam”, do “Pai Anselmo”, em vez de oferecer-lhes, um lenço de baptista, para enchugarem as suas lagrimas constrictas, cravou-lhes nos lombos a garrocha da troça!

Depois d'isto, ainda há quem se lembre de enfiar a béca, de empunhar a vara da justiça, e de chamar severamente á autoria, a illustre autora do Portugal, vol d'oiveau, so porque a riqueza entreteceu o

quel'ement no seu ramalhete de camélias e violentas de Parma, alguns cardos! Só porque a czc. não polvilhou com o mesmo assucar crystalizado, que scintilava em faiscações diamantinas nos bombons dos chás des cris do hotel Central, todos os capítulos do seu livro!

Pois se os srs., meus caros indigenas do Occidente, são os primeiros *más línguas* do mundo, se os srs. cultivam a calumnia, com as finas precauções, com os terns cuidados, com as hábeis inventivas com que os horticultores cultivam as orquídeas; se não há para os (...) nenhuma cousa absolutamente seria o praticável senão a maledicência, a maledicência, que embora tenha as viscosidades ignóbeis e as rastejações hediondas do réptil, não deixa de obscurecer dolorosamente, as mais doces, as mais puras, as mais santas alegrias de uma alma honesta de que se admiram?

Se a princesa calumnía, confessem que primeiro a calumniaram os senhores a ella.

Se o livro, tão violentamente discutido, não é succulento e appetoso como o *fole gras* ou as trufas dos seus jantares, em que largamente se banqueteu a litteratura masculina, se o Bordéus veio com o andar dos tempos a degenerar em cicuta, se a princesa não é perfeitamente amável nos seus perfis analyticos de tourist como o foi nas suas recepções orvalhadas de champagne e Borgonha, não fez sua exc. Mais do que obedecer ás influencias lethaes do meio e repetir mais ou menos fielmente o *petit grain* de bisbilhotice, que os srs., no goso activo de seu passa-tempo dilecto, lhe introduziam no ouvido curioso.

Queixem-se unicamente de si; e não é muito que uma forasteira belisque levemente o velho Portugal encanecido, quando os srs., que no dia 1º de dezembro fingem adorar-o á foguete e zabumba, periodicamente o azorram com os chicotes de seu estylo burlesco e caustico.

E já agora não largarei mão do assumpto sem dar testemunhos às minhas benévolas leitoras brasileiras que o livro de madame Rattazzi, *Le Portugal vol d'oiseau* que está sendo deficientemente trasladado a português pela sua obscura folhetinista, por entre algumas inexactidões, de fácil correcção, alguns traços menos nítidos, algumas apreciações individuaes, a que não presidem a boa critica, luminosa e justa, fica sendo ainda assim, uma obra deliciosamente humorística fulgurante do enfrain, onde, por vezes, na fugitiva e complexa analyse das pessoas e das cousas, ressaltam tics de uma fidelidade e de uma acintilação admirável.

Passemos agora, sem transição, ao assumpto que mais diretamente corresponde á espectativa da leitora.

Prometemos na primeira as nossas despreziosas cartas, exclusivamente consagradas às senhoras brasileiras occuparão-nos não só do figurino applicado como de todas as grandes e pequenas (ilegível)

Ponhamos hoje a nossa devoção de repórter a serviço de um dos nossos mais preciosos atractivos — o cabelo.

Não há mulher nenhuma que ao ver-se despojada de seus fartos cabellos opulentos e ondados que lhe emolduravam divinamente a cara bonita e fresca, não experimente a dilacerante agonia que previu Napoleão ao ver as suas águias invencíveis cahirem exanimas no sorvedouro do Waterloo, depois de terem desdobrado no sol de Austerlitz e Marengo as suas (inelegível) azas dominadoras.

A fascinação do cabelo, insubstituível em tanta maneira na plástica de uma formosa cabeça feminina, resalta do estado da antiguidade como uma das suas mais absorventes preocupações.

Homero, querendo exaltar a soberana gentileza de jupiter, diz: “Que bastava um simples movimento da sua cabelleira para fazer tremer o Olimpo”.

Theseo, Hypolito, Telemaco, Leonidas, os espartanos e os cartagineses adoravam o cabelo e agitavam altivamente as longas madeixas esparsas como os leões sacodem a juba...

Os bichons da corte de Henrique III, as finas marquezas almiscaradas da época de Luiz XIII, as favoritas brilhantes da olympica corte de Luiz XIV, nas formosas damas de honor de Maria Antonieta, as sedutoras e idôneas cabeças do Trianon, namoradas pela guilhotina, como a de venturada esposa de Luiz XVI, a princeza de Lambale, e outras, dedicavam á conservação do cabelo, á sua disposição artística aos efeitos resultantes desses labores, rendilhados, tem capitéis e baixos relevos, que se equilibravam no alto da cabeça, como um portico manuelino, os seus principaes cuidados.

Examinou-os agora, escudadas nela autoridade dos especialistas, qual a melhor forma de abater a queda do cabelo e de mantel-o na boa athmosphera hygienica, consentanea ao seu desenvolvimento.

Cumprer ventilar a cabeça logo ao levantar da cama, soltar o cabelo, escoval-o e penteal-o depois com o pente de desembaraçar. O cabelo, funcionando como os vegetais, assimila oscos nutritivos do oxigênio e transforma-os em outros tantos elementos de vigorosa seiva.

A calvície dos turcos, determinada pelo uso constante do turbante, que se interpõe a acção do ar, fornece-nos um exemplo.

É indispensavel também não fatigar a epiderme com o atrito constante do pente fino.

Existe porém um agente transmissível da calvície, ainda mais prompto e rápido do que o turbante, é o ferro de frizar. O ferro foi de certo inventado por uma calva vingativa ou, por um fabricante de chinós.

O ferro de frizar é aava que para sempre queima e infecunda as florescências capillares.

Quando absolutamente não queira a leitora prescindir dos crespos ou frisados, que, felismente, batem em retirada, aconselhamos a v. exc. que recorra aos postiços.

Na volta dosbestros, dos bailes, dos passeios no campo, quando v. exc. recolhe fatigada ao seu quarto, despe o seu vestido, descalça as botinas e enfia um fresco penteador de cambraia, envolvido n’uma nuvem de rendas, e offerece desafogadamente o seu pequenino pé *cambré* aos contatos macios do chapim, v. exc. esquece muitas vezes o seu fino e abundante cabelo, exposto durante longas horas suplicantes ás dentaas caninas dos ganchos e do pente. Pois, bem, leitora e v. exc. deve pensar, primeiro do que tudo n’esse cabelo, que é a grande força prestigiosa da sua belleza, mas que é frágil e tênue como uma flor..., de espuma!

É preciso arrancar-o á tyrannia dos ganchos, soltal-o nos ombros, deixal-o aspirar, livre e desafogadamente, as correntes do ar que renovam a sua vitalidade exausta. Depois, quando v.exc. resolva deitar-se, enrole-o suavemente em torno da cabeça, e prenda-o numa rede de torçal fino.

O uso da agua comum e das bandolinas, disseminado em larga escala, é simplesmente abominável.

A agua, mediante as suas propriedades alcalinas, rouba ao cabelo a côr e o brilho.

A bandolina alem de prejudicar a epiderme, dá ao cabelo o aspecto albuminoso do sébo.

Convem cortar o cabelo das crianças desde pequeninas: há mesmo casos excepcionaes em que é indispensável cortar-os nos adultos. Há cabellos que rebentam impetuosamente, com as doídas exuberancias indomáveis das florestas virgens, apropriando-se vorazmente dos succos nutritivos destinados á economia e alterando por esse facto o mechanismo physiologico. A poda desse cabelo nocivo passa então a ter um facto da maior e da mais urgente necessidade.

A aplicação das pomadas, que depois do ferro, da água e da touca; é a primeira exterminadora do tecido cabeludo, merece um cuidado especial por isso que é perigosíssimo. A boa pomada compõe-se ordinariamente de (.....enxundia) (uuto....) e de óleo de amêndoas doces aromatisado.

O pó de alabastro, porem, amplia-lhe o volume e diminue sensivelmente a somma despendida com os ingredientes. A tentação dos ganhos seduz o cabeleireiro, acaba por fascinar o perfumista, a sophisticação alastra impudentemente, fazendo (...prozo ytos) que enriquecem na impunidade do roubo abrepticio, e cabeças despovoadas que alvejam como joelhos...

A pomada de banha de urso, a pomada do chic, que tinha o seu posto de honra no toucador das duquesas do faubourg Saint Germain e nas etagéres do *gommeyx* do bairro dos italianos, e cuja voga extraordinária percorreu rapidamente a Europa, a deliciosa pomada *fashion* que exhalava os finos cheiros (capitados.....) do vinho Chypro, a pomada de urso que fez furor em Paris, depois de ter feito a fortuna de um larapio mystificador, querem as leitoras saber de que espécie de ingredientes se compunha? Simplesmente de unto avar ado, rançoso, purifacto, adquirido a preço de alguns cobres e vendido exuberantemente a peso de oiro!

É fácil descobrir a pomada falsificada recorrendo ao seguinte expediente:

Derrete-se uma porção de pomada n'um tubo de vidro, se o liquido não depositar no fundo nenhum corpo estranho, pode a leitora aplical-a sem receio aos seus formosos cabellos negros.

Vou finalizar a minha imperfeita theoria capilar transmittindo a v. exc. uma indicação preciosa, ministrada pelo doutor Constantin James, medico illustre e acadêmico distincto.

Existe um inimigo implacável do cabelo, que o devora, que o crespa, que o enreda, que o parte, que o asphixia, é a febre!

As longas doenças e as convalescenças demoradas, em que não há meio de soltar o cabelo e ainda menos de o sujeitar ao contacto do pente ou da escova, reduzem o desgraçado a uma floresta emaranhada, afogada em secreções, como os limos dos pântanos, que depois de fermentar, succumbe exactamente como a flôr que pende no hastil no momento em que a raiz apodrece. Todos esses inconvenientes desaparecem havendo o cuidado de polvilhar a cabeça de farinha de trigo ou pó de arroz simples.

Não me despedirei da leitora nem lhe descrever uns vestuários lindíssimos chegados há dias de Paris para uma das nossas constelações do *high life*.

1° — Vestuario Médico.

Saia de cachemira branca armada em pregas verticaes, com uma tira de seda azul desmaiado colocada abaixo do joelho, e aplicada também no mesmo sentido das pregas. Túnica blusa de cachemira, abrindo adiante, formando pregas dos lados e caindo atrás em machos, debaixo dos quaes sahe um outro panno que termina em bico. Justilho ou cinto medico do feitio de um espartilho de seda azul, avivada de seda mais escura e unido atraz com atadores brancos findando em borlas.

2° — Vestuario para visitas

Vestido de faille bordado em cores e armado em tachas. Corpo — frac ou casaca de conselheiro, elegantíssima. Este corpo forma atraz a aba da casaca, tendo a mesma aba armada em pregas chatas, com bordados nos lados e de costas: o mesmo bordado marca na frente o collete, com algibeiras e gosinece a golla e os canhões.

3° — Vestuario para jantar

Vestuario de faille cor de cereja, enfeitado com cetim da mesma côr, renda preta e fita lavrada das duas cores. A saia de meia cauda, termina com um folho de cetim pagueado, da altura de quinze centímetros, tendo na frente rufos frangidos do mesmo cetim, sobre os quaes abre a segunda saia, apanhada com laço de fita e guarnecida de renda. Corpo de abas recortadas feito de setim e abrindo sobre faille; mangas de faille com voltudos de cetim.

4° — Vestuario para soirée

O mesmo feitio, executado em cambraia cor de rosa, guarnecidas com rendas brancas e laços de fita cor de rosa.

5° — Vestuario para theatro ou soirée

Vestido de gaze de schamberg preta, enfeitado com tule bordado a sontache de cores vivas, guarnecido na parte da frente com um avental composto de cinco folhos pagueados, tendo dos lados quilhas franzidas e enfeitadas com grinaldas de flores bordadas a pontacho; a mesma quilha rodeia o corpo, que termina em ponta, ornada de renda. O panno inferor, forma uma extensa cauda, graciosamente apanhada com um ramo de flores, e guarnecida na parte inferior com uma ruche de tule muito farta; mangas só até o cotovelo, terminando com uma ordem de renda igual á do fichu.

6° — Vestuario para recepção intima.

Vestido de cachemira da India, cor de perola com applicações bordadas. Saia, túnica e corpete de abas compridas; mangas só até o cotovelo: servem de enfeite ao vestido laços de fita de uma das cores do bordado. Golla e punhos de crepe liso.

Guiomar Torreção

Anexo P

FOLHETIM do Liberal do Pará

Promessa feita a um môrto.

(REMINISCENCIAS DA INFANCIA.)

O sr. F..... provador de vinhos na praça do Porto, era um homem digno de grande admiração e estima que lhe tributavão os seus conterrâneos. Era rico e assas instruído; o uso que elle fazia d'estas duas grandes forças, d'estes dois grandes agentes da vida humana grangeou-lhe um lugar distincto na sociedade. Era afável para com todos. Sincero amigo de seus amigos, e tinha, alem destas virtudes todas, a virtude da caridade levada ao mais alto gráo: Creatura que lhe batesse á porta não ia mais adiante! Era um coração nobilíssimo, uma alma sempre aberta a todas as desgraças, a todas as dores e a todos os infortúnios.

Este homem que apenas podemos esboçar a leves traços, já não existe! Os amigos sentem ainda a sua morte e os (...ilegivel) os olhos que mui deveras estremectão, lamentão todos os dias a sua perda!

O homem que baixando ao fundo de uma sepultura, deixa gravado o seu nome no coração dos vivos por muitos e muitos annos, tem cumprido sua missão sobre a terra! F..... foi victima d'um insulto grosseiro, barbo e inaudito que, traiçoeiramente, mas em praça publica, à luz meridiana, lhe cuspiu a face um afamado vinhateiro da Regua, por nome F.... □ Passou-se assim a tragédia:

□

Os indivíduos que negocião em vinho quando querem vender alguma porção d'este genero entendem-se com qualquer corretor, a quem dão o preço e as amostras; este começa d'escriptorio, de casa em casa, d'este para aquelle individuo, mostrando o liquido, dando a prova, pedindo preço e preconizando a excellencia do gênero ate conseguir vendel-o! Por este trabalho, não pequeno, recebe elle uma commissão e os que são expertos no officio, que teem relações d'amisade com as maiores casa exportadoras, ganhão ás vezes uma, duas ou mais libras sobre cada pipa. Os compradores, porem, só fechão negócios depois de terem ouvido a opinião d'um ou mais provadores que são sempre os que determinão a qualidade da mercadoria e que fixão o seu verdadeiro valor. □ Pessoas há que não necessitão do provador para realizar as suas transações; a regra geral, porem, é esta. F.... reconhecido como o mais honrado dos provadores do seu tempo, como o mais práctico e conhecedor de vinhos velhos ou novos e como homem incapaz de faltar á verdade, de praticar qualquer falcatrúa, era sempre o preferido para dar o seu "veredictum", máximo, quando se tratava d'um negocio serio, d'uma operação importante.

O sr. F..., porem, julgando os outros por si, isto é, fazendo um juízo falso sobre o caracter de F... procurou-o um dia e teve com elle uma pequena entrevista que correo nos seguintes termos:

Eu me explico: Se o sr. F... quisesse podia ajudar-me n'esta ocasião favorecendo a venda que eu quero fazer. Já me entendi com o gerente da casa... é um negocio de "patente"!

O que quer o sr. que eu faça para obter o resultado que deseja? Perguntou o provador.

Dar-lhe uma classificação mais elevada e reputar toda pipa como valoado sessenta mil reais: Quinhentas pipas por este preço dão a somma de trinta contos / O sr. tem dez por cento sobre esta importância, e fóra a gratificação da tarefa.

Pois, meu caro senhor, tenho bastante pezar em dizer-lhe que recuso o negocio que me propoem. Convém que saiba, igualmente, que repillo com todas as forças de minha alma o insulto que acaba de fazer-me!

Insulto! Como assim? Pois eu insultei-o?!

Não! Diz bem: O senhor é incapaz de insultar um homem honrado!

Mas eu julgo que apenas propuz um negócio...

Em que pretendia comprar a minha dignidade a troco d'um punhado d'ouro! Pois não foi o sr. o próprio que começou por dizer que o vinho não valia mais que sete moedas?!(*)

Fui! Não o nego! Mas...

Mas julgando-me capaz d'uma torpeza, d'uma acção, ignobil, indigna, veio ver se eu me prestava a enganar aquella respeitável casa a troco de ... Quanto foi que o sr. me offereceu pela infâmia?!

Tome sentido sr. F...! Olhe que eu sou da Regua!

Sei muito bem que é d'esses lugares e sei mais ainda que é capaz de praticar todas as acções... Olhe! Desta vez creio que não praticará nenhuma!

Vale-lhe o estar em sua casa!

Ainda bem que conheço que há lugares que merecem respeito e veneração! Está finda a nossa conferência!

Pelo que vejo vão dá má informação sobre o meu vinho, não é assim?!

Engana-se! Se a amostra me vier ás mãos hei de examinal-a na minha tamboladeira, proval-a, uma e mais vezes, e só depois d'isto feito é que darei minha opinião, independente da informação que me deo! Nestes casos sou como os surdos e cegos, julgo pelo que toco e não pelo que ouço! Estimarei muito que elle valha mais do que a quantia que pede!

Como diz prejudica-me com certeza!

Cumprindo com honra e lealdade as minhas obrigações, como é meu costume, não curo saber para que lado pende a balança do interesse: Nós outros, os provadores, somos como os escrivães; portamos por fé!

O que não impede de fazerem ás vezes bem bons negócios;

(*) Uma moeda vale 4:800 francos. Quem for curioso, e souber o estado do cambio, pode fazer a conta!

Os outros: Os outros: ... Senhor! Não me céga a ambição: Se me deixasse dominar por este sentimento estava hoje milionário: Por mui pouco que me dêem pelo meu trabalho fico sempre contente e satisfeito!

Pois eu entendia que esta era uma ocasião excellente para ganharmos ambos...

Por Deus não continue! Peço-lhe que se retire!

Não é necessário pedir; Retiro-me já! Mas antes, sempre quero dizer-lhe que a casa Thompson e C.^a effectua a compra pelo preço que falei, se o sr. disser que o vinho está nas condições em que ella “quer, e que vale o dinheiro pedido. Uma palavra sua transforma todos os calculos! Previno-o apenas! Quem me avisa meu amigo é!...

Queira sahir! Queira sahir!

Até mais ver! Meu caro senhor!

A amostra foi oferecida pela casa Thompson e C.a á apreciação do sr. F... e este, depois d’attento exame, considerou o vinho oferecido á venda como fructo da penúltima vindima, pouco carregado na côr, pobre d’espírito alcoolico, e como tal valendo só de trinta e tres a trinta e cinco mil reais.

E para embarque necessita de muita confeição? Perguntou o agente d’aquella casa em máo portuguez.

Meio adubo!

Não entendo!

pelo menos cada pipa necessita levar quatro camadas d’água ardente e um pouco de vinho grosso

Não serve então para o que queremos!

Se é para embarque...

E’ para o Brazil.

Não serve! Não serve por modo algum. Nós devemos esforçar-nos por acreditar os nossos vinhos n’aquelle mercado. Já não temos poucos competidores!

Very well, very well! E a nossa casa então que está acreditadíssima.

□ Isto é vinho que necessita ainda de beneficio, e beneficio grande! Para consumo é magnifico! Vale o dinheiro que disse.

□ □

Quando o sino do vetusto convento de S. Francisco dava uma hora, o sr. F... dirigia-se ao palácio da Belça a Iratar d'um negocio seu particular. Ao entrar na rua de Ferreira Borges sentio uma dôr violenta na face esquerda e lançando a mão á parte ferida pôde segurar por momentos a pita aguda d'um chicote! Voltou-se rapidamente, como tigre ferido á traição pelo seu inimigo e vendo diante de si o homem da Régua, avançou para elle. E-te, porem, mais rápido ainda que o próprio pensamento puxou a si o chicote, pulou para tras e com uma agilidade pasmosa despedio mais quatro chicotadas, ora da esquerda, ora da direita. Isto feito, virou as costas mui placidamente e seguiu rua a cima. F..., apesar de valente e corajoso como muitas e mui repetidas vezes o provou, quando soldado de Pedro 4.º se opunha nas linhas do Porto a invasão dos inimigos da liberdade ficou, dizemos, como que estuporado! O vermelho vivo do rosto e o injectado dos olhos, como que estavam denunciando uma congestão cerebral! Elle não via nem ouvia! Parecia que n'aquelle momento se fez noite em seu espirito; que a sua razão tinha sido velada com o manto das trevas!

Quando as pessoas que giravão pela rua dos inglezes em todos os sentidos derão pelo acontecimento já o aggressor tinha desaparecido completamente. F... foi conduzido ao seu escriptorio quase nos braços da multidão. Alli chegado pedio, com uma voz que accusava grave perturbação, que o deixassem entrar no seu gabinete.

Fizerão-lhe a vontade. F..., logo que se vio a sós n'aquelle pequeno repartimento, correo ao espelho e mirou-se n'elle. Os traços d'azuis que erão, tornarão-se rouxos ao ver os vestígios fundos do chicote exclamou:

□ Infame! Infame! Momentos depois tornou a mirar-se e largou uma gargalhada que fez estremecer de horror quantos o ouvirão! F... estava louco! ...Os seus amigos, espantados por tão estranho quão imprevisto acontecimento, nem tempo tiveram para julgar do estado intelectual do honrado provador de vinhos! Foi conduzido n'um “coupé” para sua casa à rua das... A's seis horas da tarde d'esse mesmo dia um criado atravessava a toda a brida a ponte pensil, descia o caes da Ribeira, subia as ruas de S. João, Flores, Ponta-Nova, Banharia e parava na rua Chan, à porta do dr. Q..., advogado e redactor responsável d'um periodico que morreo de velhice!

Anexo P – xxxx

JORNALISTA

Do

Liberal do Pará

— —

PROMESSA FEITA A UM MÔRTO.

(REMINISCENCIAS DA INFANCIA.)

—

(Conclusão.)

F... queria ser afrontado pelo jornal mais serio e mais acreditado d'aquelles tempos, e querelar do insultador audaz; oferecia para isso ao jornalista e ao advogado metade de sua fortuna!

— Recuso formalmente! Disse o escritor e o jornalista honrado.

— Porque?! Não quer então patrocinar a minha causa?! Perguntou F... visivelmente espantado.

— Quero e com a melhor vontade do mundo; o que não aceito; porem, é metade de sua fortuna: contento-me com uma pequena gratificação, como advogado apenas: Mais tarde pensaremos n'estas cousas! Consinta, pois, que eu não me demore em ocupar-me do facto que acaba de dar-se, fato este que revolta e indigna os caracteres honestos! Se até aqui — disse o advogado deixando-se possuir d'um certo enthusiasmo— era obrigação minha, como redactor d'um jornal, verberar os homens sem consciencia, sem fé, sem honra e sem dignidade com o látego, com o açoute de “Guttemberg”, agora torna-se dever!

Esta questão não é puramente particular; não diz respeito a um só indivíduo, a uma família unica, não! É uma questão d'interesse geral; diz respeito a todos os indivíduos, a todas as famílias, a sociedade emfim! O agravo foi feito a ella; a imprensa é o seu representante, a imprensa, pois, cabe a indeclinavel obrigação de desagral-a! Escreverei como jornalista, e fallarei como advogado d'um amigo que sou!

F..., sem dizer palavra, abrio um pequeno estojo forrado de marroquim, tirou d'elle um par de brilhantes de pura agoa e collocou-os por suas mãos aos pnhos da camisa do seu patrono! No dia seguinte, ao cair da tarde, era uma terça-feira, quando o illustre advogado, sentado á

banca do trabalho, acabava d'escrever o nome das testemunhas na petição de queixa e se propunha a dar a ultima demão ao iseu artigo, recebeu uma carta da esposa de F... n'aqual ella lhe pedia para que fizesse sustar o andamento do processo e tudo mais quanto lhe dissesse respeito (o advogado sorrio-se,) e lhe dáva parte de que seu infeliz marido estava demente!

O jornalista estremeceo e poz a carta de parte; arrancou os botões da camisa, e depois de ter respondido fechou tudo, carta e botões, n'um só "enveloppe" que subscriptou á mulher do seu "ex-constituente". A seus pés caio feito pedaços não só a petição de queixa como a própria procuração! O artigo, porem, esse seguio para a typographia do jornal com as seguintes linhas mais:

"A' ultima hora: o sr. F..., segundo uma carta que recebemos de sua inconsolável esposa, está em completo estado de demência!"

A resposta dada pelo advogado, devemos dizel-o, declarando que os poderes que lhe havião sido outorgados no dia antecedente ficavão sem efeito d'esde aquelle momento, era também a expressão verdadeira do sentimento de que ficou possuído ao receber tão fatal nova! Declarava ainda a sua excellencia que para satisfazer a segunda parte de seu pedido seria mister fazer calar a consciência do dever, o que é sempre difícil, senão impossível!

Este valente é um honrado defensor de todos os opprimidos, que arcou peito a peito com o grande duque de Saldanha (o heroe de 19 de Maio), nos tribunaes de "S. Bento", já não existe! O homem d'esde que nasce caminha, sem que n'isso pense, para o sepulchro! Tristissimo destino a do homem! Viver para morrer!...

—

F..., depois de baldados recursos, foi transportado de sua casa à quinta do S.C..., propriedade d'um seu amigo, aonde lhe derão por menagem temporaria um quarto lajeado com janelas que davão sobre o jardim, as quaes tinhão grossos varões de ferro! Como o mal redobrasse de intensidade e os acessos fossem violentíssimos, violência esta devida em parte aos carrascos que o torturavão com grossos tagantes, retalhando-lhe as carnes (systema este adoptado ainda na Europa para curar alienados!), julgarão urgente envia-lo a "Rilhafolles" aonde se lhe acabou o ultimo alento! Pobre marlyr! quanto melhor te fôra o teres vendido a tua honra, a tua dignidade por um punhado de libras sterlinas, como o têm feito muitos indivíduos que mandão aos seus cavalos que nos salpiquem o rosto com a lama das ruas, e que não soffrem as dores que o azorrague d'um enfermeiro sem entranhas faz sentir na espinha-dorsal! Ah! a honra! a honra! A loucura da honra! Sim, tu o disseste grande "Jayme, a loucura da honra!"

—

A morte roubando á terra aquelle infeliz, deixou uma mulher envolta nos crepes da viuvez e dois filhinhos chorando o seu isolamento, a sua orphandada! Que grupo! Que quadro este!... Quereis a cópia?! Mandai-a tirar ao cemitério dos prazeres!...

Uma d'estas criancinhas, a mais velha, que ainda não pôde esquecer-se das longas agonias por que passou seu extremosíssimo pae, apesar dos muitos anos que se hão decorrido, ao vel-o cadaver levantou-se d'um ímpeto, beijou-o na face, esverdeada pelo sopro da aniquilação, e murmurou-lhe ao ouvido estas palavras: — Serás vingado!

—

Dez anos depois F...era esbofeteado e chicoteado na cidade de Lamego, em praça pública, á hora do meio dia!

Quando ele, voltando-se subitamente, vio diante de si um rapaz de desoito annos estremeceo violentamente, rangeo os dentes (era o instincto do sangue despertando na féra) e avançou para ele com a intenção de o esmagar em suas mãos colossaos! O mancebo recuou dois passos e depois, mais ligeiro que um gato, saltou sobre a sella do animal que o estava esperando a poucos metros de distancia. Quando F... tentava levar a mão às rédeas do cavallo, o cavaleiro puxou por uma pistola, d'um dos coldres, armou-a, apontou-a ao peito do inimigo e disse-lhe:

Nem mais um passo!

Vingo a honra do homem que há dez annos, em igual dia e quasi à mesma hora tu manchaste com a ponta do teu chicote na Praça do Porto só porque elle — toma sentido! Não te bullas; só por que ele não quiz ajudar-te a praticar uma infâmia! Quizeste roubar a casa Thompson e c.^a e esse homem, sem denunciar o ladrão-fidalgo, frustrou os planos architectados para esse fim. Vingaste-te delle ferindo-o traiçoeiramente! traiçoeiramente te feri!!!

F... tentou avançar.

— Se dás um passo que seja, faço-te saltar os miolos!

Senhores! esse scelerado, esse infame que ahi vedes quiéto diante de mim, que sou uma criança...

— Armada! disse F... raivosamente e limpando a espuma que lhe sahia dos cantos da boca.

— Armada em nome da justiça Divina e humana, teve bastante coragem, não trepidou um momento para ferir d'um modo insólito a quem soube mostrar-lhe que ainda há nesta terra muita gente para quem a honra vale mais que todos os tesouros juntos do mundo! Eil-o! Está marcado para toda a sua vida!

No seu braço faltavão aquelles traços; elles servirão para lembrar aos herdeiros da sua nobreza a acção heroica e magnanima praticada por ele!

Cumpri o meu juramento! Meu pae está vingado!

Disse, metteo as esporas no cavallo impaciente, desapareceo como um meteoro!

Quando o som produzido pelas patas do fozoso corcel batendo sobre as lages da calçada deixou de se fazer ouvir, F... voltou-se vagarosamente e viu a praça deserta: Dias depois, segundo contão, morria na sua casa da Regua, abandonado também dos seus mais íntimos amigos, victima d'um ataque apoplético! Ella por ella! E a pena de Tallião!

—

Quando V... (*) soube da morte do algoz de seu pae, tomou passagem a bordo do navio americano Schelchoff que se destinava a S. Francisco com escala por Callao. Chegado que foi a esta cidade, tratou logo d'arranjar um estabelecimento qualquer o que não lhe foi difficil, e, segundo dizem, é hoje um dos primeiros negociantes do lugar.

C. J.

— — —

(*) Alguem que a estas horas está lendo esta tristíssima historia, com os olhos embaciados pelas lágrimas, sabe que ella é verdadeira e sabe também o motivo por que o escriptor não lança mão dos nomes próprios.

Anexo P – xxxx

Título	Autor	Jornal	Data	Nº	Página	Rubrica
Henriqueta Maurel	(tradução de) Luiz de Bivar	<i>Diário de Belém</i>	26/11/1868	93	2 e 3	Variedade
O Beijo	Teixeira de Vasconcellos	<i>Diário de Belém</i>	07/12/1868	101	2	Variedade
Os japonezes no circo Price (<i>Diário de Notícias</i>)	Ramalho Ortigão	<i>Diário de Belém</i>	30/01/1869	24	2	Variedade
Um marido Affrontado	<i>Do Archivo Pittoresco</i>	<i>Diário de Belém</i>	17/04/1869	85	2	Variedade
Congratulação Fraterna!	Mendes Leal	<i>Diário de Belém</i>	12/05/1869	105	2	Variedade

(À Nação Brasileira) POEMA						
Congratulação Fraternal! (À Nação Brasileira)	Mendes Leal	<i>Diário de Belém</i>	13/05/1869	106	2	Variedade
O amor feminil	Alexandre Herculano	<i>Diário de Belém</i>	19/05/1869	111	2	Variedade
O que são as mulheres	José Victorino da Silva Azevedo	<i>Diário de Belém</i>	21/05/1869	113	2	Variedade
Quem não gosta de dinheiro?	José Victorino da Silva Azevedo	<i>Diário de Belém</i>	22/05/1869	114	2	Variedade
Os Brilhantes do Brasileiro	Camillo Castello Branco	<i>Diário de Belém</i>	14/03/1871	58	1	Folhetim

Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	15/03/1871	59	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	16/03/1871	60	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	17/03/1871	61	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	18/03/1871	62	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	19/03/1871	63	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	21/03/1871	64	1 e 2	Folhetim

Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	22/03/1871	65	1 e 2	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	23/03/1871	66	1 e 2	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	24/03/1871	67	1 e 2	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	25/03/1871	68	1	Folhetim
Os Brilhantes do Brasileiro (incompleto?)	Camilo Castelo Branco	<i>Diário de Belém</i>	29/03/1871	70	1 e 2	Folhetim
Paizagens Cap. V	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	14/10/1872	221	1	Folhetim
Paizagens	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	02/10/1872	222	1	Folhetim

Cap. VI						
Paizagens Cap. VI	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	02/10/1872	223	1	Folhetim
Paizagens Cap. VII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	04/10/1872	224	1	Folhetim
Paizagens Cap. VII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	05/10/1872	225	1	Folhetim
Paizagens Cap. VII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	06/10/1872	226	1	Folhetim
Paizagens Cap. VII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	09/10/1872	228	1	Folhetim

Paizagens Cap. VIII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	10/10/1872	229	1	Folhetim
Paizagens Cap. VIII	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	11/10/1872	230	1	Folhetim
Paizagens Cap. XIX	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	12/10/1872	231	1	Folhetim
Paizagens Cap. XIX	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	13/10/1872	232	1	Folhetim
Paizagens Cap. X	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	15/10/1872	233	1	Folhetim
Paizagens Cap. X	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	17/10/1872	235	1	Folhetim

Paizagens Cap. X	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	18/10/1872	236	1	Folhetim
Paizagens Cap. X	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	19/10/1872	237	1	Folhetim
Paizagens Cont. X	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	20/10/1872	238	1	Folhetim
Paizagens Cap. X (conclusão)	Bulhão Pato	<i>Diário de Belém</i>	23/10/1872	240	1	Folhetim
O amor Livre	L. A. Palmerim (Luís Augusto)	<i>Diário de Belém</i>	02/10/1873	222	1	Variedade
A Mulher do Minho	Antonio da Costa (do Brazil)	<i>Diário de Belém</i>	26/09/1874	220	1	Variedade

Na Aldeia (Excerto de um livro inédito)	Alberto Braga	<i>Diário de Belém</i>	07/01/1879	05	1 e 2	Variedade
Miragaia	Visconde d'Almeida Garrett	<i>Diário de Belém</i>	03/05/1879	100	1	Folhetim
Miragaia	A. G.	<i>Diário de Belém</i>	04/05/1879	101	1	Litteratura
Miragaia	A. G.	<i>Diário de Belém</i>	06/05/1879	102	1	Litteratura
Miragaia	A. G.	<i>Diário de Belém</i>	09/05/1879	105	1	Litteratura
Uma Festa de Família	Carlota M.	<i>Diário de Belém</i>	11/05/1879	107	1	Litteratura
A Minha Musa POEMA	Mendes Leal Junior	<i>Diário de Belém</i>	16/05/1879	111	1	Litteratura
A Minha Musa	Mendes Leal Junior	<i>Diário de Belém</i>	16/05/1879	112	1	Litteratura

A Escola da Moda Crítica Literária	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	15/01/1880	11	1 e 2	Litteratura
A Escola da Moda	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	23/01/1880	18	1	Litteratura
Casamento do Reino de Inglaterra com o Reino de Portugal	Eduardo Coelho	<i>Diário de Belém</i>	07/02/1880	30	1	Variedade
Casamento do Reino de Inglaterra com o Reino de Portugal	Eduardo Coelho	<i>Diário de Belém</i>	08/02/1880	31	1 e 2	Variedade
Em Franciort	Eduardo Coelho	<i>Diário de Belém</i>	14/02/1880	35	1	Litteratura

Em Franciort	Eduardo Coelho	<i>Diário de Belém</i>	15/02/1880	36	1	Litteratura
Naly POEMA	Christovam Ayres	<i>Diário de Belém</i>	14/02/1880	36	2	Poesia
Emília Adelaide Crítica Literária	Lopo Vaz	<i>Diário de Belém</i>	29/02/1880	48	1	Folhetim
Os Sonhos de um Escravo Branco POEMA	Thomaz Ribeiro	<i>Diário de Belém</i>	21/03/1880	66	2	Notícias
O Livro – À Imprensa e ao Grémio Litterario Portuguez POEMA	Lopo Vaz	<i>Diário de Belém</i>	21/03/1880	66	2	Folhetim
O theatro atravez da historia	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	21/03/1880	66	3	Litteratura

O theatro atravez da historia	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	03/04/1880	75	2 e 3	Litteratura
O thetro atravez da historia	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	04/04/1880	76	2	Litteratura
O theatro atravez da historia (incompleto)	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	11/04/1880	82	2	Litteratura
A Voz POEMA	Theophilo Braga	<i>Diário de Belém</i>	24/03/1880	68	2	Notícias
Aos críticos do "Portugal a vol d'oiseau" Crítica Literária	Maria Letizia Rattazzi	<i>Diário de Belém</i>	14/04/1880	84	2 e 3	Variedade
Sinos ao Luar	Eugênio Castilho	<i>Diário de Belém</i>	17/04/1880	87	2 e 3	Variedade
Sinos ao Luar	Eugênio Castilho	<i>Diário de Belém</i>	20/04/1880	89	2	Variedade

A última corrida de touros em Salvaterra	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	30/04/1880	98	2	Folhetim
A última corrida de touros em Salvaterra	Sem autor	<i>Diário de Belém</i>	01/05/1880	99	2	Folhetim
Voz e aroma POEMA	Almeida Garrett	<i>Diário de Belém</i>	02/05/1880	100	2	Notícias

Título do Texto	Autor	Periódico	Data/Ano	Nº do Jornal	Página	Rubrica
O ciúme de uma mulher do grande mundo	(sem autor)	<i>Diário do Gram-Pará</i>	09/03/1858	54	1 e 2	Variedades
Proezas de Mr. Hume, no Porto, em 31 de junho de 1857	(sem autor)	<i>Diário do Gram-Pará</i>	12/04/1858	80	2	Variedades
Cantos Matutinos	Carta de A. F. Castilho a Francisco Gomes d'Amorim	<i>Diário do Gram-Pará</i>	18/10/1858	237	4	Litteratura
A vida do Homem Vida da Mulher	(sem autor)	<i>Diário do Gram-Pará</i>	17/12/1858	286	3	Variedades
Fatalidades	(Extr.)	<i>Diário do Gram-Pará</i>	29/12/1858	295	3	Variedades

Os Brasileiros avaliados pelos Portugueses	<i>Diário Mercantil do Porto</i>	<i>Diário do Gram-Pará</i>	23/07/1861	65	1	Variedades
Coisas Espantosas	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	04/09/1863	200	1 e 2	Folhetim
Coisas Espantosas	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	05/09/1863	201	1 e 2	Folhetim
Coisas Espantosas	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	06/09/1863	202	1 e 2	Folhetim
Coisas Espantosas	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	10/09/1863	205	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	18/09/1863	210	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	19/09/1863	211	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	20/09/1863	212	1 e 2	Folhetim

A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	23/09/1863	214	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	24/09/1863	215	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	26/09/1863	217	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	27/09/1863	218	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	28/09/1863	219	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	01/10/1863	221	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	02/10/1863	222	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	09/10/1863	228	1 e 2	Folhetim
A Neta do Arcediogo	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	10/10/1863	229	1 e 2	Folhetim

O Arrependimento	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	20/11/1863	264	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	22/11/1863	266	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	24/11/1863	267	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	25/11/1863	268	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	27/11/1863	270	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	28/11/1863	271	1 e 2	Folhetim
A Gratidão	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	29/11/1863	272	1 e 2	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	05/02/1864	25	1	Folhetim

O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	11/02/1864	32	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	14/02/1864	33	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	19/02/1864	?	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	20/02/1864	40	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	26/02/1864	45	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	27/02/1864	46	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	02/03/1864	49	1	Folhetim

O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	08/03/1864	?	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	09/03/1864	55	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	10/03/1864	56	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	11/03/1864	57	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	12/03/1864	58	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	13/03/1864	59	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	15/03/1964	60	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	16/03/1864	61	1	Folhetim

O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	17/03/1864	62	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	19/03/1864	?	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	20/03/1864	65	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	22/03/1864	66	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	23/03/1864	67	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	76	1	Folhetim
O Monge Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	08/04/1864	78	1	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	29/04/1864	96	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim

O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	01/05/1864	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	08/05/1864	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim

O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
O Bem e o Mal	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	25/05/1864	117	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	12/07/1864	156	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	14/07/1864	158	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	15/08/1864	159	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	?	?	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	19/07/1864	?	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	20/07/1864	163	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	21/07/1864	164	1 e 2	Folhetim

A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	22/07/1864	165	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	23/07/1864	166	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	26/07/1864	?	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	27/07/1864	169	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	28/07/1864	170	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	29/07/1864	171	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	31/07/1864	173	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	02/08/1864	174	1 e 2	Folhetim

A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	05/08/1864	177	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	06/08/1864	178	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	07/08/1864	179	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	12/08/1864	183	1 e 2	Folhetim
A Filha do Doutor Negro	Camilo Castelo Branco	<i>Diário do Gram-Pará</i>	14/08/1864	185	1 e 2	Folhetim
Uma Primavera de Mulher	Maria Amália Vaz de Carvalho	<i>Diário do Gram-Pará</i>	28/02/1868	68	1	Variedade

Título do Texto	Autor	Periódico	Data/Ano	Nº do Jornal	Página	Rubrica
Os Falsos Apóstolos POEMA	Guilherme Braga	<i>O Liberal do Pará</i>	05/11/1871	247	1 e 2	Transcrição
Promessa feita a um morto (Reminiscência da infância)	C. J.	<i>O Liberal do Pará</i>	26/05/1872	117	2	Folhetim
Promessa feita a um morto (Reminiscência da infância)	C. J.	<i>O Liberal do Pará</i>	28/05/1872	118	2	Folhetim
A grammatica do namoro	<i>Diário Illustrado</i> (Portugal)	<i>O Liberal do Pará</i>	24/10/1872	240	2	Variedade
Renan e os Sábios da Academia POEMA	(Raimundo Antonio de) Bulhão Pato	<i>O Liberal do Pará</i>	24/06/1874	141	1 e 2	Litteratura
De Paris para Lisboa Lourdes	Braz (Da <i>Democracia</i> de Lisboa)	<i>O Liberal do Pará</i>	23/05/1877	115	2	Variedade
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	27/07/1879	169	1	Folhetim

Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	03/08/1879	175	2	Folhetim
Republica e monarchia	(Ramalho?) Ortigão e E. de Queiroz	<i>O Liberal do Pará</i>	15/08/1879	185	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	24/08/1879	192	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	07/09/1879	204	2	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	12/10/1879	233	1	Folhetim
As Mulheres de Balzac	Maria Amália Vaz de Carvalho	<i>O Liberal do Pará</i>	19/10/1879	239	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	04/01/1880	3	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	18/01/1880	14	1	Folhetim
A imprensa diária Parisiense (do livro Passeios no estrangeiro)	Eduardo Coelho	<i>O Liberal do Pará</i>	28/01/1880	22	1	Folhetim

Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	01/02/1880	26	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	08/02/1880	31	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	15/02/1880	36	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	28/03/1880	70	1	Folhetim
Cartas Lisbonenses	Guiomar Torrezão	<i>O Liberal do Pará</i>	02/05/1880	100	1	Folhetim
Herminia	Marianno Augusto	<i>O Liberal do Pará</i>	24/10/1880	242	1	Folhetim
Deus	Joaquim Pestana	<i>O Liberal do Pará</i>	07/11/1880	253	1	Folhetim
A cama	Julio Cesar Machado	<i>O Liberal do Pará</i>	28/11/1880	271	2	Mosaico

Título do Texto	Autor	Periódico	Data/Ano	Nº do Jornal	Página	Rubrica
Sonho de Marco Aurélio	Extr. do <i>Ramalhete</i> n.º 68, Jornal Lisbonense	<i>Treze de Maio</i>	08/11/1840	56	01	Variedades
O Ladrão dos Pyrineos	Extr. do <i>Ramalhete</i> n.º 42	<i>Treze de Maio</i>	21/04/1841	95	02/03	Variedades
O Ladrão dos Pyrineos	Extr. do <i>Ramalhete</i> n.º 42	<i>Treze de Maio</i>	28/04/1841	97	02	Variedades
Exemplo de um louco orgulhoso	Extr. do <i>Museu Pittoresco</i> n.º 1, Jornal de Lisboa	<i>Treze de Maio</i>	24/06/1843	321	03/04	Variedades
As Duas Cruzes	Extr. do <i>Archivo Popular</i> n.º 19	<i>Treze de Maio</i>	01/07/1843	323	03/04	Variedades
O Velho Mendigo (possivelmente o primeiro na província)	Do Brazil	<i>Treze de Maio</i>	18/05/1844	413	01/02/03	Folhetim
Em toda a parte cabe a virtude	Revista Universal Lisbonense	<i>Treze de Maio</i>	07/08/1844	435	03	Extracto a pedido

Em toda a parte cabe a virtude	Revista Universal Lisbonense	<i>Treze de Maio</i>	11/09/1844	443	03	Extracto a pedido
Amor filial dos moiros	Archivo Popular	<i>Treze de Maio</i>	17/05/1845	507	03	Sem identificação
Há males que vem por bem	Ext. do P. dos Pobres	<i>Treze de Maio</i>	28/01/1846	575	03/04	Sem identificação de coluna
Duas Maninhas	Extr.	<i>Treze de Maio</i>	09/05/1846	602	2/3	Variedades
O avarento castigado por si mesmo	Archivo Popular	<i>Treze de Maio</i>	18/07/1846	621	2	Variedades
Huma cabeça trocada	Archivo Popular	<i>Treze de Maio</i>	01/08/1846	625	3	Variedades
O Prazer de fazer bem	Sem autoria Talvez seja paraense e também o primeiro romance folhetim da Provincia	<i>Treze de Maio</i>	31/03/1847	689	03/04	Communicado
O Prazer de fazer bem	Sem autoria	<i>Treze de Maio</i>	03/04/1847	690	02/03/04	Communicado

O Prazer de fazer bem	Sem autoria	<i>Treze de Maio</i>	07/04/1847	691	02/03	Communicado
PORTUGAL Uma scena dos nossos dias	Pobres do Porto	<i>Treze de Maio</i>	02/09/1848	831	03/04	Portugal
Ricardo e Margarida	Ext.	<i>Treze de Maio</i>	12/04/1855	473	02/03	Variedades
FACTOS GLORIOSOS DA HISTORIA PORTUGUEZA	Sem autor	<i>Treze de Maio</i>	26/01/1856	647	03	Variedades
Folhetim do Treze de Maio Crônica diária	Sem autoria	<i>Treze de Maio</i>	28/03/1856	696	01/02/03	Folhetim